



Organizadores  
Héilton Diego Lau  
Éderson Luis Silveira

raça, gênero  
e sexualidade  
em perspectivas  
discursivas  
teorias e análises

VOLUME 1

 pimenta  
cultural



Organizadores  
Héilton Diego Lau  
Éderson Luís Silveira

raça, gênero  
e sexualidade  
em perspectivas  
discursivas  
teorias e análises

VOLUME 1

 pimenta  
cultural

2019  
São Paulo



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2019 os autores e as autoras

Copyright da edição © 2019 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

### **Comissão Editorial Científica**

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil  
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil  
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil  
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil  
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil  
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil  
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil  
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil  
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil  
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil  
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil  
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Elisiane Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil  
Elizabeth de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil  
Emanuel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil  
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil  
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
Handerson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil  
Inara Antunes Vieira Willerding, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil



Jerônimo Becker Flores, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil  
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal  
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil  
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil  
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
Lídia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal  
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil  
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil  
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil  
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil  
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil  
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil  
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal  
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil  
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil  
Midierson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil  
Patrícia Bieging, Universidade de São Paulo, Brasil  
Patrícia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal  
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil  
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil  
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil  
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal  
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil  
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil  
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil  
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil  
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil  
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil  
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil



Direção Editorial	Patricia Biegging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Editoração eletrônica	Matheus Vieira Moraes
Imagens da capa	Designed by Freepik Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Biegging
Revisão	Os Organizadores
Organizadores	Héliton Diego Lau Éderson Luís Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

R111 Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: teorias e análises. Héliton Diego Lau, Éderson Luís Silveira - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 300p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7221-020-1 (eBook)

1. Análise do discurso. 2. Gênero. 3. Sexualidade. 4. Raça. 5. Disciplina. I. Lau, Héliton Diego. II. Silveira, Éderson Luís. III. Título.

CDU: 81  
CDD: 410

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.201

---

PIMENTA CULTURAL  
São Paulo - SP  
Telefone: +55 (11) 96766-2200  
livro@pimentacultural.com  
www.pimentacultural.com



2019



Eu fui discriminado por pessoas brancas por ser negro, por pessoas negras por ser gay, por gays por ser afeminado.

*RuPaul*



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
INTRODUÇÃO .....	11

### PARTE 1: RAÇA EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

#### Capítulo 1

Interdiscursos do racismo: a memória discursiva das palavras "NIGGER", "PRETO" E "NEGRO" .....	17
<i>Tatiane Valéria Rogério de Carvalho</i>	

#### Capítulo 2

Vetorializações discursivo-historiográficas sobre raça: Jesus Cristo e Paulo de Tarso como proponentes da isonomia racial no I século d.C.....	35
<i>Wilder Kleber Fernandes de Santana</i>	

#### Capítulo 3

Tipologia discursiva e interseccionalidade: discursos sobre raça e brasilidade na subjetivação de mulheres brancas brasileiras.....	54
<i>Isadora Machado, Jefferson Fernando Voss dos Santos e Larissa da Silva Fontana</i>	

### PARTE 2: GÊNERO EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

#### Capítulo 4

(D)enunciar a violência contra a mulher na universidade: uma análise discursiva.....	74
<i>Kátia Alexandra dos Santos e Bianca Carolline Oconoski Zarpellon</i>	



Capítulo 5	
Um útero à disposição da sociedade.....	93
<i>Guida Fernanda Proença Bittencourt</i>	
Capítulo 6	
“ <i>Família Êh! Família Ah! Família!</i> ”: o simulacro de novas famílias sob a responsabilidade da mulher e os efeitos de sentido na propaganda da Vitarella.....	108
<i>Samuel Barbosa Silva</i>	
Capítulo 7	
Os (dis)discursos de Língua-cultura Inglesa no ensino superior tecnológico e as (im)possibilidades de discussões acerca da noção de gênero e sexualidade .....	124
<i>Lucas Rodrigues Lopes</i>	
Capítulo 8	
O milagre das cartilhas: figurações biopolíticas em discursos sobre a saúde de sujeitos trans e travestis .....	143
<i>Glênio Rodrigues Ribeiro Neto e Francisco Vieira da Silva</i>	
Capítulo 9	
Nome social é apelido? Diálogos a partir do decreto 8.727/2016 e notícia do jornalismo online .....	161
<i>Maria Lígia Freire Guilherme</i>	
Capítulo 10	
Acepções discursivas sobre a linguagem não-binária na língua portuguesa: visibilidades e (r)existências.....	180
<i>Héliton Diego Lau</i>	



Capítulo 11	
Análise da fala-em-interação, masculinidades e saúde: reflexões a partir de uma consulta clínica .....	198
<i>Alexandre José Cadilhe, Tales Augusto Felipe e Álvaro Grossi Albuquerque Moreira</i>	

### PARTE 3: SEXUALIDADE EM PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

Capítulo 12	
Análise de conjuntura de políticas educacionais para LGBTQ+ em nível nacional e em Mato Grosso: avanços, limitações e retrocessos.....	217
<i>Márcio Evaristo Beltrão e Solange Maria de Barros</i>	

Capítulo 13	
A cura gay nos discursos da mídia digital: das estratégias do modo de subjetivação à resistência.....	235
<i>Anísio Batista Pereira e Maurício Divino Nascimento Lima</i>	

Capítulo 14	
O sujeito inconcluso, a heterossexualidade e as (des)subjetivações pornográficas de um indivíduo entrevistado por um canal LGBT .....	254
<i>Luigi Silvino D'Andrea, Éderson Luís Silveira e Anísio Batista Pereira</i>	

Capítulo 15	
A homossexualidade em tela: uma análise do discurso de comentários em sites de notícias sobre novelas .....	272
<i>Wellton da Silva de Fatima</i>	

AUTORAS E AUTORES .....	289
-------------------------	-----

ÍNDICE REMISSIVO .....	296
------------------------	-----



## APRESENTAÇÃO

A análise do discurso ora é apresentada como um campo, ora como uma disciplina. A segunda alternativa poderia ter como efeito algum tipo de cisão interna (algo do tipo “AD é a que eu faço”, seguindo o autor X, e não a que você faz, você que segue os autores Y, W, Z).

Se a opção for pela primeira alternativa (é campo), a questão da heterogeneidade interna é mais facilmente absorvida. Compare-se com outros casos: se a economia é um campo, aceita-se que a heterogeneidade é simplesmente um fato – independentemente de haver disputas internas mais ou menos pesadas. Se se considera que é uma disciplina, cada vertente interna se sentirá mais à vontade para afirmar que os outros não fazem economia (aqui, os acusados de não fazer análise do discurso).

A meu ver, a questão crucial da análise do discurso hoje se situa nesta encruzilhada, e se revela nas seguintes alternativas concretas: ou se opta por seguir uma teoria (ou um teórico, mas seria bom considerar que sua obra é em geral um tanto heterogênea) ou se opta pela análise de um tipo de problema (vale dizer, de um *corpus*, de uma polêmica, de um conjunto mais ou menos estruturado de enunciados).

Se se opta por um autor (Pêcheux, Foucault, Bakhtin, Maingueneau, Charaudeau), a questão seguinte é a seleção de um *corpus* que contenha “problemas” cuja melhor solução esteja em conceitos de tal teoria (por exemplo, parece que Foucault não é o autor mais adequado para analisar piadas, slogans, capas de revistas ou propagandas; talvez Bakhtin saia na frente, em casos assim).

Se a opção for por problemas, ou seja, pela análise de um determinado *corpus* (um conjunto de editoriais, algumas campanhas eleitorais, análise de decisões jurídicas sobre temas controversos), talvez a melhor solução seja partir de um autor e assumir que provavelmente ele não dá conta de todos os aspectos do *corpus*, que vai exigir o apelo a conceitos produzidos por autores diferentes. Neste caso, a compatibilidade teórica ou, pelo menos, a ausência de contradições relevantes entre duas ou mais teorias



invocadas é crucial, para evitar a produção de trabalhos frankensteinianos. Por exemplo, Foucault e Pêcheux, Pêcheux e Maingueneau (nunca entendi porque os pêcheanos não adotam a tese da competência discursiva, com o que perdem muito, especialmente os simulacros) podem conviver em um trabalho, desde que, por exemplo, não se obrigue Foucault a defender que a questão do discurso é seu sentido. Mas creio que sua teoria do poder pode ser evocada num trabalho de inspiração pêcheana (não consigo me imaginar escrevendo pêcheteana), embora a concepção marxista de poder que inspira Althusser, que inspira Pêcheux, não coincida com a de Foucault<sup>1</sup>.

\*\*\*

Pareceu-me que o que unifica este livro, uma coletânea de 15 estudos, divididos em 3 sub-conjuntos, é sua temática, e não uma tomada de posição teórica. As três grandes questões são raça, gênero e sexualidade. Elas podem ser agrupadas sob o guarda-chuva das questões identitárias, que parece ser, ou está para se tornar, a questão dominante na análise do discurso no Brasil.

Não pretendo de forma alguma avaliar este rumo, mas confesso que as têm me preocupado as poucas linhas que tenho lido, e esparsamente, sobre a questão, e que anotam que tais lutas acabam esquecendo outra, que seria fundamental, a diferença (ou a luta) de classes.

Em apresentações como esta (isto é, quando escrevo algo neste gênero discursivo), não gosto – e por isso nunca adotei tal atitude – de julgar os trabalhos, e muito menos de resumir para os leitores os textos que compõem o volume.

Assim, delego aos leitores a responsabilidade de fazer isso. Talvez considerando a avaliação segundo a qual há mais diversidade teórica – o que se verifica facilmente nas bibliografias – do que de problemas enfrentados.

*Sírio Possenti*

1. Talvez a leitura da *A vida psíquica do poder; teorias da sujeição*, de Judith Butler (Editora Autêntica, 2017), ajude a esclarecer as diferenças, e, segundo ela, as insuficiências, das duas vertentes.



## INTRODUÇÃO

Algumas vezes, a pesquisa acadêmica se mune de ferramentas vinculadas a arcabouços teóricos diversos para tecer aquilo uma história do Presente. Diante disso, torna-se imprescindível perguntar: quem somos nós? Que mundo é este em que vivemos? Com que matizes e discontinuidades se tece o contemporâneo como um tempo que esvai entre as areias da ampulheta da existência? A proposição de utilizar ferramentas para determinado fim que resulte em leituras do presente para mostrar as derivas, as facetas, as reticências que nos cercam diz respeito a um modo de olhar o mundo, sem a pretensão de ratificar a soberania daquele que escreve: aquilo que nós vemos nos olha e há sempre algo que nos escapa porque o discurso se insere na discontinuidade e algo falta.

Esta falta fundante é que permite que escrevamos um livro, depois outro, depois outro. Este livro não se propõe ser definitivo, acabado e único sobre os temas que por ele são perpassados. É um livro a partir de outros livros e para tornar outros livros possíveis, não necessariamente escrito pelos que aqui assinam os textos que o compõem. Visando traçar uma história do presente e reconhecendo o presente como algo que oscila entre o passado e o futuro em um trânsito descontínuo, portanto, através de olhares diferentes visa-se encontrar vagalumes que resistem para contradizer o distanciamento entre a academia e os problemas relevantes do mundo social das interações cotidianas.

Diante disso, o campo dos estudos linguísticos nos quais a análise do discurso pode se desdobrar não é único e pode multifacetar-se distinguindo, frutificando, desnaturalizando formas de perceber e ler o mundo que nos rodeia. O livro *Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: teorias e análises – volume 1* parte desse objetivo: apresentar contribuições dos estudos do discurso acerca da temática em questão. Se é verdade que pesquisa sobre questões de gênero foram sendo desenvolvidas ao sabor do desenvolvimento das Ciências Sociais também das Ciências Humanas e, no caso em questão, na área de Letras e Linguística foram



e estão sendo propostas diversas formas de discussão construídas sob perspectivas e escopos diversos e multifacetados. Este é o caso das teorias do discurso enquanto aparato crítico interpretativo que fornece ferramentas para aprofundar, desnaturalizar e produzir visadas outras acerca do mundo em que estamos situados e no qual atuamos nas mais diversas práticas linguageiras. Raça, gênero e sexualidade se tornam mais que temas sobre os quais se voltam pesquisas, são pautas que atravessam nossa existência enquanto seres humanos e apresentar incursões históricas e sociais não apenas complementam a questão, mas permitem o ampliação de modos de perceber existências ignoradas, reprimidas, cerceadas, silenciadas. Trata-se de uma tarefa não apenas crítica, mas politizada de pesquisar.

O livro que ora apresentamos está dividido em três partes. A primeira parte intitulada: “Raça em Perspectivas Discursivas” é constituída de três capítulos. No primeiro, *Tatiane Valéria Rogério de Carvalho* a partir de uma discussão semântica, levantada em um vídeo, sobre qual o termo correto para se referir a uma pessoa afrodescendente, “negro” ou “preto”?, reflete sobre a memória discursiva das palavras “nigger”, “preto” e “negro”. Nesse vídeo, o músico e ativista ganês radicado no Brasil, Nabby Clifford, afirma, segundo a autora, que a palavra “negro”, muito utilizada no Brasil, tem sentido negativo, e propõe o uso da palavra “preto”, pois acredita ser esta a mais adequada para se referir a um afrodescendente, assim como é nos EUA, onde é utilizada a palavra *black* em vez de *nigger/nigga*. É neste contexto que a autora propõe uma análise, com base nos estudos de Michel Pêcheux, sobre a memória discursiva dessas palavras a partir da “formação discursiva do racismo” no Brasil.

O segundo capítulo da primeira parte é de autoria de *Wilder Santana* que nos brinda com uma análise histórica de escrituras do Novo Testamento visando trazer contribuições acerca das reflexões sociológico-filosóficas de raça no bojo das Ciências Humanas. Tais proposições incidiram sobre a reenuniação do discurso de Paulo de Tarso acerca das palavras de Jesus sobre as comunidades judaica e grega, partindo de uma perspectiva dialógico-axiológica de estudos da linguagem.



O último capítulo dessa primeira parte é de *Isadora Machado, Jefferson Fernando Voss dos Santos e Larissa da Silva Fontana* que buscam analisar a intersecção dos discursos sobre raça, classe, nacionalidade e gênero da posição-sujeito mulher branca brasileira por meio dos discursos de uma *youtuber* que fez um *review* de maquiagem em que os cosméticos são destinados para mulheres não-brasileiras, mas com a finalidade de produzir “características brasileiras”, como o bronzeador. Os autores analisam o processo de identificação com a “branquitude” por meio das tipologias discursivas.

A segunda parte deste livro intitulada “Gênero em Perspectivas Discursivas” é constituída de oito capítulos. *Kátia Alexandra dos Santos e Bianca Caroline Oconoski Zarpellon* a iniciam e apresentam uma análise discursiva de denúncias por uma página criada no Facebook de casos de assédios sexuais em uma universidade no interior do Paraná por meio de um projeto de extensão.

“Como a identidade da mulher é construída? Pelo viés da alteridade, qual é o papel da identidade masculina nesse jogo?”, são questionamentos do segundo capítulo desta segunda parte da investigação de *Guida Fernanda Proença Bittencourt* ao analisar o discurso de Luís Alberto Barroso, advogado, em que seu corpus é a sustentação oral no tribunal, sobre a chamada interrupção da gestação de fetos anencéfalos, por um discurso de gênero.

*Samuel Barbosa Silva* discute no terceiro capítulo da segunda parte a formação das famílias e analisa uma propaganda circulada na TV no dia das mães em 2014 sobre a importância da família na sociedade. O autor busca mostrar os efeitos de sentidos sobre a mulher na atualidade e como a marca da propaganda apropria-se desses discursos para fins de estimular a comercialização de produtos alimentícios.

O quarto capítulo da segunda parte é assinado por *Lucas Rodrigues Lopes* que se pauta em uma abordagem discursivo-desconstrucionista para analisar um videoclipe em sala de aula. No entanto, suas proposições



visam extrapolar a análise propriamente dita: se trata de trazer contribuições que possibilitem formas de pensar sobre língua-cultura inglesa na contemporaneidade. Isso para pensar a sala de aula como lugar de reflexões críticas e posicionamentos em torno das noções de gênero e sexualidade bem como em relação ao papel da mulher na sociedade, questões estas que não podem ser negligenciadas porque fazem parte do contexto em que os discentes estão inseridos cotidianamente e também nas quais o ensino de língua-cultura inglesa emerge.

A discussão da saúde da população trans e travesti é tema do quinto capítulo da segunda parte assinado por *Glênio Rodrigues Ribeiro Neto* e *Francisco Vieira da Silva* que analisam três materialidades: duas cartilhas, a primeira sobre a saúde dos corpos trans e a segunda, sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para homens trans; e também um banner de divulgação das campanhas de saúde fornecido aos transgêneros. Com isso, eles objetivam observar “como os diversos poderes atuam sobre o corpo e a saúde da população”.

A questão do nome social presente no sexto capítulo da segunda parte é objeto de análise e discussão de *Maria Lígia Freire Guilherme*. Em seu trabalho ela traz uma análise sobre o decreto 8.727/2016 que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” e analisa juntamente uma notícia *online* de um deputado que é contra o decreto e declara que o “nome social” deveria ser também um “direito” para heterossexuais que utilizam apelidos.

O penúltimo capítulo da segunda parte deste livro foi assinado por *Héliton Diego Lau* e parte de considerações acerca da linguagem não-binária no âmbito da língua portuguesa analisando comentários da comunidade virtual sobre uma campanha da *Avon*. Para isso o autor considerará o contexto de um programa de *reality show* a partir da análise pecheutiana do discurso visando apresentar a teoria *queer* sob uma perspectiva discursiva considerando a existência de um efeito de neutralidade (im)possível e o fato de que tod(o) uso d)a língua(gem) está sujeita a falhas.



O último capítulo da segunda parte é de *Alexandre José Cadilhe, Thales Augusto Felipe e Álvaro Grossi Albuquerque Moreira* e apresenta-se a partir de um aporte teórico singular: a análise da fala-em-interação tomada enquanto perspectiva discursiva tem aparição como campo do saber em constituição visando trazer contribuições para pensar acerca de identidades sociais produzidas em diferentes relações sociais. Tal iniciativa é apresentada como uma alternativa discursiva de abordagem que busca analisar discursos que são produzidos em contextos de interação social.

A terceira e última parte do livro intitulada “Sexualidade em perspectivas discursivas” é constituída de quatro capítulos. No primeiro, *Márcio Evaristo Beltrão e Solange Maria de Barros* trazem uma análise de conjuntura de políticas educacionais para LGBTQ+ em nível nacional e no Estado do Mato Grosso. Os autores consideram, a partir de Fairclough, que a configuração social das práticas nas quais o discurso está situado é um primeiro passo a ser analisado e, diante disso, a análise da conjuntura permite observar as relações e processos de produção e consumo considerando-se, assim, indivíduos, tecnologias e práticas em torno de projetos sociais específicos.

O segundo capítulo da última parte desta obra foi assinado por *Anísio Batista Pereira e Maurício Divino Nascimento Lima*. A partir da análise foucaultiana do discurso, os autores se utilizam dos conceitos de discurso, sujeito, (regimes de) verdade, modos de subjetivação e resistência para analisar três reportagens relacionadas à cura gay extraídas de jornais digitais de circulação nacional. Os autores buscam refletir acerca de como nos jogos de verdade se busca o estabelecimento de uma ordem sexual que perpassa os campos do jurídico, do cristianismo e da psicologia. Dessa forma, considerando o contexto social e cultural em que o texto se inscreve, buscam trazer contribuições acerca de modos de subjetivação em relação à homossexualidade.

O terceiro capítulo é assinado por *Luigi Silvino D’Andrea, Éderson Luís Silveira e Anísio Batista Pereira* e, a partir de excertos de uma entrevista de um ator pornô para um canal digital homoerótico, munidos da análise foucaultiana do discurso os autores buscam trazer contribuições para



pensar modos de subjetivação associadas à heterossexualidade que estão permeados de interdições e descontinuidades.

Finalmente, no último capítulo, *Wellton da Silva de Fátima* apresenta considerações analítico-reflexivas acerca de comentários em sites de notícias sobre novelas munido do aparato teórico da análise pecheutiana do discurso. A construção do imaginário de uma agenda televisiva gayzista percebida como ameaça ao que se convencionou chamar de família tradicional brasileira reforçam a atualidade de sua abordagem. Diante disso, para o autor, tematizar algo passou a estar relacionado a tomar partido de algo e tal efeito de evidência passou a diluir-se nos efeitos de sentido produzidos acerca das tensões que constituem as formações discursivas envolvidas.

Neste contexto, cabe assinalar que esta obra foi concebida para graduandos, pós-graduandos, professores universitários e interessados em geral nos fenômenos do discurso visando inquietar, produzir leituras e interpretações outras além das que estiverem aqui apresentadas.

Desse modo, este livro não se fecha sobre uma teoria apenas e se pretende heteróclito, heterogêneo e múltiplo, no sentido em que o presente e o contemporâneo não são lugares estanques, mas em movimento. Se o andar é o que nos move, as lentes para observar e as ancoragens que nos permitem aterrissar sem deixar de lançar as velas ao mar serão deslocadas para fazer perceber que a pesquisa tem um efeito político: o de se misturar com leituras do cotidiano e mostrar que as teorias são ferramentas a ser utilizadas para emancipar interpretações e subverter familiaridades. Ao invés de legitimar o que se sabe desconstruir modos de pensar, eis o intuito da presente publicação.

Boa leitura!

*Os organizadores*

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.201.11-16



# 1

Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

## **Interdiscursos do racismo:**

a memória discursiva  
das palavras "nigger",  
"preto" e "negro"



## INTRODUÇÃO

Em 2016, um vídeo<sup>2</sup> se tornou viral e ganhou as redes sociais, levantando uma discussão semântica: qual o termo correto para se referir a uma pessoa afrodescendente: “negro” ou “preto”? Para o músico e ativista ganês radicado no Brasil, Nabby Clifford, que discursa no vídeo, o termo mais adequado seria “preto”.

Nesse vídeo de dois minutos, Nabby Clifford diz que a palavra “negro” tem sentido negativo, significando a infelicidade, o maldito; ao contrário da palavra “preto”, que tem relação com a cor e, muitas vezes, é utilizado para qualificar um substantivo, como em “grana preta”. Nabby propõe, então, o uso da palavra “preto” para se referir a um afrodescendente, pois acredita ser este termo o mais aceitável, assim como nos EUA, onde é utilizado *black* em vez de *nigger/nigga* – palavra censurada por ser pejorativa e preconceituosa.

Por mais que de uns tempos para cá o uso da palavra “preto” esteja sendo difundido, o que se verifica é que no Brasil a palavra “negro” é, e sempre foi, amplamente mais usada para se referir a um afrodescendente, até mesmo entre acadêmicos e militantes. O que podemos inferir, com isso é que os sentidos produzidos pela palavra “negro” são mais aceitos do que aqueles produzidos pela palavra “preto”.

Nessa perspectiva, podemos justificar a escolha do uso dessas palavras não só pela Semântica, mas também pela Análise do Discurso, visto que este campo teórico opera com o conceito de língua como atividade social e ideológica, possibilitando refletir e interpretar os sentidos produzidos do discurso por meio da relação entre homem, história e sociedade.

Portanto, o objetivo desse texto é, por meio de conceitos da Análise do Discurso de perspectiva francesa (formações discursivas, interdiscurso,

2. Vídeo “Nabby Clifford – Negro ou preto?”. Data provável de publicação do vídeo: 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/ZD4JAaed7jY>>. Acesso em: 12 ago. 2018.



pré-construídos), refletir sobre a memória discursiva das palavras "nigger", "preto" e "negro", que fazem ecoar a memória relacionada aos vestígios histórico-sociais vivenciados pela população afrodescendente. O intuito aqui não é definir qual é o termo mais correto a ser utilizado, mas mostrar os sentidos produzidos pelo discurso dessas palavras.

## “RAÇA NEGRA/PRETA”: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Sempre houve na história Ocidental uma forte simbologia sobre as cores branca e preta, em que a primeira é representada pelo “bem”, “puro”, “divino”, “bonito”, enquanto a segunda pelo “mal”, pela “treva”, pela “culpa”.

Até o início das Cruzadas, a cor preta aparecia em representações iconográficas europeias e era símbolo do mal e do condenável, ou seja, a cor escura referia-se a um conteúdo moral e religioso e não a uma cor da pele especificamente escura. Foi somente depois da reinterpretação de textos sagrados do Velho Testamento (lenda de Noé sobre a maldição de Cam) que houve a associação da cor preta à imoralidade, à culpa, à escravidão.

No Novo Mundo<sup>3</sup>, como justificativa para o tráfico de escravos africanos, os jesuítas utilizavam um discurso baseado no resgate, em que a integração ao cristianismo permitia a salvação desse grupo, visto como amaldiçoado devido à cor. “Assim, no século XVII, os sermões do padre Antônio Vieira pregavam como ‘remédio’ para ‘apagar’ a cor negra (sinal de culpa), a submissão aos mandamentos cristãos – o único caminho certo que levaria ao reino de Deus” (HOFBAUER, 2006, p. 407).

Além disso, entre os séculos XV e XVII, era moda entre os nobres possuir servos e pajens africanos como *status* e poder. Um cenário em que a cor de pele escura contribuía para enfatizar a brancura dos nobres, consequentemente mostrar o poder de uma “raça” sobre outra.

3. Designação criada pelos europeus, final do século XV, para se referir às Américas, continente descoberta por Cristóvão Colombo.



Segundo Hofbauer, “a palavra ‘raça’ surgiria como uma nova referência conceitual possível para pensar diferenças humanas” (HOFBAUER, 2006, p. 99).

Inicialmente o termo “raça” era utilizado por nobres portugueses e espanhóis para destacar sua origem e descendência, isto é, não era utilizada para diferenciar grupos humanos de acordo com cores de peles diferentes ou outros critérios fenotípicos. Ser de “boa raça” significava pertencer a uma boa família (linhagem pura de famílias nobres da realeza e de bispos).

Conforme as casas reais perdiam poderes, o termo “raça” começou a ter um novo sentido. Assim, em 1684, François Bernier dividiu pela primeira vez os seres humanos em “espécies ou raças”, passando a aplicar este termo a grandes grupos humanos, atribuindo características devido às diferenças facilmente detectáveis (fenotípicas). Segundo Hofbauer (2006, p. 104), Bernier “caracteriza os africanos como homens de lábios grossos, nariz achatado e cabelo do tipo ‘cães de estimação’”. No entanto, é somente o biólogo sueco Carl Lineu, em 1735, que realizará a classificação propriamente dita, em que o humano é colocado ao lado do macaco e a cor da pele passa a ser critério fundamental para classificação de raça.

Immanuel Kant foi o primeiro a fazer uma diferenciação entre variedades e raças por meio das obras *Das diversidades humanas*, de 1775, e *Definição do conceito de raça humana*, de 1785. O filósofo dividiu a humanidade em quatro raças: brancos, negros, hunos e hindus. Além disso, concluiu que há a possibilidade do progresso contínuo do gênero humano até a perfeição e que para uma raça conseguir chegar a um estágio superior, é preciso trabalhar, usar a razão, ter disciplina e vencer a preguiça. Com esses valores ele propagou a ideia da hierarquização das raças, em que somente os brancos teriam condições de se desenvolver, visto que os não brancos seriam exterminados, ou serviriam somente como escravos (HOFBAUER, 2006, p. 122).

Com o tempo, as reflexões sobre as diferenças humanas passaram a ter concepções mais naturalizadas. Desse modo, no final do século XVIII,



atribuiu-se o surgimento das diferenças humanas às condições climáticas e geográficas. Já no século XIX, o conceito de raça passou a ser dissociado de contextos religiosos, climáticos e geográficos, sendo tratado como essência própria do homem. Assim, o termo “raça” passou a estar presente no vocabulário europeu, passando a conceituar grupos humanos.

Foi nesse momento que, no início do século XIX, a tentativa de ascensão social e a “melhora da cor” passaram a estar relacionadas. Surge, então, um ideário de hierarquização, em que a cor branca (raça branca) passa a ser superior socialmente. Neste contexto, tem-se a ilusão da possibilidade de transformação da cor/raça por meio da mudança de atitude e criação de uma nova identidade, o que fez com que os afrodescendentes procurassem se apresentar o mais branco possível – africanos/afrodescendentes que tinham melhores salários passavam a ter um *status* melhor do que outros; e os escravos libertos passavam a não ser denominados como pretos/negros.

É também no século XIX que tivemos uma importante contribuição para o conceito. Segundo Hofbauer (2006, p. 135), o antropólogo Franz Boas, mesmo não negando a existência de diferenças físicas marcantes entre os seres humanos, buscou combater a ideia de superioridade das raças.

Portanto, como visto, o termo “raça” foi uma construção social usada como critério para hierarquização, exclusão e inclusão de grupos étnicos na sociedade.

Por ser a cor da pele branca mais constante na espécie humana, qualquer pele de cor diferente passou a ser considerado desvio. É nesse sentido que o pensamento/discurso racial foi desenvolvido desde a abolição da escravatura, pois, quando a escravidão perdia a legalidade, a ideia de raça ganhou importância social, no sentido de que os negros/pretos constituíam uma raça a parte.

São esses discursos sobre raça que fazem parte da memória coletiva. Esta se constitui de lembranças históricas, de memórias exteriores e sociais (HALBWACHS, 1990), que conserva certas informações e nos permite reler



e atualizar impressões ou informações passadas, ou que representam o passado. É a memória coletiva que retém “somente aquilo que ainda está vivo ou que é capaz de viver na consciência do grupo que o mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 82).

Assim, podemos dizer que é esse discurso racista, que faz parte da memória coletiva, que se materializou no discurso enunciado por meio de palavras como “preto”/”negro”/”nigger” e que até hoje nos faz lembrar a exclusão, o preconceito e a discriminação racial.

## FORMAÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO

Antes de realizarmos a análise discursiva dos termos “nigger”, “preto” e “negro”, é importante rever alguns conceitos da Análise do Discurso (AD) francesa, principalmente o de Formação Discursiva.

De acordo com Pêcheux (1997), qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado na prática discursiva, ou seja, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. Portanto, a língua só produz sentido por causa da ideologia; e é por meio da análise do discurso que é possível observar esta relação entre língua e ideologia e verificar como a língua produz sentido pelos/para os sujeitos.

O discurso está totalmente relacionado às posições ideológicas, e estas são organizadas com ideias, valores, normas ou regras que estabelecem o que e como a sociedade deve pensar o que e como deve fazer, funcionando por meio de formações imaginárias. É nesse sentido, que temos a noção de Formação Discursiva (FD) consolidada pela AD a partir de Michael Foucault.

Pêcheux atualiza o conceito de FD apontando para o fato de que a sociedade tem regramentos. Para o autor, a FD é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classe, determina o *que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1997, p. 160, grifo do autor).



Assim podemos considerar o racismo como uma Formação Discursiva, visto que, por meio da construção social sobre o conceito de “raça”, foram estabelecidos o que e como a sociedade devia pensar (superioridade da raça branca), e o que e como devia fazer diante de um grupo (excluir, discriminar a raça inferior).

Ainda segundo Pêcheux (1997), como os tipos de enunciados que um locutor dirá, ou não, estão relacionados a sua ideologia, conseqüentemente os enunciados têm sua interpretação realizada no interior de uma FD. Para o autor, “palavras, expressões e proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 160-161). Portanto, podemos dizer que é a ideologia que produz o sentido de palavras como “nigger”, “preto” e “negro”.

Quando uma pessoa se identifica com a FD que o domina (isto é, na qual ela é constituída), ela se torna sujeito de seu discurso. Temos então a noção de interdiscurso, que designa o exterior específico de uma FD: a rede do dizer, o conjunto do dizível. É a partir do interdiscurso, no qual se constitui de pré-construídos (que correspondem ao “sempre-já-lá” da interpelação ideológica), que encontramos os objetos de que o sujeito enunciator se apropria para fazer deles seu discurso: o já-dito.

Todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos elementos pré-construídos, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes dele. Estes pré-construídos se reproduzem pelo discurso sob a determinação de seu interdiscurso (o que pode ou não ser dito) em uma FD.

Portanto, são as FDs que delimitam o interdiscurso com enunciados possíveis e definem um território como sendo de seu Outro, criando, assim, a noção de contradição discursiva – no sentido de cada força utilizar a seu favor a mesma ideia. Desse modo, uma mesma palavra, expressão e proposição recebem sentidos diferentes porque

[...] seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras,



expressões e proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que *as mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido" (PÊCHEUX, 1997, p. 161, grifo do autor).

Portanto, é a ideologia de uma determinada FD que permite/favorece o sentido das palavras e dos enunciados e que mascara a transparência da linguagem. Conforme Pêcheux (1997), o sentido de uma palavra, expressão, não existe em si mesmo, ele é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual essas palavras e expressões são produzidas e reproduzidas. Ou seja, a regularização de uma FD ocorre por uma memória discursiva que faz ecoar uma memória coletiva, social. Essa memória discursiva não é plena, visto que nem todos os sentidos são autorizados a serem ditos em uma FD; ela é da ordem do ideológico.

Cabe destacar, ainda, que o interdiscurso consiste na memória do dizer. É ele que sustenta o dizível a partir de formulações já-ditas (pré-construídos), mas esquecidas, que constroem uma história de sentidos. Assim, é por meio da memória discursiva que não detemos o controle e que se constroem todos os sentidos.

E é nessa perspectiva que analisaremos as palavras "*nigger*", "preto" e "negro": pré-construídos de uma Formação Discursiva do Racismo que, por meio de discursos enunciados por sujeitos dominados por esta FD, faz rememorar sentidos já-ditos, porém esquecidos, produzindo sentidos racistas.

### **NÃO ME CHAME DE *NIGGER*!**

A partir da compreensão de que os pré-construídos têm um papel essencial na produção do discurso e de que o discurso é produzido a partir de relações estabelecidas com outros discursos já existentes, analisaremos, inicialmente, o termo americano *nigger*.



No vídeo, Nabby Clifford justifica a escolha da palavra “preto” tendo em vista o uso da palavra *black* nos EUA. Como já dito, nos EUA a palavra *nigger* (e sua variante *nigga*) foi banida do vocabulário americano por ser pejorativa. Na perspectiva da AD, podemos dizer que essa palavra é um pré-construído do interdiscurso da Formação Discursiva do Racismo, o que implica esse enunciado ter sua interpretação realizada no interior dessa FD, ou seja, o uso da palavra *nigger* (e sua variante *nigga*) produzir um sentido racista/preconceituoso se o sujeito do discurso estiver inscrito na FD do Racismo, que o domina.

Nessa perspectiva, é por meio da memória discursiva da palavra *nigger* que é possível entender a construção do seu sentido.

No século XX, décadas de 1940 a 1980, o termo *nigger* foi muito utilizado por brancos para se referir pejorativamente aos afro-americanos. Seu uso descrevia negativamente o povo africano/afrodescendente, colocando-o dentro de um *status* de inferioridade: povo desprovido de inteligência humana, intelectualmente atrasado, animais sexuais, entre outros. Além disso, durante o período de escravidão nos EUA, enquanto os escravos eram torturados e mortos, as pessoas brancas os chamavam de *nigger*.

Assim, o uso da palavra *nigger* passou a fazer parte de um discurso racista e discriminatório. Numa perspectiva discursiva, podemos dizer, então, que a palavra *nigger* seria um lugar de memória. Este lugar teria a função de rememorar a memória coletiva sobre a palavra, que faz funcionar o imaginário dos sujeitos em relação a eles mesmos e ao espaço que os constitui como sujeitos da linguagem. Ou seja, a memória do dizível faz rememorar toda uma época de sofrimento do povo afrodescendente: violência, exclusão, opressão.

Como forma de apagar esse discurso, os EUA, a partir da década de 1960, devido ao progresso de grupos sociais, como Black Civil Rights Movement (1955-1968), legitimou o uso da palavra *black* (preto), como forma de se referir a afrodescendentes/afro-americanos. Temos então a



censura da palavra *nigger*. Meios de comunicação, para evitar o uso dessa palavra, passaram a utilizar o eufemismo “the N word” (“a palavra com N”, em tradução livre).

O intuito dessa ação foi, e é, impedir a rememoração de antigas tradições (escravidão, exclusão social) e criar uma nova identificação. Portanto, utiliza-se a política do silenciamento para que os efeitos de sentidos não sejam trabalhados/rememorados, pois o silêncio político, ou política do silêncio (ORLANDI, 1997), se caracteriza pelo fato de que ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis e indesejáveis.

De acordo Achard (2010, p. 14), o passado, mesmo que memorizado, só pode ser significado se for reenquadrado no discurso concreto em que se está inserido, ou seja, para que haja a construção do sentido ele deve ser dito, visto que a memória discursiva é reconstruída na enunciação. Se há repetição de palavras como *nigger*, há retomada de sentidos que constituem uma memória que é social. Portanto, é a retomada e a regularização dos discursos em circulação (sócio-históricos), que resultam dessa repetição, que constituem a memória discursiva.

A censura da palavra *nigger* visa, então, a uma política sem memória, o silenciamento. Segundo Orlandi (2010, p. 59), o esquecimento da memória se constitui “de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. Ao censurar a palavra *nigger*, tenta-se evitar que os sentidos signifiquem, conseqüentemente se tenta evitar a identificação pelos sujeitos. No entanto, “o que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado” (ORLANDI, 2010, p. 66), isto é, o que é silenciado está em suspenso, somente sendo resquício na memória do dizer.

Assim, a palavra *nigger* pode ter sido censurada, pode não ser dita, mas o não dito continua produzindo significado pela nova expressão utilizada “the N word”, que remete/rememora *nigger*. Como diz Venturini, “é justamente pela historicidade inscrita no texto que se pode ‘olhar’ o silêncio



e ver nele a ausência que significa” (VENTURINI, 2009, p. 133). Portanto, ainda há um sentido no silêncio que instaura efeitos de sentidos diversos, como racismo, segregação, preconceito.

A substituição da palavra *nigger* por “the N word” tem o intuito de criar efeitos de sentidos diferentes, em que o racismo não apareça no discurso. Entretanto, como as Formações Discursivas é que determinam o que pode e deve ser dito, “the N word” ainda é um pré-construído de uma FD racista, diferente da palavra *black*, que teve seu uso instituído por meio da FD do Movimento Negro. Por isso ela é indicada e tão usada nos EUA.

Por mais que *black* também possa ser usada de forma preconceituosa, a memória discursiva deste pré-construído está sendo atualizada em virtude da existência de um discurso Outro (*nigger*), produzindo somente o sentido de ser afrodescendente/afro-americano, diferente do Brasil, em que as palavras “preto” e “negro” carregam uma memória colonial de sofrimento e discriminação.

## PRETO NÃO, NEGRO!

No Brasil, ao contrário dos EUA, a palavra mais utilizada para se referir a afrodescendentes é “negro”.

Segundo o argumento de Nabby Clifford, a palavra “negro” tem uma semântica negativa, estando relacionada a coisas ruins, por exemplo: mercado negro (mercado ilegal), dia negro (dia ruim), magia negra (magia maléfica), lista negra, câmbio negro, peste negra, buraco negro, ovelha negra, humor negro, passado negro etc. Enquanto que a palavra “preto”, quando utilizada para qualificar um substantivo, produz um sentido valorativo: feijão preto, ganhar nota preta, ter um carro preto (*status*).

Mas então por que no Brasil o afrodescendente não é chamado de “preto”, como nos EUA (*black*)?



Como já mencionado, a produção discursiva é dominada pelo interdiscurso, e este é caracterizado por ter um discurso pré-construído: algo dito antes e de fora. Nesse sentido, podemos identificar o racismo como um discurso dominado por um interdiscurso que é enunciado por pessoas que possuem uma ideologia e interesses comuns e cultuam valores semelhantes, no caso estão inscritas em uma FD racista e preconceituosa. Cabe destacar, ainda, que o interdiscurso se constitui na memória discursiva e é desta memória que não detemos o controle e que se constroem todos os sentidos, inclusive o das palavras “preto” e “negro”.

Nessa perspectiva, se analisarmos o uso da palavra “preto”, no Brasil, veremos que por muito tempo ela foi usada com tom pejorativo, o que justifica muitos serem contra seu uso e evitarem usá-la para se referir a um afrodescendente.

Assim como *nigger*, a palavra “preto” foi associada à escravidão, a uma raça inferior. Isso pode ser verificado nos anúncios e nas notícias presentes no jornal *O Dezenove de Dezembro*, do ano de 1854, único jornal a circular durante o período provincial do Paraná.

Como a prática de comercialização de escravos era comum na época, neste jornal encontramos vários anúncios de venda, compra e aluguel de africanos/afrodescendentes. Estes, eram chamados de “preto” e/ou “crioulo”, discurso do opressor, proprietário, sobre o oprimido, propriedade.

PRECISA-SE alugar *um preto ou preta* que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família; na rua das Flôres n. 13 (Sabbado, 8 de abril de 1854, anno 1, n. 2, p. 4, grifo nosso).

VENDE-SE *um preto crioulo* de 30 anos. Trata-se com Soares & Azambuja (Sabbado, 16 de dezembro de 1854, anno 1, n. 38, p. 6, grifo nosso).

MOBILIA, &c. &c. &c.

VENDE-SE uma mobília de jacarandá, quase nova, uma cama franceza com colchão e travesseiro, 6 castiças com mangas, 4 jarras para flores, 1 toucador, 1 aparelho de porcelana, e 1 de louça chneza para chá, meio dito de mesa e outros vários objectos. *Vende-se também uma preta de 20 annos idade, sadia, e que cosinha, lava e engomma*. Para informações nesta typographia (Sabbado, 9 de setembro de 1854, anno 1, n. 24, p. 4, grifo nosso).



Também encontramos nesse jornal anúncios em que se buscam escravos fugitivos. Estes eram apresentados de forma animalizada, destacando: deficiências, sinais, magreza, altura, tamanho dos pés, das mãos, dos olhos e dos narizes.

FUGIO da Villa de Antonina, e consta que está nesta cidade, *um preto, crioulo*, escravo do sr. Francisco Rodrigues, de nome Virissimo, alto, magro, pouca barba, nariz pequeno; quem o aprehender e levar ao sr. Antonio Pinto Porto, rua da Carioca n. 4, será gratificado generosamente (Sabbado, 30 de dezembro de 1854, anno 1, n. 40, p. 4, grifo nosso).

A JOÃO Francisco fugiu no dia 15 do corrente um *escravo crioulo*, de nome Simão, fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos 24 anos; levou poncho de panno azul novo; toca viola, e gosta de fandangos: quem o trazer, não sendo apadrinhado, á rua das Flores n. 14, receberá de gratificação 50\$000 (Sabbado, 21 de outubro de 1854, anno 1, n. 30, p. 4, grifo nosso).

Portanto, podemos dizer que o pré-construído “preto” faz parte do interdiscurso da Formação Discursiva do Racismo. A memória do dizer faz rememorar a escravidão, a exclusão e o sofrimento de um povo.

Além disso, quando o termo “preto” é usado por um sujeito branco inscrito nessa FD para se referir a um afrodescendente, além de rememorar essa opressão sofrida, rememora o lugar e a posição que a sociedade, desde a abolição da escravatura, o coloca: favelado, pobre, ser inferior, marginal etc.

Assim, ao contrário da palavra “branco”, que sempre foi vinculada a algo positivo, a palavra “preto” teve, e tem, uma historicidade negativa, pejorativa. Tanto que na história do Brasil temos a ideologia do branqueamento, que buscava criar uma identidade em que a imagem da população ideal era branca, loira, de olhos azuis. Acreditava-se que, com a chegada dos imigrantes europeus, seria estabelecida uma supremacia racial, em que, por meio da mestiçagem, eliminar-se-iam os afrodescendentes ou, pelo menos, os traços da negritude. Ou seja, temos a negação do “preto” no Brasil, literalmente.

Além dessa vertente empírica, definida como processo de “clareamento” da população brasileira, no final do século XIX e início do XX



também existiu uma vertente ideológica que buscava a interiorização, pela população afro, dos modelos culturais brancos, a fim de apagar o *ethos* de matriz africana.

Segundo Hofbauer, a ideologia do branqueamento “postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem desse ideal” (HOFBAUER, 2006, p. 27). Procurar apresentar-se “o mais branco possível”, como uma estratégia para sofrer menos discriminação e ser, talvez, mais aceito, é um comportamento que podemos localizar entre escravos africanos já nos primórdios do colonialismo europeu (e, inclusive, no medievo árabe-muçulmano) (HOFBAUER, 2006, p. 408).

Ainda segundo o autor, “o desejo de ‘ser mais branco’ solidificou-se como ‘prática social’ no Brasil. Podia ser notado tanto no comportamento social como na percepção e manipulação de aspectos físicos” (HOFBAUER, 2006, p. 212). No entanto, foi essa crença na possibilidade de transformação da cor da pele/raça que contribuiu para encobrir o teor discriminatório dessa construção ideológica, bem como abafar qualquer resistência coletiva. Portanto, pode-se dizer que foi esse ideário que possibilitou ao Brasil apresentar-se, por tanto tempo, como um país não racial, democrático racialmente.

É nessa perspectiva que o afrodescendente liberto, estudado, bem-sucedido, era “branqueado” na sociedade. Um exemplo são os irmãos conhecidos como Engenheiros Rebouças, que não eram “vistos”, nem foram “mencionados” como afrodescendentes na história da construção identitária do Paraná por terem um *status* diferente dos outros afrodescendentes: eram engenheiros.

É nesse contexto, também, que podemos relacionar a presença da quantidade de termos utilizados para se referir ao afrodescendente: mulato<sup>4</sup>, moreno claro, moreno escuro e, especialmente, “negro”. Uma forma de confirmar e disseminar, no Brasil, o mito de democracia racial, onde não há

4. O termo “mulato” faz analogia com “mulo”: produto híbrido e infértil, resultado do cruzamento entre cavalo e jumento.



racismo nem discriminação, bem como de criar imagens figuradas de raça, a fim de recuperar o sentimento étnico, a autoestima e a dignidade de um grupo que foi por tanto tempo discriminado e excluído.

Portanto, podemos dizer que o termo “negro” surge dessa ideia. Ser “negro”, resultado da miscigenação com o branco, passa a ser considerado superior ao preto/afrodescendente (por ganhar a inteligência do branco), mas continua sendo inferior ao branco (por perder a força física e vital, característica do preto/afrodescendente).

Em outras palavras, no Brasil, as várias fases do branqueamento contribuíram, e muito, para a sua propagação. Tanto que foi projetado no discurso por meio do uso da palavra “negro”, que para muitos ofende menos do que “preto”.

“Negro”, passou, então, a ser um termo não vinculado à escravidão. Uma forma de branquear o afrodescendente, porém que, ainda assim, o determina como o Outro: o não branco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visto, as palavras “nigger”, “preto” e “negro” são pré-construídos do interdiscurso da Formação Discursiva do Racismo, estando à disposição do sujeito que nela está inscrito e carregando a memória discursiva dos sentidos já construídos sobre os afrodescendentes.

Ao analisar essas palavras pelo viés da Análise do Discurso, vimos que é no discurso, na sua forma material, que funcionam os sentidos produzidos no passado, bem como os sentidos que têm historicidade: a memória.

Nos EUA, com o silenciamento do pré-construído *nigger*, buscou-se apagar as condições propriamente históricas de produção do discurso preconceituoso, racista. Assim, o termo *black* foi instituído a fim de se criar sentidos novos, bem como criar uma nova identidade ao povo afro-americano, que não rememorasse a escravidão.



Já, no Brasil, tanto a palavra “preto” quanto “negro” possuem uma memória discursiva que remete, respectivamente, à escravidão e à exclusão da sociedade. Além disso, por muito tempo foram usadas para ofender (preto fedido, neguinho) ou associar o afrodescendente ao pobre, marginal, bandido; ao contrário do branco, que sempre foi vinculado a algo positivo – tanto que tivemos a ideologia do branqueamento (algo que melhoraria o Brasil). Portanto, o negro/o preto sempre foi o Outro no discurso – o oprimido.

Os interdiscursos da FD racista e seus sentidos são objetos de repetição que cristalizam e, conseqüentemente, regularizam um conjunto de sentidos que passam a fazer parte da memória coletiva: como o afrodescendente ser associado ao escravo, à raça inferior, ao favelado, ao marginal etc. Por isso o modo de denominar o afrodescendente causa tanto desconforto: por “negro” e “preto” fazer rememorar uma história de escravidão e estar inscrita em uma ideologia racista, que discrimina e exclui o afrodescendente da sociedade.

No entanto, essa repetição do dizer que é a responsável pela cristalização dos sentidos, também possibilita a sua alteração/atualização. Assim, em determinados contextos de produção, “negro” e “preto” podem ser perjorativos e produzir sentidos já existentes (racistas), mas em outros podem produzir sentidos novos, como o que está acontecendo no Brasil por meio de movimentos que buscam a representatividade do afrodescendente, em que o termo “preto” está sendo utilizado como discurso afirmativo.

Nesse sentido, vemos, também, que a aceitação dos termos “negro” e “preto”, pelos afrodescendentes, tem relação à identificação da pessoa com eles. Observa-se que os significados das palavras não são fixos, eles estão relacionados a objetos e/ou eventos externos à língua, ou seja, a um processo de diferenciação (identidade e diferença) que as palavras têm umas com as outras. No caso, uma pessoa é considerada branca porque existe o preto.

Por a identidade e a diferença serem resultados de um processo de produção simbólico, discursivo e linguístico, bem como de criações sociais



e culturais, elas estão sujeitas a relações de poder: “incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”))” (SILVA, 2003, p. 81-82). Exemplos das marcas da presença de poder ocorridas por meio da diferenciação (identidade e diferença) podem ser verificados no tratamento dado aos afrodescendentes por meio do discurso racista, em que são discriminados e inferiorizados.

Essa identidade negativa sobre afrodescendente é construída por grupos que estão inscritos na FD racista ao mesmo tempo em que é internalizada pelos afrodescendentes, ou seja, temos um grupo que produz o sentido no ato da linguagem e o outro que interpreta esse sentido: o discurso que projeta a ideologia racista/racialista (superioridade racial), e o afrodescendente, que aceita e internaliza esse discurso.

Assim, por muito tempo, “negro” e “preto” foram utilizados para identificar e se referir a um grupo oprimido, excluído. Isso também contribuiu, negativamente, para a identificação dos afrodescendentes com os termos aqui analisados. Assim, para uns, “negro” é raça e “preto” cor. Para outros, “preto” é colonialmente pejorativo, e “negro” um termo neutro, ou que os aproxima do branco. Além disso, para muitos não é a palavra “negro” ou “preto” que ofende, nem a origem de quem fala (se é pessoa branca ou afrodescendente), mas a maneira como é dita.

Então, qual o termo mais adequado para se referir a uma pessoa afrodescendente, “negro” ou “preto”?

A forma mais aceitável de tratar um afrodescendente é aquela que ele se identifica: seja “negro”, seja “preto”. Refletir e discutir sobre o uso dessas palavras é necessário, por questão de representatividade, mas também é fundamental, por meio do discurso, respeitar um povo que foi por tanto tempo discriminado pela sociedade.



## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: \_\_\_\_\_. *Papel da memória*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes editora, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. *Papel da memória*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 2 ed. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imagário urbano: espaço de rememoração*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.



# 2

Wilder Kleber Fernandes de Santana

## **Vetorializações discursivo-historiográficas sobre raça:**

Jesus Cristo e Paulo  
de Tarso como proponentes  
da isonomia racial  
no I século d.C.



## INTRODUÇÃO

Há muito o que se considerar, quando tratamos de uma temática tão densa quanto a *Isonomia*<sup>5</sup> racial no primeiro século d.C., a qual envolve não apenas uma perspectiva teórica de análise, mas entornos históricos que constituem aspectos morais<sup>6</sup> (religião e raça) e éticos, uma vez que imergimos na cultura judaico-cristã do I século d.C. Nessa vetorialidade, defendemos as escrituras neotestamentárias (salvem-se as parábolas, alegorias e/ou figuras de linguagem) como registros historiográficos (BAUCKHAM, 2011; GONZÁLEZ, 2011).

Quanto às perspectivas teórico-epistemológicas que nortearam nosso trabalho sobre raça, respaldamo-nos em Comas (et. al, 1970) – volume 1 de *Raça e Ciência* em que os autores pavimentam estudos que perpassam as temáticas de *mitos raciais*, *raça e sociedade*, *o povo da terra prometida*, *raça e civilização*, e *raça e história*. De maneira similar, fundamentamo-nos pressupostos de Champlin (2014), o qual discute sobre os conceitos filosófico-sociológicos de raça. Quanto ao ato específico de estudo sobre a raça judaica, nossos subsídios ganharam corporalidade nos dizeres de Sodlow Baxter (1985), o qual constrói um panorama histórico dos períodos pré, vigente e pós-exílio babilônico.

Nossa análise incidiu sobre a reenunção do discurso de Paulo de Tarso acerca das palavras de Jesus sobre as comunidades judaica e grega, em densidade dialógico-axiológica, uma vez que, em perspectiva bakhtiniana da linguagem, todos os seus dizeres valoram e são valorados

5. O princípio de Isonomia aqui mobilizado está ancorado nos dizeres de Champlin (2014, p. 233), ao averiguar que “consiste em uma relação de valor idêntico, de vantagens e de realização iguais”. Esse sistema, no primeiro século, teve muita dificuldade de criar raízes devido às hierarquizações existentes nos territórios grego e romano. Tal princípio, porém, esteve mais ligado ao plano da proposição no sentido de luta: tanto Paulo de Tarso quanto Jesus Cristo lutaram veementemente, contra a ordem do discurso vigente nas cidades, sobretudo em *Atenas*.

6. Por aspectos morais entendemos o conjunto de diretrizes/conselhos/normativas que regem o *comportamento do ser humano em coletividade*, as quais são adquiridas pela educação e manifestas no cotidiano. Atente-se, por exemplo, ao conjunto de diretrizes e conselhos enunciados por Jesus no sermão da Montanha (Mt. 5).



interconstitutivamente. Tal panorama enunciativo-discursivo infere que tanto Jesus de Nazaré quanto Paulo de Tarso configuram-se como proponentes da isonomia racial no primeiro século d.C. Os textos que delimitamos para análise se encontram nas entrelinhas do Novo Testamento bíblico, especificamente em registros epistolares. Desse modo, dada a necessidade de compreender de qual raça judaica estamos falando, realizamos um breve estudo explicativo sobre o ser judeu nos períodos *vetero*, *inter* e *neotestamentário*.

A versão bíblica que serviu de subsídio e referência para a composição deste trabalho foi a *Bíblia de Jerusalém*<sup>7</sup> (2002), cujos direitos são certificados pela *Paulus Editora*. Nesta *Nova Edição Revista e Ampliada*, a tradução foi realizada diretamente dos textos originais (hebraico e grego). Adentramos em investigações sobre horizontes religioso e racial-cultural numa perspectiva alteritária bakhtiniana que se concretiza analiticamente em diversos campos do saber, ao compreendermos que há em Bakhtin e o Círculo múltiplos traços enunciativos destas multifacetadas temáticas. Conforme Santana (2017), além de inúmeras e importantes contribuições para o debate acerca do ético-cognitivo, encontramos, em seus textos, surpreendentes formulações teórico-filosóficas sobre o ativismo estético assim como algumas formulações, pequenos esboços da moralidade e *mediações simbólicas cristãs* (COSTA, 2016). Cumpre ressaltar que, independentemente de haver ou não escritos bakhtinianos sobre a ética religiosa, isto não denota que não tenha deixado alguns indícios cujo desenvolvimento nos possa permitir o sentido e a pertinência de tal projeto (CARDITA, 2012). No ensaio *Para uma Filosofia do ato responsável* é possível perceber a intenção do próprio Bakhtin (2010) ao investigar o campo (ética) da religião.

7. Em 1973, a Paulus Editora (outrora Edições Paulinas), empreendeu o exercício de traduzir, para o público brasileiro, a versão *Bíblia de Jerusalém*, considerada em diversos países a melhor edição desta escritura. Exegetas católicos e protestantes passaram três anos em trabalho intensivo de revisão, e primeiramente foi concretizada a tradução do Novo Testamento. Em 1985, a partir de análises minuciosas, a equipe responsável pela revisão exegética realizou um exame completo de toda a tradução, em que se procedeu uma nova revisão literária, em que surgiu a Nova Edição Revista. Os trabalhos da École Biblique continuaram produzindo revisões, e desse trabalho se originou, na França, em 1998, a edição Ampliada e Corrigida, reacentuando a edição de 1973. É então que, em 2002, a Paulus Editora, servindo-se da edição revista e ampliada, publica esse noto texto, aqui apresentado e utilizado para delimitação do dado (*corpus*) de pesquisa.



A primeira parte de nossa pesquisa foi devotada ao exame das discussões histórico-filosófico-sociológicas sobre raça: para além de pre(con)ceitos, em que traçamos os principais estudos que norteiam as propostas desenhadas. A segunda se deteve a algumas vetorializações discursivo-históricas sobre a linguagem: o discurso citado, uma vez que o próprio discurso de Jesus já é citado por outro(s), no cenário neotestamentário. Após falar brevemente sobre Jesus Cristo e Paulo de Tarso enquanto sujeitos sociais (seção 3), o quarto tópico foi destinado às análises(s): em que averiguamos como Jesus Cristo e Paulo discursivizam o princípio da isonomia racial nos registros epistolares e evangelísticos do Novo Testamento bíblico.

## DISCUSSÕES HISTÓRICO-FILOSÓFICO-SOCIOLÓGICAS SOBRE RAÇA: PARA ALÉM DE PRE(CON)CEITOS

Concordamos com Maio & Santos sobre o fato de que “As vinculações entre raça, ciência e sociedade no Brasil, tal como na cultura de diversos outros países ocidentais, é tão antiga quanto multifacetada” (MAIO & SANTOS, 1996a, p. 9). É necessário, portanto, ponderar que a temática raça merece ser persistida como central nas reflexões de caráter histórico-ideológico ante a relevância de suas reverberações na gênese e desenvolvimento das Ciências (Humanas) e de princípios de alteridade.

A partir do século XVIII e XIX pode-se presenciar, com veemência, um modelo hierarquizador, em que a nação europeia é cristalizada raça suprema-branca, em que, para Maio & Santos, se deu “sobre ‘raças antropológicas’ e ‘raças históricas’, uma enorme gama de atributos positivos das ‘raças’ nativas concorria, através da mestiçagem, para a formação do povo...” (MAIO & SANTOS, 1996a, p. 18). É comum observar, na literatura científica estrangeira, e em estudos coloniais, atributos negativos às “raças” inferiores – sobretudo a sua baixa moral, física e intelectual. Dentre outros fatores, até hoje tais pre(con)ceitos servem de justificativa e autorização para a exclusão dos índios da nação brasileira.



Então, dada a imensidão de discussões que se ergueram em perspectivas sobre raça, na ciência, na literatura ou em outras artes<sup>8</sup> iremos elencar brevemente alguns tópicos sobre alguns questionamentos levantados desde o “Início da Civilização Ocidental ou Aurora da História” (BURNS, 1979, p. 14), para delimitarmos-nos ao I século d.C. As interligações entre ideologia e racismo tem caminhado lado a lado, ainda que sob bifurcações, esse último compreendido como “expressão de um sistema de pensamento fundamentalmente antirracional que constitui um desafio à tradição de humanismo que nossa civilização reclama para si”. (COMAS et. al, 1996, p. 7)<sup>9</sup>.

Fazem-se valiosas as considerações de Champlin, em como este trata, filosófico-cientificamente, da Raça. Na ótica discursiva deste pesquisador:

Nos estudos das raças humanas, devemos considerar o aspecto biológico e o aspecto social. O primeiro versa sobre os processos de diferenciação das populações humanas, bem como a classificação dos resultados de tais processos. O segundo aspecto trata dos mecanismos sociais que influenciam os processos de diferenciação, bem como as reações de um grupo social ante os resultados finais dos vários processos de diferenciação (CHAMPLIN, 2014, p. 540).

A primeira seção de discussões seleta pelo autor, no que tange aos estudos em raça, consiste na *Problema Biológico*. Nesse sentido, ainda que estudos biológicos sejam importantes para definições em

8. Examinem-se os textos “As Relações Raciais em Casa-Grande & Senzala Revisitadas à Luz do Processo de Internacionalização e Globalização” (Lívio Sansone); “O Negro como Lugar” (Joel Rufino dos Santos) “Aqueles a Quem foi Negada a Cor do Dia: As Categorias Cor e Raça na Cultura Brasileira” (Yvonne Maggie) “Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil” (Carlos Hasenbalg) in: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura, (orgs.). *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, 252 p.

9. Postas essas considerações primeiras, averiguem-se as principais temáticas, reunidas na obra *Raça e Ciência* (Vol. I): Sobre os mitos raciais: *Generalidades sobre os preconceitos e os mitos raciais; O mito do sangue e da inferioridade dos mestiços; O preconceito de cor: o mito negro; O mito da superioridade da raça ariana ou nórdica*. (COMAS, 1970, p. 11-51). Debates em Raça e sociedade: *União Sul-Africana; Brasil e Havai; Grã-Bretanha*. (LITTLE, 1970, p. 68-102). O povo da terra prometida: *Os vestígios do passado; Origem dos judeus; O povo eleito; A Terra Prometida; A Diáspora; O final dos tempos*. (SHAPIRO, 1970, p. 111-163). Raça e Civilização: *Os limites da noção de “raça”; O homem e suas civilizações; Não há aversão racial inata*. (LEIRIS, 1970, p. 193-227). Raça e História: *Raça e Cultura; Diversidade das culturas; O etnocentrismo; Culturas arcaicas e culturas primitivas; A ideia de progresso; Acaso e civilização* (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 231-260).



genética (analisem-se as leis de herança genética, Mendel (1822-1884) e outros domínios de saber da esfera vital humana, as dicotomizações e diferenciações inter-humanas propostas pela biologia não são suficientes para classificá-los racialmente. Uma outra perspectiva que se aproxime, em termos territoriais, da complexidade da temática é a proposta por Hoebel (2006), em que divide a espécie humana em nova categorizações, esquematizadas por Champlin:

1. Europeia – populações da Europa, norte da África e Oriente Médio, som seus descendentes espalhados pelo mundo.
2. Indiana – populações do subcontinente indiano.
3. Asiática – populações da Sibéria, Mongólia, China, Japão, sudeste da Ásia e Indonésia.
4. Micronésia – População das ilhas do Pacífico Ocidental desde Guam às ilhas Marshalls.
5. Melanésia – População desde a Nova Guiné até Fiji.
6. Polinésia – população das ilhas do Pacífico oriental desde as ilhas do Havaí até a Nova Zelândia e as ilhas da Páscoa.
7. Americana – população formada pelos índios.
8. Africana – populações da África, ao sul do deserto de Saara.
9. Australiana – população formada pelos aborígenes australianos. (CHAMPLIN, 2014, vol. 5, p. 541)

Então, após discutir exaustivamente sobre cada uma das nove categorias de raça propostas por Hoebel (2006), analisar como as raças se diferenciam entre si e delinear as principais características das Raças modernas e pré-históricas, Champlin (2010) incide nos *Estudos sociológicos sobre raça*, os quais derivam de *Comunidade religiosa*, em que um dos pontos centrais é *a Bíblia e a questão racial*. É especialmente a esse ponto que daremos maior atenção, por ser a nossa proposta de análise, no contexto neotestamentário.

## SOBRE A NAÇÃO JUDAICA: QUE RAÇA É ESSA?

Shapiro (1970) constrói, histórico-arqueologicamente (o que envolve características biológicas) um estudo enciclopédico dos judeus (antigos hebreus), através de pesquisas sobre seus descendentes da época contemporânea, o que possibilita uma avaliação panorâmica do que, supostamente, permitiria “avaliar as mudanças introduzidas nessas características no curso dos quatro milênios da história do povo judeu”



(SHAPIRO, 1970, p. 116). Em nota, o pesquisador explica que as pesquisas arqueológicas e estudos bíblicos mais recentes conduziram especialistas a situarem a época de Abraão no início do segundo milênio a.C.

Classificamos como importantíssimo o conteúdo esculpido por Shapiro (1970) sobre a *Origem dos judeus*, em que reenuncia toda a história de Abraão, de acordo com os registros mosaicos de *Gênesis*. Porém, para a especificidade de nosso trabalho, não é à nação/raça veterotestamentária que nos referimos, e sim aos descendentes judeus pós-exílio babilônico, o que requer o delineamento histórico de três períodos: a) pré-babilônico, ou um período anterior ao tempo em que os judeus se tornaram cativos (reféns) do povo babilônico; b) período babilônico (tempo do exílio na Babilônia) e c) era pós-babilônica, ou seja, em que apenas uma parcela de todas as pessoas exiladas são libertas, o que, biblicamente, se denomina como o *remanescente de Israel*.

Nesse direcionamento, recorreremos a J. Sidlow Baxter (1985), historiador australiano que realiza um estudo sistemático e exaustivo sobre o período histórico conceituado interbíblico, para compreender quem são os judeus a quem Jesus e Paulo se referem. Ao se referir aos judeus que advêm do período do cativo babilônico, e cujos descendentes povoam, séculos depois, as terras de Jerusalém, Samaria, e cidades circunvizinhas, o autor nos esclarece que

A condição dos *judeus como nação e raça* deste período de quatrocentos anos deve ser claramente lembrada. Duzentos anos antes, Jerusalém tinha sido conquistada e o povo judeu levado para o exílio na Babilônia (587 a.C.). Cinquenta anos depois disso, enquanto os judeus continuavam cativos, o próprio império babilônico fora derrubado e substituído pelo medo-persa, o segundo dos impérios mundiais profetizado em Daniel; Ciro, o imperador persa expedira seu famoso decreto (536 a.C.), provocando a volta do “remanescente” judeu a Jerusalém e Judeia, sob Zorobabel, cerca de 50.000 ao todo. Vinte e um anos mais tarde, depois de muitos obstáculos, a construção do novo templo foi completada em 515 a.C. Outros cinquenta e sete anos depois disso, em 458 a.C., o escriba Esdras se juntou ao “Remanescente”, repatriado em Jerusalém com um contingente bem menor de duas mil pessoas com suas famílias, e restaurou a Lei e o ritual (BAXTER, 1985, p. 12, grifos nossos).

Dadas essas condições historiográficas, faz-se necessário salientar que, após outros doze anos (446 a.C.), em que Neemias chegou a



Jerusalém para reconstruir os muros e exercer o cargo de governador, havia, agora, um estado judeu na Judeia, ainda que sob domínio persa. Os judeus, portanto, a quem Jesus, chamado o *Cristo*, e Paulo de Tarso, se referem, são o remanescente de Israel, ou seja, uma parcela mínima dos descendentes da população que ficou cativa na Babilônia e que povoou as terras de Jerusalém e cidades circunvizinhas a partir do ano 30 d.C.

## VETORIALIZAÇÕES DISCURSIVO-HISTÓRIGRÁFICAS SOBRE A LINGUAGEM: O DISCURSO CITADO

Uma observação pertinente à continuidade de nosso estudo está em que a transmissão das mensagens que Jesus instaurou se dá através da exposição argumentativa de Paulo de Tarso, fenômeno que denominamos, respaldados em Volóchinov (2017 [1929]) *discurso citado*, em que o locutor expõe as palavras antes pronunciadas por outro sujeito.

Volóchinov (2017 [1929]), estudioso da linguagem via ideologia e integrante do Círculo de Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, traça importantes discussões acerca do *discurso de outrem*. Na perspectiva deste pesquisador, o discurso citado consistiria na fórmula *discurso no discurso, enunciação na enunciação*, e, ao mesmo tempo, *discurso sobre o discurso, enunciação sobre a enunciação*. Entretanto, esse discurso não se prende às formas morfossintáticas, mas as transcende. O discurso citado, para o falante, consiste na enunciação de um outro sujeito, carregada de um todo construído, e situada fora do contexto narrativo. Dessa forma, a unidade real da língua (que se realiza na fala) passa a ser não apenas uma enunciação monológica individual e isolada, mas o diálogo vivo, ou seja, a interação entre pelo menos duas enunciações. Os autores russos passam a refletir mais sobre isso:

Dir-se-á que nas formas do discurso citado há um documento objetivo a esclarecer esse problema. A partir do instante em que sabemos ler tal documento, este nos dá indicações que ultrapassam os processos



subjetivo-psicológicos “passageiros e fortuitos” que se passam na alma<sup>10</sup> do interlocutor: adentram às tendências sociais, o que caracteriza a estabilidade de apreensão ativa do discurso de outrem (esse que se manifesta nas formas da língua). Esse processo de apreensão do discurso alheio não está preso ao mecanismo individual (situado na alma), mas no corpo social, isto é, na interrelação de elementos de atividade apreciativa. É nessa perspectiva que inserimos as argumentações paulinas, que já vem carregadas das propostas instauradas por Jesus, pouco tempo antes, sobre a isonomia racial entre os povos, fossem gregos, romanos, egípcios, filisteus, ou até mesmo aqueles que eram chamados de gentios, por não compreenderem tão bem a lei mosaica em decorrência da falta de leitura. Para Volóchinov (2017 [1929]), muito mais que a significação do que é dito<sup>11</sup> (tema), o discurso citado, mantendo sua autonomia estrutural-semântica, entra no discurso do falante em integralidade, mantendo o percurso linguístico do enunciado que o integrou, mas como passa a assumir o corpo de outro discurso, o texto citado, que outrora comportava o fragmento de outro contexto de enunciação, passa a se tornar *tema de um tema*.

Então, a grande problemática da linguística, no olhar dos russos Bakhtin (2010 [1920-1924], Volóchinov (2017 [1929], e Medviédev [2016

10. A noção de alma, para Bakhtin, “na medida em que é um todo dado da vida interior do herói e é objeto de uma percepção artística, é transcendente à orientação do sentido em sua vida, à sua autoconsciência... a alma, enquanto todo interior, um todo dado, atual, inserida no tempo, é estruturada através das categorias estéticas; é o espírito tal como ele aparece, visto de fora no outro. (BAKHTIN, 1997, p. 115). Dessa forma, de acordo com Santana, “O filósofo de Oriel inaugura um novo sentido axiológico de alma (semântica) do patamar religioso para o estético-artístico. Assim, entende-a não como um elemento através do qual o homem/personagem/herói possa se comunicar com Outro/outro, ou através do qual emanam sentimentos e emoções, mas como a representação do imediatismo, do ego, de uma individualidade extrema, “eu-para-mim” (SANTANA, 2016, p. 1403). A alma do receptor é um elemento constitutivo em que se passam suas experiências únicas, eu-para-mim, “representa a experiência (pós-retorno) de si mesmo, em que meu horizonte jamais coincide com o horizonte de um outro que contemplo à minha frente” (SANTANA, 2016, p. 1403).

11. Na ótica discursiva de Volochinov (2017 [1929]), os sentidos sógnicos não são passivos, não estão dados, pois dependem e concretizam-se na interação verbal, como explicitado. Cada palavra ou signo já possui em si mesmo sua potencialidade comunicativa, ou seja, seus sentidos já concretizados historicamente através de seus usos pelas diversas comunidades de falantes, entretanto, a cada nova condição de comunicação, essa significação também se renova, tornando-se única para aquela situação de interação e não outra, sendo então, não reiterável. Nesse sentido, a significação consiste nos sentidos já cristalizados de uma determinada palavra, aqueles que são encontrados nos dicionários, e a atualização, dentro de um determinado contexto de interação particular, é o tema.



[1928]), foi ter promovido o divórcio entre o discurso citado do contexto narrativo e o enunciado que o transmite, pois é na interrelação entre eles que se concretizam suas existências. O discurso citado (no caso, o de Jesus) não pode viver isoladamente, nem o discurso citante (pronunciado por Paulo de Tarso), só em termos abstratos tal fato pode ser verificado. Na realidade da língua, fora da abstração transcendental e também à parte do objetivismo idealista, a todo tempo estamos um recorrendo à(s) palavra(s) do outro, que proclama seu estatuto em nosso enunciado.

## JESUS CRISTO E PAULO DE TARSO ENQUANTO SUJEITOS SOCIAIS<sup>12</sup>

Acerca de Jesus, as pesquisas aqui realizadas pautam-se tanto no que trazem os Evangelhos sinóticos<sup>13</sup> quanto no próprio Evangelho de João. Em um campo extra-bíblico, reportar-nos-emos a alguns teólogos e estudiosos da Bíblia, como Boyer e Losch, dentre outros.

Jesus (heb. **ישוע** / **ישוע**; transl.: *Yeshua*); gr: **Ἰησοῦς**; transl.: *Iesous*) também chamado Jesus de Nazaré, nasceu em Belém, e seu nascimento fora predito nos registros de Lucas (1.26-38). “Com exceção dos relatos sobre seu nascimento e um incidente quando ele tinha doze anos, nada se sabe sobre a vida de Jesus antes do início de seu ministério” (LOSCH, 2008, p. 239). Ainda segundo Marcos (6.3) e Lucas (2.51), até que se dê

12. Para composição deste tópico, fizemos um recorte e posterior atualização de um capítulo da dissertação: “Relações axio(dia)lógicas na arquitetônica do discurso de Jesus sobre o Pão da Vida, defendida em 2017 (Proling-UFPB). O autor do texto é Wilder Kleber Fernandes de Santana, que teve como orientador o Prof. Dr. Pedro Farias Francelino.

13. Griesbach (2010 [1776]), pesquisador alemão e estudioso da Bíblia, ao publicar, em Halle, a obra *Synopsis evangeliorum* (*Sinopse dos evangelhos*), introduziu pela primeira o termo “sinótico” nos escritos relacionados aos três primeiros evangelhos. A origem do termo “sinótico” é grega, oriunda de duas palavras: *syn* (“junto”) e *opsis* (“ver”). Sua obra robusteceu e reenunciou a opinião de Agostinho de Hipona (399), que expusera em seu *De consensu evangelistarum*. Para o bispo de Hipona, os evangelhos teriam sido escritos na ordem em que estão no Cânon. Portanto, o termo “evangelhos sinóticos” faz referência aos registros de Mateus, Marcos e Lucas acerca de relatos históricos, atos realizados e palavras enunciadas por Jesus Cristo. São designados dessa forma devido a conterem uma grande quantidade de histórias em comum, na mesma sequência, e algumas vezes, utilizando exatamente a mesma estrutura e utilizando até as mesmas palavras.



a concretude de sua jornada ministerial, aos trinta anos de idade, Jesus trabalha durante dezoito anos como carpinteiro. Para nosso trabalho, importa o período em que este sujeito atuou publicamente, enquanto pregador e disseminador dos ensinamentos acerca de Deus, a mesma divindade que é registrada por Moisés acerca de Abraão, Isaque e Jacó, conforme Mateus (22.32). Este período de eventos discursivos ministeriais divide-se em quatro anos.

*O primeiro ano do ministério público* de Jesus reúne eventos peculiares, como seu batismo por João Batista (Mt 3.13-17), a tentação no deserto (Mt 4.1-11) e o primeiro milagre operado em Caná da Galileia (Jo 2.1-2). Também purifica o Templo (Jo 2.13-25) e discursa com a mulher de Samaria no poço de Jacó (Jo 4.1-12). *O segundo ano de seu ministério* é marcado pela pregação em Cafarnaum (Mt 4.13-17) e a vocação de Simão, André, Tiago e João (Mt 4. 18-22). Após a escolha dos doze apóstolos (Mc 3.13-19), prega o sermão na montanha (Mt 5;6;7). Seguem-se tais acontecimentos da oração dominical (Mt 6.9-13) e o momento em que uma mulher unge os pés de Jesus (Lc 7.36-50). Após pregar de aldeia em aldeia na Galileia (Lc 8.1-3), atravessa o mar Galileu e acalma uma tempestade (Mt 8.18). (BOYER, 2009).

*No ano terceiro de seu ministério público*, Jesus, após enviar seus apóstolos a apregoar a doutrina que ensinara (Mt 10.1-42), alimenta cerca de cinco mil pessoas (Mt 14.13-21). Há a confissão por Pedro de que Jesus é o filho de Deus (Mt 16.13-20), momento que sucede o “andar sobre as águas” (Mt 12.22-36). O sujeito Jesus, então, fala acerca de sua morte e ressurreição (Mt 16.21-28). *A quarta temporada anual das pregações* do sujeito Jesus ganha concretude nos seguintes eventos: 1). Discurso na festa dos Tabernáculos (Jo 7.10-53); 2) envia os setenta discípulos para pregarem a doutrina da graça e da justificação (Lc 10.1-24); 3) ressuscita a Lázaro em Betânia (Jo 11. 17-46); 4) última viagem a Jerusalém (Mt 19.1), 5) bênção às crianças (Mt 19.13-15), e 6) predição, mais uma vez, do sujeito enunciativo acerca de sua morte e ressurreição (Mt 20. 17-19). (LOSCH, 2008; BOYER, 2009).



Com relação a Paulo de Tarso<sup>14</sup> (o que fora antes era chamado Saulo), recorremos a Hill (2011) e González (2011). Nasceu em Tarso, na Cilícia, cresceu em família de judeus, os quais gozavam dos privilégios da cidadania romana. No instante em que foi circuncidado,, recebeu dois nomes: Saulo – hebreu e Paulo – romano. Em 29 d.C., em viagem a Jerusalém, de cunho patriótico-religioso, estudou no templo de Salomão. Antes de aderir aos ensinamentos cristãos, Paulo perseguiu comunidades cristãs, inclusive participou do apedrejamento de Estêvão, um dos mártires. O próprio Paulo afirma, em carta aos Filipenses: “Circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu de hebreus; segundo a lei, fui fariseu” (PAULO aos Filipenses 3.5), o que também é registrado por Lucas: “Quanto a mim, sou judeu, nascido em Tarso da Cilícia, e nesta cidade criado aos pés de Gamaliel, instruído conforme a verdade da lei de nossos pais, zeloso de Deus, como todos vós hoje sois” (LUCAS. Atos dos apóstolos 22.3).

Profundo conhecedor do grego e da retórica, após aderir às práticas da mensagem outrora explanada por Jesus, sua conversão ao cristianismo foi instantânea. Entre 45 e 48 d.C., Paulo realiza sua primeira expedição missionária. Entre 50 e 62, Paulo se retira para o deserto e escreve 13 epístolas que compõem as escrituras neotestamentárias. Através de suas viagens, exposições, lutas em defesa da fé cristã e contra a desigualdade social, tornou-se um dos principais difusores do Cristianismo, principalmente entre os gentios.

14. O que escrevemos aqui sobre Jesus e sobre Paulo não representa nem 20% de tudo o que tais sujeitos vivenciaram, socialmente. Foi necessário, devido à proposta do presente capítulo, reduzirmos ao máximo as informações. Porém, no Novo Testamento bíblico é possível perceber todo o horizonte de vivência linguístico-discursivo-social de ambos os sujeitos.



## ANÁLISE(S): JESUS E PAULO DISCURSIVIZAM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA RACIAL NO NOVO TESTAMENTO BÍBLICO

Em carta escrita aos Gálatas (Roma, 68 d.C.), o apóstolo Paulo, após exortá-los sobre o extremo ceticismo e relativismo, em que também refletiu sobre as motivações para existência de leis regulamentadoras, afirma que “não há judeu nem grego, não há servo nem livre” (PAULO aos Gálatas. 3. 28a). Um pouco mais adiante, o ministro de Tarso esclarece que houve motivações para o nascimento e os atos alteritários de Jesus, o qual transpôs na práxis o que se denomina o fruto do Espírito (PAULO aos Gálatas 5. 22), que foi extinguiu as diferenciações sociais existentes entre servo e livre, mas todos seriam um, dentro da proposta doutrinária de Jesus.

É interessante notar que Jesus não apenas instaura um novo sistema político-religioso, mas promove quebras na tradição farisaico-rabínica que se edificara ao longo das últimas décadas anteriores ao seu nascimento, principalmente após o período em que os judeus estiveram no cativeiro babilônico. Em meio a essa desconstrução de paradigmas legalistas e hierárquicos (percebe-se o Clímax em João 71-22 ,6) para estabelecimento da igualdade entre os homens, Paulo, ao escrever para os Romanos (Corinto, 60-58 d.C.), traz uma discussão teológica profunda sobre a isonomia entre judeus e gregos. “Qual a vantagem do judeu? Ou qual a utilidade da circuncisão?” (PAULO aos Romanos 3.1). E após longos escritos sobre a igualdade humana, continua: “É porventura Deus somente Deus dos judeus? Não o é também dos gentios? Também dos gentios, certamente. Visto que Deus é um só, o qual justificará, por meio da fé, os da circuncisão e os da incircuncisão” (PAULO aos Romanos 3.29-30). Na mesma carta, em seu décimo capítulo, o emissor da carta assim potencializa seu pensamento isonômico: “Portanto, não há distinção entre judeus e gentios, pois o mesmo Senhor é Senhor de todos e abençoa ricamente todos os que o invocam.” (PAULO aos Romanos 10.12). São essas situações concretas e reais na esfera comunicativa de interação extra verbal que determinam o aspecto e o sentido de toda a palavra direcionada, dirigida, lançada. Para Bakhtin,



É original a natureza das relações dialógicas. A questão do dialogismo interior. O limiar das fronteiras entre os enunciados. A questão da palavra bivocal. A compreensão como diálogo. Aqui chegamos ao extremo da filosofia da linguagem e do pensamento das ciências humanas, em geral, às terras virgens. (BAKHTIN, 2006 [1979], p. 325)

A partir dessas considerações acerca da noção de linguagem, tornou-se explícito diálogo Eu/Outro, Paulo e seus interlocutores, que o constituem. A conceituação do dialogismo como um ativismo do diálogo consiste na dinâmica entre Eu e Outro em uma esfera espaço-temporal socialmente organizada e em interação discursiva. “A dialética nasceu do diálogo para retornar ao diálogo em um nível superior (o diálogo de *indivíduos*)”. (BAKHTIN, 2006, p. 401). Compreende-se como um movimento dialético em que uma consciência é enformada por outra(s), e nas réplicas (verbais ou gestuais) se concretizam os entornos interconstitutivos. Em termos religiosos, esfera religio-racial, quando escreve aos Coríntios (ÉFESO, 59 d.C.), o apóstolo benjamita afirma: “Pois todos fomos batizados por um só Espírito, a fim de sermos um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e a todos nós foi dado beber de um único Espírito”. (PAULO aos Coríntios 12:13), o que, por sua vez, influenciará sua produção epistolar aos Colossenses, cerca de cinco anos depois (ROMA, 64 d.C.): “E vos vestistes do novo, que se renova para o conhecimento, segundo a imagem daquele que o criou, no qual não há grego nem judeu, nem circuncisão nem incircuncisão, bárbaro, cita, servo ou livre, mas Cristo é tudo em todos” (PAULO aos Colossenses 3.10-11).

Com relação ao princípio isonômico racial, no tangente a não haver diferenciação entre pessoas (ou seja, não há maior nem menor), Paulo atesta “Porque, para Deus, não há acepção de pessoas” [PAULO aos Romanos 2.11]; o que também é registrado por Lucas: “Reconheço por verdade que Deus não faz acepção de pessoas” [LUCAS, Atos dos apóstolos 10.34]<sup>15</sup>. Nesse prisma discursivo, corroboramos a afirmativa de Bakhtin de que

15. Esclareça-se que em nenhum momento referimo-nos, com tais versos, a uma perspectiva soteriológica, nem adotamos a um ponto de vista universalista, mas sobretudo em termos raciais, políticos, éticos. Isoladamente, os versos parecem corroborar o pensamento vigente entre muitos religiosos universalistas, o que não é coerente de modo algum.



A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se de uma orientação natural de todo discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (2010 [1930-1934], p.88)

O apóstolo Paulo não está inaugurando dizeres, pois “Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão poderia evitar essa mútua orientação dialógica do discurso para o objeto”. (BAKHTIN, 2010 [1930-1934], p.88). Externo a isso, todo discurso promove uma ressacralização de outros discursos já ditos, reenunciados em co-apreciação, desvalorização ou iluminação de consciências.

[...] o discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, presenteia e baseia-se nela. Ao se construir na atmosfera do “já-dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a seguir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo (BAKHTIN, 2010, p. 89).

Quanto aos feitos maravilhosos de Jesus em sua jornada na terra, é imprescindível recordar de seu posicionamento com relação às mulheres. Jesus, em meio a uma lei dura e deturpadamente privilegiadora, instaura a dignidade das mulheres. O mestre, ou rabi, como era chamado pelos discípulos, criou proximidade com mulheres, conversou com estas, as protegeu, numa época em que não era permitido falar com mulheres em público.

Através dos registros historiográficos de João, em seu Evangelho, temos acesso a dois instantes em que Jesus reconfigura o tratamento e respeito às mulheres. Exponha-se o primeiro:

E era-lhe necessário passar por Samaria. Foi, pois, a uma cidade de Samaria, chamada Sicar, junto da herdade que Jacó tinha dado a seu filho José. E estava ali a fonte de Jacó. Jesus, pois, cansado do caminho, assentou-se assim junto da fonte. Era isto quase à hora sexta. Veio uma mulher de Samaria tirar água. Disse-lhe Jesus: Dá-me de beber. Porque os seus discípulos tinham ido à cidade comprar comida. Disse-lhe, pois, a mulher samaritana: Como, sendo tu judeu, me pedes de beber a mim, que sou mulher samaritana? (porque os judeus não se comunicam com os samaritanos). Jesus respondeu,



e disse-lhe: Se tu conheceras o dom de Deus, e quem é o que te diz: Dá-me de beber, tu lhe pedirias, e ele te daria água viva. Disse-lhe a mulher: Senhor, tu não tens com que a tirar, e o poço é fundo; onde, pois, tens a água viva? És tu maior do que o nosso pai Jacó, que nos deu o poço, bebendo ele próprio dele, e os seus filhos, e o seu gado?

Jesus respondeu, e disse-lhe: Qualquer que beber desta água tornará a ter sede; Mas aquele que beber da água que eu lhe der nunca terá sede, porque a água que eu lhe der se fará nele uma fonte de água que salte para a vida eterna. Disse-lhe a mulher: Senhor, dá-me dessa água, para que não mais tenha sede, e não venha aqui tirá-la. Disse-lhe Jesus: Vai, chama o teu marido, e vem cá. A mulher respondeu, e disse: Não tenho marido. Disse-lhe Jesus: Disseste bem: Não tenho marido; Porque tiveste cinco maridos, e o que agora tens não é teu marido; isto disseste com verdade. Disse-lhe a mulher: Senhor, vejo que és profeta. (JOÃO 4:4-19)

Além do momento em que Jesus se relevou como Messias para a mulher samaritana, João registra, também, o evento em que Jesus perdoou a mulher que foi flagrada em adultério.

Jesus, foi para o monte das Oliveiras. Ao amanhecer ele apareceu novamente no templo, onde todo o povo se reuniu ao seu redor, e ele se assentou para ensinar.

Os mestres da lei e os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério. Fizeram-na ficar em pé diante de todos e disseram a Jesus: “Mestre, esta mulher foi surpreendida em ato de adultério. Na Lei, Moisés nos ordena apedrejar tais mulheres. E o senhor, que diz? “Eles estavam usando essa pergunta como armadilha, a fim de terem uma base para acusá-lo. Mas Jesus inclinou-se e começou a escrever no chão com o dedo. Visto que continuavam a interrogá-lo, ele se levantou e lhes disse: “Se algum de vocês estiver sem pecado, seja o primeiro a atirar pedra nela”. Inclinou-se novamente e continuou escrevendo no chão. Os que o ouviram foram saindo, um de cada vez, começando com os mais velhos. Jesus ficou só, com a mulher em pé diante dele. Então Jesus pôs-se de pé e perguntou-lhe: “Mulher, onde estão eles? Ninguém a condenou?” “Ninguém, Senhor”, disse ela. Declarou Jesus: “Eu também não a condeno. Agora vá e não peques mais”. (JOÃO 8:1-11).

A narrativa joanina demonstra que as atitudes de Jesus são inovadoras, uma vez que este se posicionou contra o sistema político-religioso farisaico vigente, e permitiu que aquela mulher fosse embora, sem ser apedrejada (esta era uma das penas para quem descumprisse a Lei). Ao permitir que a mulher saísse isenta da situação em que foi flagrada, Jesus não apenas materializa uma mensagem de amor e justiça, mas reenuncia a mensagem



veterotestamentária de que homem e mulher foram criados à imagem e semelhança de Deus (MOISÉS. Gênesis 1.26). Para fortalecer todos os nossos eventos discursivos, trazemos parte da carta de Paulo aos Efésios (ROMA, 64 d.C.). Após referir-se a Cristo como unidade de restauração entre as pessoas, uma vez que sua mensagem trouxe à vivificação o amor, a justiça, e perdão e o arrependimento, Paulo atesta:

Porque ele é a nossa Paz, o qual de ambos os povos fez um, e derribando o muro da separação que estava no meio, na sua carne desfez a inimizade, a saber, a lei dos mandamentos, que consistia em ordenanças para criar em si mesmo dos dois um novo homem, fazendo a Paz. (PAULO aos Efésios 2.14-15).

Nesse sentido, podemos enxergar tanto propostas em palavras, por parte dos sujeitos enunciativos Jesus Cristo e Paulo de Tarso, quanto em ações, uma vez que ambos materializaram as palavras que proferiram nessa perspectiva da justiça e da isonomia racial.

## CONCLUSÃO

Após ter traçado um percurso sobre perspectivas filosófica, científica e sociológica de raça, tornou-se importante esclarecer as instâncias em linguagem que nos permitiriam ler/compreender os enunciados seletos para análise. Em uma época onde a lei farisaico-rabínica determinava costumes, práticas e pensamentos, Jesus Cristo e Paulo de Tarso se configuraram como sujeitos que tiveram a coragem se manifestar-se contra, apesar dos riscos que corriam. As palavras que se desdobram nesse trabalho não devem ser avaliadas como cíclicas, mas sobretudo como abertas a novos horizontes de compreensão. Esperamos que a pesquisa possa instigar novos leitores e pesquisadores a se debruçarem sobre estudos sobre raça, a nós um termo caro, por permear aspectos morais humanos.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução feita a partir do russo; tradução Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato*. Organizado por Augusto Ponzio e Grupo de estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE/UFSCar. Tradução aos cuidados de Vladmir Miotello & Carlos Alberto Faraco. Pedro e João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso na Poesia e o discurso no Romance 2010 [1934-1935]. in: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Equipe de tradução (do russo) Aurora Fornoni Bernardini; José Pereira Júnior; Augusto Góes Júnior; Helena Spryndis Nazário; Homero Freitas de Andrade. 6 ed. Editora Hucitec: São Paulo, 2010.

BAUCKHAM, Richard. *Jesus e as testemunhas oculares: os Evangelhos como testemunhos de testemunhas oculares*. Tradução: Paulo Ferreira Valério. Coleção Biblioteca de estudos bíblicos. São Paulo: Paulus, 2011.

BAXTER, J. Sidlow. *Examinai as Escrituras: período interbíblico e os Evangelhos*. Trad. Neyd Siqueira. Sociedade Religiosa edições Vida Nova: São Paulo, 1985.

BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução do texto em Língua Portuguesa diretamente dos originais. Nova Edição Revista e Ampliada. Paulus, São Paulo, 2002.

BOYER, Orlando. *Pequena Enciclopédia Bíblica*. Rio de Janeiro: CPAD, 2009.

BURNS, Edward Mcnall. *História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica*. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado, e Leonel Vallandro. 2 ed, v. 1. Globo, Rio de Janeiro, 1979.

CARDITA, Ângelo. Desafios teológicos da “Filosofia do ato”, de Mikhail Bakhtin. 25º Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER). Anais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

CHAMPLIN, Russel Nornam. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia – Vol. 5 (P-R)*. 12 edição. São Paulo: Ed. Hagnos, 2014.

COMAS, Juan. Os Mitos raciais. In: COMAS, Juan et al. *Raça e Ciência I*. Tradução: Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. Editora Perspectiva: São Paulo, 1970.

COSTA, Julia Cristina de Lima. *Exegese bíblica do Novo Testamento sob o viés da Teoria da Enunciação de Bakhtin e o Círculo: uma proposta de análise discursivo-enunciativa*. 208 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, 2016.

HOEBEL, E. Adamson. *Antropologia Cultural e Social*. Trad. Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Cultrix, 2006.



GONZÁLEZ, Justo L. *História Ilustrada do Cristianismo: a era dos Mártires até a era dos sonhos frustrados*. Tradução de Udo Fuchs, Key Yuasa. 2 edição. São Paulo, Editora Vida Nova, 2011.

LEIRIS, Michel. Raça e Civilização. 1970. In: COMAS, Juan et. al. *Raça e Ciência I*. Tradução: Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. Editora Perspectiva: São Paulo, 1970.

LÉVI-STRAUSS. Raça e História. 1970. In: COMAS, Juan et. al. *Raça e Ciência I*. Tradução: Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. Editora Perspectiva: São Paulo, 1970.

LITTLE, Kenneth L. Raça e Sociedade. 1970. In: COMAS, Juan et. al. *Raça e Ciência I*. Tradução: Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. Editora Perspectiva: São Paulo, 1970.

MAIO, Marcos Chor.; SANTOS, Ricardo Ventura. Apresentação. In: MAIO, Marcos Chor.; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996a.

MAIO, Marcos Chor.; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CCBB, 1996b.

LOSCH, Richard. *Todos os personagens da Bíblia de A a Z: um manual completo para quem deseja conhecer profundamente a vida de cada uma das pessoas citadas na palavra de Deus*. Vários tradutores. São Paulo: Didática Paulista, 2008.

MEDVIÉDEV, Pável Nikolaevich. *O Método Formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica*. Tradutoras: Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. *Relações axio(dia)lógicas na arquitetura do discurso de Jesus sobre o Pão da Vida*. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SHAPIRO, Harry L. O povo da terra prometida. 1970. In: COMAS, Juan et. al. *Raça e Ciência I*. Tradução: Dora Ruhman e Geraldo Gerson de Souza. Editora Perspectiva: São Paulo, 1970.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. (círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo – Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].



# 3

Isadora Machado  
Jefferson Fernando Voss dos Santos  
Larissa da Silva Fontana

**Tipologia discursiva  
e interseccionalidade:**  
discursos sobre raça  
e brasilidade na  
subjetivação de mulheres  
brancas brasileiras



## INTRODUÇÃO

Resultantes de um processo de colonização de base escravocrata que rendeu ao Brasil a marca de ter a abolição da escravatura mais tardia do mundo e um cruel histórico de miscigenação forçada, nossas estruturas sociais, após quase quatro séculos de escravidão, se reorganizaram de forma a manter a hierarquia vigente durante a colonização. A manutenção do grupo branco no poder exigiu a constante desvalorização de todos os aspectos (biológicos, intelectuais, culturais etc.) dos grupos não brancos mesmo que, socialmente, o que se pregava era a democracia racial.

Nesse contexto, esses funcionamentos do racismo começaram a ser debatidos pelos movimentos sociais ao passo que grupos minoritários conseguiram, gradativamente, ocupar espaços de poder e legitimação de discursos como a Academia, por meio da luta de suas organizações políticas. Logo, os discursos sobre a negritude, as identidades negras e suas resistências despertaram o interesse de pesquisadores e pesquisadoras brancos que abordavam (ou não) esses sujeitos como objetos de pesquisas, seja na defesa de uma suposta superioridade branca ou na intervenção pelo fim da desigualdade racial.

Simultaneamente à luta política que ganhava destaque no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do séc. XX, os estudos interseccionais advindos do feminismo negro estadunidense (DAVIS, 2016; hooks, 1981; LORDE, 1977) começam a circular no Brasil (GONZALEZ, 1979, 1984) e pesquisadores e pesquisadoras passam a considerar que suas análises precisavam abranger diversos marcadores sociais/identitários (raça, classe, gênero, sexualidade etc.) na tentativa de explicar as particularidades identitárias do povo brasileiro.

Além disso, desde o início do século, estudos também sobre a branquitude têm ganhado força no campo das Ciências Humanas. Isso porque pesquisadores e pesquisadoras constataram que o funcionamento da branquitude, em seus diversos aspectos interseccionados, é fator



fundamental para tentar compreender analiticamente a complexidade do racismo no Brasil.

Em uma perspectiva a partir de diferentes escalas de análise, a emergência dos estudos críticos sobre a branquitude nas nações periféricas e semi-periféricas pode trazer novas ideias para o debate e contribuir para o aprofundamento acerca da homogeneidade e heterogeneidade existentes na configuração da identidade racial branca em escala nacional e internacional (CARDOSO, 2008, p. 184).

Dessa forma, buscamos descrever e analisar, nesse capítulo, a intersecção dos discursos sobre raça, classe, nacionalidade e gênero na subjetivação do indivíduo à posição-sujeito mulher branca brasileira. É principalmente analisado o processo de identificação com a “branquitude” e as polêmicas que essa identificação gera nas intersecções com o marcador de origem geográfica, a “brasilidade”, e com os marcadores de gênero e de classe social.

Com esse fim, organizamos nossa reflexão em três partes: na primeira delas, discutimos a emergência dos estudos interseccionais e, posteriormente, problematizamos o funcionamento das tipologias discursivas em Análise de Discurso francesa; na sequência, buscamos discutir parte da literatura sobre os discursos da branquitude a fim de debater a relevância da identidade racial branca como objeto de pesquisa; finalmente, na terceira seção de nosso trabalho, apresentamos as análises discursivas realizadas sobre as intersecções entre raça, classe, nacionalidade e gênero na subjetivação do indivíduo à posição-sujeito mulher branca brasileira.

Os recortes (ORLANDI, 1984) selecionados para compor nosso material de análise provêm do vídeo “BRAZILIAN BUMBUM CREAM - Karen Bachini”, de Karen Bachini, no formato vlog, publicado na plataforma YouTube, quando a influenciadora se encontra nas condições de consumo e propaganda de produtos de maquiagem feitos para mulheres não-brasileiras, que têm como finalidade produzir “características brasileiras”, como o bronzeador. As análises são fundamentadas na teoria da Análise de Discurso, mas objetivam também desenvolver questões relevantes dessa teoria, como o emprego das tipologias discursivas pelo viés de uma análise



interseccional dos discursos, a qual buscamos construir e defender como uma perspectiva ética para pesquisadores e pesquisadoras das áreas da linguagem e do discurso.

## A PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS DISCURSOS

Atualmente, na esfera acadêmica, mas também militante/ativista, pesquisadores e pesquisadoras das mais diversas áreas de atuação e identificações sociais têm consolidado o campo de estudos e de reflexões chamados de interseccionais. A perspectiva interseccional foi encabeçada pelo movimento social do feminismo negro desde a década de 1970 (HENNING, 2015), a partir do trabalho de intelectuais (e) militantes como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde, Elsa Dorlin e Patricia Hill Collins.

Segundo Angela Davis (2016), o movimento feminista se origina em uma problemática racista, quando do momento em que o homem negro, nos Estados Unidos, adquire o direito ao voto antes das mulheres brancas. Ainda segundo Davis (2016), as mulheres brancas sufragistas lutam pelo direito de serem submissas apenas ao machismo dos homens brancos, jamais dos homens negros. A jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (1989) passa então a designar o feminismo interseccional e foca suas reflexões da interdependência entre gênero e raça, trazendo as questões de classe e sexualidade de maneira secundária.

No Brasil, Lélia Gonzalez (1979, 1984) reflete de maneira incisiva sobre a interdependência das três esferas de opressão – raça, gênero e classe – enquanto indissociáveis, mas com a diferença de que a posição de classe é estruturada pelas outras formas de diferenciação identitárias, os diversos marcadores identitários. A autora afirma que, no Brasil, é sobremaneira importante compreender que gênero e raça estruturam a classe no modo de produção capitalista: “[...] no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentemente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra” (GONZALEZ, 1979, p. 1).



O feminismo interseccional é pautado de maneira forte não só pelo feminismo negro, como também pelo transfeminismo (JESUS, 2014). O transfeminismo no Brasil tem trazido importantes deslocamentos para o movimento feminista pois demonstra que as mulheres transgênero e travestis (além das outras demais identidades trans\*<sup>16</sup>) são, além de tudo, oprimidas pela cisnormatividade, inclusive interseccionando a heteronormatividade.

A perspectiva interseccional tem a ver igualmente com a atuação política dos sujeitos e com a análise das relações entre as subjetividades no domínio político e das políticas públicas (não somente estatais, mas num sentido amplo); e leva em conta os diversos marcadores sociais de identidade para a análise da complexidade das relações de força e de poder em jogo nos fenômenos de opressão, desigualdade e exploração sociais, mas também nos fenômenos de agenciamento à resistência.

Nesses fenômenos, a linguagem exerce um papel fundamental. Não apenas porque, nos dizeres de Foucault (2008), a produção dos discursos no Ocidente é sempre controlada, mas também porque a construção da subjetividade se dá pela língua. Para esse debate é relevante trazermos à tona o conceito de lugar de fala (RIBEIRO, 2017), uma vez que determinados grupos foram historicamente privados de dizer sobre si (destituídos das oportunidades de ocupar espaços de poder e, logo, de difusão e de legitimidade de discursos), ficando restritos ao lugar de serem ditos por alguém com a autorização discursiva para produzir, vincular e (des)legitimar discursos sobre os outros.

Por isso mesmo, também é um equívoco investir nas intersecções de marcadores sociais/identitários somente quando as análises têm como objetos – e muitas vezes objetos sem voz que mais refletem o lugar de fala dos pesquisadores e pesquisadoras – os discursos de resistência ligados a grupos minoritários e a movimentos sociais. Por meio de uma análise

16. A palavra "trans\*" (com asterisco e como termo guarda-chuva) é utilizada para contemplar diferentes identidades não cisgêneras: transexual, transgênero e travesti. A utilização do asterisco posposta à abreviação tem como objetivo abranger pessoas que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero.



interseccional dos discursos, é possível constatar que o silenciamento de traços identitários em determinados grupos e a exaltação de traços identitários em outros, assim como a intersecção entre vários traços/marcadores identitários, servem para a manutenção de uma perspectiva eurocêntrica que coloca em circulação discursos sobre um sujeito universal que silenciam a constituição heterogênea dos sujeitos e de seus lugares de fala; ou que colocam a diferença sempre no outro, tornado objeto de pesquisa. Diante disso, as perspectivas interseccionais de análise têm expandido seus debates e objetos de análise:

[...] por vezes, inadvertidamente subscreve a concepção de que, por exemplo, mulheres brancas, de classes médias ou elites econômicas, heterossexuais, cisgêneros, jovens ou na meia idade, magras e ocidentais “do Norte” não possuiriam, elas próprias, marcas identitárias e posicionalidades interseccionais dignas de análise e cabíveis de produzir compreensões sociais importantes acerca de processos que produzem, efetivamente, diferenças, desigualdades e, sobretudo, privilégios (HENNING, 2015, p. 119).

Os marcadores sociais na identificação/interpelação ideológica são de diversas ordens (discursivas) e são conjuntamente constituintes dos processos de subjetivação e dos discursos produzidos nesses processos; são marcadores sociais ou categorias interseccionais comumente analisadas: classe, “raça”/pigmentação da pele, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade, regionalidade, faixa etária, corporalidade, orientações de letramento etc. Este modo particular de relacionar e interseccionar diferentes marcadores sociais de identificação – nomeada como perspectiva interseccional – traz consequências, a nosso ver, para os desenvolvimentos, antigos e recentes, das teorias e análises do discurso no Brasil, o que justifica nosso interesse, nesse capítulo, por desenvolver tal perspectiva em relação com os debates da Análise de Discurso.

Para o campo de estudos específico da Análise de Discurso (AD) francesa, há a compreensão de que os sujeitos dos discursos são produzidos pelo processo contraditório e falho de identificação (interpelação ideológica) com formações discursivas (PÊCHEUX, 2009), determinadas pelo funcionamento desigual e contraditório do interdiscurso



(a memória discursiva) em sua configuração e circulação. O objeto de estudos particular e heterogêneo privilegiado nas análises é, portanto, o discurso, compreendido como efeito de sentidos entre locutores<sup>17</sup>, a partir da referência ao trabalho de Michel Pêcheux (2010 [1969]).

Contudo, desde as publicações iniciais sobre a teoria do discurso, são bastante heterogêneos a menção e uso do conceito de discurso, principalmente no que tange às tipologias de discurso utilizadas e o modo como elas implicam trajetos e interpretações específicas para as análises dos discursos. Com isso, levantamos algumas perguntas às quais nos propomos a responder neste capítulo: é possível (e relevante) a prática de uma análise interseccional dos discursos? Quais as implicações dessa prática de análise para a determinação das tipologias discursivas em AD?

É importante frisar que Michel Pêcheux (1969] 2010]) já insistia que o objeto privilegiado da perspectiva discursiva seriam os *processos discursivos*, ou seja, os processos de formulação e de constituição dos discursos sob determinadas condições de produção. As materialidades discursivas, no funcionamento de seus processos, estão *a priori* atravessadas/determinadas por posições ideológicas contraditórias entre si. Não obstante essa insistência de Pêcheux (2010 [1969]) para que a análise seja do processo discursivo, que é atravessado por discursos heterogêneos, é bastante comum encontrar, nas próprias formulações de Pêcheux (2010 [1969]), afirmações que permitem tornar ambígua e contraditória a interpretação sobre a unidade do discurso como objeto teórico e analítico e mesmo sobre o próprio conceito de discurso. Veja-se, a exemplo, a seguinte passagem de *Análise Automática do Discurso* [1969]:

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta “a liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tornado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento,

17. Trata-se da definição mais recorrente creditada a Eni Orlandi: “O discurso é definido por este autor [M. Pêcheux] como sendo efeito de sentido entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o linguístico está pressuposto” (ORLANDI, 2005, p. 11).



isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 75, grifos do autor).

Sentidos possíveis para discurso nessa formulação de Pêcheux são correlativos e próximos aos usos que fazemos atualmente de conceitos como texto (enunciado concreto), enunciação (processo interlocutivo que dá existência aos enunciados) e acontecimento discursivo (irrupção do enunciado sob determinadas condições de produção), inclusive no interior dos projetos de AD que se filiam a M. Pêcheux e/ou M. Foucault. No sentido estrito, todavia, e distinguindo o discurso do texto, Pêcheux afirma que “[...] *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma seqüência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 78, grifos do autor). Aqui “discurso” aparece como uma unidade (um discurso) na primeira parte da formulação, menos que como uma rede de formulações (ou como uma formação discursiva), que é de certa forma contemplada pela segunda parte da citação (conjunto de discursos possíveis).

Por mais que a conceituação de Pêcheux procure evitar tais ambiguidades das tipologias, como também o procuram fazer em 1975, Pêcheux e Fuchs (2010), não é difícil encontrá-las (as tipologias empregadas em seus textos, como quando discorrem sobre o “discurso político” (PÊCHEUX, 2010, p. 76), o “discurso parlamentar” (PÊCHEUX, 2010, p. 77), os “discursos filosóficos” (PÊCHEUX, 2006, p. 49), o “discurso teórico” (PÊCHEUX & FUCHS, 2010) ou ainda o “discurso relatado” (PÊCHEUX, 2006, p. 55). Há uma instabilidade bastante marcante entre os critérios que distinguem “discurso” enquanto uma unidade para análise, e marcada tipologicamente.

Pesquisadores e pesquisadoras brasileiros que desenvolvem a teoria do discurso também incorrem na mesma prática tipológica quando empregam “discurso” como unidade/objeto para análise: “discurso



indígena”, “discurso ambiental”, “discurso religioso”, “discurso fundador”, entre outros, são exemplos de tipologias empregadas em diversas pesquisas em AD pelo Brasil e que respondem a critérios muito distintos: o tema dos enunciados (discurso ambiental), a ordem institucional que produz os enunciados (discurso religioso), a legitimidade espaço-temporal dos enunciados (discurso fundador), a função enunciativa que é desempenhada nos enunciados (discurso indígena) etc.

Não são novos, em AD, a discussão e enfrentamento teórico-analítico sobre o emprego das tipologias discursivas, os tipos de discursos. Foi bastante famosa, inaugurada na década de 1980, a tipologia de discursos empreendida por Eni Orlandi (1987); segundo a autora, e para as condições de produção que ela analisa, existiriam três tipos de discursos: o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. Na tipologia estabelecida por Orlandi, o critério de distinção tipológica se baseia “na relação entre os interlocutores e o referente, isto é, [...] de acordo, então, com a dinâmica das condições de produção teremos os vários tipos de discurso” (ORLANDI, 1987, p. 29).

A tipologia é compreendida por Eni Orlandi como uma “necessidade metodológica”, ao passo que “[...] o *tipo*, em análise de discurso, tem a mesma função classificatória, metodológica, que têm as *categorias* na análise linguística. É o princípio organizador: primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas características, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes” (ORLANDI, 1987, p. 217, grifos da autora). Dessa afirmação, não concordamos que a prática tipológica deva necessariamente ser o primeiro passo para a generalização das características dos processos discursivos; talvez seja o oposto, e os tipos de discurso seriam descritos como resultados das análises dos processos discursivos. Para Orlandi, contudo, “o fato de se usar uma ou outra tipologia dá uma *direção* à análise” (ORLANDI, 1987, p. 219, grifo da autora). Suspeitamos bastante da *direção* que as análises dos discursos podem tomar em se dependendo da tipologia empregada e principalmente se tal tipologia funcionar de alguma forma como geradora de hipóteses sobre um processo discursivo ainda não analisado.



A delimitação dos tipos de discurso é assim, para Orlandi (1987), um dos primeiros passos a direcionar as análises e garantir seus recortes: uma ferramenta metodológica para a delimitação do *corpus*. Segundo a posição de Orlandi:

[...] o que ocorre, normalmente, é que todas as análises de discurso supõem uma tipologia. Isto significa [...] duas coisas: a) que a tipologia é condição necessária da análise e b) que o tipo está inscrito nas condições de produção do discurso sob dois aspectos: enquanto modelo e enquanto atividade (ORLANDI, 1987, p. 219).

Se os tipos de discursos estão inscritos nas próprias condições de produção enquanto modelo de organização/classificação, mas também como atividade, isso significa que são definidos em fase anterior à análise. Tal afirmação contradiz a própria pesquisa de Orlandi (1987), que define os três tipos de discurso (lúdico, polêmico e autoritário) como resultado de análises do discurso pedagógico. Mas então o pedagógico não é um tipo? Ou é um tipo a partir de (ou anterior a) outro critério tipológico? Trata-se de *direções* que, quando tomadas, permitem inclusive fazer figurar, nas análises, os lugares de fala (RIBEIRO, 2017) dos próprios pesquisadores e pesquisadoras enquanto intérpretes/interlocutores dos textos a partir do qual os discursos são analisados (e produzidos...).

Ainda segundo Orlandi, com a qual concordamos nesse ponto, deve “[...] ser a tarefa do analista, em grande parte, a de explicitação do tipo de discurso que constitui o seu material de análise” (ORLANDI, 1987, p. 219). Um problema, contudo, que ainda tem ocorrido nos trabalhos em AD, como já comentado por Orlandi: “[...] raros são os analistas que explicitam a tipologia que está implícita na análise. Disso decorre tanto o desconhecimento da função da tipologia em análise de discurso, quanto o desconhecimento dos diferentes critérios que instituem as diferentes tipologias” (ORLANDI, 1987, p. 219).

Poderíamos alargar a crítica afirmando que tal desconhecimento institui muitas vezes critérios contraditórios entre si operando nas mesmas análises e implicando conceitos diversos de discurso; ou ainda faz intervir



na análise diversas predicacões para abranger ou especificar critérios de recorte e seleçao de *corpus*, como na prpria anlise de Eni Orlandi sobre o discurso religioso, que a leva a especificar o recorte do objeto de anlise como “sobretudo o discurso religioso cristao – particularmente catolico” (ORLANDI, 1987, p. 243). Na anlise de Orlandi, tal discurso teria dois tipos, de critérios distintos: seria do tipo religioso e do tipo autoritario. Para tratar do discurso de tipo religioso, Orlandi lanca mao da seguinte caracterizacão: “o discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – e a voz de Deus” (ORLANDI, 1987, p. 243, grifos nossos). A producao de tal tipologia garante interpretaçoes confusas e generalizantes, como a interpretaçao de que as praticas de quaisquer religioes politeistas (que nao facam referencia e louvor a “Deus”, masculino e unico) nao sejam praticas da esfera religiosa. Por isso, insistimos na hipotese de trabalho de que os tipos de discursos devem ser explicitados *por meio* das anises, o que implica que sejam resultados das praticas de anlise e nao seu ponto de partida.

Da perspectiva das anises interseccionais, alem de ja circular uma ironia em torno da interseccao raca, classe e genero como um “mantra” (HENNING, 2015) das pesquisas, a posicao comumente defendida e a de que as interseccoes entre marcadores sociais em uma anlise (social, discursiva...) aparecem na medida em que se analisam as condicoes de producao dos discursos, localizadas, historicas e politicas. Para Carlos E. Henning,

[...] nao necessariamente e preciso desenvolver a anlise de uma infinidade de marcadores em toda e qualquer anlise social, mas atentar para o entrelacamento daqueles que se mostram relevantes contextualmente, ou seja, partindo de anises atentas as diferencas que fazem diferenca em termos especificos, historicos, localizados e, obviamente, politicos (HENNING, 2015, p. 111).

Tal afirmacao coincide de alguma forma com a perspectiva da AD, de que os processos discursivos sao definidos pelas suas condicoes historicas de producao (PÊCHEUX, 2010 [1969]), de modo que se salienta a necessidade de ponderar as interseccoes relevantes sob determinadas condicoes historicas e politicas localizadas. Essa interpretaçao interseccional



garante pistas para a análise dos processos discursivos, os processos de produção dos discursos.

## BRANQUITUDE COMO OBJETO DE ANÁLISE INTERSECCIONAL DOS DISCURSOS

Lourenço Cardoso (2010) afirma que os estudos sobre a branquitude no Brasil estão em emergência, principalmente, a partir dos anos 2000. Para o autor, “[...] a investigação e análise sobre a identidade racial branca procura problematizar aquele que numa relação opressor/oprimido exerce o papel de opressor” (CARDOSO, 2010, p. 610). Ou seja, busca problematizar o lugar do branco na desigualdade racial. Branquitude, nesse contexto, trata-se da identidade racial branca. A defesa dos estudos sobre tais identidades visa problematizar a branquitude em sua diversidade, o que, segundo o autor, pode contribuir para aprofundar a discussão sobre as “sutilezas da lógica de classificação social” (CARDOSO, 2010, p. 615) e para compreender analiticamente como os privilégios raciais desse grupo se materializam na linguagem.

Se o ponto em comum entre os diversos grupos brancos seria a obtenção de privilégios, é natural que as vantagens obtidas sejam diversas entre si. A compreensão dos múltiplos aspectos característicos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas por vezes sutis (CARDOSO, 2010, p. 615).

Dessa maneira, trata-se de um compromisso contra-hegemônico discutir a racialização de pessoas brancas, a fim de demonstrar que, na hierarquia das relações raciais, os privilégios estão muito bem marcados. Nos termos de Sovik (2009), a branquitude é um problema político e estratégico. Analisar os discursos produzidos pela branquitude como marcador identitário coloca-se, então, como um problema a ser investigado.

Se um dos objetivos da AD é o estudo das relações de poder, torna-se mister estudar a subjetivação de pessoas brancas pelo viés interseccional. Isso porque “a branquitude permanece significando poder. A identidade racial



branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial 'injusta' e o do racismo" (CARDOSO, 2011, p. 81). É a partir da premissa de que o branco não é racializado que a branquitude se torna o padrão normativo. É a essa branquitude que são atribuídas todas as características socialmente prestigiadas que constantemente (re)humanizam os sujeitos brancos quando comparados aos sujeitos negros e às características atribuídas a estes. Assim, o efeito de sentido produzido é o de que branco é sinônimo de ser humano. E, portanto, se ser branco é ser humano, se estabelece aí uma relação de desumanização e, conseqüentemente, inferiorização de sujeitos não brancos (CARDOSO, 2011).

Ao estudar a organização da estrutura racista brasileira é indispensável estudarmos tanto os discursos da negritude, quase sempre contradiscursos de resistência, quanto os da branquitude que se reformulam na luta pela manutenção da hegemonia em espaços de poder como a academia, que vem sendo, lenta e gradativamente, ocupada por grupos minoritários que exigem sair do lugar de objeto para ocupar o lugar socialmente prestigiado de pesquisador – lugar de difusão e legitimação de discursos. Para Lourenço Cardoso:

A academia brasileira, em consequência de a tendência hegemônica das pesquisas sobre relações raciais serem direcionadas ao negro, não pensa no racismo estrutural como um "valor em espécie" para os brancos. A lógica de raciocínio da intelectualidade restringe-se em pensar no conflito racial como causador de um "déficit em espécie" para os negros, não pensando na implicação da branquitude nesse processo." (CARDOSO, 2011, p. 183).

Se, conforme Cardoso, "a branquitude se manifesta no acesso desigual à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações" (CARDOSO, 2011, p. 183), podemos afirmar que uma das formas de manutenção da hegemonia dos discursos da branquitude é a permanência no lugar de fala de pesquisador, com acesso a orientações de letramento prestigiadas socioeconomicamente que legitimam discursos *sobre* o outro a partir de um espaço historicamente produtor de "verdades". A proposta de uma análise interseccional dos



discursos deve levar em conta essa temática, a fim de contribuir, conforme Cardoso, “para tornar a teoria e práxis social sobre as questões raciais mais complexas, profundas e amplas” (CARDOSO, 2011, p. 82).

## A INTERSECÇÃO RAÇA-GÊNERO-BRASILIDADE NA SUBJETIVAÇÃO DA BRANCA BRASILEIRA: A “FALTA” DA “COR [BRASILEIRA]”

As materialidades discursivas que analisamos nesse capítulo foram produzidas no vídeo “BRAZILIAN BUMBUM CREAM - Karen Bachini”<sup>18</sup>, posto em circulação pela influenciadora digital Karen Bachini, publicado na plataforma digital *YouTube*. A intenção da *youtuber* é apresentar e testar produtos vendidos internacionalmente que prometem a mulheres estrangeiras um visual brasileiro, mais especificamente, a pele e o bumbum do que seria, segundo tais marcas de cosméticos, uma mulher brasileira.

Valemo-nos da noção de recorte, tal como a compreende Eni Orlandi (1984). Para a autora, o recorte é uma unidade discursiva. A unidade discursiva são “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Passemos então aos recortes.

Recorte 1 – “Por que ele é um produto brasileiro? [...] um bronzeador para você ficar com um bronze igual o das brasileiras. [...]”

Bachini descreve a propaganda do produto que promete “um bronze igual o das brasileiras”. A formação imaginária (PÉCHEUX, 2010) de que brasileiras são necessariamente bronzeadas retoma discursos sobre a imagem da “mulata exportação” (GONZALEZ, 1984), de pele bronzada e sensual, vendida historicamente por um discurso turístico que busca atrair turistas homens para o Brasil para o consumo de estereótipos de uma mulher hipersexualizada: a mulher negra de pele clara, cuja pele evoca o enunciado sobre uma suposta “cor do pecado”.

18. Disponível em <<https://youtu.be/W6rSHilp8E>>. Acesso em 3 ago. 2018.



Recorte 2 – “Eu quero ficar bronzeadada igual as brasileiras, porque eu sou muito branca”

Recorte 3 – “Gente, eu acho que eu vou ficar brasileira, eu acho, ah, não, blogueira da Europa fica brasileira vai ser o título desse vídeo”.

A partir da sequência discursiva de Karen, “eu acho que vou ficar brasileira”, podemos apresentar a paráfrase “eu não sou brasileira”, já que, em seguida, a influenciadora, por ser “muito branca” e, assim, não brasileira, enuncia-se, ironicamente, como “blogueira da Europa”, por associar que mulheres brasileiras não são brancas, mas mulheres do continente europeu, sim. A auto-comparação com o que seria uma mulher europeia explicita que ser branco é ter a possibilidade de colocar-se imaginariamente dentro de grupos ainda mais privilegiados do que os de pessoas brancas brasileiras, pois, para Bachini, ela compartilha das características desses grupos estrangeiros, o que nos mostra “o desejo de ser branco inglês, branco estadunidense, branco no nível hierárquico mais elevado entre as branquitudes” (CARDOSO, 2017b, p. 168-169). Os efeitos de sentido produzidos, então, remetem a uma brasilidade que se legitima pela cor da pele não-branca. A subjetivação de Karen leva em conta que

A identidade nacional é associada à identidade racial e étnica, logo, o nacional autêntico seria o branco, ilustrando essa ideia, o estadunidense autêntico seria o branco, o inglês autêntico seria o branco, o francês autêntico seria o branco (CARDOSO, 2010, p. 179).

É interessante notar que o imaginário construído em torno da Europa pela blogueira é bastante recorrente, qual seja, o de que na Europa só existem brancos. A Europa, homogeneizada nos dizeres de Karen, é construída como o lugar inacessível da branquitude brasileira, que se identifica, imaginariamente, com o colonizador. Essa identificação convoca a ideia de que

Em síntese, o negro tende a identificar-se como pardo; o pardo como branco, e o branco recusa qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, e argumentava a favor de sua ancestralidade europeia. Enfim, desejava ser branco centro-europeu ou branco norte-americano, influenciado pela hierarquia racial entre os países (Ware, 2004a: 24) (CARDOSO, 2010, p. 192).



Nesse contexto, é possível ainda parafrasear os recortes 2 e 3 como “eu sou branca, logo, não sou brasileira, sou da Europa”. Esse não-pertencimento ao Brasil não impede, entretanto, que algumas características atribuídas à “mulher brasileira não-branca” sejam desejáveis; as características “invejadas” por mulheres brancas estão ligadas aos traços das mulheres não brancas que são hipersexualizados pelos homens, como a pele “cor de pecado” e o bumbum “de Globeleza”. Ao passo que, para a branquitude, não é desejável ser negro, percebemos um processo de metonimização que leva ao desejo de “certas características”, que não necessariamente correspondem a alguma espécie de realidade. Assim,

Na Patologia do branco pode-se tentar de forma semelhante compreender “o complexo de inferioridade” do branco do país periférico. Se o negro brasileiro desejava ser branco brasileiro, da mesma maneira, muitos brancos brasileiros desejavam ser branco norte-americanos, ou brancos ingleses, brancos alemães. Talvez muitos ainda desejem. (CARDOSO, 2010, p. 194).

Recorte 4 – “Por que eu fiquei mais brasileira? Porque eu fui visitar a Amazônia e passei minha cara no barro”

No recorte 4, observamos que Bachini estabelece uma relação entre ser “mais brasileira” e visitar a Amazônia, já que a floresta é uns dos símbolos da “brasilidade”. A influenciadora fala em passar “barro” na cara – barro socialmente considerado sujeira – para ficar mais escura e conseqüentemente mais “brasileira”, já que o imaginário é de que mulheres brasileiras não são brancas como ela e que seus traços são, então, europeus.

Recorte 5 – “Brazilian bumbum cream. É pra você ficar com bumbum de brasileira”

Recorte 6 – “Vamos ser brasileiras. Vamos comprar o creme do bumbum brasileiro”

Se brasileiras não são brancas, o bumbum de brasileira é o bumbum de mulheres não-brancas, que rememora então as práticas de hipersexualização do corpo da mulher negra que é dita “mulata”. Lélia Gonzalez (1984) afirma que a figura da mulata, durante o Carnaval, atualiza o mito da democracia racial com toda força simbólica. No Carnaval, a



mulher negra “perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Nos recortes 5 e 6, vemos esse processo de metonimização de brasilidade por “bumbum brasileiro”. O desejável aqui é a parte, sem o todo. Cria-se, assim, a existência de um bumbum autenticamente brasileiro, que poderia ser adquirido por meio do creme.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso artigo investigou uma das expressões de branquitude na subjetivação de mulheres brancas, de classe média alta, quando estas se confrontam com a imagem do que seria a “mulher brasileira” segundo marcas de cosméticos. Nessa subjetivação, percebe-se a enunciação de características ligadas ao corpo branco como forma de associar suas identidades a nacionalidades socioeconomicamente prestigiadas, como a europeia. Nesse movimento, é perceptível que há uma homogeneização dos povos europeus, como se estes necessariamente compartilhassem de uma característica fundamental: a pele branca.

Simultaneamente, essas mulheres, ao enunciarem a corporalidade da suposta “mulher brasileira” a partir do que é dito pelos produtos, filiam-se a discursos hegemônicos – e racistas – sobre os corpos de mulheres negras, ditas “mulatas”, que as restringem a uma imagem hiperssexualizada que se constrói em discursos sobre uma pele “da cor do pecado” e um bumbum “de Globeleza”. Porém, contraditoriamente, a influenciadora digital, ao realizar seu *review*, revela o desejo de ter, temporariamente, as características dessas mulheres brasileiras não brancas. Não coincidentemente, os traços desejados – o tamanho e o formato do bumbum e a cor da pele – são os traços mais exaltados pela mídia, pelo turismo e por outros campos discursivos como o que é atraente aos olhos do homem branco estrangeiro, pois é, geralmente, a esses homens que a imagem da “mulata de exportação” é



vendida. Deseja-se apenas parte do que é ser “mulher brasileira”, mas sem abrir mão de ser uma mulher branca, uma vez que isso confere poder e prestígio social dentro dos relacionamentos interpessoais.

Para explicitar a heterogeneidade dos discursos da branquitude, buscamos realizar nossas análises discursivas de maneira interseccional para problematizar e explicitar que as formações discursivas se dão na contradição e na intersecção dos pilares estruturais que organizam o sistema capitalista brasileiro – que vão além do mantra gênero, raça e classe – de forma a hierarquizar os grupos sociais. É por isso também que, ao propormos uma análise interseccional de discursos, problematizamos as definições de tipologia discursiva, amplamente divulgadas pelos trabalhos da AD, uma vez que o funcionamento do racismo, assim como do machismo e da cis-heteronormatividade, se dá sob a ação de diversos marcadores sociais/identitários que atuam conjunta e simultaneamente na manutenção das hierarquias sociais no Brasil e que, obviamente, organizam, para isso, *discursos sobre e discursos de* sujeitos que também são interseccionados por tais divisores identitários.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”*: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). Dissertação (Mestrado em Sociologia – Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2008.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* [en línea], n. 8, jan-jun, 2010.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017a. p. 34-51.
- CARDOSO, Lourenço. O branco não-branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017b. p. 153-171.



CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*: v. 1989: n. 1. Disponível em: <<https://goo.gl/7muXAe>>. Acesso em: 20 set. 2018

DAVIS, Angela (1981). *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. (1970) *A ordem do discurso*. 16 ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho. Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da *Latin American Studies Association*, Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Revista Mediações* (Dossiê – Desigualdades e Interseccionalidades), v. 20, n. 2. Londrina: UEL, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman? Black women and feminism*. Cambridge, MA: South End, 1981.

JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). *Transfeminismo: teorias & práticas*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

LORDE, Audre. (1977) A Transformação do silêncio em linguagem e ação. In: *Geledés*. Disponível em: <<https://goo.gl/Zu4VLn>>. Acesso 20 set. 2018.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2 ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. *Revista Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, p. 9-13, jun. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/f8Uxob>>. Acesso em 3 ago. 2018.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Toni (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010, p. 59-158.



PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Fraçoise; HAK, Toni (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010, p. 59-158.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SOVIK, Liv. *Aqui Ninguém é Branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.



# 4

Kátia Alexandra dos Santos  
Bianca Caroline Oconoski Zarpellon

**(D)enunciar a violência  
contra a mulher  
na universidade:**  
uma análise discursiva



## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno de longa data, fruto de uma cultura patriarcal (SAFIOTTI, 2015) e que se apresenta em todos os contextos, inclusive no ambiente universitário, como tem sido discutido em pesquisas recentes (ALMEIDA, 2017; CRUZ, 2017). Desse modo, este capítulo pretende apresentar uma análise discursiva (PÊCHEUX, 2009) das repercussões de um projeto de extensão – Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) – que tem como objetivo oferecer atendimento psicológico e jurídico a mulheres em situação de violência, na Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati-PR.

A Análise do Discurso (AD) de vertente pêcheutiana é uma teoria que possui, desde sua fundação (PÊCHEUX, 1990 [1969]), um viés político, analisando materialidades discursivas e os efeitos de sentido decorrentes. Como afirma Orlandi (2007), a AD trabalha com “objetos simbólicos”, de modo que todo texto (entendido como qualquer materialidade verbal, visual, imagética etc.) pode ser objeto de análise, uma vez que discurso é tomado como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 1990 [1969], p. 82). Contudo, uma crítica que se endereça a essa perspectiva teórica é que ela não apresenta como produto de suas análises possibilidades de intervenções e, a partir disso, mudanças sociais (RUCHKYS & ARAÚJO, 2001).

A teoria discursiva de Michel Pêcheux propõe que se olhe para dados de língua em sua materialidade, tendo em vista as condições de produção, ou seja, pensando os sujeitos e as circunstâncias da enunciação tanto em sentido restrito, como definiu Orlandi (2007), como em sentido amplo, referindo-se às posições ocupadas pelos sujeitos no encontro entre a língua, a história e a ideologia. O sujeito é visto, portanto, não empiricamente, mas como um efeito discursivo, uma vez que a ideologia interpela indivíduos em sujeitos (PÊCHEUX, 2009). Essa interpelação se dá por meio das formações ideológicas, que se materializam no que o autor, emprestando o conceito foucaultiano, chama de formações discursivas (doravante FDs). Estas últimas podem ser definidas como “aquilo que, numa formação ideo-



lógica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Desse modo, a AD considera que “o sentido de uma palavra, expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’” (PÊCHEUX, 2009, p. 46), mas só pode ser compreendido enquanto efeito de sentido, relacionado à memória discursiva<sup>19</sup> e ao interdiscurso (eixo dos dizeres, do já dito).

Tendo indicado alguns conceitos básicos da AD pêcheuxtiana, a proposta que apresentamos neste trabalho parte de um olhar discursivo acerca de intervenções realizadas no âmbito de um projeto de extensão. Ainda não se pode dizer que se caracterizaria como uma intervenção produzida a partir de uma análise discursiva, pelo menos do ponto de vista formal, já que não foi efetivada uma análise anterior para, então, se propor uma intervenção. O que trazemos é uma leitura discursiva de intervenções realizadas, a fim de propor novas ações.

## NÚCLEO MARIA DA PENHA: UM NOME QUE CARREGA UMA MEMÓRIA

O projeto Núcleo Maria da Penha-NUMAPE está localizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Irati, no interior do Paraná, município no qual um número superior a 84% da população se denomina praticante da religião católica (IBGE, 2010); grande parte dos moradores é de origem polonesa, ucraniana e holandesa (PARANÁ, s/d; SOUZA, 2009), etnias caracterizadas como mantenedoras de costumes tradicionais (LUCAVEI & SHORNER, 2013). Neste contexto, estão presentes discursos religiosos que contribuem para a manutenção de relações desiguais entre homens e mulheres, as quais têm como efeito o lugar de submissão destas últimas e a naturalização de violências (ALVES & PITANGUY, 1985).

19. O conceito de memória discursiva é construído, em oposição à memória psicológica individual, como uma memória social que constitui e possibilita a discursividade (PÊCHEUX, 2010).



A universidade também se coloca, desta forma, enquanto um ambiente conservador, no qual situações de violência são normalmente invisibilizadas. Quando existe o reconhecimento da violência e o interesse em denunciar o agressor formalmente, se faz necessário passar por trâmites institucionais, através de protocolos instaurados pela universidade para a formalização e apuração das denúncias. Durante a tramitação do processo, a autora da denúncia precisa se identificar e pode ser chamada para relatar novamente a violência sofrida, por meio de escuta não qualificada, o que abre margem para a revitimização. Esse protocolo acaba, muitas vezes, inviabilizando a denúncia, uma vez que as mulheres têm medo de ser identificadas e sofrer retaliação. As denúncias realizadas no âmbito da universidade são recebidas, primeiramente, nos próprios setores responsáveis (departamentos pedagógicos ou setores administrativos), sendo instituída comissão composta por servidores que, muitas vezes, têm contato com os autores e/ou as vítimas. Desse modo, estão em jogo relações de poder instituídas que se colocam como determinantes no processo de produção e manutenção das violências (ALMEIDA, 2017).

O Núcleo Maria da Penha é um projeto de extensão, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras e financiado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Governo do Estado do Paraná. Composto por uma equipe interdisciplinar, o núcleo conta com orientadoras, profissionais e graduandas das áreas do Direito e da Psicologia. Trabalha no eixo curativo, propondo-se a prestar atendimento psicológico e jurídico a mulheres em situação de violência e, no eixo preventivo, através da realização de ações de cunho informativo e educativo, buscando a conscientização em relação às questões de gênero e divulgação da Lei Maria da Penha, bem como busca o fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres, através da articulação com os demais serviços do município.

Em 2017, foi realizado o evento de lançamento do projeto, *1 Encontro Numape: discutindo gênero na universidade*. Neste evento, foram apresentados os resultados de um questionário de levantamento sobre casos de violência e assédio sexual no ambiente universitário. Para além disso, foi



realizado o levantamento dos dispositivos institucionais para denúncias, com o objetivo de colocar o assunto em pauta na instituição, abordando formas de prevenir e denunciar as violências presentes neste espaço. O núcleo ainda propôs rodas de conversas e palestras acerca da temática.

O evento e a apresentação do questionário possibilitaram que a questão do assédio e demais violências fossem retiradas da invisibilidade, tornando público e materializando, através de alguns dados, aquilo que “todos sabiam”, produzindo um lugar de fala para denúncias. Como possível efeito destas ações, surgiram manifestações midiáticas e informais, como exemplo a criação de uma página em uma rede social digital – Facebook – na qual algumas denúncias foram feitas, com a explicitação de nomes e/ou iniciais, seguidos dos cursos ou setores aos quais os citados estavam vinculados.

Assim, este trabalho pretendeu discutir a legitimidade de um lugar de enunciação e, ao mesmo tempo, a produção de um sintoma, que foi a exposição de supostos agressores em redes sociais digitais. Analisamos o deslizamento de um crime-assédio sexual – para outro – calúnia, difamação –, efeito esse que se ancora a uma memória em torno da temática do assédio, que se presentifica na contemporaneidade, a partir da qual uma denúncia e exposição de um agressor pode ser lida como outro crime, dependendo do lugar que se ocupa como sujeito de direito.

Antes de iniciarmos propriamente uma discussão acerca do episódio que deu origem ao material linguístico que será objeto de análise, é preciso discorrer acerca das condições de produção que estão na base desses enunciados discursivizados. O primeiro deles diz respeito aos efeitos de sentido decorrentes da própria Lei Maria da Penha, que dá nome ao núcleo. Um projeto que atende por esse nome já vem carregado de uma memória: acerca da Lei, da violência contra a mulher e dos efeitos da proposição de uma lei como essa no Brasil. Como sabemos, a Lei 11.340 entrou em vigor no ano de 2006, sendo bastante discutida, quando da sua implementação, de modo que até hoje se caracteriza pela sua popularidade (DATASENADO, 2011). Ela coloca em cena a especificidade da violência doméstica,



regulamentando a necessidade de punição para esses casos, frente aos índices alarmantes que nosso país apresentava (e ainda apresenta).

A Lei transforma um modo de olhar para a violência doméstica: de um crime de menor potencial ofensivo, no domínio dos Juizados Especiais Criminais, passa-se a considerar como um crime de maior potencial ofensivo e inafiançável. Assim, coloca-se a possibilidade de alterar a visão até então vigente de que a violência que ocorre contra as mulheres dentro das relações afetivas não deve ser objeto de atenção do Estado. A lei ainda insere, além do caráter punitivo, um aspecto protetivo e nominativo (MACHADO, 2014). A dimensão nominativa é particularmente importante por possibilitar a nomeação dos tipos de violência e, desse modo, legitimar outras formas de violência, além da violência física (MACHADO, 2014).

A nomeação dos tipos de violência, ainda que esteja dentro dos limites de uma lei que regulamenta a violência doméstica, pode ser compreendida como um dos fatores, obviamente relacionado discursivamente às diversas pautas dos movimentos feministas, que possibilita que o assédio passe a ser visto como um tipo de violência-crime – e não apenas “galanteio”. Podemos materializar esse olhar por meio de diversas campanhas que passaram a ser divulgadas no Brasil e no mundo nas redes sociais que denunciam a questão do assédio (ONU MULHERES, 2017; THINK OLGA, 2017).

No senso comum, e também nas áreas jurídicas e sociais, entretanto, a lei produz outros efeitos que se baseiam em argumentos como a inconstitucionalidade, a utilização da denúncia como moeda de troca, vingança, e a compreensão como aparato que concede às mulheres “privilégios” (HILLER, 2008).

Apesar de a Lei Maria da Penha não prever crimes que não se dão no nível doméstico e intrafamiliar – interpretações de relações de intimidade são diferentes de jurista para jurista – ela coloca na ordem do discurso a violência contra a mulher como algo que não se caracteriza como de menor potencial ofensivo e, por isso, é generalizado a todas as situações de violência contra a mulher. Desse modo, o projeto, ao tomar o título da lei



como forma de identificação, carrega a memória de todos esses elementos de polêmica ligados à lei e ao modo como se compreende a violência contra as mulheres no Brasil. Carrega, ainda, o deslocamento da discussão de questões relacionadas à violência doméstica, para tópicos como o assédio, que não seriam, numa interpretação estrita, pauta do referido projeto, justamente por não estar abarcado pela lei.

Passando da memória da lei para a compreensão do projeto como um lugar que tem como pauta as violências contra as mulheres, de um modo geral, passamos a discutir o modo como o assédio sexual é colocado em discussão no universo acadêmico e como, a partir disso, foi possível analisar uma materialidade de denúncia informal postada em uma mídia social digital.

*Denúncias informais como sintoma: um olhar discursivo sobre a questão do assédio sexual na universidade*

A expressão “assédio sexual”:

foi cunhada talvez em 1974 por Mary Rowe, para descrever condutas impróprias no MIT [Massachusetts Institute of Technology], ou em 1975 por um grupo de mulheres tratando do mesmo problema em Cornell. A lendária advogada Catherine Mackinnon deu impulso ao conceito com seu livro *Sexual Harassment of Working Women* [Assédio Sexual na vida profissional feminina], de 1979 (SOLNIT, 2017, p. 38).

Na legislação brasileira, o assédio sexual é previsto pelo Código Penal, a partir da Lei 10.224, de 15 de maio de 2001 e descrito do seguinte modo: “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (CP, art. 216-A, *caput*).

Os elementos apontados pelo texto da lei referem-se a qualquer conduta constrangedora ligada a favorecimento sexual, aproveitando-se de relação hierárquica. Desse modo, das relações assimétricas de trabalho entre patrão e empregado/a, por exemplo, passa-se, no ambiente universitário, para outras relações de poder: professor *versus* aluno; veterano *versus* calouro, etc., sendo interceptadas ainda pelas relações de gênero.



Contudo, essa transferência de aplicação da lei também carrega as polêmicas em torno da legitimidade das denúncias de assédio, passando pelo mesmo crivo por que passam as relações domésticas entre homens e mulheres. Assim, mulheres são sempre questionadas quando fazem uma denúncia de assédio de caráter sexual e, no ambiente universitário, isso não é diferente por vários motivos, como naturalização de certas condutas sexuais e/ou relacionais entre homens e mulheres, bem como compreensão de que existe “má fé” ou interpretação equivocada por parte das mulheres acerca das condutas masculinas.

Há um discurso recorrente de que são comuns falsas denúncias por parte das mulheres, o que se explica pela “persistente pecha contra as mulheres de que são naturalmente ambíguas, manipuladoras e desonestas” (SOLNIT, 2017, p. 114). Contudo, no que se refere ao contexto brasileiro, uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon e o Data Popular (2015 *apud* ALMEIDA, 2017) mostrou que, em universidades ou em festas acadêmicas, 67% das mulheres relatou ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem.

Quando pensamos em casos de assédio sexual nas universidades, muitas pessoas reconhecem como assunto corriqueiro, entretanto, quando se buscam dados acerca de ocorrências eles inexistem ou são ínfimos. Poderíamos nos perguntar por que isso ocorre. Assim, olhando para o caso da universidade na qual nos situamos, que apresenta uma realidade não muito distinta de outros centros de ensino, pesquisa e extensão, o primeiro aspecto a ser discutido diz respeito à não efetivação de denúncias por meio dos canais institucionais. Um elemento que poderia ser levado em consideração, e se mostrou verdadeiro ao se fazer um levantamento entre as acadêmicas, é que muitas desconheciam os modos para se fazer uma denúncia institucionalmente. Contudo, mesmo após a divulgação efetivada pelo núcleo, não houve aumento ou registro de novas denúncias pelos referidos canais.

Ainda que não se tenha perguntado diretamente às acadêmicas e/ou mulheres que poderiam registrar denúncia no ambiente universitário, alguns



motivos que podemos depreender das próprias condições de produção que envolvem o registro dessas denúncias são a exposição da vítima, a relativa proteção do denunciado; o fato de que as comissões para instauração de processo administrativo possam ser compostas por pares; o histórico de não punição e, decorrente disso, a possível retaliação da vítima, uma vez que, findado o processo e averiguação, as relações entre denunciante e denunciado permanecem.

Desse modo, apresentar uma análise discursiva (PÉCHEUX, 2009) acerca das repercussões do projeto NUMAPE na Universidade Estadual do Centro-Oeste – *campus* Irati – passa, necessariamente, pela consideração das condições de produção ligadas ao contexto atual e à memória discursiva em torno da violência contra a mulher.

Ao longo da história, as mulheres foram vistas como frágeis, inferiores aos homens e, portanto, submissas a esses. Aos homens foi atribuído um lugar de poder em relação à mulher, e, neste sentido, a violência é naturalizada e muitas vezes tomada como fruto de algum ato da mulher que a justifique. Neste sentido, a violência contra a mulher é decorrente de uma construção social e estrutural de base patriarcal que produz relações desiguais entre homens e mulheres (SAFIOTTI, 2015), além de ser compreendida como algo do domínio do espaço privado – espaço historicamente reservado à mulher – e que portanto, não deve ser discutida, enunciada no espaço público – espaço reservado e ocupado historicamente pelos homens.

Desta forma, as mulheres são submetidas a uma história de silenciamento, construída de diferentes formas, seja por comportamentos ensinados a elas desde sua infância, seja por ameaças que produzem o silêncio como tentativa de proteção, seja pela violência que lhes nega voz e credibilidade quando denunciam. São convidadas ao silêncio e se ousam falar, não são ouvidas (SOLNIT, 2017). Neste sentido, o ambiente privado é compreendido como lugar de circulação e enunciação das violências e, em contrapartida, a luta que objetiva fazer com que atos naturalizados na relação homem-mulher sejam considerados crimes é uma tentativa de



que mulheres sejam ouvidas e que violências possam ser enunciadas e enfrentadas, no espaço público.

Este movimento, que coloca em pauta a dicotomia público-privado, marca a história do movimento feminista a partir da década de 70. Compreendendo que a separação entre o espaço público-privado reafirma a divisão dos papéis e desigualdade entre homens e mulheres, este movimento vem questionar o espaço destinado à mulher em nossa sociedade – espaço privado –, trazendo a afirmação de que “o pessoal é político”, tornando públicas discussões que eram vistas como próprias do espaço privado e reivindicando o direito da mulher ao espaço público e ao seu próprio corpo, antes visto como propriedade dos homens (PATEMAN, 2013).

Atualmente, as mídias sociais digitais têm se colocado como um meio de articulação e encontro entre mulheres de diferentes lugares do Brasil e do mundo, possibilitando a denúncia e divulgação de campanhas, neste espaço que é público, relacionadas a violências vivenciadas historicamente e cotidianamente por elas. Ao mesmo tempo, as mídias sociais digitais também se colocam como um espaço de produção de violência através de discursos de ódio, assédio, ameaças e perseguições expostas virtualmente e direcionadas àquelas que denunciam a violência.

Nas universidades brasileiras e também de outros países, tem se tornado cada vez mais frequente o movimento de mulheres e coletivos feministas a fim de denunciar as violências vivenciadas neste espaço, seja em atividades tradicionais como trotes e festas universitárias ou até mesmo nas salas de aula. Do mesmo modo, há algumas ações que reivindicam a responsabilização institucional, no sentido de que sejam criadas medidas efetivas de prevenção e enfrentamento das formas de violência comuns no ambiente universitário. Para além disso, reivindicam também seu direito de espaço na universidade, uma vez que a violência é um dos fatores que provocam a evasão e a exclusão das mulheres neste ambiente (ALMEIDA, 2017).

Diante da manifestação das mulheres em relação à temática da violência, é muito frequente a deslegitimação das denúncias, seja por falta



de provas concretas ou ainda pela naturalização das violências, bem como repercussões negativas para quem denuncia (ameaças, medo, vergonha da exposição, etc.) e impunidade dos agressores, o que faz com que as mulheres sejam silenciadas (SOLNIT, 2017).

Desta forma, diferentemente do silêncio constitutivo, tal como compreendido pela AD (ORLANDI, 1995), o qual é visto como necessário para a própria existência do discurso, nos casos explicitados produz-se o silenciamento. Este último pode ser caracterizado pela censura que, compreendida como FD, impede o sujeito – nesse caso, as mulheres – de ocupar certos lugares, posições enquanto sujeito discursivo, o que acaba por afetar sua identidade (ORLANDI, 1995). No entanto, Orlandi (1995) aponta para os movimentos de resistência, que podem levar o sujeito a mover-se nos sentidos que lhe são impedidos pela censura, ocorrendo, de certa forma, a significação dos sentidos que são censurados, através de deslocamentos produzidos pela linguagem.

A partir dessas condições de produção, ou seja, contexto em que existe a possibilidade de compartilhamento de experiências e uma tentativa de romper com o silêncio ao qual as mulheres foram submetidas historicamente, bem como a memória discursiva em torno da violência contra a mulher, surgem as manifestações midiáticas de universitárias na Universidade Estadual do Centro-Oeste, com o objetivo de (d)enunciar as violências presente neste espaço.

Para fins de análise, apresentamos como materialidade alguns recortes de uma página criada no Facebook, com o intuito de apresentar denúncias de casos de assédio sexual e outras formas de violência contra as mulheres no contexto universitário. A página, intitulada “Chega de Assédio”, propõe que sejam enviados anonimamente depoimentos para serem publicizados, por meio de um formulário da plataforma Google Docs<sup>20</sup>. O texto vinculado como postagem fixa diz o seguinte:

20.A Plataforma *Google Docs*, por meio da sua ferramenta “Formulários Google”, permite que sejam disponibilizados questionários *online*, de modo que as respostas são enviadas automaticamente para quem formulou, sem que seja necessário haver identificação.



Página criada com o intuito de mostrar para o meio acadêmico o que nós mulheres sofremos com o assédio dentro da instituição. Deixe seu desabafo de assédios e abusos sofrido dentro de nosso ambiente, seja você professora, funcionária ou aluna. Queremos expor nosso dia-a-dia para a sociedade enxergar o quão impactante é essa violência que chamam de

“mas ela estava pedindo com aquela roupa”

“lugar de mulher é na cozinha”

“quer trocar nota/presença por um passeio?”

Denuncie de modo TOTALMENTE anônimo.<sup>21</sup>

Destaca-se o caráter de materialização da existência de assédio na universidade no próprio nome dado à página, talvez justamente porque se trata de uma questão silenciada. Coloca-se também o caráter cotidiano – “expor nosso dia a dia” – alicerçado em afirmações baseadas no machismo do senso comum – “estava pedindo com aquela roupa”, “lugar de mulher é na cozinha” – e a necessidade de se explicitar (inclusive, em caixa alta) o caráter “TOTALMENTE anônimo” das denúncias, em oposição ao que ocorre quando se faz uma denúncia formal, pelas vias institucionais.

A princípio, as denúncias informais enunciam a não efetividade dos canais institucionais, buscando proteger as mulheres que se manifestam anonimamente acerca de situações de violência vivenciadas no contexto universitário. As postagens, apresentadas em tom de alerta e com a identificação dos possíveis agressores através de suas iniciais e seus cursos ou setores de trabalho, produziram um efeito de segurança para quem denunciava e, ao mesmo tempo, insegurança e medo em algumas mulheres, uma vez que os reconheciam enquanto alunos, funcionários, professores, com quem conviviam na universidade.

Por outro lado, surge como resposta a realização de denúncias formais (Boletins de Ocorrência) por parte de quem foi exposto e não

21. Texto retirado e transcrito do modo como foi escrito da página no Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/C9X9KS>>. Acesso em: 19 set. 2018.



reconhece em suas ações a produção de violência, ocorrendo, assim, o efeito de deslizamento de um crime – assédio sexual – para outro – calúnia e difamação. Diante da resposta dos denunciados, produz-se um lugar de vulnerabilidade para as mulheres que (d)enunciam, uma vez que estas, se identificadas, podem ser responsabilizadas judicialmente. Concomitante a isso, surge o efeito de deslegitimação das denúncias, através do questionamento sobre o que seria o assédio, uma vez que muitas práticas de violência perpetuadas na relação entre homens e mulheres são culturalmente naturalizadas em nossa sociedade. A deslegitimação também acontece pela ausência de provas acerca das denúncias, uma vez que estas foram realizadas de modo informal.

O texto a seguir é a descrição do questionário indicado pela Página “Chega de Assédio”:

Silenciar também é crime.

Assim como eu, outras alunas, funcionárias e professoras também já sofreram assédios e abusos de professores e colegas. Muitas vezes não resolve darmos nossa cara a tapa, então vamos mostrar para as pessoas em como nós mulheres sofremos com essa violência. Manifeste aqui o abuso e violência que sofreu, todas e todos estaremos de braços abertos para acolhe-las e ouvi-las para além denunciarmos e a justiça ser feita.

Liberte-se.

Empodere-se.

TOTALMENTE ANONIMO.

Sinta-se abraçada e desabafe.<sup>22</sup>

“Silenciar também é crime” é o título que se dá ao formulário. O elemento linguístico “também” aponta para a existência de um pré-construído<sup>23</sup> em torno do que é crime, trazendo uma nova informação para os/as leitores/as: silenciar é crime (assim como assediar, violentar e até caluniar).

22. Texto retirado da página do Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/B76RFm>>. Acesso em: 19 set. 2018.

23. Pré-construído é definido por Pêcheux como “aquilo que todo mundo sabe” isto é [...] conteúdos do ‘sujeito universal’ [...] e aquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, 2009, p. 158-159).



Ocorre que o silêncio aqui, ao passar de um substantivo a verbo, ocupando o lugar de sujeito na frase, deixa de apontar para o agente da ação: quem é que silencia? E que tipo de silenciamento é crime? Assim, alguns efeitos de sentido possíveis na rede parafrástica que pode ser composta são: ser cúmplice de uma situação de assédio é crime; presenciar uma situação de assédio e se omitir é crime. E outros ficam em suspenso, como, por exemplo: sofrer assédio e não delatar também seria crime?

Os sentidos de “crime”, portanto, dependem do lugar que se ocupa na rede discursiva, sobretudo daquilo que se entende como sujeito de direito: “ser sujeito de direito não é nada mais que ‘ser para a lei’” (LEGENDRE, *apud* HAROCHE, 1992, p. 158). Assim, como mencionamos anteriormente, corre-se o risco de haver um deslizamento de um crime a outro – do assédio à calúnia e difamação, por exemplo, passando-se também do lugar de denunciante para denunciado. Esse caráter não parece ser negligenciado ou ignorado por aquelas (estamos supondo que se trata de uma criação coletiva, tendo em vista o modo como a página foi construída, com o uso recorrente da primeira pessoa do plural – “nós mulheres”) que constroem a página, dada a ênfase no aspecto do anonimato. Contudo, como sabemos, a partir da emergência de diversos crimes digitais, na contemporaneidade, o anonimato se mantém somente até passar para à esfera do crime a ser investigado, de modo que não haveria, de fato, anonimato e proteção para as mulheres que ali (d)enunciavam.

A seguir, apresentamos um exemplo de uma das publicações enviadas por meio da Plataforma Google Docs e publicada na página do Facebook<sup>24</sup>:

#assédio46

Eu só queria fazer um desabafo. Sabe o que machuca tanto quanto o assédio... A impunidade. É saber que somos fadadas a viver em um mundo onde tudo bem assediar, tudo bem estuprar pois não haverá consequência nenhuma. A vítima pode até pedir ajuda, pode até tentar procurar meios legais (dentro e fora da universidade), mas mesmo assim nada será feito, principalmente

24. Optamos por não publicar nenhum outro depoimento que trouxesse nomes, iniciais ou denúncias propriamente ditas, tendo em vista responsabilização jurídica.



se o acusado ocupar em lugar de poder. E assim temos que continuar pelos corredores, sentindo medo de encontrar aquela pessoa, vendo o que outras pessoas sofrem e não poder fazer nada, droga, não poder nem falar nada, pois ainda corremos o risco de receber um processo por “falta de provas”. Toda essa situação corroí por dentro, vai matando aos poucos, até que chega o momento onde não sobra mais nada!<sup>25</sup>

Entendemos como sintoma<sup>26</sup> a existência de uma página como essa, justamente por denunciar, na rede de significantes, a ineficácia dos canais institucionais e o fato de que os mesmos reproduzem, a despeito do que se poderia pensar, inicialmente, pelo imaginário crítico em torno da universidade, o machismo e a tolerância em relação ao assédio sexual contra as mulheres, além de outras formas de violência.

Nesse sentido, no recorte acima, (d)enuncia-se que assediar e estuprar, na prática, no contexto universitário e fora dele, não é crime, mesmo havendo aparato legal e institucional para isso: “tudo bem assediar, tudo bem estuprar, pois não haverá consequência nenhuma”, tendo em vista a não efetividade da análise e punição para esses casos: “nada será feito”. Considera-se, nessa postagem, o perigo que correm as mulheres, ao denunciar: “não poder nem falar nada, pois ainda corremos o risco de receber um processo por ‘falta de provas’”.

Por fim, encerramos esta análise, que poderia, obviamente, destacar ainda muitos outros pontos, dizendo que a emergência de uma página com um conteúdo como esse só foi possível pelas condições de produção imediatas e não imediatas (ORLANDI, 2003): interdiscurso que coloca pauta do assédio sexual como possível de ser dito; advento da internet e das mídias sociais digitais, silêncio institucional e invisibilidade da questão, entre outros elementos que possibilitam a emergência de dizeres como esse pelas mulheres, ainda que sem poder se identificar.

25. Texto retirado da página no Facebook. Disponível em: <<https://goo.gl/cPXkbo>>. Acesso em: 19 set. 2018.

26. Sintoma é entendido no sentido psicanalítico do termo, como algo que passa a existir como válvula de escape, outro modo de dizer no conjunto de significantes, funcionando até como forma de gozo (MAIA, MEDEIROS & FONTES, 2012).



Os efeitos decorrentes da circulação das postagens na referida página podem ser resumidos em dois principais pontos: retirada da questão do assédio na universidade da invisibilidade e desqualificação dos canais institucionais. Do primeiro tópico decorrem diversos outros efeitos de sentido, que vão desde uma postura de “cuidado” dos homens em geral, de raiva e indignação de outros que foram denunciados, passando pela vulnerabilidade de mulheres que (d)enunciam e podem ser responsabilizadas por isso, até o medo em mulheres da universidade em geral por se darem conta de que convivem com assédio e com assediadores. Do segundo, derivaram alguns efeitos que têm relação com o projeto de extensão sobre o qual discorreremos neste texto: atribuição das denúncias e da página ao NUMAPE e posterior endereçamento da responsabilidade pela recepção e julgamento das situações de assédio tornadas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu apresentar uma análise discursiva (PÊCHEUX, 2009) das repercussões do projeto de extensão NUMAPE na Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* de Irati-PR. As atividades do primeiro ano de atuação do referido projeto colocaram em evidência dizeres sobre o assédio e outras formas de violência contra as mulheres na universidade, requisitando o compromisso e responsabilização da instituição pela criação de políticas efetivas de enfrentamento à violência. Assim, colocamos em pauta a legitimidade de um lugar de enunciação e, ao mesmo tempo, a produção de um sintoma, que foi a exposição de atores diversos em mídias sociais digitais. Além desse, outros efeitos que se colocaram foram a deslegitimação das denúncias em torno do assédio; a situação de vulnerabilidade dessas mulheres que (d)enunciam, além da atribuição das denúncias ao NUMAPE.

Nesse contexto, o projeto passa a ser compreendido como responsável pelo encaminhamento das denúncias e averiguação, produzindo efeito de desresponsabilização individual e institucional. Obviamente, não era nosso intuito, entretanto, como sabemos, pela AD: “todo denunciado



é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al (orgs). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, p. 384-399.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

BRASIL. *Lei n. 10.224*, de 15 de maio de 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/YNYUfR>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CRUZ, Madge Porto. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina et al (orgs). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017, p. 400-411.

DATASENADO. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Brasília: Senado Federal/Secretaria de Transparência, 2011.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. Trad. Eni Pucinelli Orlandi et al. São Paulo: Hucitec, 2002.

HILLER, Neiva Marcelle. Lei Maria da Penha: inconstitucionalidade ou busca pela igualdade real. *Boletim Jurídico*, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/bFJ4F3>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/CgjQ8C>>. Acesso em 15 ago. 2018.

LUCAVEI, Lucélia; SCHORNER, Ancelmo. Os rituais de casamento ucraniano entre permanências e transformações – Irati/PR (1978-2008). *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 4, n. 1, p. 49-63, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/aa6iHD>>. Acesso em 20 jul. 2017.

MACHADO, Isadora Vier. Para além da judicialização: uma leitura da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) em três dimensões. *Feminismos*, v. 2, n. 3, p. 31-42, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/EBC4fn>> Acesso em 20. ago. 2018.



MAIA, Aline Borba; MEDEIROS, Cynthia Pereira de; FONTES, Flávio. O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. *Estilos clin.* vol. 17, n. 1, p. 44-61, jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/HiwxXk>>. Acesso em 07 set. 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PARANÁ. *Etnias*. Secretaria de Estado do Turismo – SETU. Disponível em: <<https://goo.gl/4NHZSQ>>. Acesso em 10 jun. 2018.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). *Teoria política feminista: Textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. p. 55-79.

PÊCHEUX, Michel (1969) “Análise Automática do Discurso.” In: GADET Françoise; HAK, Tony (orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3 ed. Campinas: Pontes, 2010.

SAFFIOTTI, Heleieth Lara Bongiovani. 2 ed. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUSA, Joab Monteiro. *Imigrantes no Paraná: A inserção e contribuição polonesa em Irati/Pr*. I seminário nacional sociologia e política UFPR, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/npKyUp>>. Acesso em 15 out. 2017.

ONU MULHERES. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/XRXq3i>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

THINK OLGA. *Chega de fiiu fiiu*. Disponível em: <<https://goo.gl/ZQUzQQ>>. Acesso em: 24 ago. 2018.



RUCHKYS, Angélica Alves; ARAÚJO, Maria Aparecida de Oliveira Martins. Análise do discurso: em busca das (in) congruências entre a vertente francesa e anglo-saxã. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001, p. 207-224.



# 5

Guida Fernanda Proença Bittencourt

## Um útero à disposição da sociedade



## INTRODUÇÃO

Mobilizando as noções da Análise do Discurso francesa (AD), especialmente a de Formações Discursivas, pretendemos lançar um gesto analítico para a sustentação oral proferida em ação pela descriminalização da antecipação terapêutica de feto anencéfalo (ADPF 54), que tramitou no Supremo Tribunal Federal.

Fundamentalmente as perguntas que orientam essa investigação são: como a identidade da mulher é construída? Pelo viés da alteridade, qual é o papel da identidade masculina nesse jogo? Nesse sentido, apontamos para a emergência de um Discurso de gênero que se constitui pelo espelhamento, pelo movimento relacional.

Optamos pela metodologia de trabalho inaugurada por Maingueneau, propondo algum diálogo com o sociólogo P. Bourdieu e o filósofo M. Foucault, buscando as convergências (mas ciente das divergências) quando frente às propostas de M. Pêcheux na formulação dos postulados teóricos das ADs, como disciplina autônoma.

Ancoramos nossa investigação na recente discussão sobre a chamada interrupção da gestação de fetos anencéfalos, o então advogado e agora ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso<sup>27</sup>, em sua defesa oral proferida na corte suprema em prol da liberação da antecipação terapêutica, chama a atenção para a funcionalização do corpo feminino.<sup>28</sup> Trata-se da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que tramitou no STF sob o n. 54, julgada em abril de 2012, provida por 8 votos a 2, resultando na descriminalização da antecipação terapêutica da gestação de fetos anencéfalos.

27. Destaque-se que ao longo de sua carreira como advogado e jurista, manifestou-se publicamente em relação a temas bastante controversos na sociedade como, por exemplo, a descriminalização ou regulamentação do comércio de maconha e a descriminalização do aborto em quaisquer casos até a 12ª semana.

28. Transcrição não fidedigna da sustentação oral. Disponível em: <<https://bit.ly/2xQ8PUZ>> ou pela reprodução fidedigna em vídeo em <<https://youtu.be/pLUKobkpBB4>>. Acesso em 13 out. 2013.



Dentre outras coisas, destaca o jurista, que na ocasião representava a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, que qualquer ingerência do Estado sobre o corpo feminino, em especial na manutenção ou não de uma gestação, implicaria na reprodução de uma visão funcionalista sobre a mulher, transformando-a em mero útero à disposição da sociedade. O corpo da mulher é, sob esse viés, instrumento a serviço de um Outro.

Essa manifestação lança luz sobre uma temática ainda bastante incipiente: a detenção de poderes próprios sobre corpo feminino (corpo de si), como um lugar de subjetivação e construção de uma identidade pacífica, afastada de conflitos de outras ordens, de disputas que não são *as suas*.

O corpo da mulher, então, se revela como um espaço de disputas discursivas: desde os impedimentos e restrições na iniciação sexual, o tabu da virgindade, passando pelas reprovações da exposição do corpo e da liberdade sexual, até o limite da exclusão da voz da mulher na decisão sobre o aborto.

O Estado, a religião, a escola e demais instituições legitimadas — por alguma ordem — pautam a temática relegando a voz da mulher a um plano outro que não o decisório, que não o da disposição sobre si, que não o da existência plena cuja identidade lhe diga respeito integralmente. Até mesmo instituições policiais detêm direitos sobre o corpo e as decisões da mulher (especialmente no que tange ao abortamento voluntário). Vê-se a existência de um corpo sem voz. Infindáveis contra discursos virtuais se opõem ao gozo do corpo feminino como lugar de si, passando a ser lugar de um Outro. Uma alteridade desautorizada e uma topografia de disputas.

Partimos da ideia de que as disputas são constitutivas dos discursos. Nesse sentido, a construção de identidade é também eminentemente discursiva. Para Pierre Bourdieu, “as trocas linguísticas — relações de comunicação por excelência — são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (BOURDIEU, 1996, p. 23), e retomando o raciocínio, afirma que “no texto jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial” (BOURDIEU, 2007, p. 213). Quando fala sobre “A polêmica como interincompreensão”,



em artigo assim batizado, Dominique Maingueneau<sup>29</sup> (2008) também faz render a disputa no discurso, não em termos de ataque e defesa, mas de uma dialética que é sua própria existência. Michel Foucault (2009) abrange ainda mais o lugar da disputa. Para ele, o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é — também, aquilo que é o objeto do desejo; e isto a história não cessa de nos ensinar — “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz, as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 9).

O corpo nesse cenário é o símbolo de uma identidade em questão, que se forja pela disputa dos discursos *mais* autorizados, pelos discursos insertos em ordens privilegiadas, pelas trocas de poder que passam ao largo do próprio objeto em questão: o corpo feminino. Para além de uma discussão acerca da saúde pública ou da gestão particular do seu corpo, no que se refere ao aborto voluntário ou à interrupção da gestação por quaisquer motivações da mulher, trata-se de um jogo de disputa de poder, na manutenção de um domínio.

Com vistas a ancorar essa discussão, propomos nesse trabalho debater os elementos trazidos pelo atual ministro quando dá sustentação oral na ADPF n. 54/DF, à luz da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, buscando abordar a temática da construção ideológica de um corpo de si, como símbolo de uma identidade e de uma existência plenas.

O advogado dirige-se à corte nos seguintes termos: “Senhores ministros: desde a noite dos tempos, muitos séculos de opressão feminina nos contemplam nessa manhã” (BARROSO, 2012, s/p). E justamente esse caminhar histórico-discursivo é que subjaz à questão de fundo, e que nos interessa para a discussão proposta.

29. A perspectiva teórica adotada nesse estudo privilegia as contribuições da obra de Maingueneau, que, para alguns teóricos, encabeça um certo modo de fazer AD. Embora não façamos aqui nenhuma citação direta, é a partir da sua metodologia que trabalhamos.



## DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise das condições de produção<sup>30</sup> — sustentação oral proferida no STF em ação que discute a descriminalização do aborto de fetos anencefálicos — se faz importante, uma vez que para a AD, a produção de efeitos de sentido está condicionada à ancoragem histórica do discurso. Dito isso, é necessário não perder de vista, especialmente, o fato de que o sujeito do discurso atua na função de advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, e na demanda atua favorável à descriminalização, justamente pelo fundamento das questões de saúde pública. Nessa demanda atuam como contrários diversas instituições religiosas. Contudo, apesar da interferência de discursos de orientações religiosas diversas — Discurso Religioso<sup>31</sup> — ressalta o sujeito do discurso “respeito às crenças sinceras e não violentas” (BARROSO, 2012, s/p).

É de se ressaltar que a base da fundamentação em defesa da descriminalização passa pela questão da saúde pública, vez que, como apurado no processo, diariamente muitas mulheres morrem em consequência da realização de abortos clandestinos sem os cuidados médicos necessários<sup>32</sup>, em que pese essa questão tenha sido abordada apenas paralelamente,

30. Noção que dá conta da situação de emergência de um dado discurso, ou seja, todo o seu entorno sócio-histórico que autoriza e demanda sua existência.

31. Vale ressaltar que nossa opção metodológica faz a distinção entre discurso e Discurso: para o primeiro, grafado com minúsculas, reservamos a materialização, o texto — como interface do Discurso com o mundo. Assim, o segundo, grafado com a inicial em maiúscula, refere-se ao Discurso enquanto ente abstrato, regulado por formações ideológicas e discursivas específicas, e constricto por elas. Nesse estudo, estarão presentes, especialmente, o Discurso Religioso e o Discurso Jurídico. Arriscamos uma proposta: esses tais Discursos, pensando numa metáfora bastante corrente para linguistas, diria respeito à competência, ao passo que o discurso seria a manifestação de um desempenho, menos vinculado, pois, à regulação de um Discurso específico, e mais perto da ideia de um discurso subjetivo (com todas as ressalvas possíveis a esse termo, especialmente no quadro teórico da AD, cujo pressuposto é um sujeito [parcialmente] assujeitado). Tal proposta já foi compartilhada no XXI Seminário do Cellip, na comunicação “Discurso Religioso: Lugar e ideologia”, 2014 (BITTENCOURT, 2014).

32. A morte que é objeto de destaque para o sujeito do discurso é do feto anencefálico, quando levada a termo a gestação, citamos: “O parto para ela não será uma celebração da vida, mas um ritual de morte. Essa mulher não sairá da maternidade com um berço, mas com um pequeno caixão. E terá de tomar remédios para secar o leite que produziu para ninguém” (BARROSO, 2012, s/p).



justamente pelo interveniente representante dos *da saúde*. Apenas para destacar o corte de classes<sup>33</sup> é que tal ponto é recuperado.

Tudo sem mencionar o dramático problema de saúde pública e a imensa discriminação contra as mulheres pobres. A criminalização é seletiva e o corte é de classe. De acordo com o Ministério da Saúde, dia sim, dia não uma mulher morre de aborto clandestino no país. Todas pobres (BARROSO, 2012, s/p).

Além disso, cumpre dizer que este estudo cinge-se a desvelar os contradiscursos presentes na manifestação ora em análise, de modo expresso ou virtual, objetivando demonstrar sob o viés da AD de linha francesa as formações discursivas (FDs) a que se vinculam e o modo de operação do orador com tais FDs. Por essa razão destacamos o diálogo direto com o Discurso Religioso.

A AD empresta de Foucault (2010) a noção de FD<sup>34</sup> que aparece, como um sistema de formação com regulamentação restritiva das possibilidades virtuais de existência de um dado enunciado em dadas condições. Foucault (2010) especializa (ou reparte) os grupos de discurso em conjuntos conforme estes se apõem na mesma FD, afirmando que se trata de um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2010, p. 132) e exemplifica: “é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 2010, p. 122) e do discurso jurídico e religioso. Veremos também, neste estudo, a emergência de um Discurso de gênero, centrado no papel da mulher.

33. Não sem razão o corte de classe é destacado. Da constatação óbvia da inscrição do sujeito em uma historicidade subjetivadora (importando para isso, inclusive a “forma de recrutamento com seus modos de seleção e ideias básicas e a qualificação profissional de detentores de um tipo específico de saber” [PORTANOVA, 2003, p. 71]) surgem duas consequências: 1) as motivações das sentenças estão relacionadas à classe, a formação, a idade e à coloração ideológica do juiz; e 2) restam desmentir as ideias de neutralidade e equidade. Àquele que se diz neutro vincula-se, de fato, a valores de conservação. Para Portanova (2003), esses valores se ancoram no capitalismo, no machismo e no racismo que insistem em resistir ao tempo.

34. A ideia de formação discursiva, proposta por Foucault (2010), é ainda polêmica e controversa, mas, contraditoriamente e talvez por isso mesmo, basilar para a Análise do Discurso, já que permite compreender o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia, de modo que oferece ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades — regras e coerções — no funcionamento dos discursos. (ORLANDI, 2001, p. 43)



Isso nos interessa na medida em que a AD tenta fornecer um conjunto de fatores a partir dos quais o número de leituras possíveis se restringe: o pertencimento de um enunciado (ou palavra) a uma FD limita as interpretações possíveis do enunciado (e da palavra); o pertencimento de um enunciado (ou de uma palavra) a um gênero e não a outro configura-se, por sua vez como um limite para sua interpretação (POSSENTI, 2009, p. 13).

Ora, é justamente a noção de FD que determina o que pode e deve ser dito dentro de uma Formação Ideológica (FI), a partir de um lugar dado em um espaço sócio-histórico determinado (FOUCAULT, 2010; PÉCHEUX, 2009). O que vemos no objeto da nossa análise é o entrecruzamento desses Discursos e o valor de uma palavra como *mulher* (e também *aborto*), por exemplo, a partir da verificação da FD de origem do discurso.

Trata-se, pois, de um discurso eminentemente argumentativo com fins de persuasão. É um advogado que tenta convencer a corte a dar provimento ao pedido e como consequência, afastar a tese contrária: “Cada um em busca do argumento que possa conquistar maior adesão social” (BARROSO, 2012, s/p).

Sendo assim, observaremos as estratégias do sujeito do discurso na operação das FDs que se colocam como dominantes no debate da interrupção terapêutica, objetivando a construção de uma identidade de mulher a partir do seu corpo.

É, pois, esse arsenal teórico que pretendemos mobilizar para o confronto com o discurso na próxima seção.

## A MATERIALIDADE LINGUAGEIRA

O primeiro destaque que nos parece rico é oriundo dos seguintes trechos, citados da transcrição livre: “*O direito de não ser um útero à disposição da sociedade*, mas de ser uma pessoa *plena, com liberdade de ser, pensar e escolher*. Senhores ministros: desde a noite dos tempos, muitos séculos de *opressão feminina* nos contemplam nessa manhã” (BARROSO, 2012, s/p, destaques nossos).



Vemos que o sujeito do discurso se vale de um Discurso de Gênero, construindo uma figura de mulher vitimizada pela sua própria história, cujos direitos fundamentais — “não ser propriedade do marido, educar-se, votar e ser votada” (BARROSO, 2012, s/p), compor o mercado de trabalho — só lhe foram outorgados e reconhecidos mediante um processo de luta-conquista. Nada foi, senão, por concessão mediante o pleito. Concessão essa realizada por aqueles que detinham o domínio do Discurso, o poder de voz e de decisão — os homens. O efeito de sentido possível é o de reverter o quadro de opressão. Admitir a vedação ao aborto, nesse caso (e pelo discurso posto), seria não apenas corroborar uma opressão, mas infligi-la mesmo, operando novo ato opressor. Pela oposição *direito x opressão*, o enunciador apresenta sua tese em defesa da *permissão* de que a mulher seja “plena, com liberdade de ser, pensar e escolher” (BARROSO, 2012, s/p).

“Noite dos tempos” é uma imagem bastante poética criada pelo sujeito do discurso, cujo efeito possível equipara as trevas da violência simbólica (BOURDIEU, 2007) praticada contra a mulher e se opõem no discurso a outra imagem forte: a manhã, iluminada por um sol dado pela possível a revisão desse lugar opressor/oprimido, possível pelo julgamento dos ministros.

Dizer que a mulher tem o direito de não ser meramente um útero, uma função reprodutiva, acarreta dizer que, frente ao estado de coisas ela assim o é. Reconhecer o direito à plenitude de sua vida e corpo implica na ideia de que esse direito ainda não está assegurado, excluindo, portanto, a mulher de um universo de pensar e escolher livremente. O pleito contém em si a informação de que ainda não se tem o pleiteado.

O sujeito do discurso traz à superfície da discursividade o diálogo com outros discursos dominantes, como o machismo: “[...] Se os homens engravidassem, a interrupção da gestação — não apenas do feto anencefálico, mas qualquer gestação — já teria sido descriminalizada há muito tempo, como observou, com a sensibilidade costumeira, o ministro Carlos Ayres” (BARROSO, 2012, s/p).



Nesse momento, o sujeito do discurso resgata esses elementos e os coloca em diálogo com a mais forte imagem: se homem engravidasse o aborto seria legal. O confronto desses dois trechos revela a adesão do sujeito do discurso a uma FD de dado Discurso Feminista, cuja maior bandeira seja a igualdade de gênero. Essa FD emerge, mas de modo tangencial, posto que a adesão expressa a esse Discurso poderia implicar numa resistência maior dos ministros na adesão à tese principal, por se tratar ainda de um Discurso marginal e bastante estigmatizado.

A construção de um argumento baseado na hipótese com o consequente (Se p então q: “... se homem engravidasse então...”), cria o efeito de sentido da funcionalização do corpo da mulher, posto que equivale a dizer que o homem dispõe do seu próprio corpo a partir de seus desejos, mas que tal comportamento, tal benefício é sonogado à mulher. Eles poderiam escolher, elas não. A estrutura argumentativa utilizada reforça o tipo de argumento, criando um efeito de sentido de verdade universalizante.

O discurso de funcionalização é retomado quando o sujeito do discurso afirma que estamos diante de um esforço de Estado para “obrigar a mulher a manter a gestação que ela não deseja” (BARROSO, 2012, s/p), sob pena de, em caso da prática do aborto voluntário, — pensado e decidido pela mulher — responder ação penal perdendo a ficha limpa de bons antecedentes criminais, igualada a um ladrão, um assassino, um esturpador, podendo inclusive ser presa.<sup>35</sup> A máquina pública — desde a polícia nas delegacias, passando pelo Ministério Público, o judiciário e a estrutura prisional — está movida e a serviço de obrigar a mulher a manter uma gestação que ela não deseja. A mulher, nesse sentido, é receptáculo da vontade do Estado, seu corpo é mero aparelho e seu psiquismo não é levado em consideração quando da sua avaliação íntima. A mulher é máquina de parir. O desejo não lhe pertence, mas pertence a um Outro, cuja existência se manifesta pelas instituições, pela polícia, pela religião, pelo judiciário. O opressor não é então um sujeito que se delimita num tipo, mas

35. Vemos no *Jornal do Dia*, disponível em <<https://goo.gl/gXBwnH>>, notícia veiculada em data de 23 jul. 2013 sobre mulher condenada a um ano de prisão pelo crime de aborto. Acesso em 13 out. 2013.



ao contrário, se manifesta em várias roupagens, escapando de um *locus* e ocupando toda uma topografia.

Citamos:

Mas a verdade é que se o feto não tem viabilidade sem o corpo da mãe, e se a mãe não deseja tê-lo, *obrigá-la* a levar a gestação a termo significa funcionalizá-la, instrumentalizá-la a um projeto de vida que não é o seu. Ela estará sendo tratada como um meio e não como um fim em si, em violação à sua dignidade (BARROSO, 2012, s/p, destaque nosso).

Vemos que se cria uma oposição virtual homem/mulher pelas expressões obrigá-la, funcionalizá-la, instrumentalizá-la, tratá-la como meio e não fim. *Alguém* obriga, funcionaliza, instrumentaliza. A elipse do sujeito opressor recobre o homem, que detentor de poderes mágicos, obriga e instrumentaliza a mulher, tratando-a como um meio e não como fim em si.

Nesse sentido, por um processo de espelhamento, constrói-se uma identidade de homem. O homem é esse *alguém que*. O homem é quem detém a voz última sobre o seu próprio corpo (porque se homem engravidasse o aborto seria permitido) e ainda, sobre o corpo da mulher, de tal modo que pode obrigá-la a manter uma gravidez que não deseja, pode instrumentalizá-la ao abrigá-la a comprar um projeto de vida que não é o seu. A mulher pede para que seja “uma pessoa plena para ser e pensar”, o homem o é.

Tal efeito de sentido é corroborado pelo trecho que citamos:

Levar ou não esta gestação a termo tem de ser uma escolha da *mulher!* Esta é a sua *tragédia pessoal, a sua dor*. Cada *pessoa*, nessa vida, deve poder decidir como lidar com o próprio *sofrimento*. O Estado não tem o direito de querer tomar essa decisão pela *mulher*. Viola a dignidade da *pessoa humana* submetê-la a um *sofrimento* inútil e indesejado (BARROSO, 2012, s/p, destaques nossos).

A inclusão de tragédia pessoal, dor, sofrimento deslocam também a discussão para o universo psíquico da mulher. Além da violência física, destaca o sujeito do discurso a ideia de uma tortura psíquica ao submetê-la a encarnar algo que não deseje. Pela discursividade, a voz do corpo passa necessariamente pela via do psiquismo: é disso que trata a dignidade da pessoa humana.



Vemos que o sujeito do discurso se ocupa de incluir a mulher no conjunto de pessoas. Aqui a oposição virtual homem/mulher se confunde com a *inclusão* da mulher no 'cada pessoa' e 'pessoa humana'. Uma inclusão que gera o efeito de sentido de que a mulher está fora desse conjunto, já que sua dignidade não é respeitada.

É o que destaca o sujeito do discurso no início de sua fala, quando afirma que

[...] meu primeiro pensamento vai para as mulheres, para a condição feminina, que atravessou muitas gerações em busca de igualdade e de proteção dos seus direitos fundamentais. O direito de não ser propriedade do marido, de educar-se, de votar e ser votada, de ingressar no mercado de trabalho. O direito à liberdade sexual conquistada derrotando todos os preconceitos. E agora, perante esse tribunal, um capítulo decisivo dos seus direitos reprodutivos (BARROSO, 2012, s/p).

Direito de não ser propriedade é a própria coisificação da mulher. Pela discursividade, se assume que a mulher teve de lutar para não ser coisa do outro. Vê-se que a identidade plena da mulher como "pessoa humana" vai lhe sendo autorizada paulatinamente e em partes, restando pendente quanto aos seus direitos reprodutivos, ou seja, quanto ao seu próprio corpo. À mulher não lhe foi permitido adonar-se do seu próprio corpo, e, nesse sentido, ele é ainda coisa dos outros. "Mas se este tribunal reconhecer a plenitude dos direitos reprodutivos da mulher, este será um dia para jamais esquecer. O marco zero de uma nova era para a condição feminina no Brasil" (BARROSO, 2012, s/p).

Observemos que o uso do condicional em "se este Tribunal reconhecer a plenitude dos direitos" acarreta o raciocínio de que ainda não é reconhecida a plenitude de direitos da mulher, visto que ainda é direito do outro "obrigar a mulher a manter a gestação que ela não deseja".



## SENTIDOS E FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

Para a AD (PÊCHEUX, 1997, 2009; MAINGUENEAU, 2008<sup>36</sup>), sentido é um efeito de sentido, ou seja, não se admite que a cada forma corresponda um sentido. O sentido é um efeito da enunciação, que se dá entre interlocutores, isto é, na ocorrência de material verbal em condições de produção definidas.

O mesmo enunciado, como sói acontecer, funciona de modos diferentes a partir de como se liga a uma dada FD: “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)” (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Vemos que na sustentação oral, o sujeito do discurso mescla o uso do vocábulo *aborto* com a expressão *interrupção da gestação*. A primeira sofre um tipo de estigma que inviabiliza a discussão do tema, justamente — mas não apenas — pelo atravessamento do Discurso Religioso. A segunda expressão, por outro lado, afasta-se do estigma, podendo inaugurar uma discursividade que possibilita que outros atravessamentos se deem.

O sujeito do discurso desfaz a sinonímia ao longo do discurso, afirmando que “interrupção de gestação não é aborto”, com a finalidade de buscar os sentidos derivados e fazer escorregar os sentidos, ancorando cada uma das expressões a FDs diversas, para ao fim poder dizer, feito os deslizos de sentido, que a interrupção pode se dar em quaisquer casos até a 12<sup>a</sup> semana:

Essa é a posição adotada por todos os países democráticos e desenvolvidos do mundo, que descriminalizaram não apenas a interrupção em caso de anencefalia, mas em qualquer caso, até a décima segunda semana de gestação. Entre eles: Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido,

36. Não ignoramos que as filiações teóricas de ambos os autores os levam a um manejo diferente das bases teóricas. Para mais, Oliveira (2013) oferece um panorama de vários autores e suas perspectivas teóricas nos estudos do discurso.



Alemanha, Itália, Holanda, Japão, Rússia, Espanha, Portugal, Dinamarca, Suécia. Praticamente todos os países da Europa. A criminalização antes do ponto da viabilidade fetal, hoje, é um fenômeno do mundo subdesenvolvido (África, países árabes, América Latina). Estamos atrasados. E com pressa (BARROSO, 2012, s/p).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos demonstrar os efeitos de sentido possíveis criados a partir da materialidade linguística do discurso. Embora a discussão seja apenas inaugural, verifica-se a existência de um discurso de gênero que permeia a construção de uma identidade de mulher e pela oposição, pelo jogo relacional, a identidade masculina, em face da mulher.

Vê-se um jogo de dominação e poder, de pertencimento e reificação ainda presentes e reconhecidos no discurso: pelo pedido do direito infere-se a sua ausência.

A imagem inicial da dualidade noite e dia (noite dos tempos x [séculos de opressão nos contemplam nessa] manhã), se recria pela via do opressor e oprimido e, especialmente, ganha sentido na oposição “pessoa humana” dotada de uma dignidade *versus* coisa passível de possuímento por parte de um outro.

O outro que aqui se opõe à mulher é, por um lado o homem enquanto possuidor e opressor; mas por outro, escapa de uma singularidade personalíssima e envolve uma coletividade. Um ser disforme, mas poderoso: a sociedade, ou melhor, as instituições sociais, os aparelhos ideológicos. A forma de manifestação é a polícia, a Igreja, o Judiciário, o aparato prisional.

Nesse sentido, abordar (e encarar) esse aparato é jogar luzes à “noite dos tempos”, cumprindo uma função ideologizante de militância. Para além das questões técnicas abordadas nos autos da ADPF n. 54, o sujeito do discurso optou por humanizar a discussão, revelando as relações havidas entre 1) a mulher e o homem e, 2) a mulher e a sociedade como um todo. Aliás, essa oposição pode sugerir uma assimilação entre os membros oponentes, de modo que restaria a mulher excluída da rede social, tendo o homem como representante exclusivo das estruturas sociais.



Vale dizer que as abordagens técnicas também foram feitas, cercadas, contudo, por elementos discursivos apaixonados (estratégias patemizantes), trazendo para a superfície do discurso as possíveis motivações para o alijamento da mulher de seu próprio corpo.

Lembremos que o sujeito do discurso toma a palavra em nome dos profissionais da área da saúde. Não vemos nessa ocasião, porém, qualquer menção à temática da saúde pública concretamente, mas, no discurso vemos a emergência da temática da saúde psíquica da mulher e, paralelamente, da saúde de uma sociedade que carece de garantir igualdade entre gêneros para desfazer a opressão secular contra a mulher.

O sujeito do discurso evita confrontações diretas e com isso foge de resistências maiores que cercam o tema. Tangencia questões críticas, como a da religião e do machismo, objetivando, ao fim e ao cabo, que o corpo da mulher seja lugar de si, seja lugar alheio a outras disputas, mas de satisfação plena da subjetivação individual. Nesse sentido, ao projetar um tempo em que a mulher seja dona de si, do seu psiquismo e do seu corpo, fala também de uma projeção de um homem distante da posição de opressor, mas que, pela alteridade, seja também dono somente de si e do seu psiquismo, estabelecendo uma relação equilibrada e igual com a mulher.

“Ou a escolha é da mulher ou não haverá igualdade” (BARROSO, 2012, s/p).

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. *Sustentação Oral*, ADPF 54, 2012.

BITTENCOURT, Guida F. P. *Discurso Religioso: lugar e ideologia*. Comunicação oral. XXI Seminário do Cellip. Paranaguá, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2009.



FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.) *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PORTANOVA, Rui. *Motivações ideológicas da sentença*. 5 ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.



# 6

Samuel Barbosa Silva

**“Família Êh!  
Família Ah! Família!”:**  
o simulacro de novas  
famílias sob  
a responsabilidade  
da mulher e os efeitos  
de sentido na propaganda  
da Vitarella



## INTRODUÇÃO

As famílias foram formando-se a partir da sociedade primitiva, desde quando andavam em grupos nômades e sobreviviam da caça e da coleta, vivendo mutuamente. É importante salientar que a história do homem na humanidade é marcada pelas relações sociais, geradas em torno do trabalho, tornando o homem um ser social. Isso porque a “[...] história humana não é a evolução biológica do *Homo Sapiens* – é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que necessita” (LESSA, 2012, p. 16).

Com o surgimento de outras sociedades (escravista e feudal) as famílias também foram modificando-se de acordo com as necessidades relacionadas aos modos de produção e de sobrevivência dos indivíduos, surgindo assim à estrutura monogâmica de família.

Por isso, quando a exploração do homem pelo homem se instaura e a concorrência passa a predominar na vida social, não é mais possível que a criação e a educação das crianças, que a preparação dos alimentos e da moradia etc. permaneçam como atividades coletivas. [...] É assim que a família se descola do coletivo e se constitui núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear (LESSA, 2012, p. 26).

Partindo dessas considerações socio-históricas breves, sobre a origem da família, apresentamos a materialidade discursiva que corresponde à propaganda da Vitarella<sup>37</sup> circulada na mídia televisiva, no dia das mães no ano de 2014, e que destaca como tema principal: *a importância da família na sociedade*.<sup>38</sup>

A propaganda reflete o discurso de uma mulher que possui uma família monogâmica e heterossexual, porém, na narrativa da propaganda a

37. É o nome de uma marca de massas e biscoitos que pertence à empresa M. Dias Branco S/A – Indústria e Comércio de Alimentos.

38. Este texto foi extraído da dissertação deste pesquisador intitulada “A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para a promoção do capital” e teve a orientação da professora Doutora Belmira Magalhães (PPGL/UFAL).



protagonista aborda que durante a constituição de sua formação como ser humano até obter a sua “própria” família, passou por diferentes formatos de convívio entre seres humanos (desde a escola até o local de trabalho), possuindo a mesma sensação da sua família doméstica. Toda a cena discursiva ocorre ao redor de uma grande mesa em que as pessoas estão consumindo os diversos alimentos expostos e em sua grande maioria possuem a marca da Vitarella (margarina, bolacha, massas, etc.).

Objetivamos desvelar os efeitos de sentido sobre a mulher na atualidade, salientando as falhas, equívocos da língua no fio do discurso que favorecem a manutenção do sistema capitalista e o patriarcado, destinando a mulher a desenvolver suas atividades laborais primordialmente na família, além disso, analisamos como a Vitarella se apropria deste discurso para comercializar os produtos ofertados.

Utilizamos o aporte teórico-analítico da Análise de Discurso Pêcheuxtiana ancorada no materialismo histórico<sup>39</sup>, composta pelo *discurso* como objeto de análise da materialidade discursiva com suas respectivas categorias que comportam a base teórica da Análise de Discurso.

## ANÁLISE E DISCUSSÕES

Valorizando os aspectos socio-históricos sobre a origem da família, a proposta empreendida pela publicidade sobre o prestígio de se ter uma família, e sobre o feminismo na internet, sublinhamos as seguintes sequências discursivas abaixo (SD 1, 2 e 3), como foco de análise discursiva, realçando assim a fragilidade de se tomar apenas a língua por si mesma como elemento de sentido uniforme sobre o que deseja ser explanado pela propaganda. Na perspectiva da Análise do Discurso (AD) o conceito de língua não pode ser desvinculado da história e da ideologia como elementos centrais para chegar ao discurso.

39.A base teórica da AD é respaldada pelo materialismo dialético que considera o discurso como concreto, isto é, sua análise é feita a partir da realidade objetiva considerando o processo histórico-ideológico.



SD 1: *Família! Nada mais é importante do que a família, aquela de sobrenome, sabe? Mas quando a gente para pra pensar descobre que tem mais de uma. Essa é a minha família de verdade... Mas já tive uma de mentirinha.*

SD 2: *Tem uma família que começou na sala de aula, agora pra ser sincera quando a gente estava fora dela. Tem uma que se encontra as terças e quintas e outra está junta todos os dias, dias úteis pelo menos. Tem uma família que adora barulho e outra que odeia. Tem uma família virtual, uma aventureira. E claro a família, família! A maior e mais importante de todas.*

SD 3: *Quer saber? Família é todo mundo que a gente ama. Reúna as suas. Vitarella, gostoso é viver em família.*

Certas problemáticas introduzem a nossa análise a partir dos elementos textuais e imagéticos pela publicidade e norteiam a discussão dessas sequências discursivas: Por que uma mulher para apresentar a temática de família? Existe algum discurso novo sobre o lugar e as funções sociais da mulher na propaganda? Por que a mulher aparece como a responsável pela felicidade e harmonia do lar? Quais os efeitos de sentido são gerados no momento de convocação das famílias? Como a heterogeneidade familiar pode estar a serviço do capital?

Na SD 1 temos um pré-anúncio da propaganda, através da voz da mulher, sobre o tema a ser tratado: "*Família!*". Esta é a primeira palavra que inicia a sequência discursiva e, em seguida, aparece a imagem da mulher (mãe) com seu cônjuge e filhos esbanjando felicidade. Nesse momento alguns efeitos de sentido já são acionados, pois a mulher aparece como *a porta-voz do discurso da felicidade familiar*, isto é, cabe a ela apontar a importância de se ter uma família. Ao mesmo tempo a publicidade apresenta a mulher como inteiramente responsável pela geração/multiplicação da família que se enquadre nos moldes apresentados pela propaganda, ou seja, há um reforço da ideologia dominante do patriarcado materializado no discurso propagandístico em que a "predestinação" da formação da família é de responsabilidade da mulher.



Figura 1 - Família Vitarella<sup>40</sup>



Fonte: <<https://youtu.be/HINnGJS29Qk>>

Na sequência temos “*Nada mais é importante do que a família, aquela de sobrenome, sabe?*”, em que o “nada” é um referencial muito forte para quem está enunciado este dizer, ou seja, a mulher. Há um jogo discursivo entre o *nada* e o *tudo* que pode ser conquistado pela mulher, o *tudo* é silenciado, porém está correlacionado a responsabilidade da mulher em formar uma família e *nada* deve impedi-la. Existe um silêncio na linguagem que significa, como já assegura Orlandi (2007, p. 46): “a significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, ele se desenvolve em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio.”

Ao enunciar que “*nada é mais importante do que a família*”, associamos esses dizeres ao discurso hegemônico da sociedade capitalista, a qual reforça a família monogâmica e heterossexual como o ideal para o funcionamento de toda e qualquer sociedade e ainda reduz as atividades na sociedade (desde o trabalho público ao privado) imbricadas com a reprodução biológica.

40. Todas as imagens foram extraídas do YouTube a partir de vídeos de domínio público.



Com a instauração da sociedade de classes, a relação do novo modelo de família e suas consequências, Engels (2010, p. 204) ressalta: “[...] o trabalho doméstico das mulheres perdia agora sua importância, comparado ao trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição.” Ainda sobre esse processo de organização familiar e a divisão de trabalho oriunda nesta formação social, Lessa diz:

caberá aos homens “prover” suas mulheres; estas devem “servir” aos seus senhores. A antiga relação consensual e igualitária é substituída por uma relação de poder. Aos indivíduos masculinos cabe o poder da propriedade privada, serão eles os maridos. Às mulheres cabem as atividades que não geram a riqueza privada: serão esposas ou prostitutas (LESSA, 2012, p. 27-28).

Nesse sentido, a propaganda reforça a ideologia de que para a mulher *nada deve ser mais importante* do que o *cuidado e bem-estar da família*, pois esse é o “projeto de vida”, “sonho” para qual toda mulher está “predestinada” ou é “vencionada”. Há também nessa propaganda outros dizeres, outras vozes, oriundas de outras instituições sociais e documentos oficiais que vão endossar como valor de verdade e uniformidade universal entre as mulheres como a religião, a política, as leis, etc. isto é, “do que é falado antes, em outro lugar e como o que possibilita dizeres outros, convocados na história, ideologicamente marcados, que vão afetar os discursos produzidos pelo sujeito, em dada condição de produção” (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 76).

A primeira *família* apresentada pela propaganda é a *de sobrenome*, por que é importante? O que a mulher “ganha” com isto? Os sobrenomes foram primeiramente utilizados pela nobreza e ricos latifundiários e depois adotado por comerciantes no período feudal, afirma Campacci (2008). Com a ascensão do capitalismo, o sobrenome (marco da constituição familiar) passou a enfatizar algo importante na sociedade, porquanto é a partir deste momento com a instauração da propriedade privada que os bens materiais poderiam ser distribuídos de acordo com a família à qual pertence, ademais, corrobora com uma das funções primordiais da família, como afirma Álvaro (2013, p. 130): “[...] outra função da família seria perpetuar essa divisão desigual de uma geração à outra, por meio da herança.”



Historicamente cabia à mulher apenas o espaço privado, consequentemente, a constituição familiar (obedecendo a determinados princípios) deveria ser a única atividade realizada pelas mulheres na sociedade, não obstante, essa constituição familiar traz consigo a extensão da subordinação (herdada pelo patriarcalismo) do pai/irmão passando para o marido<sup>41</sup>. Além disso, destacamos também dentro desse processo sócio-histórico o *dote* como uma prática herdada dos portugueses no processo de colonização do Brasil, e que se manteve durante muito tempo na sociedade brasileira como uma prática comum para as mulheres que pertenciam à elite, conseguirem um casamento e perpetuar assim a linhagem familiar, sobretudo, à classe social à qual pertenciam.

Moura (2002, p. 247) nos diz: “[...] no século XVII a mulher de elite era peça-chave do sistema produtivo, já que o dote que trazia consigo era a base da viabilização material da família”. Moura (2002, p. 247) também afirma: “[...] o século XVIII foi a fase de transição, na qual o costume do dote se enfraqueceu bastante, mas ainda era mantido pelas famílias que podiam se dar o luxo de paramentar suas filhas com recursos suficientes para atrair um casamento”.

Nesse sentido, a propaganda dialoga com procedimentos próprios de uma sociedade que tem como fundamento o patriarcado para manter às relações de dominação, por meio do modo de produção capitalista, utilizando a mulher como essencial para a manutenção das relações de poder entre os gêneros. Também apenas a família nuclear é a única capaz de ter um *sobrenome reconhecido oficialmente pelo Estado, garantindo assim a herança*. Para Mészáros (2002, p. 271), a família nuclear “não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores”.

Concebendo a língua como não transparente e o lugar da materialização do discurso, podemos dizer que há nesta abordagem um *silêncio* sobre os efeitos de sentido que são formulados ao especificar a necessi-

41. Ver Mendéz (2005): Do lar para as ruas: Capitalismo, Trabalho e Feminismo.



dade de se pertencer a uma família com um *sobrenome*, confirmando o que Orlandi (2007, p. 21), vai dizer da necessidade de analisar a língua discursivamente, ao enfatizar “[...] se a concebemos – na perspectiva discursiva – como materialidade, essa materialidade linguística é o lugar da manifestação das relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos.”

Na SD1 ainda temos “*Mas quando a gente para pra pensar descobre que tem mais de uma. Essa é a minha família de verdade... Mas já tive uma de mentirinha*”, tomamos o pronome informal “*gente*” como aquele articulado para representar um gênero específico: a mulher.

Figura 2 - Família Vitarella



Fonte: <<https://youtu.be/HINnGJS29Qk>>

A partir do seu *lugar social* (mulher e mãe), o sujeito do discurso aponta também para o seu *lugar discursivo*,<sup>42</sup> uma vez que “o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 1999, p. 17). Já que o sujeito carrega consigo as marcas do social, do histórico e do ideológico. A posição-sujeito reflete e

42. Sobre as noções de lugar social e discursivo ver Orlandi (1999) *Do sujeito na história e no simbólico*.



refrata determinado lugar discursivo ou práticas discursivas partindo de lugares institucionalmente próprios de uma formação social. É importante destacar que nessa propaganda a mulher encontra-se na cabeceira da mesa, diferentemente de propagandas anteriores. Está assentada em uma cadeira que convencionalmente nas relações sociais imbrica um lugar de poder, todavia, esse *poder atribuído à mulher está concentrado apenas no lar, nas atividades domésticas*.

Ainda temos o discurso da “descoberta”, apagando assim o processo sócio-histórico da sociedade capitalista que prepara a mulher em todas as suas atividades na trajetória de vida a organizá-la de modo a atender a lógica da produção/reprodução social, mantendo a configuração da família nuclear como aquela a ocupar “uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital”, já afirma Mézaros (2013, p. 278). Porém, ao sinalizar que há a possibilidade de se ter *mais de uma forma de se constituir a família*, na sequência, à mulher diz que hoje possui uma *família de verdade*. Há uma *contradição* no dizer, pois ao mesmo tempo que propõe um discurso *novo* (“*família com mais de uma forma*”), também sustenta um padrão relacionado a um ideal de família (*família de verdade*).

Não pode e nem deve se perder esse modelo padrão de família monogâmica e heterossexual, visto que é um dos pilares básicos para a propagação da sociedade capitalista. Waters (1979, p.88) relata que a lógica patriarcal colabora ideologicamente “ao ensinar crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classes. [...] é também um pilar indispensável ao Estado<sup>43</sup>”.

Magalhães (2005, p. 26), numa perspectiva da AD, diz que “[...] o jogo das ideologias (dominante e dominada), se faz a partir da lógica dialética, que tem como premissa o apagamento ou o desvelamento das diferenças de classe”. Então, tomamos discursivamente a função da ideologia como essencial nesse processo porque,

43. Tradução do texto feita por Álvaro (2013) na sua tese de doutorado.



a ideologia se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história. Como o discurso é o lugar desse encontro, é no discurso (materialidade específica da ideologia) que melhor podemos observar esse ponto de articulação (ORLANDI, 2007, p. 20).

Na SD 2 temos uma continuidade do discurso sobre a família como: “[...] *Tem uma família que adora barulho e outra que odeia. Tem uma família virtual, uma aventureira. E claro a família, família a maior e mais importante de todas.*” Em toda a trajetória discursiva na SD 2, imagens específicas circulam. Estas reportam em determinados momentos às funções assumidas pela mulher nessas *novas formas de se conceber o conceito de família*.

Figura 3 - Diferentes formas de família Vitarella



Fonte: <<https://youtu.be/HINnGJS29Qk>>

Há momentos de subalternização da mulher quando exercem atividades que exigem e/ou lembrem o suposto discurso do “sexo frágil” – *“uma família que adora barulho e outra que odeia”* – e outros que tendem a mostrar o discurso da igualdade – *“e outra está junta todos os dias, dias úteis pelo menos”* –, este último quando se refere ao direito conquistado pela mulher ao adentrar no mercado de trabalho no espaço público, *silenciando o processo da dupla/tripla jornada de trabalho* assumida pela mulher, tanto no espaço público quanto no privado. Como acentua Magalhães (2005, p. 26),



“[...] podemos afirmar, para o caso da sociedade capitalista, que o silêncio é o fundante do discurso dessa sociedade, na medida em que, diferentemente das anteriores, as diferenças de classes devem ser justificadas”.

Existe também uma *noção de política do silêncio*, que gera efeitos de sentido na reprodução desse discurso ao fomentar a *diversidade familiar*, como também um processo importante na construção da sociedade atual; pequenos avanços foram dados para novos arranjos familiares na modernidade, logo, para que o capital também possa apoderar-se dessa nova situação, cria mecanismos que estejam na direção da lógica da produção/reprodução desta formação social. Sobre esta noção, citada anteriormente, Orlandi argumenta:

a relação dito/não-dito poder ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o 'pode-dizer'. [...] Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2007, p. 73).

No entanto, entra em contradição porque focaliza um padrão de família a ser seguido pela sociedade ao enunciar “*E claro a família, família a maior e mais importante de todas*”, deslegitimando oficialmente as demais formas de configurações familiares que estão para além da *família nuclear* e retomando o discurso já tratado anteriormente sobre a “*família de verdade*”.

Figura 4 - Diferentes formas de família Vitarella



Fonte: <<https://youtu.be/HINnGJS29Qk>>.



A família nuclear e heterossexual é o ideal para manutenção da propriedade privada. Entendemos que para o Capital, na atualidade, as novas formas de família existentes também estão a sua inteira disponibilidade, como já afirma Cisne (2014, p. 92): “a categorização do sexo que naturaliza a divisão sexual do trabalho com base no regime heterossexual faz-se presente, também, em relações homoafetivas”. Álvaro também sublinha pontos importantes:

[...] ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social. [...] Mesmo em relações homoafetivas, ou seja, àquelas formadas por um casal de mulheres ou homens, percebemos a presença da divisão sexual do trabalho, graças à incorporação da ideologia heteronormativa-patriarcal, que faz com que duas pessoas do mesmo sexo, em uma relação conjugal, também reproduzam a divisão sexual do trabalho (ÁLVARO, 2013, p. 133-132).

Recuperamos também o discurso “*Tem uma família virtual, uma aventureira*”, possibilitando efeitos de sentido relacionados ao movimento das mulheres na internet, em 2014, que realça a união de boa parte das mulheres requerendo igualdade de direitos entre os gêneros, contra toda a forma de violência às mulheres etc., a partir da criação de páginas nas redes sociais e blogs que fortaleçam os elos entre mulheres. Essa união também pode ser associada ao termo *família*, uma vez que na sociedade moderna a concepção de família está para além dos laços sanguíneos, parentais.

A *família virtual* é dita como *uma aventureira*, isto é, aquela que pode ou não ser passageira, reúne-se ocasionalmente, pode ou não ter algum compromisso, pode ou não ser legitimada. Esse discurso pode funcionar como uma resposta às mulheres que militam por seus direitos e utilizam o espaço da internet para a conscientização e convocação das pessoas acerca das desigualdades existentes entre mulheres e homens, provocando sentidos de um movimento *aventureiro* e que possui alguma importância na sociedade, mas nem tudo deve ser levado a sério.

Seguindo a análise, temos a SD 3 que inicia: “*Quer saber? Família é todo mundo que a gente ama*”, realça a *necessidade de dedicação e*



*renúncia da vida pública*, dedicando-se apenas ao privado em nome da felicidade familiar, comprometendo-se interinamente com a família/vida privada *em razão do amor*. O uso do pronome “a gente” propõe um *efeito de evidência* que o discurso é direcionado para qualquer gênero social, todavia, na propaganda reforça por meio das imagens que esse discurso é direcionado à mulher.

Ao mesmo tempo quando diz “*reúna as suas*”, traz um discurso de “*obrigatoriedade*” da mulher em *constituir uma família desde as que são de verdade ou de mentirinha*, o importante é ter ações pontuais que priorizem a família como ideal de toda mulher, *mesmo que esta ingresse no mercado de trabalho, não deve esquecer sua “predestinação doméstica”*. A propaganda intensifica o lugar a qual esta mulher pertence na sociedade reforçando a ideologia que deve ser seguida.

Figura 5 - Diferentes formas de família Vitarella



Fonte: <<https://youtu.be/HINnGJS29Qk>>.

A propaganda encerra com a expressão: “*Vitarella, gostoso é viver em família*”. Na linguagem publicitária, o “*secundário é o principal*” (CARRASCOZA, 2014, p. 26), utilizando-se assim destas estratégias, por meio da linguagem, com finalidades/intencionalidades específicas.



A propaganda acentua que “gostoso é viver em família”, pois há *formações imaginárias* presentes no discurso que garantem a mulher que viver no ambiente privado está para além de um ato de amor, mas também é gostoso, utilizando-se do mecanismo do paladar (funcionamento biológico), para propiciar efeitos de sentido positivos sobre ter uma vida dedicada inteiramente a domesticidade/ao lar.

Também temos nesse processo discursivo a questão das formações imaginárias. Ferrari (2005, p. 114, grifo da autora) diz que representam lugares específicos sócio-historicamente. Então, “o orador experencia o lugar do ouvinte quando imagina, pensa, antecipa *o que o outro vai pensar* sendo esse antecipar-se constitutivo de qualquer discurso, elaborando-se sobre ele as estratégias do discurso”.

Tomando a relação da objetividade/subjetividade presente no discurso, vemos que esses atos elaborados pelo sujeito do discurso<sup>44</sup> são respostas à sociedade à qual pertence, e só podemos entender essa relação a partir da base principal para compreensão da realidade objetiva, ou seja, com a análise do trabalho<sup>45</sup>. Magalhães (2005, p. 27) diz que “todo ato social, e o discurso é sempre um ato social, pressupõe uma forma de resposta à objetividade que, por sua vez, é um compósito de atos sociais”.

Sendo assim, a publicidade reforça/reproduz, no imaginário de mulheres e homens, como a instituição família é fundamental para manutenção da produção material e da reprodução social, mas ao mesmo tempo silencia a divisão sociossexual do trabalho e atribui a importância da construção da família e sua efetiva manutenção no lar<sup>46</sup> exclusivamente à mulher.

44. Segundo Magalhães (2005, p. 30) “o sujeito do discurso é um sujeito determinado socialmente, que possui um lugar social e um lugar discursivo, dotado de consciente e inconsciente”.

45. Entendemos aqui “trabalho” como uma categoria proposta por Marx (1985).

46. Ratificando assim o lugar social com suas respectivas atividades domésticas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher contemporânea está cada vez mais à margem de sua independência, mesmo com alguns discursos que são formulados e circulam no meio social apresentando uma “nova” forma de representação da mulher na sociedade, pois ainda estão articulados com os discursos hegemônicos, isto é, com o “velho” discurso favorável a sobrevivência do capital, implicando assim a exploração e subordinação da mulher.

Com as contribuições proporcionadas pela base teórico-analítica da AD foi possível mobilizar algumas categorias que auxiliaram no processo de descorporificação da materialidade discursiva. Por se tratar de um artigo, nos limitamos na análise com o objetivo de atender a proposta solicitada, mas com o desejo de alargar outras questões requisitadas pelo objeto de análise.

*O discurso materializado na propaganda* permite-nos compreender que está associado à ideologia dominante do sistema capitalista, pois sustenta o lugar da mulher no âmbito privado, isto é, coloca-a como a “chefe do lar”, “dona de casa”, a responsável pela preservação da família nuclear, monogâmica e heterossexual (família de verdade), mesmo que em algum momento da sua vida possa alcançar algum emprego fora do espaço doméstico não pode e não deve “esquecer” às atividades domésticas. Somado a isto, propõe um simulacro de novas famílias, todavia, não apresenta a família homoafetiva, por exemplo, em sua propaganda. A análise realizada desvela quais são às exigências postas pelo sistema da sociedade vigente, do patriarcado e intensifica a opressão da mulher por meio da (s) (novas?) família(s).

## REFERÊNCIAS

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 407 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

CAMPACCI, Cláudio. *A Heráldica e os sobrenomes*. São Paulo: Clube de Autores, 2008.



CARRASCOZA, João Anzanello. *Estratégias criativas da publicidade: consumo e narrativa publicitária*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

ENGELS, Frederick. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRARI, Ana Josefina. Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na AAD 1969. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 39-45.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama et. al. *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.

LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MAGALHÃES, Belmira. *As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica*. Maceió: Edufal, 2005.

MAGALHÃES, Belmira. Trabalho, Gênero e Educação. In: MAGALHÃES, Belmira; BERTOLDO, Edna. (Org.). *Trabalho, educação e formação humana*. Maceió: Edufal, 2005. p. 25-37.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural. Livro I, Tomo I, 1985.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo*. 2005. Disponível em: <[cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo3.pdf](http://cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo3.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

MÉSZAROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Mulheres e dote no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 246-247, jan., 2002.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Do sujeito na história e no simbólico*. Escritos, Campinas, n. 4, p. 17-27, maio 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

WATERS, Mary Alice. *Marxismo y feminismo*. 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1979.



# 7

Lucas Rodrigues Lopes

**Os (dis) cursos de  
Língua-cultura Inglesa  
no ensino superior  
tecnológico e as  
(im) possibilidades  
de discussões acerca  
da noção de gênero  
e sexualidade**

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.201.124-142



Neste capítulo, buscarei apresentar possíveis contribuições dos estudos do discurso, atravessados pela noção da Desconstrução de Jacques Derrida, em diálogo com discussões acerca do gênero e sexualidade, a docentes de língua-cultura inglesa, uma vez que, na atualidade, tem sido bastante comum nos depararmos com materiais didáticos nos e dos quais emergem discursos vigentes, sinalizando a norma, a sexualidade binária e o papel da mulher como dependência do sexo masculino (sic).

A partir de minhas experiências como professor de língua-cultura inglesa tanto no ensino fundamental e médio, no ensino superior e, atualmente, no ensino superior tecnológico, constato que as causas desse possível insucesso não se devem a algum fracasso pedagógico tampouco metodológico. Pelo contrário, se busco olhar para a sala de aula de língua-cultura inglesa, terei de (ante)ver contextos sociais, políticos, históricos, culturais e econômicos nos e dos quais o ensino de língua inglesa emerge. Além disso, quando contrastamos os alunos e alunas de cidades interioranas e aqueles dos grandes centros urbanos, percebemos que o modo como se dizem e se fazem/se tornam mulher e homem é diferente.

Tenho notado que muitos professores de língua-cultura inglesa, ao deixarem os bancos universitários, acreditam que para ensinar e, conseqüentemente, aprender uma língua precisam dominá-la em sua completude gramatical, seja no sentido lexical, no morfológico ou no sintático. Todavia, creio que a formação docente precisa (trans)ceder paradigmas e assuntos contemporâneos, como, por exemplo, a discussão em torno das noções de gênero e sexualidade bem como do papel da mulher na sociedade contemporânea, visto que emergem na e da sala de aula de língua-cultura inglesa discussões que nos levam à reflexão-crítica e, a partir daí, a novos posicionamentos diante de questões, que, anteriormente, não eram discutidas em sala de língua-cultura inglesa, uma vez que o livro didático ainda é o guia mais usado por professores que ministram aulas, fazendo com que determinados assuntos estancem ainda sejam cristalizados e tratados como norma. Esses manuais trazem determinados discursos que legitimam e são legitimados pelo nome da



editora e do autor e, conseqüentemente, adotados pela instituição escolar e por órgãos ligados às políticas de ensino do país.

## ASPECTOS TEÓRICOS

Os estudos de Foucault, de Derrida e de Lacan, atravessados pela noção de gênero e sexualidade, podem ajudar a pensar assuntos que muitas vezes são silenciados pelos e nos discursos dos materiais didáticos. A perspectiva teórica emerge do espaço inquietante, entretanto, frutífero - entre teorias do discurso (baseadas principalmente em Michel Foucault), a desconstrução derridiana que indaga aquilo que soa simples e irrefutável, pensando acerca do olhar dualista quase sempre presente na sociedade ocidental, e a psicanálise lacaniana, no que diz respeito ao sujeito - descentrado, cindido, sujeito do inconsciente, também denominado sujeito da falta ou do desejo.

Adianto-me em destacar que as diversas formas emergentes do fazer-se mulher ou homem, as inúmeras possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes) (Louro, 2008). Posteriormente, na análise da canção *Stupid Girls* da cantora norte-americana, veremos que os discursos são, renovadamente, regulados, condenados ou ainda negados.

Ainda sobre os estudos do discurso atravessados pela noção da Desconstrução, conforme proposto do Derrida, em diálogo com a noção de gênero e sexualidade, busca-se, sobretudo, atravessamentos e interseções, com o objetivo de enxergar aproximações e distanciamentos, argumentando a favor da heterogeneidade filosófica. Coracini (2010, p. 95) discute que a heterogeneidade filosófica aponta para a necessidade de operar a partir de lugares distintos em diálogo sem, com isso, minar as distinções entre as áreas. Assim, ao mesmo tempo em que serão puxados fios filosóficos, já que nem Foucault nem Derrida propõem teorias, o olhar daquele que investiga a materialidade linguística também é transformado a partir dessa interlocução.



As noções de sujeito e linguagem não podem ser incompatíveis entre si e, por isso, o sujeito é aquele considerado, a partir da psicanálise, como sujeito cindido, descentrado, dividido pelo inconsciente. A linguagem é considerada a partir de sua opacidade, visto que o sujeito, heterogêneo, tem o inconsciente falando através dele e, por isso, os efeitos de sentido lhe são imprevisíveis. É papel do analista, portanto, rastrear efeitos de sentido possíveis que apontam para o funcionamento do discurso, “[...] inscrito num dado momento histórico-social, num dado contexto situacional (ou situação de enunciação) – respectivamente, condições de produção amplas e restritas” (CORACINI, 2010, p. 95).

Foucault (1995, p.26) emerge, portanto, para que se possa tecer considerações situadas no campo das relações de poder que permeiam as relações humanas a partir de uma concepção de poder que não se confunde com luta de classes ou com uma verticalidade fundante ou tomada a partir de relação de dominador e dominado. Neste contexto, o poder da ordem do discurso das classes hegemônicas atua sobre eles, conforme assinalado por Coracini (2010; 2013). Da filosofia derridiana advém o caráter desconstrutivista que permite problematizar a epistemologia ocidental para além de uma visão dicotomizadora que hierarquiza polos subjugando um elemento a outro em que um está associado à racionalidade e à logicidade e o outro se associa aos sentimentos e sensações, por exemplo. A partir da noção de *différance* (DERRIDA, 1971; 2001), a diferença que não visa à incorporação ou bipartição hierarquizadora pressupõe a não-existência da totalidade, o que leva a uma busca incessante bem como a frustrações e desesperanças.

Para Coracini (2013, p. 159), a subjetividade daquele que fala pode ser estudada na linguagem e pela linguagem “falar e escrever constituem gestos que apontam inevitavelmente para o sujeito”. Daí porque essa proposta de investigação e análise está calcada na heterogeneidade filosófica que considera as teorias do discurso (Foucault), a desconstrução (Derrida) e a Psicanálise (Lacan), a fim de tornar possível compreender as formas de (des)subjetivação dos sujeitos que falam a partir do discurso e



dos efeitos de sentido produzidos que escapam ao falante para voltar-se para a gama de representações de si e dos outros no caso de alunos de língua-cultura inglesa no curso de Mecatrônica, preservadas as condições sócio-históricas nas quais estão inseridos.

Nessa esteira de discussão, Foucault (1996, p. 8) argumenta que “[...] em toda sociedade, a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. Com isso em mente, observamos que é inerente à sociedade a existência de mecanismos e estratégias discursivas que visem à separação e à rejeição. Tomemos como exemplo o fato de que, na Idade Média, o discurso do louco não circulava como o de outros. Neste caso, percebendo as diferentes esferas que compõem o estrato social, consegue-se vislumbrar que o louco e aquilo que dizia estavam à margem da sociedade em que estavam inseridos, isto é, o que ele dissesse o tornava distinto diante de outros.

Olhar as materialidades emergentes do/no discurso é como estar diante de uma rede complexa, tecida com vários nós que pinçam o agora, o passado e o porvir, fazendo com que estes se entrelacem e se cruzem numa relação de infinitas combinações. Todo discurso posto em funcionamento está embebido de um já-dito, e este já-dito não se materializa somente em frases, mas através do não-verbal também, por exemplo. Nessa direção, Foucault (2007, p. 28) afirma-nos que o já-dito atravessa os discursos, um jamais-dito sem corpo que não é senão “o vazio de seu próprio rastro”. À vista disso, pode-se dizer que toda formulação do discurso já está vinculada ao que lhe é prévio, ou seja, há retomadas e silenciamentos. Compreendemos, então, que o discurso é estrutura e acontecimento, que se abre para produção múltipla de sentidos e que está cercado pela historicidade dos ouvintes (CORACINI, 2010).

Nesse curso, embasamo-nos em Foucault (2007) para compreender que se trata de compreender os enunciados determinando suas condições de existência e correlações com outros enunciados. Assim, pergunta-se por qual razão determinado enunciado emergiu e não outro em seu lugar.



Consideramos cada discurso como uma emergência de acontecimentos na qual rigorosidade e distribuição temporal fazem com que este seja repetido, transformado, esquecido ou apagado. De fato, interessa-nos saber o que torna possível uma escolha e não outra, indicar, assim, por qual motivo foi possível empregar um conjunto de relações e não outro.

Outrossim, darmos atenção às condições em que os objetos do discurso emergem é também observar as condições históricas dele, as quais legitimaram aquele que fala de um determinado lugar. Em vista disso, conceituamos discurso como um conjunto de enunciados que estabelecem relações entre si dentro de uma mesma formação discursiva. Neste contexto, Gregolin (2001, p. 52), pensando a respeito da relação entre a história e o linguístico na análise do discurso, toma discurso como prática, relacionando a língua com outras práticas emergentes no campo social. Retomando, aqui, então, o olhar sobre a formação discursiva que reúne um conjunto de acontecimentos enunciativos, articulando, assim, o sistema de dispersão e repartição dos enunciados. Ainda, a esse respeito, pensamos que as representações que construímos de nós mesmos e dos outros que nos circundam são efeitos de uma tentativa de tornar habitual um traço que nos causa estranheza. Entretanto, aos estudos discursivos que desenvolvemos, a definição de representação baseada numa perspectiva discursivo-desconstrutivista, é de maior valia, justificando assim um olhar filosófico escolhido. Já pensando sob a perspectiva discursivo-desconstrutivista, Coracini (2015, p. 137) discute que existem imposições de modos de pensar, ver e agir no mundo. É assim que é possível afirmar que formações discursivas admitem dizeres e regulam outros através de práticas discursivas que partem de lugares pré-determinados ignorando a transformação e movências dos discursos.

Dessa maneira, é bom lembrar que o sujeito se inscreve em formações discursivas, isto é, constitui-se e é constituído por diferentes discursos, fato que faz emergir uma ilusória heterogeneidade nos discursos, predicativo muitas vezes esquecido por muitos ao desaperceberem que o que é o fundante no discurso são suas regularidades. Sobre essa faceta, Coracini



(2015, p. 139) aponta que as regularidades camuflam a heterogeneidade do discurso orientando comportamentos, linguagens e é justamente por isso que se reproduz o conhecido e cerceia-se o inviável, em movimentos marcados pela historicidade que autoriza e interdita discursos e práticas.

Assim, os seres humanos, adaptam-se bem aos discursos, inseridos numa dada formação discursiva, não de modo consciente, constroem e têm construídas imagens de si e dos grupos aos quais pertencem. Por conseguinte, a noção de representação clássica concebia o homem como se este espelhasse o mundo, refletindo dessa maneira fenômenos naturais e trazendo para junto de si os reinos animal, mineral e vegetal. Eram modalidades discursivas que buscavam similitudes entre a natureza, o macrocosmo e o microcosmo individual e, com o passar do tempo, o mundo que se erigia a partir do princípio da semelhança se ruiu, o que impera é, então, o da representação (CORACINI, 2015).

Sob este viés, tratar da noção de sujeito já é, inicialmente, traçar seu caminho dentro da cultura. Birman (2007, p. 9) discute que “a cultura é o outro do sujeito, sem a qual é impossível pensar nas condições de possibilidade para a constituição do sujeito. Além disso, no discurso freudiano essa relação é marcada essencialmente pelo mal-estar, pois há inserção do sujeito na cultura”.

Dessa maneira, alertamos que a cultura tomada como pano de fundo pela psicanálise é aquela de tradição histórica ocidental, já que há um legado cultural no que diz respeito às normas sociais, valores éticos, tradições, crenças, sistemas políticos, artefatos e tecnologias. Assim, o sujeito do inconsciente é assinalado, sobretudo, pelo conflito, que, impossível de não ser enfrentado, é inerente à constituição de sua subjetividade. Neste contexto, devem ser considerados também o retorno sobre o próprio corpo e a sublimação. Assim, o sujeito do inconsciente se constitui, no psiquismo, como uma abertura às vicissitudes das pulsões no campo do outro.

É importante que se esclareça que a noção de sujeito a ser trabalhada pela psicanálise é aquela que parte de uma desconstrução fundamental do



lugar conferido ao sujeito em Descartes, no século XVII. O descentramento do sujeito torna-se uma noção importante ao desenvolvimento de trabalhos orientados pela perspectiva discursivo-desconstrutivista, conforme proposto por Coracini (2015), pois lida com a retirada de um suposto domínio sobre as operações intelectuais e sobre suas ações.

Portanto, o descentramento do sujeito, feito a partir dos estudos de filósofos contemporâneos, coloca uma questão central para psicanálise que é formular, com eficácia, que a interpretação como deciframento se refere a uma leitura fragmentaria do psíquico, implicando em seu descentramento, conforme proposto pela psicanálise. Birman (2003, p. 55) afirma que “[a] concepção psicanalítica de que existiria um psiquismo inconsciente e que a subjetividade transcenderia em muito os registros do eu e da consciência, implicou efetivamente no descentramento do sujeito”. Então, registra-se uma inversão que teve papel primordial diante dos estudos filosóficos centrados na noção de sujeito. Isso, de alguma forma, estava entre as preocupações de Freud, uma vez que, segundo Birman (2007, p. 24), o êxito de Freud reside no ato de destronar a consciência ao revelar a existência do inconsciente.

Consequentemente, a transposição se dá, quando, para a psicanálise, o inconsciente definiria o ser do psiquismo e a consciência seria um dos atributos do psíquico. Essa visão duela com a da tradição filosófica do sujeito para a qual a consciência seria o ser do sujeito e o seu suporte. O que o discurso freudiano denominava realidade psíquica, em contraposição à realidade material, remetia ao inconsciente. Assim, para estabelecer essa leitura do psiquismo, Freud teve que enunciar que a consciência não era contínua, como estava então estabelecido no campo da filosofia do sujeito, mas descontínua.

Portanto, ainda que, dentro de um fio descontínuo, o inconsciente se manifesta de maneira ocasional, mas de maneira ininterrupta no terreno de vãos da consciência. Nessa direção, torna-se importante que abordemos que o deslocamento do psiquismo da consciência para o inconsciente não implicou o descentramento completo do sujeito. Birman (2007, p. 30) toca nessa questão quando diz que “[...] o que se impõe no discurso



freudiano são as múltiplas formas de relação do sujeito com a alteridade e os impasses na constituição da alteridade, que se apresentam como novidades no campo psicanalítico”; entendemos, desse modo, que corpo e sujeito se fundam a partir do outro.

Assim, o eu, não sendo a origem, mas a instância totalizante do psiquismo e do corpo, emana do investimento do outro. Aprofundando-nos um pouco mais a respeito dessa constituição, Birman (2003, p. 23) insta que “seria o outro quem promoveria a unidade do eu e do corpo através de uma imagem, que teria a potência de unificação destes registros”.

Portanto, tendo em mente esse outro olhar para a noção de descentramento do sujeito, o eu se instituiria a partir do outro, não estando mais na origem, já que seria forjado por derivação, marcado para sempre pelas incidências do outro. Essa incidência seria originariamente alienante, no registro do eu ideal, mas se transformaria posteriormente no registro do ideal do eu, quando a intersubjetividade se constituísse, onde ser reconhecido pelo outro seria um imperativo.

Com o objetivo de concluir, por ora, nossas discussões problematizando a noção de sujeito, entramos em nosso último ponto de amarração, mas não menos importante: as contribuições de Jacques Derrida. A partir do tratamento destinado ao sujeito pelo filósofo da desconstrução, percebemos que é uma necessidade que problematizemos a noção de sujeito na sociedade contemporânea. Assemelhando-se a uma espécie em extinção, é preciso que o sujeito se reinscreva.

Sendo assim, a desconstrução se compromete com a tríade que é afirmação, movimento e responsabilidade. Ao invés de buscar imposição de uma ordem molar, a desconstrução se baseia na alavanca de forças e deslocamentos de estabilizações forçadas. Espaço-temporalmente pensando, não habitamos um único lugar ou – lugar único, mas um entrelugar. Falamos da desconstrução, que, segundo Prikladnicki (2007, p. 8), é a “esse tipo estranho de morada que não tem lugar – e que não nos dá lugar – do lado de dentro, nem do lado de fora, e, sim, às margens”.



Desse modo, desconstruir é movimentar-se por posições discursivas contrárias entre si, fazendo com que se perca a forma, a estrutura ou conceitos originais, ou tradicionalmente aceitos, inscritos na história do pensamento ocidental. Para Prikladnicki (2007, p. 10), “Desconstruir é desempenhar um gesto duplo, invertendo a oposição e deslocando a estrutura”. Portanto, evita-se neutralizar as oposições binárias de modo a residir no campo fechado dessas oposições. Derrida (2001, p. 47) discute aquilo que por ele mesmo foi nomeado de estratégia da desconstrução ao dizer que “é preciso, pois, fazer um gesto duplo de acordo com uma unidade ao mesmo tempo sistemática e dela própria afastada, isto é, múltipla dela própria, por um lado passar por uma fase de inversão”. Sendo assim, o pensamento metafísico, denominado por Derrida logocentrismo, jamais cessou de estabelecer olhares que visavam a polaridades e dicotomias: razão/sensação; espírito/matéria; identidade/diferença; lógica/retórica e masculino/feminino. Continuando nossa discussão, pinçamos, nos estudos derridianos, mais alguns posicionamentos “A história da metafísica, como a história do Ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias [os diferentes nomes que utilizamos para nos referir a um centro ou fundamento estável” DERRIDA (1995, p. 231).

A desconstrução, num primeiro olhar, dispõe-se a inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Digno de nota, aqui, é a forma como a cultura ocidental habituou-se a pensar a respeito da relação entre causa e efeito. Usualmente, este é concebido como secundário e derivado daquela. Mas, levando em consideração nosso saber culturalmente enraizado, a princípio, certificamo-nos da manifestação do efeito, para, posteriormente, levantar suas causas.

Deste modo, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é em virtude dele que um fenômeno pode ser interpretado como causa. Por outra forma, sob a égide desconstrutivista, entende-se o efeito como a causa de sua própria causa. Para exemplificar, pensemos acerca da condição masculina, que só é possível ao estabelecer polaridade em sua relação àquilo que ela não é.



Na sociedade contemporânea, a imagem de homem só pode ser suposta na medida em que esteja em oposição à imagem feminina ou gay. O outro, desta maneira, torna-se essencial à compreensão de si mesmo, e, em vista disso, não pode ser encarado como algo meramente acidental e secundário. Pensar o termo inferior, como principal, gera o dismantelamento do olhar hierárquico, como sugere Derrida, firmando, deste modo, o primeiro passo a fim de olharmos o mundo de uma perspectiva desconstrutivista. Apesar disso, atendo-nos meramente à instância de inversão, continuaremos ainda capturados pela perspectiva logocêntrica. Uma oposição hierárquica, mesmo sendo invertida, continua sendo hierárquica. Nesse sentido, e isto o próprio Derrida o reconhece, esta fase de dismantelamento seria semelhante à clássica oposição entre tese e antítese proposta pela lógica hegeliana. Na obra *Posições*, Derrida informa que a necessidade de operar novas configurações nos conceitos é uma atividade necessária para deslocá-los e reinscrevê-los sob outra ordem (DERRIDA, 2001).

Dessa forma, um dos aspectos mais prevaletentes da abordagem desconstrutivista, tal como praticada por Derrida, é a apropriação e utilização de conceitos derivados de um sistema de pensamento para, ao final, refletir acerca do funcionamento do sistema. Derrida irá, a esse respeito, dizer que a *différance* é um jogo de diferenças sistematizado que advém do rastro dessas diferenças onde os elementos remetem-se uns aos outros. Conseqüentemente, precisamos pensar que, se afirmarmos que o efeito é a causa, é emergente, dessa afirmação, a promoção de um conceito – o de causa – para questionar o próprio sistema – o da causalidade – no qual este conceito se fundamenta. De acordo com Jonathan Culler (1994), um dos estudiosos da vertente desconstrutivista, o envolvimento do desconstrutivista é sem garantias, negando-se justificações rigorosas à causalidade ao mesmo tempo em que se opera num jogo que busca afirmá-la. O pesquisador acrescenta: “[...] este é um aspecto da desconstrução que muitos acham difícil de entender e aceitar” (CULLER, 1994, p. 87-88). Com o objetivo de melhor compreender essa nuance da desconstrução, tomemos como ponto de partida o texto de Derrida chamado “Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”. Nele, Derrida respalda-se numa



oposição binária entre o dentro e o fora do centro numa estrutura. Para o teórico, “[...] a estrutura, ou melhor, a estruturalidade da estrutura, embora tenha sempre estado em ação, sempre se viu neutralizada, reduzida: por um gesto que consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la a um ponto de presença, a uma origem fixa” (DERRIDA, 1971, p.230). Portanto, na realidade, a desconstrução não pressupõe restringir o exterior ao interior, nem opor a noção de fora sobre o dentro, mas, alicerçado nessa oposição, buscar ponderar o jogo que a antecede e a torna possível. Dessa forma, a partir do descentramento do sujeito, da problematização derridiana de um centro regulador de margens, de um sujeito que se estabelece entre relações de saber e poder enovelado por uma teia discursiva de relações de poder tem-se a articulação filosófica utilizada no presente estudo.

Em relação à noção de identidade, podemos afirmar que a nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona com uma lógica muito diferente daquela da razão: enquanto uma se processa no consciente, sede e fonte de conhecimento, sob o controle de um sujeito racional, provido de fixidez e unidade, a outra, a lógica do inconsciente, em constante tensão entre os desejos e a busca que não cessa e adiável da realização desses mesmos desejos. Coracini (2003, p. 15), esclarecendo a respeito da noção de identidade, diz que é melhor que se empregue o termo identificações, já que podemos flagrar pontos no discurso que remetem a identificações inconscientes, introjetadas sempre a partir do outro, mas, por já estarem lá, provocam reações, atitudes de recusa ou de aproximações

A esse respeito Nasio (1998, p. 101), ao tratar do conceito de identificação, discute que “para Lacan, a identificação é o nome que serve para designar o nascimento de uma nova instância psíquica, a produção de um novo sujeito”. Sendo assim, em oposição ao sujeito cartesiano, logocêntrico, uno, homogêneo, igual a si mesmo, é cindido, clivado, heterogêneo, perpassado pelo inconsciente, que, por sua vez, é habitado pelos mais recônditos desejos que, recalcados sob a ação social, responsável pelos interditos, só irrompe via simbólico, pela linguagem onírica ou verbal.



De uma perspectiva da psicanálise, de base lacaniana, o sujeito se constitui pela linguagem, é sujeito de linguagem, sempre na relação com o Outro. A própria linguagem é esse Outro para o sujeito, é o campo que abriga a rede de significantes. Como o sujeito só se presentifica na relação com o Outro, o próprio sujeito psicanalítico é clivado e heterogêneo na sua estrutura, já que é atravessado pela ilusória ideia de identidade. Nas palavras de Souza (1994, p. XII), “a ambição do ego de atingir uma igualdade com o ego ideal”, ou seja, a identificação simbólica, identificação com um significante, um traço diferencial no Outro, a partir do qual o sujeito tenta encontrar o fundamento daquilo que é na busca pelo objeto edipiano perdido. Entretanto, esse reencontro não acontece, emerge, então, o sujeito da falta e da incompletude. Grigoletto (2006, p. 18) diz que “se algo fica fora do sujeito, algo que estrutura a sua fantasia ou tampona um real que lhe é incompreensível e insuportável, então o sujeito psicanalítico nunca é idêntico a si ou uno”. Portanto, o que existe são movimentos identificatórios que conferem ao sujeito, o que, nas palavras de Souza (1994, p. 18), é “uma faceta que muda a cada instante em que o sujeito efetivamente diz o que tem a dizer”.

Desse modo, a identidade se constroi a partir do espelho do olhar do outro (CORACINI, 2015), conforme frase célebre do psicanalista francês que mencionou que o estágio do espelho é uma espécie de identificação “no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (LACAN, 1998, p. 33). Isto é, a partir de representações que, invertidamente (como no espelho), vão, aos poucos, integrando a subjetividade e, desse modo, permitindo a cada qual se auto definir, perceber-se como bom ou mau, bonito ou feio, amado ou rejeitado.



## UMA POSSÍVEL ANÁLISE DISCURSIVA DO VÍDEO *STUPID GIRLS*<sup>47</sup> DA CANTORA *PINK* E AS IMPLICAÇÕES EM SALA DE AULA NA DISCUSSÃO DAS NOÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

A sala de aula de língua-cultura inglesa, a partir dos livros didáticos adotados, tem presenciado discussões ainda que iniciais acerca de novas formas de relacionamento e estilos de vida. Entretanto a norma ainda é instaurada, já que o imagético e discursos veiculados nesses manuais ainda apontam para a dicotomização do masculino e do feminino. Tudo aquilo que é considerado universal e imutável, quando sofre rupturas, causa estranhamentos e perturbação. Lembro-me da discussão empreendida por Louro (2008, p. 6) que nos lembra que “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política”. Também, vasculho a memória a fim de melhor compreender que “a sexualidade é *aprendida*, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. Por fim, lembro que “a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções”.

Desse modo, olho para minha prática docente e percebo que o ensino de uma língua-cultura é um processo profundamente cultural e plural. Tenho de coexistir com as inúmeras diferenças – Professor gay, negro, filho de uma mãe de pele branca e de origem espanhola, religiosa fundamentalista casada com um africano. Assim, dos estudos de gênero e sexualidade, conforme Louro (2008, p. 8) emergem a discussão em torno de “através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas”. A partir disso, consigo me dar conta de que os corpos só fazem sentido socialmente. Também percebo que a emergência e a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada língua-cultura. Portanto, as inúmeras possibilidades da

47. Disponível em: <<https://youtu.be/BR4yQFZK9YM>>.



sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, sendo moldadas por redes de poder intrínsecas a sociedade. Com os olhos voltados aos estudos foucaultianos acerca da sexualidade, conforme afirma Foucault (1995), a sexualidade é um “dispositivo histórico”. Desse modo, ela é uma invenção social, já que é fundante, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. Louro (2008, p. 10) discute que a definição de dispositivo sugere a direção e a abrangência de nosso olhar: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1995, p. 244).

Com todo esse percurso em mente, pensemos a respeito do vídeo *Stupid Girls*, que é uma canção do álbum da cantora americana Pink chamado *I'm not dead*. Ele foi lançado em 2006, permaneceu por 16 semanas como uma das canções mais tocadas, já que tratava de questões até então pouco ou quase nunca discutidas numa sociedade hegemônica como a americana. O clipe ganhou cinco prêmios, dentre eles, como melhor performance e vocal.

O vídeo foi levado para sala de aula de uma universidade pública estadual tecnológica, na aula de língua-cultura inglesa 5, com o objetivo de provocar deslocamentos aos muitos discursos já cristalizados emergentes em sala de aula dos alunos do curso de Mecatrônica, já que percebia alguns posicionamentos depreciativos em relação à condição feminina na sociedade contemporânea emergentes nos discursos em sala de aula, já que me diziam: *Sempre foi assim, professor! Meu pai agia assim. Deu certo! Não tem como dizer que a mulher não é o vaso mais fraco na relação! Ela é!*



Pinçando nos dizeres dos alunos, um deles observou que o material didático adotado pela universidade ainda instaurava divisões de tarefas domésticas, além de dicotomizar as profissões, destinando-as a homens e a mulheres em uma unidade de ensino.

Decidi levar o vídeo como uma forma de provocação. Deixei que os alunos assistissem. Como professor de língua-cultura inglesa, havia aspectos linguísticos-discursivos, atravessados pela noção de Desconstrução, que queria trabalhar. Num primeiro momento, assistiram sem o som. Apenas observando as imagens e como essas se organizavam e eram sequenciadas. Percebi que eles começaram a ficar inquietos/incomodados. Alguns atentos anotavam. Já esperava os comentários posteriormente.

Num segundo momento, distribuí trechos da canção, pedindo que, conforme escutassem a canção, colocassem as tirinhas com partes da canção em ordem. Deixei que assim o fizessem. Posteriormente, projetei expressões que eram imperativas e propiciariam à estratégia da desconstrução. Pedi aos alunos, muitos deles já casados e pais de famílias, que pensassem a respeito da imagem que era construída acerca da mulher no clipe veiculado naquela aula, sobretudo, que pensassem nas mães, irmãs e filhas bem como os papéis que ocupavam na sociedade e nas muitas atividades do dia a dia.

O título da canção já é de alguma forma um tanto quanto provocador: Stupid Girls que vem seguido de uma proposição em que a cantora deixa claro que *Maybe if I act like that, that guy will call me, I don't wanna a stupid girl* (Será que se agisse como o cara quer, ele vai me ligar? Eu não quero ser uma garota estúpida!)

Como professor de língua-cultura inglesa, sempre discuto com os alunos a emergência da noção de hegemonia, já que é comum em nossas ações e dizeres essa influência preponderante oriunda de países de língua-cultura inglesa. Nos momentos iniciais do vídeo veiculado (0:05), uma garotinha sentada, brincava de boneca. Os alunos já se posicionam



e dizem que há uma marca da noção de hegemonia ali. Eles dizem: Professor, não é qualquer boneca. É uma Barbie! Pergunto a eles o que está implícito nisso. Um deles responde que existe, então, um padrão de corpo/beleza e de comportamento que, possivelmente, as mulheres tendem a seguir, se quiserem ser igual. Outro ironiza dizendo que o padrão presente é o mesmo imposto por Pamela Anderson, atriz americana, já que os seios fartos/grandes, cintura fina e corpo magro são marcas de um modelo de corpo esculpido por cirurgias. Peço que ouçam novamente ao trecho inicial em que se diz *Looking for a daddy to pay for the Champagne*, um aluno logo diz que ela seria bancada por algum cara. Pergunto a eles se esse modelo é emergente hoje em dia. A sala é uníssona em dizer: *Elas querem ser independentes*. Nos 0:10 do clipe, a garota é tomada por decisões que podem ora se revelar boazinhas e angelicais ora endiabradas e fora das regras, já que, ao fundo do clipe, há um aparelho TV ligado em que uma professora ensina regras de etiqueta (sentar-se, jogar o cabelo, limpar os dentes e passar maquiagem). Pergunto aos alunos: Qual é o papel dos veículos da Mídia? Um aluno, no fundo da sala, solta: *A professora que aparece na TV está ditando as regras*. Sou incisivo no que dizem, repito minha pergunta. Eles são contundentes e dizem: *propor regras, fazer de nós presas*. Chamo atenção dos alunos para os 1:14 do clipe do vídeo em que a cantora usa a expressão: *I can't take it anymore* e a relação imagética emergente, uma vez que o corpo da cantora aparece numa mesa de cirurgia todo tracejado para uma possível plástica, indago que relação esses elementos exercem. Respondem, prontamente, que as múltiplas críticas fizeram com que ela não estivesse satisfeita com seu corpo e quisesse mudar a todo custo. Por fim, nos 1:49, peço que pensem a respeito da condicional: *Maybe, if I act like that* e a cena na academia em que a cantora a fim de se parecer com uma possível rival, que também estava na esteira, tira a parte de cima da roupa, ficando apenas de top com o abdômen definido à mostra, um aluno diz que saúde é, sim, importante, mas, hoje em dia, a construção de um corpo tido como ideal é mais importante ainda, ultrapassando o limite entre o ideal, o real e o alcançável.



## OLHARES (IN)CONCLUSOS

O professor de língua-cultura inglesa deve buscar saber e compreender o contexto social e cultural mais amplo em que sua atuação se insere. Isso inclui não só compreender as interações interpessoais de alunos, mas também entender as relações de poder intrínsecas à sala de aula, à escola e à sociedade em geral. Em outras palavras, trata-se da inserção da língua-cultura inglesa no exercício de (re)conhecimento de uma atividade política de pertencimento, já que se objetiva à promoção da democracia e de seus valores. Com essa faceta em mente, Giroux (1997, p. 98) discute que é essencial à pedagogia crítica a noção de funcionamento como prática cultural, isto é, prioriza-se a produção em detrimento da transmissão de conhecimento dentro de relações de poder assimétricas que estruturam a relação professor-aluno. Em outras palavras, a função do professor de língua-cultura inglesa não é meramente a de guia da língua-algo, mas de mentor que fomenta a criticidade no desenvolvimento linguístico-discursivo.

O desafio deste capítulo foi, a partir de estudos do discurso, atravessados pela noção da Desconstrução derridiana, propor uma leitura, ainda que inicial, das emergências da e na sala de língua-cultura inglesa.

## REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

BIRMAN, Joel. *Freud e a Filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CORACINI, Maria José (org.). *Identidade e Discurso: (des)construindo subjetividades*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CORACINI, Maria José. Análise do Discurso na Linguística Aplicada. In: CASTRO, S. T. R. de. *Pesquisas em LA: novas contribuições*. Taubaté: Cabral, 2010 p. 17-33.

CORACINI, Maria José. Os sem-teto em comunidades virtuais: entre o ressentimento e a violência. *Guavira Letras*, n. 16, p. 156-168, jan./jun. 2013.



CORACINI, Maria José. Representações de professor: Entre o passado e o presente. *Reflexão e Ação*, v. 23, n. 01, p. 132-161, jan./jun.2015.

CULLER, Jonathan. *On deconstruction*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Trad. Júnia Barreto. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GIROUX, Henry. *Os Professores Como Intelectuais*: Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (Orgs.). *Análise do discurso: as materialidades dos sentidos*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 47-58.

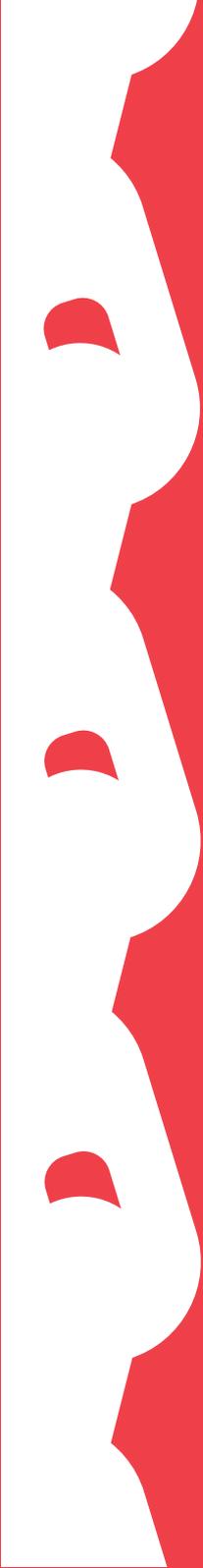
GRIGOLETTO, Marisa. Língua e identidade: representações da língua estrangeira no discurso dos futuros professores de língua inglesa. In: CARMAGNANI, Ana; \_\_\_\_\_. (org.). *Inglês como língua estrangeira: identidade, práticas e textualidade*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2006.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 96-103.

NASIO, Juan David. *O silêncio em psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1989.

PRIKLADNICKI, Fábio. *Desconstrução e identidade: o caminho da diferença*. 2007. 101 f. (Dissertação de mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Escuta, 1994.



# 8

Glênio Rodrigues Ribeiro Neto  
Francisco Vieira da Silva

**O milagre das cartilhas<sup>48</sup>:**  
figurações biopolíticas  
em discursos sobre  
a saúde de sujeitos  
trans e travestis



Mesmo com a cirurgia, eu nunca vou ser mulher. E também não serei homem. Eu vou ser sempre o do meio.

*Lea T*

Pra mim foi um pouco complicado por ser uma travesti, uma sapatão, uma bi, tudo em um corpo só. E eu sempre vou brigar por essa bandeira. Porque levantar a bandeira é muito fácil. Eu vivo debaixo dessa bandeira.

*Mulher Pepita*

## INTRODUÇÃO

Antes mesmo de nascer, o sexo do feto pode ser identificado por diversos procedimentos médicos, como a ultrassonografia, por exemplo. Quando se descobre ser menina ou menino, roupas, brinquedos e até as cores são separadas em função disso. A partir desse momento, deposita-se naquele indivíduo expectativas que excluem qualquer sexualidade desviante que não obedeça aos padrões de comportamento cissexista.

Depois de identificado o sexo biológico do sujeito, a sociedade procura dirimir a possibilidade de orientação sexual que não seja a heteronormativa ou de identidade de gênero que não a cisgênero. Uma vez que, como afirma Butler (2003), a sociedade ocidental se estrutura em termos de uma heteronormatividade compulsória que padroniza os corpos e desejos, estando todas as demais formas de se conceber o sexo e a sexualidade, reservadas ao âmbito das patologias (FOUCAULT, 2007). O processo de enquadrar cada sujeito em um padrão binário (BUTLER, 2003) inclui ainda ações como nomeá-lo, segundo uma cartela de nomes tidos como masculinos e/ou femininos, além de padronizar os comportamentos, pois para meninas, o senso comum espera atitude dócil, meiga e casta e para os meninos, a sexualidade aflorada e extrema virilidade.

A população transexual e travesti (TT) burla essa padronização do comportamento de cada sexo e, ao longo das suas vidas, pode atribuir a si mesmo expectativas e comportamentos que vão além do que foi prescrito ao nascer, de maneira a subverter a própria noção de gênero, como Butler



(2003) bem problematiza. Vale ressaltar aqui, que sexo, identidade de gênero e orientação sexual são categorias que se distinguem umas das outras: a) o sexo é classificado em termos de macho e fêmea, observando os órgãos genitais; b) a identidade de gênero é como o sujeito se identifica, esse segmento classifica os sujeitos em cisgênero (aqueles que se identificam com o sexo determinado em seu nascimento) e transgêneros (que não se identificam com seu sexo biológico); c) a orientação sexual, por sua vez, diz respeito ao desejo e atração sexual (BRASIL, 2016a).

Para os sujeitos TT, o processo de se identificar com um gênero diferente do seu biológico pode desencadear algumas mudanças corporais explícitas, no caso da mulher trans, há a possibilidade de implantar silicones para formar as mamas e a transgenitalização para a mudança do órgão genital, além de procedimentos estéticos (retirada do pomo de adão, modelar o nariz e testa, entre outros). Já no caso do homem trans, a mastectomia que é a retirada das mamas é exemplo de mudança feita por cirurgia plástica. Além dos processos estéticos visíveis, alguns sujeitos trans necessitam da hormonioterapia para a modificação da voz, das formas do corpo, crescimento ou desaparecimento dos pelos, entre outros (BRASIL, 2016a). Esses processos requerem inúmeros recursos e uma atenção específica de saúde que viabilize o cuidado com estes sujeitos transgêneros.

No Brasil, a Resolução nº 1.482, de 19 de setembro de 1997 possibilitou o “processo transexualizador” gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>49</sup>. Com essa primeira iniciativa, o “transexualismo”, como era nomeado na resolução, passou por inúmeros momentos. A resolução nº 1.955/2010, frisa que os indivíduos trans são diagnosticados com “desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e ao autoextermínio” (BRASIL, 2010).

49. “A Constituição brasileira de 1988 diz que a ‘Saúde é direito de todos e dever do Estado’ e criou o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país”. Disponível em: <<https://goo.gl/hLb8TS>>. Acesso em: 21 ago. 2018.



Para atender essas necessidades, o SUS disponibiliza uma equipe formada, segundo a referida resolução, a qual é composta por psiquiatras, cirurgiões, psicólogos, assistentes sociais e endocrinologistas.

Para que a transexualidade fosse considerada pelos órgãos públicos de saúde, a CID (Classificação Internacional de Doença) teve que concebê-la como patologia e assim, enquadrou-a no tópico de transtornos mentais. Essa classificação dentro da CID gerou inúmeras controvérsias, sobre as quais Almeida e Murta (2013) questionam, “como garantir/ampliar o acesso de pessoas trans ao sistema, se todo ele opera majoritariamente pela lógica da doença e do transtorno e, conseqüentemente, da correção dos corpos ao padrão que se definiu como normal?” (ALMEIDA & MURTA, 2013, p. 500). Já Bento e Pelúcio (2012) veem essa inserção da transexualidade na CID como estratégia, dado que a ausência dos transtornos nesse documento implicaria também a ausência dos serviços que devem ser concedidos a estes.

Em junho de 2018, a CID foi atualizada e retirou a transexualidade do rol dos transtornos mentais locomovendo o termo para outro tópico, o de saúde sexual, classificando-o como incongruência de gênero, importante ressaltar que o documento ainda se encontra em processo de tradução.

Em meio a inúmeros modos de promoção da saúde trans, várias cartilhas e orientações com os procedimentos foram criadas pelos órgãos públicos de saúde, no intuito de colocar essa população em evidência e disponibilizar o tratamento necessário que esse público requer. Através da portaria 1820 de 13 de agosto de 2009, nas fichas de atendimento do SUS foi disponibilizado um local para o nome social dos sujeitos trans, independente do que revelam os seus documentos de identificação, sem que isso tome uma proporção desrespeitosa por parte da equipe médica e agentes da saúde (BRASIL, 2009). Em 2011, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, pelo Ministério da Saúde, através da portaria 2.836 de 1 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), que fortalece o respeito ao nome social da população trans, além de lutar por mais visibilidade social.



As cartilhas de recomendações para o atendimento pelo nome social ainda constituem um dos maiores anseios dos indivíduos que necessitam desse procedimento, já que consideram o desrespeito ao nome social uma das maiores formas de discriminação. Além disso, a população TT é posta em situações de conflitos corriqueiros, como a discriminação nas escolas, o que se deve ao fato de inúmeras pessoas trans desistirem do segmento educacional para trabalhar como autônomas ou morar nas ruas, na maioria das vezes, não recebendo o apoio necessário da família (BENTO, 2006).

Além das condições nas quais os transexuais e travestis se encontram na CID, essa população ainda sofre com índices altíssimos de violência, estando entre os principais motivos de morte desses, o suicídio e o assassinato. Por esse motivo, o Brasil é considerado o país que mais mata LGBTs no mundo com o índice de 52%, os quais tem expectativa de vida de apenas 35 anos, segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis – ANTRA.<sup>50</sup> Conforme os dados apurados pela associação, muitos são vítimas de crimes brutais, como espancamento, asfixia/estrangulamento, tortura, facadas, entre outros. Podemos citar o caso da travesti Dandara, que foi apedrejada e morta a tiros no Ceará. O crime ganhou grande repercussão devido ao fato de ter sido filmado e divulgado nas redes sociais.<sup>51</sup>

A partir do exposto, tem-se a necessidade de observar como os diversos poderes atuam sobre o corpo e a saúde da população trans. Para isso, encetamos uma breve genealogia do poder conforme a perspectiva de Michel Foucault. Nesse sentido, podemos citar a sociedade disciplinar vinda a lume no século XVIII, a partir da qual o poder passa pelo cerne da vida, quando, por exemplo, as cartilhas de saúde elucidam tal público sobre o cuidado com os seus corpos, existe uma necessidade da preservação da vida, o que podemos chamar, na esteira foucaultiana, de biopoder.

50. Ver mais em: <https://antrabrasil.org/>.

51. Disponível em: <<https://goo.gl/HsteXA>>. Acesso em: 21 ago 2018.



Para o filósofo francês, o biopoder nasce a partir das biopolíticas que são produzidas pelo governo, com o intuito de produzir elucubrações sobre determinados temas em torno da manutenção da vida (FOUCAULT, 2008c). Em relação a isso, o Estado mantém acionados diversos procedimentos cautelares através de cartilhas e outros textos orientadores que se imbricam aos mais diversos temas, como saúde, segurança, educação, com o intuito de orientar e comandar o comportamento do sujeito frente a essas situações.

Partindo dessa problemática, elegemos os seguintes objetivos para este trabalho, quais sejam: i) investigar a atuação de estratégias biopolíticas na gestão da saúde e da vida do transgênero; ii) observar de que maneira as especificidades dos corpos trans e travestis desafiam a lógica normatizadora das estratégias biopolíticas. A respeito da metodologia, o presente estudo segue uma análise descritivo-interpretativa, através de uma abordagem qualitativa.

Tomamos como *corpus* três materialidades, as quais têm como finalidade orientar a população transexual e travesti sobre a saúde, que são: i) cartilha sobre a saúde dos corpos trans; ii) cartilha sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis para homens trans; iii) banner de divulgação das campanhas de saúde fornecida aos transgêneros. Interessa-nos entender, a partir da análise das sequências discursivas, as iniciativas que incidem para o funcionamento do biopoder dos corpos trans, considerando que as medidas propostas nas cartilhas se propõem a disseminar o respeito e a preservação da saúde da população transgênero.

Além desta parte de caráter introdutório, o artigo encontra-se estruturado em mais três seções. No primeiro tópico, discutimos os principais conceitos de Michel Foucault acerca do biopoder, da governamentalidade e do poder, além de outras apreciações do referido autor que garimpam o cerne das discussões contidas nas materialidades selecionadas. No momento seguinte, têm-se as análises feitas em torno das materialidades e, logo após, as considerações gerais que sintetizam os principais pontos tratados no texto.



## TEORIZANDO O BIOPODER E AS BIOPOLÍTICAS

Segundo a ideia cristã anterior ao século XVIII, “o governo dos homens”, de acordo com Foucault (1998), tinha como indicativo a condução das vidas humanas por alguém/algo que gerenciasse a existência e a conduta da sociedade à salvação, através de uma relação de subserviência por parte dos que acreditavam. Posterior a esse momento, e a partir da Reforma Protestante no século XVI, romperam-se as barreiras do cristianismo e considerou ampliar “o governo dos homens” para todas as malhas da sociedade (FOUCAULT, 1998).

Foucault (2008) faz referência às inúmeras formas de governo que incidem, não apenas sobre o sujeito isoladamente, mas sobre todo o corpo populacional. Pensando a partir da perspectiva que os sujeitos possuem questões particulares e diferentes, deve existir um governo que possa conduzir e guiar a população através de normas e ações unificadas. Nas palavras do filósofo, o fato denomina-se de “governamentalidade”, conceituado como “[...] um conjunto instituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica de poder, que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 2008a, p. 291).

De acordo com Michel Foucault (2005, 2007), o poder exercido sobre a população passa por um período de transição em meados do século XVIII, da sociedade de soberania para a disciplinar. Em termos mais sucintos, na sociedade de soberania não havia quaisquer políticas de valorização da vida, pois se pautava na máxima de “fazer morrer”, enquanto na sociedade disciplinar, têm-se a manutenção e preservação da vida, através do poder disciplinar do Estado, o que marca o início da atuação do biopoder.

Para que o governo dos homens fosse efetivado de forma maciça e satisfatória, diversos saberes tiveram que ser motivados no intuito de geri-los, visto que o Estado possuía como correto determinadas visões e condutas, as quais estendia sobre os diversos setores da sociedade, mobilizando cada vez mais, “dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, a



grosso modo, sociais, que tornar-se-ão cada vez mais objeto da intervenção governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 194).

Por conseguinte, o biopoder atua através das estratégias biopolíticas, que agem principalmente na higienização da população, considerando as taxas de natalidade e mortalidade, fazendo funcionar o controle do crescimento populacional e a sua manutenção (FOUCAULT, 2008c). A noção foucaultiana de biopolítica é esclarecida na obra *A vontade de saber*, volume 1 da *História da Sexualidade*, a partir da seguinte definição:

Entendia por isso [a biopolítica] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças.... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje (FOUCAULT, 2007, p. 431).

Na perspectiva do citado autor, as estratégias do biopoder remetem a algumas contradições, pois não faz referência a todos os segmentos sociais. Assim, para que alguns vivam é necessário que outros morram, por isso, para que haja vida, defende-se a funcionalidade do policiamento, “[...] porque não basta haver homens, é necessário também que eles possam viver. E, por conseguinte, a polícia vai se ocupar dessas necessidades imediatas” (FOUCAULT, 2008b, p. 435). Nesse momento, entra em cena o racismo de estado, que mantém relação conflituosa com a lógica do biopoder, pois para Foucault (2005), “O racismo está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 30).

A partir das reflexões adiantadas em torno do biopoder e das biopolíticas, conceitos pensados por Foucault (2008c), e considerando o nosso objeto de análise, perceberemos que a sexualidade e, principalmente, as problemáticas em torno dela, podem formar diálogos mais fervorosos, considerando, por exemplo, os transgêneros, que não compartilham da norma padrão de gênero e, logo, não acolhem as premissas que sustentam a normatização cissexista, precisando assim de formas de governo que



resguardem esse público, considerando o alto índice de mortalidade e de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Em virtude do exposto, as teorizações que Foucault elaborou são reatualizadas e direcionadas às transformações ocorridas no centro da sociedade ocidental, surgindo aquilo que Deluze (2008) nomeia como sociedade de controle, onde o poder é cada vez mais pensado e direcionado para as várias faces da sociedade. Para o autor, as identidades dos sujeitos não estão acabadas, existe uma forma cíclica que paira por todo o universo, uma constante mutação. O corpo vira alvo das mais diversas formas de governo, através dos dispositivos da sexualidade, que são as técnicas de assujeitamento utilizadas pelas medidas administrativas dos indivíduos.

Todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda a parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiam os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele (FOUCAULT, 2007, p. 37).

Entendemos que o corpo é debatido nas diversas malhas da sociedade, pois as formas de governar espraiam-se sobre toda a população. Além disso, quando citamos os casos das cartilhas direcionadas ao público transgênero, perpassa não apenas a figura do Estado, mais uma série de agentes, o que permite observar que o biopoder e suas estratégias biopolíticas estão disseminados nos mais variados setores populacionais.

## O BE-A-BÁ DA SAÚDE TRANS

As materialidades coletadas para este trabalho estão relacionadas entre si, pois apresentam um mesmo recorte: elucidações sobre a saúde e a legitimação dos sujeitos transexuais. As análises partem de algumas das noções tratadas por Foucault (2010) em sua fase genealógica, principalmente dos aspectos teóricos discutidos no tópico anterior, que foram o biopoder, biopolítica e a questão da governamentalidade dos corpos.



Começamos, portanto, pela cartilha que traz elucidacões sobre a *Atenção integral à saúde da populaoo trans*, disponível no *site* do governo federal<sup>52</sup>. O título que está inserido na cartilha, “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”, adianta ao leitor sobre o que se trata e apresenta marcas discursivas em relaoo ao biopoder e às estratégias biopolíticas de cuidado e preservaoo da vida. A materialidade, distribuída em 2011, torna-se o primeiro dispositivo a fim de conscientizar, principalmente, os profissionais da saúde e todos os trabalhadores do SUS, sobre o tratamento específico voltado para o público trans.

No início da cartilha, têm-se algumas elucidacões sobre a diferença entre identidade de gênero e orientaoo sexual, tratando de questões voltadas para a mulher trans, o homem trans e travestis. Ao final dessas informaoes, a cartilha faz um direcionamento ao profissional que recebe essas pessoas, com os seguintes dizeres: “profissional de saúde, a identidade de gênero e a orientaoo sexual são autodeclaradas. Na duvıda, pergunte como ela ou ele se vê e se relaciona com o mundo” (BRASIL, 2016a), o que se dá a fim de evitar julgamentos precipitados que acabem por constranger o paciente. Podemos tomar como fonte de análise, outro fragmento retirado da própria materialidade.

As travestis, as mulheres transexuais, e os homens trans são alvos de brincadeiras de mau gosto e maus-tratos, frequentemente hostilizados na família, na escola e nos espaços públicos. Casos de violência física e psicológica, motivadas por preconceito e violaoes de direitos, são acontecimentos comuns nas suas vidas. A pouca experiência dos serviços de saúde em relaoo ao tema da saúde trans constitui uma barreira aos cuidados em saúde desta populaoo (BRASIL, 2016a, p. 8).

A forma de tratamento, principalmente em locais públicos, é um dos fatores de discriminaoo e constrangimento para os sujeitos trans que necessitam de assistência básica de saúde, o que acaba por afastar essas pessoas dos ambientes hospitalares, levando muitas delas a se

52. Disponível em: <<https://goo.gl/6qyroJ>>. Acesso em: 21 ago. 2018.



automedicar. Embora hoje o nome social<sup>53</sup> já seja realidade em inúmeros documentos oficiais, o estranhamento enquanto a forma de se referir ao sujeito é constante, pois segundo dados obtidos pelo *site* UOL, 49% da população Brasileira desconhece o que é uma pessoa transexual<sup>54</sup>. Tal estimativa contribui para os altos índices de discriminação e transfobia em ambientes públicos, como é o caso de ambulatórios e hospitais.

Outro excerto que podemos destacar em relação ao direcionamento que a cartilha produz é justamente a respeito do nome social que os transgêneros e as travestis apresentam para a sociedade. No recorte, a cartilha expõe: “profissional de saúde, respeite o nome social impresso no Cartão SUS e, na dúvida, pergunte como ela (para travestis e mulheres transexuais) ou ele (para homens trans) gostaria de ser chamado (a)” (BRASIL, 2016a). Essa passagem da cartilha direciona-se ao sujeito-leitor, incluindo-o como parte fundamental para os meios de humanizar o tratamento dos sujeitos trans, representa uma estratégia sutil para a preservação da vida dessas pessoas, já que segundo a ANTRA, os conflitos psicológicos por discriminação são fatores preponderantes nos suicídios dos LGBTs.

Além de pedagogizar as ações dos profissionais da saúde e agentes do SUS, a cartilha traz informações que se propõem a conscientizar a população trans acerca dos seus direitos e, sobre o que o serviço público de saúde oferece enquanto cuidados específicos para seus corpos. A biopolítica apresenta-se, portanto, como um conjunto de ações, com o intuito de preservar e gerir a vida, a fim de fomentar um certo policiamento às hostilidades que o sujeito trans pode vir a sofrer em meio a necessidade de procurar um atendimento à saúde. Um exemplo dessa estratégia biopolítica refere-se ao posicionamento da materialidade acerca dos cuidados com a saúde.

- Travestis e mulheres transexuais, mesmo quando já realizaram modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual, têm

53. O nome social é aquele pelo qual as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans preferem ser chamados (as) por refletir sua identidade de gênero, em contraposição ao nome de registro civil determinado no nascimento, com os quais não se identificam (BRASIL, 2016a).

54. Disponível em: <<https://goo.gl/B22wkv>>. Acesso em: 21 ago. 2018.



indicação de realizar exames para prevenção de câncer de próstata. Já os homens trans podem necessitar de atendimento ginecológico, tanto de caráter preventivo, como para o tratamento de problemas habituais dessa especialidade.

- Quando se fala da saúde das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans é comum que venham à mente questões relacionadas às práticas sexuais, tais como as doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS/Hepatites Virais. No entanto, a sexualidade é apenas um dos aspectos da vida e da saúde dessa população. É importante lembrar que estas pessoas são também acometidas por outras enfermidades como viroses, diabetes, hipertensão, entre outras (BRASIL, 2016a, p. 11).

O fato é que esses sujeitos transexuais desafiam a ordem e a norma vigente para a regularidade dos corpos, criando “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (BUTLER, 2010, p. 39), o que de acordo com Butler (2010), seria um enfrentamento a heterossexualidade compulsória. Foucault (2005) fala que a norma pode ser direcionada para toda uma população que se pretende gerir ou apenas para um sujeito que se quer disciplinar. No recorte acima, podemos visualizar as especificidades dos sujeitos trans que são inerentes ao seu corpo, além do fato de muitos abandonarem o serviço médico depois das suas modificações, tendo sua saúde comprometida pela falta de exames de rotina. Por isso, pretende-se disciplinar esse corpo e direcioná-lo para condições de vida e bem-estar efetivos, inserindo-o no âmbito da norma. Em um dos trechos da cartilha, põem-se em pauta temas relacionados à saúde trans, que resumem as necessidades desses indivíduos apenas a questões sexuais, não levando em consideração problemas cotidianos que podem afetar toda a população.

A próxima materialidade a ser analisada também faz referência à saúde dos transgêneros, com enfoque em um público específico, nomeada como: “Homens trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?”. A cartilha discute o processo transexualizador para homens trans e arrola sobre os métodos de prevenção e de cuidados de si, trazendo trechos como: “[...] É importante sempre se prevenir e realizar exames regularmente”, e: “Prevenção de IST no sexo oral, vaginal e anal” (BRASIL, 2016b). Ao direcionar encaminhamentos e formas de comportamento frente às relações sexuais, podemos identificar um discurso



que vai em consonância com o biopoder, de controle da vida, em especial as políticas públicas direcionadas à saúde do cidadão.

No Brasil existe todo um cuidado em divulgar e esclarecer como as infecções sexualmente transmissíveis podem ser evitadas. Nesse sentido, podemos citar o caso do “Dezembro vermelho”, mês em que todos os profissionais da saúde promovem treinamento e divulgação sobre os métodos preventivos contra o HIV/AIDS, por meio de conteúdos transversais, que incitam a utilização de camisinhas e outros cuidados com o corpo.

A divulgação das cartilhas mobiliza a participação de toda coletividade, no caso específico, de homens trans no que se refere a determinadas condutas.

- Use sempre preservativo (seja o vaginal ou peniano) nas relações sexuais;
- Faça os testes rápidos de HIV, hepatites B e C e sífilis regularmente;
- Vacine-se contra hepatite B e HPV;
- Use luvas de látex quando usar os dedos para penetração ou *fisting*;
- Faça barreira protetora com preservativo durante o sexo oral (se tiver alergia ao látex, pergunte ao profissional de saúde sobre alternativas a esse material);
- Use lubrificante à base de água para reduzir o risco de sangramento ou rompimento do preservativo durante o sexo (caso opte por usar o lubrificante de silicone, tenha em mente que ele pode danificar o *packer* ou a prótese peniana), e também pela possível redução da lubrificação vaginal pelo uso de testosterona;
- Se você usa um *packer* ou prótese peniana para relações sexuais/volume/urinar, mantenha-o sempre limpo, lavando com água sabão e secando bem;
- Previna-se e o(a) seu(sua) parceiro(a) usando preservativo em seu *packer* ou prótese peniana ao penetrar (relações anal e/ou vaginal);
- Tenha em mente que a testosterona não previne a gravidez; portanto, fale com seu ginecologista sobre formas seguras e eficazes de prevenir ou planejar a gestação (BRASIL, 2018, p. 41).

O uso dos verbos no imperativo exprime um efeito de sentido de ordem e autoridade perante o outro, intensificando o que deve ser seguido e feito, no caso das cartilhas, direciona o comportamento do homem trans e também outros sujeitos para o uso dos preservativos, testes e vacinas periodicamente, elucida sobre a prática do sexo oral e ainda fala sobre situações que estão intrinsicamente ligado às práticas sexuais por homens



transgêneros, como a utilização do *packer*, que tem se tornado cada vez mais comum o uso.

A cartilha busca direcionar a população, pois as relações de poder que se estabelecem nesse recorte de materialidade consideram o sujeito, “mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

A terceira e última materialidade refere-se ao cartaz de divulgação da cartilha que foi alvo das primeiras análises neste tópico, que pode ser observada na figura 1.

Figura 1: Banner da campanha “Cuidar bem da saúde de cada um”, direcionado aos sujeitos transexuais e travestis



Fonte: Blog da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

A imagem que representa o cuidado com a saúde dos corpos trans relaciona-se com imagens já vistas no interior de uma cultura visual (COURTINE, 2013), o que a torna uma plétórica fonte de análise. A cor que predomina no fundo do banner é o lilás, fazendo uma alusão às tonalidades da bandeira representativa ao movimento trans, além disso, lilás é uma cor que se forma pela junção do rosa e azul, as quais são ainda bem



representativas no processo de construção da identidade de gênero no meio social, sendo o rosa direcionado para as mulheres e o azul para os homens. Na frente dessa cor estão dispostas nove pessoas, identificadas da esquerda para a direita como três travestis, três mulheres trans e três *homens trans*, acima de cada um está o seu nome social e abaixo suas profissões. Podemos identificar três ativistas do movimento trans, dois professores, uma educadora social, uma técnica em enfermagem, um servidor público e uma estudante de direito, pessoas que representam a campanha. Cotejando com os índices coletados pela ANTRA, que afirma que 90% dos transexuais recorrem à prostituição, por inúmeros fatores, e um deles é o abandono familiar e, ainda, que apenas 0,02% estão na universidade, entendemos que as pessoas que estão à frente da campanha não traduzem a realidade da maioria dos transgêneros.

Na frente dos sujeitos está a palavra *Saúde*, na qual cada letra apresenta-se de uma forma, de modo a representar os seguintes aspectos: I) o *S* faz referência a uma arte bastante difundida no nordeste Brasileiro, a ciclogravura, que é a confecção de imagens em garrafas utilizando apenas areias coloridas, acima dessa garrafa está um chapéu que era muito utilizado na época do cangaço; II) o *A* traz as cores do movimento LGBT; III) o *Ú* faz referência a um cocar indígena curvado para dar o formato da letra; IV) o *D* tem o formato feito por um milho, vagens, ovos e uma laranja, que podemos entender como fazendo relação ao sul do Brasil, marcado pela grande produção agrícola; V) por fim, o *E* é formado por uma garrafa plástica, uma lata de refrigerante e papelão, o que podemos remeter a poluição e conciliar com o sudeste Brasileiro, pois é o estado que mais polui no Brasil. Podemos entender, com essa descrição, que as letras fazem relação com a unificação dos estados e a saúde deve ser expandida para todo o território nacional, de maneira que todo o país deve possuir tratamento especializado para as diferentes áreas, principalmente ao que apela a materialidade, a dos transexuais.

Na parte inferior da imagem, encontramos alguns dizeres referente aos cuidados com a saúde transexual, como também as logomarcas do SUS, do governo brasileiro, ministério da saúde e do ministério das



mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, órgãos públicos que trabalham na pulverização das biopolíticas por toda a sociedade brasileira. Demonstramos com essas análises que os discursos que incrustam as cartilhas expostas partem da necessidade de indicar que a preservação da saúde dos TTs precisa ser constantemente observada e direcionada. Em outros dizeres, entende-se que o resguardo à vida garante a sobrevivência e a felicidade dos sujeitos, o que por sua vez contribui para o crescimento e desenvolvimento do estado (FOUCAULT, 2006).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas noções foucaultianas acerca do biopoder e das biopolíticas, analisamos neste artigo algumas das estratégias do governo para a gestão da saúde da população transgênera, considerando que esses sujeitos estão em situação de vulnerabilidade e de baixa expectativa de vida devido às infecções sexualmente transmissíveis, a discriminação, violência, baixa escolaridade, entre outros fatores frutos da exclusão social e do preconceito.

As cartilhas referentes à saúde mobilizam táticas que direcionam o sujeito trans para uma qualidade de vida e conservação dos seus direitos em sociedade, propondo uma relação amistosa entre os profissionais da área da saúde e as pessoas que necessitam ser atendidas. Com intuito de controlar a vida da população, o biopoder está presente e atravessa toda a sociedade. Em suma, as estratégias biopolíticas agem no comportamento, regulam as práticas discursivas e relacionam-se com o sujeito e o seu processo de subjetivação, com o objetivo de ensejar um bem-estar e uma qualidade vida para toda a população.

Ao nos referirmos às materialidades analisadas, foi possível observar que cada uma delas, cartilha sobre a saúde dos transgêneros, dos homens trans e o banner de divulgação, relaciona-se entre si para a melhoria das formas de tratamento dos TT, dado o fato que a existência



de pessoas transexuais foi recusada por muito tempo, negando o direito da sua identidade, saúde, segurança e, conseqüentemente, da sua vida. A promoção da vida desses sujeitos está se tornando pauta cada vez mais discutida, o que vem ocorrendo principalmente nas últimas décadas em diversos segmentos sociais. Contudo, as questões que envolvem essa minoria social devem ser constantemente vigiadas e discutidas, pois, o avanço do conservadorismo no âmbito político faz com que os laços dessas minorias com o poder público sejam cada dia mais esgarçados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. *Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil*. Sex Salud Soc.; n. 14, p. 380-407. 2013.

ANTRA. *Mapa dos assassinatos de transexuais e travestis no Brasil em 2017*. Disponível em: <<https://goo.gl/bDgQpM>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BENTO, Bereneci. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

BENTO, Bereneci; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas*. Estud. Fem.; 20(2):559-68, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Resolução n. 1.482, de 19 de setembro de 1997. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. Diário Oficial União, 1997; 19 set.

BRASIL. Resolução nº 1.955, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652, de 2 de dezembro de 2002. Diário Oficial União, 2010; 3 set.

BRASIL. *Resolução nº 1820, de 13 de agosto de 2009*. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial União, 2009; 13 ago.



BRASIL. *Resolução nº 2836, de 1 de dezembro de 2011*. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Diário Oficial União, 2011; 1 dez.

BRASIL. *Sistema Único de Saúde*. Disponível em: <<https://goo.gl/dSNDMe>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. *Saúde Trans - Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos*. 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/nk9jdP>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. *Saúde Trans - Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos*. 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/XpMA4M>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

BRASIL. *Homens Trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?* Disponível em: <<https://goo.gl/D4UhfK>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DELEUZE, Gilles. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. (Raquel Ramallete, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. 1998

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* Tradução de Maria Emartina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo, SP: Graal Edições. 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 25 ed, São Paulo: Graal Edições. 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes. 2008b.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. 2008c.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



# 9

Maria Lígia Freire Guilherme

## **Nome social é apelido?**

Diálogos a partir  
do decreto 8.727/2016  
e notícia do  
jornalismo *online*



## PRIMEIROS DIÁLOGOS E O CONTEXTO DA PESQUISA

Tratar de questões concernentes à sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero ou quaisquer outras temáticas concernentes ao sexo ou vivências de gênero não é uma tarefa fácil. Isso se deve ao fato de que há uma pluralidade de construtos e teorias – muitas vezes destoantes – que tratam dessas questões, além de haver uma expectativa social em relação aos modos de vivência de gênero e da sexualidade dos sujeitos. Um exemplo desses sujeitos são aqueles que compõem a comunidade ALGBTQI+, composta por pessoas assexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, queer, intersexo e mais,<sup>55</sup> que em muitos casos sofrem estigmas e exclusão social em função de suas identidades.

Segundo Bento (2008, p. 42-43), para além dos atributos biológicos de um sujeito, o gênero toma forma de várias formas, seja “através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo”. Especificamente no caso das pessoas trans<sup>56</sup>, aquelas cujas identidades de gênero diferem da materialidade de seus corpos, há uma série de opressões a que são submetidas socialmente. Segundo Jesus:

Na conjuntura brasileira, em particular, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais e travestis é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento da identidade. São cidadãs e

55. Optamos pela utilização dessa sigla uma vez que entendemos que ela abarca um grande número de possíveis orientações sexuais e identidades de gênero. Não pretendemos, contudo, limitar ou excluir quaisquer outras possibilidades existentes nesse complexo espectro de sexualidades e vivências de gênero. Para uma leitura mais aprofundada acerca da trajetória da comunidade ALGBTQI+, recomendamos a leitura de Lau (2018).

56. Utilizamos aqui o termo *trans* (pessoa trans, sujeito trans) como conceito guarda-chuva, incluindo os sujeitos que vivenciam papéis de gênero que extrapolam os modelos cisnormativos. Esse grupo é formado predominantemente por travestis e transexuais, mas também inclui quaisquer outros que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído (JESUS, 2012a). Não desconsideramos o fato de que, no Brasil, não há consenso quanto à terminologia, como ocorre nos Estados Unidos com *transgender*. Ainda, entendemos que a tradução desse para *transgêneros*, por exemplo, diminui a carga semântica de outros termos como *travestis* e *transexuais*, com ampla significação em campos teóricos e políticos e que remetem também à luta desses grupos, optando, portanto, pelo uso do sufixo *trans* para fazer menção a essas pessoas.



cidadãos que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais (JESUS, 2012b, p. 2).

Apesar de toda a repressão, tem-se constituído uma multiplicidade de discursos sobre as questões de gênero, fomentando uma explosão discursiva acerca desse tema, que se manifestou de formas diversas, o que contribuiu para que, contemporaneamente, por meio desses discursos, sujeitos até então marginalizados, como a população ALGBTQI+, por exemplo, pudessem (re)afirmar discursivamente suas identidades, especialmente por intermédio das redes digitais. Segundo Jesus (2012, p. 1), essas redes “têm possibilitado a propagação, com menos intermediários e para uma audiência relativamente grande, de contradiscursos acerca de regras estabelecidas de comportamento e de modelos fixos de identidade”.

Fazemos essa breve retomada a fim de tecer uma contextualização para o que se pretende nesse estudo. Nesta pesquisa, voltamo-nos especificamente às pessoas trans, aquelas cujas identidades de gênero fogem às predeterminações binárias de vivências de gênero, buscando fazer provocações e reflexões sobre o uso do nome social a partir do Decreto n. 8.727/2016, um Pedido de Decreto Legislativo e uma notícia do jornalismo *online*<sup>57</sup>. Utilizamos aqui a noção de *gênero* em lugar da de *sexo*, uma vez que entendemos o gênero como uma construção social, sem vínculo com os órgãos sexuais de um sujeito, com base em uma teoria de atos “que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua resignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária” (BUTLER, 2015, p. 13).

Em abril de 2016, a então presidenta Dilma Rousseff assinou e publicou o Decreto 8.727, um dos objetos da presente análise. Esse decreto dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais e pode ser entendido como uma resposta da esfera política oficial às demandas e pressões cotidianas da comunidade de pessoas trans, assim

57. As análises aqui empreendidas tiveram início durante a realização da pesquisa de Mestrado da autora (GUILHERME, 2017) e também com a elaboração de artigo publicado na Revista Letra Magna (GUILHERME, 2018).



“as demandas da população trans se tornam lei (discurso oficial) a partir da pressão das ideologias do cotidiano sobre a ideologia oficial, em uma relação tensa e intensa entre essas bases ideológicas” (GUILHERME, 2017, p. 14)<sup>58</sup>. O papel assumido por mulheres e homens trans nas militâncias e ativismos em prol dos direitos da comunidade trans e ALGBTQI+ em geral fomenta que criem uma maior consciência política sobre suas realidades e (r)existências, aumentando a sensação de pertencimento e aumentando, dessa forma, sua participação de forma mais ativa nos movimentos sociais (JESUS & ALVES, 2010).

Um dos carros-chefes da luta e militância da comunidade trans é a reivindicação pelo uso do nome social. Entende-se que o impedimento de seu uso gera exclusão e constrangimentos às pessoas trans, além de impedir que esses sujeitos possam expressar suas identidades de gênero de maneira livre. Infelizmente, no Brasil, não há ainda uma regulamentação que permita a retificação do nome e do gênero nos registros civis, como já ocorre em México, Uruguai e Espanha, assim, há utilização do nome social, o que Bento (2012) chama de “gambiarra legal”, que busca melhorar a condição das pessoas trans, mas não altera a vida prática dessas pessoas. Para Jesus e Alves:

Travestis ou transexuais brasileiros que buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam são demandadas pelo judiciário a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital, para que somente após elas lhes seja possibilitada a concessão do direito fundamental à identidade. Além de configurar uma violência institucional, essa é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI, considerando que há pessoas transexuais e travestis que por diversas razões não desejam ou não podem se submeter a essas cirurgias, e nem por isso deixam de vivenciar suas identidades de gênero (JESUS & ALVES, 2010, p. 11).

Outra importante questão que se coloca a respeito do que vem sendo discutido é o fato de que a legislação e os procedimentos de saúde

58. Em Guilherme (2017) há uma discussão mais profunda a respeito das relações entre as ideologia oficial e ideologia do cotidiano (BAKHTIN, 2014 [1927]), associando esses conceitos à publicação do Decreto 8.727/2016.



brasileiros excluem ainda mais as pessoas trans, uma vez que aqui não têm acesso a direitos civis básicos, como o reconhecimento de suas identidades e a patologização de sua condição identitária (JESUS, 2012b).

Acredita-se que muito da opressão e marginalização a que são submetidas as pessoas trans é decorrente de um desconhecimento por parte da sociedade – ocidental de tradição judaico-cristã – das realidades das pessoas trans e da pressuposição, por parte dessa sociedade, de uma existência binária e universal sobre o sexo, com masculino em oposição ao feminino, ambos atrelados ao corpo biológico. Sobre isso, Bento afirma:

O sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (BENTO, 2008, p. 17).

Isso quer dizer que se um indivíduo nasce com um corpo feminino, por exemplo, mas não se identifica com o gênero atribuído no nascimento e se entende como sendo do gênero masculino – um sujeito trans – ele sofrerá uma série de opressões e estigmas sociais, decorrente dessa visão globalizante de que há identidades específicas para cada gênero.

Feitas essas colocações iniciais a respeito da realidade política e social das pessoas trans, retomamos o nosso objetivo com a presente pesquisa, que é promover discussões a respeito do uso do nome social de pessoas trans a partir de uma Análise Dialógica do Discurso que busca entretecer diálogos entre o Decreto n. 8.727/2016, o PDC 395/2016 e uma notícia do jornalismo *online*. Nas seções que se seguem, faremos uma contextualização teórico-metodológica da pesquisa, ancorando-a nos campos dos estudos da Linguística Aplicada contemporânea e destacando alguns conceitos importantes para a análise, levantados pelo Círculo de Bakhtin, como os de texto, enunciado, bivocalidade e dialogismo. Feito isso, seguimos para a análise dos dados e algumas considerações finais.



## O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Da perspectiva metodológica, esta pesquisa pode ser entendida como sendo qualitativa e interpretativista, inserida no escopo da Linguística Aplicada (LA) contemporânea. Essa linha da LA busca criar inteligibilidades sobre problemas sociais em que a linguagem ocupe um lugar privilegiado (MOITA LOPES, 2006). Uma das questões centrais da LA contemporânea tem sido o olhar para as práticas sociais, propondo problematizações sobre identidade e os modos de ser da contemporaneidade. Uma das demandas da LA contemporânea, conforme Rajagopalan, é

*intervir de forma consequente nos problemas linguísticos constatados, não procurando possíveis soluções numa linguística que nunca se preocupou com os problemas mundanos (e nem sequer tem intenção de fazê-lo), mas teorizando a linguagem de forma mais adequada àqueles problemas. Dito de outra forma: a LA precisa repensar o próprio lugar da teoria e não continuar esperando em vão que seu “colega teórico” lhe forneça algo pronto e acabado, pronto para ser “aplicado” (RAJAGOPALAN, 2006, p. 165, grifo do autor).*

Já o aporte teórico-metodológico está ancorado nos estudos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2015 [1979]; 2014 [1927]; 2015 [1930-1936]; 2014 [1934-1935]; 2016 [1952-1953]; 2015 [1963]; 2015 [1930-1936]; 2015 [1979]; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014 [1929]), a partir do qual se delineou a corrente de estudos do discurso chamada de Análise Dialógica do Discurso (ADD). Apesar de não existir uma definição formal dessa corrente de estudos, como aponta Brait (2006), entende-se que são incontáveis as contribuições dos estudos do Círculo para o campo da análise do discurso.

A escolha pela ADD toma por base a noção de linguagem que percorre os pensamentos linguístico e filosófico bakhtinianos, que pensa nos sujeitos situados em sua historicidade e contexto social. Ao assumir essa linha teórica, devemos entender o discurso como “a língua em sua integridade concreta e viva” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 207) e que sua análise deve se voltar, sobretudo, para as relações dialógicas, que se materializam na forma de enunciados:



As relações dialógicas são irreduzíveis às relações lógicas ou às concreto-semânticas, que *por si mesmas* carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 209, grifos do autor).

Ainda, “uma análise de cunho dialógico deve voltar o olhar para a linguagem em uso, para as práticas discursivas mobilizadas em enunciados concretos, levando em consideração os contextos de produção e circulação de discursos” (GUILHERME, 2017, p. 66).

Dito isso, passamos para a descrição dos dados gerados nesta pesquisa, enunciados de gêneros distintos – gênero decreto, pedido de decreto legislativo e notícia *online*. A geração de dados se deu a partir de um evento discursivo, materializado no Decreto n. 8.727. Com a publicação desse decreto, em 28 de abril de 2016, surgem uma pluralidade de discursos outros, em diferentes esferas. O decreto, que busca regulamentar o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais, pode ser entendido como um marco na luta da comunidade trans, ao trazer à baila uma questão pouco debatida na esfera política. Como qualquer enunciado, a enunciação desse decreto provocou uma série de respostas ativas, dentre elas um Pedido de Decreto Legislativo (PDC) que buscava sustar o referido decreto, além de uma notícia do jornalismo *online*, objetos dessa análise.

Alguns dias após a promulgação do Decreto n. 8.727/2016, em 18 de maio de 2016, um grupo de 29 deputados protocolou um Pedido de Decreto Legislativo – PDC 395/2016 – com vistas a sustar o decreto. Utilizando-se de pretextos legais, os deputados tentam deslegitimar o Decreto n. 8.727 a partir de justificativas técnicas, sem relação com as nuances ideológico-valorativas que o decreto carrega. Porém, é importante destacar que grande parte dos deputados que compõem esse grupo fazem parte da bancada evangélica, incluindo o deputado João Campos (Partido Republicano Brasileiro – PRB), autor do PDC e antigo presidente da banca no Congresso. Essa bancada se articula politicamente contra temas como igualdade de gêneros, racial, casamento e união homoafetiva, descriminalização/legalização do aborto,



dentre outros. A postura desse grupo político evoca a um posicionamento ideológico por parte deles, muitas vezes ancorado em justificativas religiosas (GUILHERME, 2017). Sabendo disso, é possível inferir que podem haver intenções para além do campo político na elaboração desse documento.

A partir desse evento discursivo, selecionamos os demais dados em tela nesta pesquisa: o PDC 395/2016, além de uma notícia em que o autor do PDC, João Campos (PRB), compara o nome social a apelido e reivindica direito similar para heterossexuais. A seguir, incluímos um quadro com os dados gerados neste estudo.

**Quadro 1 – Dados de pesquisa**

<i>ESFERA DISCURSIVA</i>	<i>DADO</i>	<i>FONTE</i>	<i>TÍTULO</i>	<i>DATA DE PUBLICAÇÃO</i>
Jurídico-governamental	Decreto	Governo Federal	Decreto N° 8.727, de 28 de abril de 2016	28/04/16
	PDC	Câmara dos Deputados	Pedido de Decreto Legislativo – PDC 395/2016	18/05/16
Jornalística	Notícia 1	Jornal Opção	Deputado goiano compara nome social a “apelido” e pede direito igual para héteros	20/07/17

Fonte: A autora (2018).

Explicitados os dados em análise, passamos para as seções seguintes, em que buscamos relacionar os dados, evidenciando as relações de diálogo que existem entre eles. Para tanto, traremos algumas breves considerações teóricas pertinentes para este estudo, seguindo para a análise propriamente dita e algumas considerações finais sobre a questão do nome social.



## REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CÍRCULO DE BAKHTIN

O pensamento bakhtiniano e os estudos desenvolvidos pelo Círculo de Bakhtin (e que compõem nosso escopo teórico-metodológico) são de extrema importância para o campo dos estudos linguísticos e da filosofia da linguagem uma vez que não vê os falantes como reprodutores de regras ou seres assujeitados às imposições da superestrutura da língua. Nessa perspectiva, todos os aspectos da expressão/enunciação devem ser amparados nas condições reais da enunciação, em sua “*situação real mais imediata*” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2014 [1929], p. 116, grifo dos autores). Com isso, entende-se que a enunciação é resultado da interação entre sujeitos socialmente organizados<sup>59</sup>. Dessa forma, a palavra nunca é vista como mero resultado da expressão individual de um indivíduo, mas é sempre voltada a um interlocutor (BAKHTIN & VOLOCHÍNOV, 2014 [1929]).

Para a perspectiva bakhtiniana, há um intenso diálogo entre as significações, assim, pensar em um conceito sempre faz emergir conceitos outros, que dialogam com ele. Bakhtin (2015 [1979]) pondera sobre os conceitos de texto e enunciado – entendidos por ele como intercambiáveis –, relacionando o uso da linguagem a todos os campos da atividade humana. Para o Círculo, esses usos da linguagem despontam a partir de enunciados concretos, proferidos por indivíduos inseridos em um determinado contexto social e em interação com outros. Para o autor, o texto é o ponto inicial de qualquer pensamento (ou pesquisa) dentro das Ciências Humanas. Nessa perspectiva, tomamos o enunciado como objeto central de análise, dada a sua relevância, destacada por Bakhtin: “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística e da filologia” (BAKHTIN, 2015 [1979], p. 264).

59. Isso ocorre mesmo com a ausência de um interlocutor empírico. Nesse caso, no processo de enunciação, ele é substituído pela imagem de um representante médio do círculo social do locutor.



Compreendemos ainda que os enunciados possuem o que chamamos, na perspectiva bakhtiniana, de bivocalidade. Para Bakhtin (2015 [1963]), a linguagem se mantém viva enquanto existir na comunicação dialógica dos seus interlocutores. Em um discurso dialógico as relações extralinguísticas são atreladas ao campo do discurso. Dessa forma, entendemos que “as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 211). Esse choque discursivo é chamado de discurso bivocal e, segundo o autor, os discursos de um sujeito sempre abarcam as palavras do seu outro: “as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais” (BAKHTIN, 2015 [1963], p. 223).

Assim, assumimos aqui a compreensão do texto como enunciado e o fato de que um enunciado inexistente de modo independente, estando sempre em diálogo com outros enunciados, o que faz com que a construção de sentidos de um determinado enunciado se dê sempre a partir da sua relação com os enunciados do outro (BAKHTIN, 2015 [1979]). A relação do sujeito com o seu outro é fundamental para a perspectiva bakhtiniana. É a partir da existência concreta ou imaginada desse outro, que um sujeito desenvolve e organiza seu discurso, partindo da pressuposição de que todo e qualquer uso da linguagem envolve alteridade e situacionalidade. Esse fenômeno, para Bakhtin (2016 [1952-1953]) é chamado de *reação resposta-ativa*, uma vez que:

o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 24-25).

Destacamos ainda que, para a perspectiva bakhtiniana, a construção de um enunciado por parte de um indivíduo deve levar em consideração uma série de fatores, que vão desde o conhecimento compartilhado entre



os falantes, o contexto extraverbal, político e social de onde enuncia esse sujeito, até as possíveis respostas de seu interlocutor. Assim, enfatizamos a compreensão de que “um enunciado concreto vivo é único e individual e que carrega em si ideologias e discursos outros, elementos esses essenciais para sua constituição como uma unidade da cadeia comunicativa” (GUILHERME, 2017, p. 74).

## O GRANDE TEMA DA PESQUISA: O DECRETO N. 8.727/2016

Para darmos início à análise aqui empreendida e tendo em vista a intenção em promover discussões acerca dos discursos em torno do nome social e como esse é entendido como instrumento de cidadania para pessoas trans, partimos da publicação do Decreto n. 8.727/2016, entendendo-o como grande tema da pesquisa, que discursiviza a identidade de pessoas trans e funciona também como motivador e disparador de discursos no cenário político e ideológico brasileiro e de seus desdobramentos no jornalismo *online*. Neste momento, trataremos da análise de alguns dos elementos verbo-visuais desse enunciado<sup>60</sup>, buscando evidenciar as relações dialógicas presentes nele.

É possível observar, por meio do olhar para o decreto, como sua redação engloba uma série de discursos que dialogam e se relacionam com as teorias de gênero social, como podemos observar abaixo:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – nome social – designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II – identidade de gênero – dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento (BRASIL, 2016).

60. Nos ateremos, neste estudo, a analisar os elementos verbo-visuais do Decreto n. 8.727. Para uma análise mais aprofundada do referido decreto, com análise da dimensão social do decreto, ver Guilherme (2018).



Nesse trecho são definidas as noções de nome social e identidade de gênero, com o objetivo de oferecer ao seu leitor subsídios para compreensão do decreto. Nesse excerto, observa-se como a noção de identidade de gênero é narrada em uma relação dialógica com as definições desenvolvidas por autoras renomadas do campo dos estudos sobre o gênero, como Bento (2008, 2012) e Jesus (2012a, 2012b). Assim, entende-se que a vivência de gênero de um sujeito vai além da materialidade de seu corpo e que a construção das masculinidades e feminilidades de um sujeito se constrói socialmente, como afirma Jesus: “Sexo é biológico, gênero é social. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012a, p. 6).

Além disso, o decreto antecipa reações-resposta de seus prováveis interlocutores, quando fica evidenciada, em seu corpo legislado, uma preocupação com possíveis respostas de teor discriminatório, direcionadas às pessoas trans, como pode ser observado a seguir.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. *É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais* (BRASIL, 2016, grifo nosso).

A proibição do uso de expressões discriminatórias direcionadas a pessoas trans dá a entender que aqueles que elaboraram esse documento, cientes da condição social de opressão e marginalização das pessoas trans, anteciparam reações-resposta ativas com esse teor. Esse fenômeno foi descrito por Bakhtin (2015 [1930-1936]) quando afirmou ser o discurso sempre voltado para seu interlocutor, uma vez que todo discurso, não podendo escapar do discurso responsivo antecipável, se constitui a partir dessa previsão de resposta, como afirma o autor: “o discurso vivo está voltado para uma *palavra-resposta: provoca a resposta, antecipa-a e constrói-se voltada para ela*” (BAKHTIN, 2015 [1930-1936], p. 52, grifo do autor).



Feitas essas considerações acerca do Decreto n. 8.727/2016, é possível compreender como nesse enunciado, há uma preocupação em tratar a pessoa trans como um sujeito de direitos, ao instituir, via lei, o seu direito de ser chamado de acordo com o seu gênero social, buscando minimizar os efeitos discriminatórios e de exclusão a que são submetidos socialmente.

## REAÇÕES-RESPOSTAS AO DECRETO N. 8.727/2016

Inúmeras são as possibilidades responsivas a um determinado enunciado. No caso do Decreto n. 8.727/2016, o próprio enunciado explicita algumas dessas possibilidades, como observamos na seção anterior. Essas respostas, contudo, não são somente respostas de teor negativo, mas podem se manifestar de diversas maneiras. Nesta pesquisa, selecionamos duas delas, mas não pretendemos limitar essa pluralidade discursiva aos dados aqui presentes. Como dito, alguns dias após a promulgação do decreto que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans em órgãos públicos federais, um grupo de deputados protocolou um Pedido de Decreto Legislativo visando a impugnação do Decreto n. 8.727. Esse tipo de documento é normalmente elaborado quando membros da Câmara dos Deputados encontram alguma irregularidade em algum ponto da legislação brasileira, buscando sustá-lo mediante justificativa e amparo jurídico e legal para tanto<sup>61</sup>.

Um dos argumentos utilizados pelos autores do PDC 395/2016 é que o Decreto n. 8.727 foi expedido “ao apagar das luzes” e que tem como objetivo afrontar a definição constitucional que define em que contextos compete à Presidência da República editar e publicar decretos. Para além das justificativas legais, nos voltamos para a dimensão social do enunciado em tela, focando nos não ditos e nos elementos extraverbais do enunciado. Como já mencionado, João Campos (PRB), expoente da bancada evangélica e autor do projeto da “cura gay”, foi o responsável pela elaboração do PDC

61. Os membros do Senado também podem realizar essa ação, nesse caso, o documento se trata de um Pedido de Decreto Legislativo do Senado, cuja sigla é PDS.



395/2016, protocolado por ele e por outros 28 deputados, grande parte deles pertencentes também à Frente Parlamentar Evangélica. Além disso, João Campos foi o responsável por elaborar outras medidas, como uma que garante às entidades religiosas o poder de contestar a constitucionalidade de leis do Supremo Tribunal Federal (COUTINHO, 2016). Sabe-se ainda que a bancada evangélica se articulou politicamente contra diversas medidas dos governos Lula-Dilma que buscaram diminuir a violência contra os grupos ALGBTQI+. Tendo isso em vista, podemos inferir que existem uma pluralidade de intenções e discursos implícitos nos não ditos desse PDC, que podem inclusive justificar a sua elaboração, para além das questões legais e jurídicas.

Um outro enunciado que representa uma resposta ao Decreto n. 8.727 é a notícia 1, publicada em 20 de julho de 2017 no Jornal Opção. Nessa notícia, a questão do nome social é renarrada e seu conteúdo gira em torno de fala do deputado João Campos a respeito dessa temática. O título da notícia, *per se*, já é indicativo do teor de seu conteúdo; intitulada “Deputado goiano compara nome social a ‘apelido’ e pede direito igual para héteros”. A notícia 1 (N1) evoca uma discussão a respeito da confusão que paira o senso comum entre os conceitos de identidade de gênero e de orientação social. Como mencionado anteriormente, a identidade de gênero de um sujeito diz respeito à forma como esse se entende, como sendo um homem ou uma mulher, por exemplo. Já a orientação sexual tem a ver com a forma com que esse sujeito – independentemente de ser um homem ou mulher cis ou trans – se relaciona com outros, se é heterossexual ou homossexual, por exemplo. Assim, observando apenas o título, podemos ver como há um apagamento da noção da identidade de gênero uma vez que o deputado o compara a um apelido, desconsiderando sua importância para a existência e dignidade de pessoas trans. Ainda, para o parlamentar, o nome social seria excludente, por não contemplar todos os cidadãos, como pode ser observado no trecho a seguir: “Por que o cidadão heterossexual que tem um apelido não pode também registrar?” (N1).

Entendemos que o discurso de João Campos enquadrado pelo jornal representa uma voz hegemônica da cisnormatividade, que determina



que identidades de gênero tidas como padrão – a dos sujeitos cisgêneros – são valoradas positivamente, em detrimento das identidades trans. Isso é observável não somente na fala recortada do deputado na notícia analisada, como no próprio PDC 395/2016. Entendemos, portanto, que essas situações ilustram o embate entre forças distintas. Para Bakhtin (2014 [1934-1935]), existem duas forças opostas e contraditórias: as forças centrípetas e centrífugas. Segundo o autor, a força centrípeta regula, normatiza e estabiliza a língua; já a centrífuga, dinamiza, relativiza, desestabiliza e torna a língua mais plástica. Nessa perspectiva, essas forças podem ser compreendidas como dois discursos distintos que agem sobre as línguas, tornando o enunciado uma arena em que essas forças se encontram e duelam. Nos exemplos citados, temos, portanto, de um lado as forças centrífugas que se mobilizam buscando desestabilizar as identidades de gênero hegemônicas, como o Decreto n. 8.727 e, de outro lado, as forças centrípetas que tentam manter essa hegemonia, como ocorre com o PDC 395/2016 e também no discurso de João Campos, em N1.

Outra questão relativa à N1 que cabe ser destacada aqui é a invisibilidade da travestilidade como forma válida de manifestação da identidade de gênero. Enquanto afirma ser “razoável” o uso do nome social por transexuais, João Campos desconsidera a vivência das travestis, como pode ser observado nos trechos abaixo:

O travesti é questão de opção, é porque quer, logo, em relação a eles, é apenas opção, desejo, é como se fosse um apelido (N1).

O transexual se submete a uma cirurgia, adequa-se à sua questão psicológica, emocional a seu organismo. É muito razoável que ele busque ter um nome que se ajuste a essa sua realidade de vida (N1).

Além de excluir as travestis, essas declarações excluem os sujeitos que se consideram trans e que optam por não realizarem cirurgias de redesignação de gênero. Ainda, chamam a atenção para o fato de que, para o deputado, somente teriam direito ao uso do nome social aqueles que se submetem aos processos hormonais e cirúrgicos de adequação do corpo em função da identidade de gênero.



## NOME SOCIAL OU APELIDO? BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as possibilidades de (r)existência e vivência de gênero de um indivíduo e são também muitas as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos que vivem suas identidades de gênero para além da binaridade homem-mulher e para além de seus corpos biológicos, como afirma Bento:

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência (BENTO, 2008, p. 22).

As pessoas trans, muitas vezes, são oprimidas e excluídas socialmente em função do desconhecimento a respeito de suas vivências, da patologização das suas condições identitárias, além de, muitas vezes, não terem seus direitos fundamentais garantidos. Na tentativa de minimizar esses problemas, o ativismo da comunidade ALGBTQI+ tem reivindicado espaço, visibilidade e cidadania nos âmbitos legais, especialmente a partir do uso do nome social.

Em abril de 2016 foi publicado o Decreto n. 8.727, que buscou regulamentar o uso do nome social na esfera pública federal. Essa medida não resolve o problema das pessoas trans, mas contribui, de alguma forma, para sua luta. Partindo, então, desse decreto, e de enunciados produzidos a partir de sua publicação – o PDC 395/2016 e a N1 – buscamos fazer algumas provocações ao colocar esses enunciados em diálogo. Percebemos como os não ditos têm peso e como é necessário se voltar para elementos para além da materialidade do texto para bem compreender um enunciado, seu contexto. Entendemos o sujeito trans como um sujeito de direitos, especialmente pelo uso do nome social, visto como ferramenta de cidadania e que dá autonomia e dignidade às pessoas trans. Porém, pudemos perceber como a voz do conservadorismo, que busca deslegitimar



e apagar a questão da identidade de gênero, se faz presente em esferas discursivas, como a jurídico-governamental, com o PDC 395/2016, além da esfera jornalística, com a notícia analisada. Destacamos ainda que a presente análise busca trazer à baila algumas ponderações e discussões sobre essa questão e, sobretudo, tecer inteligibilidades acerca da realidade e da identidade das pessoas trans.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1979] 2015].

BAKHTIN, Mikhail M. *O freudismo: um esboço crítico*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1927] 2014]

BAKHTIN, Mikhail M. *Os gêneros do discurso*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2016 [1952-1953].

BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1963].

BAKHTIN, Mikhail M. *Teoria do Romance I: a estilística*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. Editora 34: São Paulo, 2015 [1930-1936]

BAKHTIN, Mikhail M.; VOLOCHÍNOV, Valentin N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 16ed. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

BENTO, Berenice. *Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno*. Carta Potiguar, 21 set. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/onXWMF>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. *Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://goo.gl/JyiHYD>> Acesso em: 26 ago. 2018

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da presidência da República*



/ Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2 ed. revisada e atualizada. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/8zjEMj>>. Acesso em: 26 ago. 2018

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 3 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo – PDC 395/2016*. 18 de maio de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/iWTGJ2>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

COUTINHO, Mateus. “Deputados de dez partidos querem vetar nome social de travestis no serviço público”. *Estadão*. Disponível em: <<https://goo.gl/XznN8F>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GUILHERME, Maria Lígia Freire. O nome social de sujeitos trans em evidência: uma análise dialógica do Decreto N. 8.727/2016. *Letra Magna – Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 14, n. 22, 2018.

GUILHERME, Maria Lígia Freire. *Os discursos sobre a identidade de sujeitos Trans em textos online: neutralização, enquadramento e relações dialógicas*, 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

JESUS, Jaqueline G. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião*. Brasília, Fundação Biblioteca Nacional, 2012a. Disponível em: <<https://goo.gl/kLVRze>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

JESUS, Jaqueline G. “Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária”. In: VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. *Anais*. Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012b.

JESUS, Jaqueline G.; ALVES, Hailey. “Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais”. *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19. Disponível em: <<https://goo.gl/6ek51B>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

LAU, Heliton Diego. *Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.



MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. "Repensar o papel da linguística aplicada". In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



# 10

Héilton Diego Lau

**Acepções discursivas  
sobre a linguagem  
não-binária na língua  
portuguesa:**  
visibilidades  
e (r)existências



## SHE DONE ALREADY DONE HAD “HERSES”

A divisão que seguirá este capítulo será performativa, vindo de uma interpretação subjetiva acerca do conceito explanado por Butler (2013) e influenciado pelos discursos de RuPaul do *reality show RuPaul’s Drag Race*, competição que busca eleger em cada temporada a *drag queen* que possui mais carisma, singularidade, ousadia e talento. Os discursos utilizados por RuPaul farão parte deste trabalho pela forma como o *reality show* é desenvolvido. O motivo pela escolha dessa forma de aplicabilidade será exposto ao longo da reflexão.

Esse título<sup>62</sup> acima faz parte do discurso falado por RuPaul, apresentadora do programa, em que as *drag queens* se reúnem para ouvir uma pequena introdução e “pistas” do que ela irá desafiá-las durante a semana tal como ocorre no *reality show*. Esses desafios incluem apresentações ao vivo, montagens de vários *looks* que pertençam à temática proposta pela apresentadora etc. Aqui, me posiciono como a apresentadora para dar algumas “pistas” sobre o que virá.

Proponho uma discussão entre a Análise de Discurso (AD) com alguns aspectos da teoria *queer*, possíveis diálogos e aproximações, definindo discurso como “efeitos de sentidos (e não transmissão de informação) entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 2014a, p. 82), ou seja, o que se fala não é transparente, mas opaco e suas inscrições estão filiadas à história, mobilizando as noções de formação discursiva (PÊCHEUX, 2014b) e silenciamento (ORLANDI, 1993) a fim de mostrar um efeito de sentido da resistência no *corpus* em análise. E a respeito da teoria *queer*, que trata da problematização a partir da matriz heterossexual (BUTLER, 2013), ou seja, a desconstrução da heteronormatividade a partir do conceito de performatividade e do paradigma sexual de Butler (2007, 2013); bem como as contribuições de Foucault (1988) a respeito da sexualidade.

62. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Através da discussão dessas áreas, situo brevemente acerca da linguagem utilizada no *slogan* da propaganda da Avon para a venda de um novo produto cosmético em 2016 a partir da reação dos comentários da comunidade virtual em resposta a esse vídeo publicado na página da própria marca no *Facebook*. Esta linguagem utilizada na propaganda chamada de linguagem não-binária (LAU, 2018) não marca exclusivamente um gênero binário, diferente das formas já empregadas na internet, como a utilização do "@" e do "x" no lugar da desinênciade de gênero.

Ao se observar a discussão em que há a respeito de sexo-gênero-corpo-desejo (BUTLER, 2013), ou seja, as múltiplas formas que essas quatro dimensões podem gerar como resultado final, com um olhar subversivo acerca da discussão de uma nova forma de linguagem para se referir às pessoas que fogem do espectro binário de gênero, ou seja, pessoas trans não-binárias, trago algumas noções da AD de Michel Pêcheux (2014a, 2014b) para analisar os comentários.

### *GENTLEMEN, START YOUR ENGINES, AND MAY THE BEST WOMAN, WIN!*

Como é um discurso que inicia os desafios, as montagens de *looks* para o desafio final, preparo quem for ler este trabalho para o que está por vir. De agora em diante me posiciono como as *drag queens* do programa apresentando a questão da teoria *queer* numa perspectiva discursiva.

Foucault (1988) desconstrói o discurso sobre a natureza da sexualidade, como se ela fosse inata, propõe um rompimento, comparando, ironicamente, a sexualidade do Oriente com a do Ocidente, em que na primeira o povo possuía uma *ars erotica*: "Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência [...]" (FOUCAULT, 1988, p. 57). Já para o Ocidente, a prática é a *scientia sexualis*: "[...] só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função



de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão” (FOUCAULT, 1988, p. 58).

Enquanto o Oriente observava a sexualidade como prazer, o Ocidente tomou o sexo apenas como ciência com ajuda da confissão, pois era a partir do sujeito confessando seus desejos. A partir disso, o autor cria um dispositivo da sexualidade, ou seja, os discursos sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado sobre a sexualidade, instância de organização produzindo diversos discursos que enunciam verdades sobre o sujeito, nesse caso, a medicina, em que o homem casado sentir atração pelo vizinho, por exemplo, ia-se “patologizar” como “praticante do ‘homossexualismo’”, tendo em vista que a partir do século XIX “criou-se” a homossexualidade e, através dos discursos sobre ela, a desvalorização desta. Ou seja, a partir desses efeitos de produção fazia-se a distinção entre sujeito normal x anormal. Por conta disso, o sexo foi levado para dentro de casa, para a família tradicional (FOUCAULT, 1988).

Com isso, Butler, em sua obra *Problemas de gênero*, traz a investigação da desnaturalização do gênero, ou seja: “A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2013, p. 9).

Ela trata do gênero como construção social. Quer dizer, o paradigma sexo-gênero-corpo-desejo sustenta-se na lógica de que os opostos se atraem e de que o sexo é dado e o gênero é impresso pela sociedade. É isso que significa acerca da heterossexualidade compulsória: é quando a pessoa que dispõe de um útero<sup>63</sup> gera uma criança e, novamente, a medicina, a partir da genitália, a classifica como “menina” ou “menino”, por isso o sexo é dado, diferente do gênero, que é como o sujeito se identifica

63. Não faço a marcação “mulher” neste caso por estar vinculado com a teoria de Butler (2013), pois nem todas as mulheres dispõem de útero. “[...] uma pessoa que tem seios, geralmente será vista/lida pela sociedade como *mulher*, porque ninguém parou para pensar que uma pessoa que tem seios é *apenas* uma pessoa que tem seios, como a sociedade dispõe de mulheres que não possuem uma vagina, e sim um pênis. Esta pessoa não deixará de ser mulher pelo ‘padrão’ da sociedade ao julgar uma pessoa pela genitália, porque ela se *sente* mulher [...]” (LAU, 2018, p. 21, ênfase minha).



com as construções sociais do que significam “ser homem” e “ser mulher”, através da ideia da performatividade. Há uma dissociação sexo x gênero através da convenção histórico-cultural.

Consideremos a interpelação médica que apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser “neutro” em um “ele” ou em uma “ela”: nessa nomeação, a garota *torna-se* uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse *tornar-se garota* da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação, fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (BUTLER, 2007, p. 161, ênfase da autora).

Através do sistema sexo-gênero-corpo-desejo, Butler (2013) traz a reflexão de como se estabelece uma conexão linear pela via heteronormativa e como esta é rompida, desmascarando que a heterossexualidade é a norma, mas um fato.

É possível pensar no esquema proposto por Butler (2013) nos seguintes termos: *sexo designado ao nascer*, que pode ser: feminino, masculino ou intersexo; *identidade de gênero*, que pode ser: feminina, masculina ou travesti; *atração sexual*, que diz respeito às identidades/orientações sexuais de cada sujeito, que pode ser: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual e pansexual; e, por fim, a *apresentação/expressão* que, de maneira geral, é como a pessoa se vê e se expressa, independentemente do estereótipo construído pela sociedade, como roupas, acessórios designados “masculinos” ou “femininos” etc. A pessoa também pode se expressar de forma andrógina, ou seja, sua apresentação não é nem feminina nem masculina.

A respeito do sexo designado ao nascer feminino, se o sujeito se entende como mulher, este será uma mulher cis, podendo a atração ser oposta ao seu sexo, semelhante, transitar entre as duas, nenhuma ou todas. Isto serve também para o sexo designado ao nascer masculino e se o sujeito se entende como homem.

Agora, se o sujeito com o sexo designado ao nascer for feminino e este não aceita tanto seu gênero como, em alguns casos, seu sexo,



este passa a ser um homem trans. Mas isso não significa que um homem trans seja necessariamente heterossexual, pois sua identidade/orientação sexual pode variar também. Da mesma forma que um sujeito com o sexo designado ao nascer masculino pode não aceitar seu gênero nem seu sexo, em alguns casos.

Também, o ser humano é capaz de nascer com o sexo designado masculino e sua identidade de gênero poder transitar entre o masculino e o feminino, mas não assumir nenhuma dessas identidades, e estar em maior parte no campo da feminilidade. Estas pessoas são chamadas de travestis. Por elas estarem neste campo, o correto é tratá-las pelo pronome feminino, podendo sua identidade/orientação sexual ser diversa.

E quando a pessoa, ao nascer, pelo aspecto biológico, não deixa claro se é designado feminino ou masculino? Estas, atualmente, são chamadas de intersexo<sup>64</sup>, que, ao pé da letra, significa “entre os sexos”. Portanto, é possível afirmar que a genitália não tem ligação com a identidade de gênero e atração do sujeito. Historicamente, a comunidade médica, ao observar este tipo de genitália “diferenciada”, notava traços maiores e/ou semelhantes de uma vulva ou pênis, e a adequavam ao que mais se aproximava. Neste caso, quem nasce intersexo não é obrigatoriamente trans. Isto vai da identificação da própria pessoa, assim como sua atração (LAU, 2018).

Não há possibilidade de expor todas as identidades de gênero, identidades/orientações sexuais e apresentações/expressões de gênero pelo fato de gênero e sexualidade não estarem sempre juntos, segundo a perspectiva heteronormativa. Por exemplo:

É bastante comum que homens trans, antes da hormonização, se relacionem afetivamente com mulheres cis lésbicas e, ao longo do relacionamento ele comece a transicionar, gerando “crise” para todos os lados. Provavelmente ele vai pensar se *sua identidade de gênero* está sendo respeitada e ela será *pressionada* a “mudar” sua orientação sexual. Enfim, várias problemáticas que podem ser levantadas. Contudo, se há um relacionamento entre uma mulher cis e um cara trans, se ambas as partes concordam que estão

64. Outros termos utilizados que já estão em desuso: dupla genitália e hermafrodita.



em um *relacionamento hétero*, se existe respeito à identidade de gênero masculina dele e à orientação sexual lésbica dela (entendo que não é um relacionamento com um cara, cis ou trans, que vai interferir em toda a construção afetiva e política, e *obrigá-la a se definir como bi*), se todas essas partes estão muito bem conversadas, não existe motivo para questionar se alguém possivelmente/talvez/quem sabe pode estar sendo desrespeitado (Postagem de um homem trans em uma rede social no dia 16 de fevereiro de 2016, in: LAU, 2018, p. 63, ênfase minha).

Pelo ponto de vista discursivo, isso é o real da língua (GADET & PÊCHEUX, 2004; MILNER, 1987), o não-todo, a incompletude para uma definição com base no que é relatado em uma identidade sexual para essa ocasião.

Assim como Butler (2013) e Foucault (1988) trazem o rompimento com a questão de gênero e sexualidade, na França, nos anos 60, houve uma época política muito latente em que houve grande representatividade da esquerda, e Michel Pêcheux entra na história como idealizador da AD, em que vai trabalhar com o que a Linguística deixou de lado, juntamente com a História e a Psicanálise, fazendo uma disciplina de entremeio. “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2013, p. 17).

## CATEGORY IS...

Adentro na passarela para o desfile, já costurado com o que Butler (2013), Foucault (1988) e Pêcheux (2014a) propõe. As *drag queens* montam seus *looks* para o desfile com base em um tema proposto por RuPaul; da mesma forma, elenco tema(s) para aprimorar meu “*look teórico*”.

Na internet há várias formas de escrever. Me detenho na questão de fazer a marcação de desinência de gênero, que é o foco da pesquisa, em que é possível, além do que dita a norma gramatical “*todos*”, há o “*tod@s*” e o “*todxs*”. Comento em meu trabalho (LAU, 2018) acerca dessas três formas e discuto acerca desta linguagem utilizada na propaganda.



Quando se faz utilização do pronome “eles” como “neutralizador” no discurso, ou seja, como marca de uma forma geral para referir a homens e mulheres, concordo com Butler (2013), assim como o feminismo aborda essa questão, ou seja, a visibilidade da feminilidade na língua, utilizando “elas e eles”, por exemplo.

Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (BUTLER, 2013, p. 28-29, ênfase da autora).

Para a AD, do ponto de vista filosófico, “a linguagem não é transparente, mas opaca” (MARIANI, 1996, p. 29), ou seja, é possível “enxergar” a(s) palavra(s), mas não necessariamente da forma que o sujeito locutor deseja que ela seja interpretada. A questão da linguagem defendida pelo movimento feminista, por exemplo, se inscreve em uma formação discursiva (FD) a partir de uma formação ideológica (FI) em que defende a feminilização da língua (GARCIA & ABRAHÃO SOUSA, 2016), utilizando, por exemplo, pronomes femininos a frente nos discursos. Por exemplo: “As professoras e os professores estão aptas e aptos a assumir as disciplinas”, pois compactuam com o que Butler (2013) comenta sobre a linguagem ser falocêntrica e, assim, buscam uma forma de visibilidade.

[...] *as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÉCHEUX, 2014b, p. 146-147, ênfase do autor).

Mariani afirma que “o discurso [...] é tanto uma construção do analista como uma construção em si, ou seja, fruto de uma prática discursiva intersubjetiva, mediada pela inscrição em suas condições de produção” (MARIANI, 1988, p. 52). Acerca da linguagem, ao “neutralizar”, e essa



neutralização é ideológica, ou seja, utilizar o “eles” de uma forma geral para o movimento feminista e/ou para pessoas que se inscrevem nessa FD a partir de outra FI acaba-se silenciando (ORLANDI, 1993) mulheres no discurso. O mesmo aplica-se a pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero e lutam por uma inclusão na língua(gem).

As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o *presente histórico*, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2013, p. 22, ênfase da autora).

Moita Lopes (2013) utiliza o sinal arroba (@) como um gesto político para marcar uma possível “neutralidade de gênero”, não focando somente no masculino, nem no feminino, mas sim, mostrando algo que seja válido para esses dois gêneros. O autor afirma que as variações ideológicas influenciam as mudanças linguísticas, além da prática do movimento feminista. Este sinal (@) pode ser totalmente utilizado e ter sua validade, porém, é inviável para a pronúncia. O mesmo caso aplica-se para a utilização do “x”. Como mesmo comenta o autor, ainda foca-se em gêneros binários, não fugindo da normatividade e não podendo fazer a leitura, pois não é possível ler nem “elas” nem “eles” nem uma terceira forma quando escrito “el@s”.

Como já comentado no *maxi challenge* acerca da fragmentação de gênero e sexualidade, a questão da identidade de gênero da pessoa não é obrigatória em permanecer nesse binário de gênero (homem x mulher), mas, ir além, que, em um termo guarda-chuva, é chamado de *pessoas trans* não-binárias. São pessoas trans, pois não se identificam com o sexo imposto ao nascimento, porém, não se identificam também com o oposto, mas sim, de uma forma não-binária. Por exemplo: determinada pessoa ao nascer foi designada como sendo do sexo masculino por condição da genitália, pelo ato de fala (AUSTIN, 1962) da comunidade médica. Com o tempo, esta descobre não fazer parte do círculo de pessoas cis, que são



as que aceitam seu gênero designado no nascimento e, condicionalmente, sua genitália. Portanto, ela se enquadra no círculo de pessoas trans, mais especificamente no de pessoas não-binárias, pois não se identifica nem como homem, nem como mulher. Ela se identifica como *gênero fluído*, em que ora pode se expressar de forma masculina, ora feminina, ora andrógina, dependendo da sua subjetividade acerca dos gêneros; como se a identidade de gênero fosse uma bússola: se estiver apontada para o M será de forma masculina, para o F, feminina e se estiver entre os dois, de forma “neutra” (GARVIN, 2017).

Dependendo da sua expressão de gênero, isto é, sua forma de se apresentar na/para a sociedade o pronome irá mudar, ou seja, um dia poderá ser masculino (ele), outro dia feminino (ela) e em outro dia “neutro” (elu). Este último é uma forma de representatividade na fala/escrita para representar essas pessoas. É recomendado perguntar isso à pessoa antes de impor algum pronome a ela em consequência dos estereótipos que circulam na sociedade, ficando essa decisão legada a uma deliberação da ordem do sujeito. “Desta forma, desconstruindo o binário do gênero, implica o dismantelamento do sistema de gênero linguístico-social; isto inclui reformular pronomes e títulos para palavras de gênero neutro” (SALTZBURG & DAVIS, 2010, p. 94-95). Ou seja, o pronome *elu* “marca especificamente pessoas que não se auto identificam como homens ou como mulheres num sentido binário, e sim, fogem dessa normatividade, tentando *marcar* na língua portuguesa uma marca de visibilidade” (LAU, 2018, p. 20, ênfase minha). Sob uma perspectiva discursiva:

Por ser considerado um ‘papel’ social, dizem alguns autores que afirmam esta noção, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado, como definem as ciências biológicas. Ora, não é bem assim, na perspectiva discursiva. Pois, se não é a ciência biológica, ou o binarismo social (homem-mulher), que nos determina, no funcionamento da ideologia, não é nossa vontade tampouco que inscreve/define nossos processos de identificação, nem apenas o modo como somos individuados (ORLANDI, 2017, p. 210).

Ao se inscrever nessa FD, o sujeito mostrará que a utilização deste pronome “alternativo”, assim como as demais concordâncias como “todes”



exibido na propaganda, é política e marca a (r)existência<sup>65</sup> de pessoas não-binárias, por mais que esta forma de linguagem implique em furos e falha.

Nesses gestos de interpretação constitutivos da resistência, o sujeito se mostra em desacordo tanto consigo mesmo (suas contradições, seus atos falhos, seus esquecimentos), como com a formulação e circulação dos sentidos vigentes. Assim, entendemos que resistência supõe alguma forma de dialetização; supõe conflito, tensão, desacordo; supõe a constituição do sujeito em seu movimento de alienação/repetição/separação do/no Outro (SOARES *et al.*, 2015, p. 10-11).

Observar essas formas linguísticas advindas de/por pessoas trans não-binárias é uma forma de visibilidade e (r)existência para representatividade na língua(gem) e, concordando com Soares *et al.* (2015), essa resistência é composta pelo conflito, nesse caso com a norma e o sistema linguístico.

### *THE TIME'S CAME, FOR YOU TO LIP SYNC FOR YOUR LIFE! GOOD LUCK, AND DON'T FUCK IT UP!*

Montado com meus *looks* teóricos, passo agora para o *lip sync* que, no *reality show*, propõe uma música para as *drag queens* dublarem. Como *drag* da AD, assumo o papel de RuPaul em me dar o desafio de “dublar” as sequências discursivas (SD) do *corpus*. Me posiciono aqui como uma *drag queen* competindo.

A marca de produtos Avon lançou em 2016 um novo produto em que na propaganda<sup>66</sup> há várias pessoas utilizando-o, e mostra que não fica preso somente às mulheres. Ao final do vídeo aparece a seguinte mensagem: “para TODES”. A descrição do vídeo postado na página do Facebook da marca é: “Eu me orgulho, tu te orgulhas, ele se orgulha, nós nos orgulhamos, vós vos orgulhais, TODES se orgulham. Lacre também é

65. Faço um chiste da palavra resistência com existência, em que, quando pronunciado oralmente provoca um efeito de sentido somente da última palavra, mas também buscando a questão da visibilidade.

66. YOUTUBE. *BB Cream Color Trend e a Democracia da Pele* | Avon Apresenta. Disponível em: <<https://youtu.be/8lmd5MyfGbo>>. Acesso em: 20 jul. 2017.



luta”. Nota-se aqui que o último pronome (omitido) marca uma nova forma de escrita em que, pela concordância gramatical, não se encaixa nem com o feminino nem com o masculino, porém, há a marca do pronome masculino na terceira pessoa do singular.

Abaixo, listo algumas SDs acerca da reação da comunidade virtual da propaganda mencionada mais acima:

SD1: E “todes” não é NADA inclusivo.

SD2: TÁ, mas “todes” já foi normalizado na Língua Portuguesa? Não sou contra nada e nem ninguém, cada um que viva sua vida como quiser e principalmente seja feliz, MAS essa modinha de ficar “inventando palavras” que não existem é ridícula!

SD3: Amei o uso do todEs para unir eles, elas, todo mundo!

SD4: Todes também serve para ser acessível a pessoas deficientes, o uso do TODXS não é tão inclusivo por isso. Já que é pra incluir, que sejam TODES.

Na SD1, o efeito de sentido produzido é acerca do entendimento que o sujeito tem sobre inclusão, ou seja, utilizar “todes”, que é utilizado na propaganda e por pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero, não irá incluir ninguém, pois não especifica um gênero binário, o que pode implicar no silenciamento de pessoas que fogem desse binarismo.

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito, visto do interior da linguagem, não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio signficante. [...] o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio (ORLANDI, 1993, p. 23).

Em *As formas do silêncio*, Orlandi afirma que “há um modo de estar no sentido [...]. As próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 11). Isso quer dizer que o silêncio não fala: *significa*. Porém, esse silêncio se diferencia da instância do implícito, concepção de Ducrot (1987, citado por Orlandi, 1993). Diferentemente da significação implícita que “aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposta a uma outra significação [...] o sentido do silêncio não é algo juntado, sobreposto pela intenção do interlocutor: há um sentido no silêncio” (ORLANDI, 1993, p. 12). Ou seja, através dessa concepção, Orlandi (1993) defende que é preciso evitar que



se presume o silêncio de forma a atribuir-lhe um sentido metafórico em relação ao dizer. Segundo Mello, “a palavra é um meio privilegiado para (se) conhecer e (se) fazer conhecer. E o silêncio pode parecer vir na contramão desse mundo discursivo” (MELLO, 2008, p. 2589). Porém, através dessa abordagem, Orlandi (1993) nota de que maneira o ato de silenciamento se forma em uma política de sentido.

É a partir dos significantes que doa e do silêncio que permeia suas suspensões de dizeres que o Outro insere o outro no lugar de sujeito. Desse modo é que a entrada do sujeito na linguagem é marcada por uma incompletude, tendo em vista que a linguagem não comporta tudo e, por não comportar tudo, traz a presença de um silêncio. Silêncio tomado não como falta “de”, mas sim como aquilo que diz o que há no sujeito de impossibilidade do dizer. Dessa maneira, os sujeitos são constituídos por significantes que lhes são próprios, próprios de sua materialidade histórica. Por isso, não se pode dizer apenas que há a linguagem; antes dela se instituir, é preciso que o sujeito se funde. São os significantes do Outro que possibilitam que um sujeito advenha; mas ele advém justamente em seu próprio silêncio marcado por significantes desse Outro, que também se constitui por seu silêncio e pela sua falta. Assim, o silêncio pensado como aquilo que porta a presença de uma possibilidade outra, a de que haja uma significação, uma produção de sentidos, em que não há uma derivação do silêncio do sentido das palavras, mas sim palavras repletas de silêncio, já que há algo que permanece como não dito, mas que mesmo assim poderia vir a sê-lo (CARNEVALE, 2015, p. 70).

A interpretação acerca do comentário visto na SD1, enfatizando com “nada” em maiúscula para marcar a tonalidade da negação de inclusão, o imaginário do sujeito sob inscrições de suas FDs e condições de produção acerca do “todes” é inválido, porém, como dito anteriormente, essa é uma forma utilizada por pessoas não-binárias para não reforçar no discurso marcações masculinas ou femininas.

Na SD2 há o imaginário de língua portuguesa presente no comentário, ou seja, a língua vista como norma pela gramática, e para esta palavra ser válida precisa ser dicionarizada, segundo as FDs e FIs que atravessam seu discurso. Aqui, pode-se ilustrar com o exemplo “presidenta” utilizado por Dilma Rousseff quando venceu as eleições presidenciais de 2010, sendo a primeira mulher a ocupar este cargo. A palavra foi utilizada pela primeira vez e causou muito estranhamento, especialmente da oposição por se tratar de



uma “palavra inventada”, sendo que já existia no idioma desde 1872 e foi incorporada nos dicionários em 1925. Prova-se a contradição das pessoas que falavam que a ex-presidenta estava “inventando palavra”, mas sua utilização era mais por um gesto político, por representar a primeira mulher a presidir um país, assim como Butler (2013) comenta que o feminino é o irrepresentável, mais acima. Da mesma forma que as pessoas não-binárias utilizam uma linguagem que não marque especificamente um gênero binário, a ex-presidenta fez esta utilização também como (r)existência.

A utilização da palavra “presidenta” nas mídias não foi um processo tranquilo, pois quando Dilma sofreu o golpe, Temer e os meios de comunicação pararam de utilizar o termo para se referir a ela, apenas pela palavra “presidente”, se inscrevendo em uma outra FI. Portanto, não significa a palavra ser dicionarizada apenas para ser válida, pois a validade desta só ocorrerá no espaço social. Utilizar “todes”, “elu” acarretará uma visibilidade e legitimidade para pessoas trans não-binárias.

Na SD3, o sujeito compactua com o uso da linguagem utilizada na propaganda. Sobre o seu imaginário, este sujeito vê o uso do “todes” como inclusão de homens e mulheres, silenciando, de certa forma, as filiações e a ideologia que pessoas não-binárias defendem. Outro efeito de sentido produzido pode ser realmente a inclusão das pessoas não-binárias no discurso, pois ao utilizar “todes” não está marcando especificamente um gênero binário, mas sim, um que foge do binarismo, posição defendida por pessoas não-binárias. “A resistência, na Análise de Discurso, é marca de subjetividade inscrita na língua. É a possibilidade de, ao dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados” (SOARES *et al.*, 2015, p. 10).

Por fim, na SD4 há uma justificativa da utilização do “todes” ao invés da mesma palavra, porém, no lugar da desinência de gênero, é utilizada a letra “x”, remetendo em pessoas com deficiência, no caso, cegas.

Acreditar que a utilização do sinal gráfico arroba e/ou a letra ‘x’ como forma de ‘neutralizar’ a linguagem só funcionará para pessoas que não são cegas,



pois os decodificadores que estas usam não conseguirão fazer a leitura com a utilização do sinal arroba e/ou da letra 'x', por exemplo, diferentemente da forma que estou empregando (LAU, 2018, p. 20).

Essa última SD faz o contraste com as SDs 1 e 2 que, por sua inscrição, é possível a inclusão e como ato de (r)existência.

### *ALL RIGHT, JUST BETWEEN US RUPAUL IN PERSONATERS. WHAT DO WE THINK?*

É o discurso em que a apresentadora usa quando as *drag queens* saem da passarela e ela se reúne com o júri para falar da *performance*. Nesta seção, assumo a posição do júri para comentar sobre minha “dublagem” feita anteriormente.

Através das SDs elencadas neste trabalho pode-se perceber o contraste em duas SDs que são contrárias à utilização dessa nova linguagem, silenciando sujeitos que defendem/utilizam e (r)existem; diferente das outras duas que trazem o oposto. Nota-se o equívoco.

Assim como entendemos o equívoco como resistência da língua, podemos considerar o inconsciente como forma de resistência do sujeito. A rigor, equívoco e inconsciente trabalham juntos apontando para os lugares da falha no seu corpo, já que ambos – língua e sujeito – se constituem mutuamente (LEANDRO FERREIRA, 2015, p. 159).

Pensando nas SDs analisadas, e o que foi dito anteriormente acerca da língua, reforço que a língua está sujeita à falha e essa nova linguagem defendida por pessoas não-binárias e trazida na propaganda é um ato de resistência, de visibilidade. Assim como a ditadura militar, que acreditava no controle total e no poder da censura, houve ruptura nisso através das pichações (ORLANDI, 2014). Crer que essa nova forma de linguagem irá “neutralizar” realmente tudo é ilusão, porém, como o sujeito é interpelado pela(s) ideologia(s), na minha interpretação, ao se filiar com a questão do feminismo, da luta de classes e da visibilidade de identidades não-cis e orientações não-héteros, se inscrevendo em uma outra FD, como mostradas



nas SDs 3 e 4, por exemplo, esta forma de emprego do pronome gerará o efeito de neutralização, ainda que o sujeito esqueça que seu gesto é da ordem do ideológico. Este esquecimento, chamado por Pêcheux de esquecimento nº 2: “*cobre exatamente o funcionamento do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante*” (PÊCHEUX, 2014b, p. 164, ênfase do autor).

Ainda trabalhando com os discursos de RuPaul, após a conversa com o júri, ela fala: *Silence, I’ve made my decision! Bring back, my girls*. Nessa parte do *reality*, RuPaul faz críticas positivas e negativas às *queens*, sendo que, ao final, uma é eliminada e a outra permanece na competição. Para a *queen* que permanece na competição ela diz: *Shantay, you stay!*; e para a eliminada: *Sashay, away!*. Então, feito a utilização dos discursos do *reality*, espero que quem for ler este trabalho, aja como RuPaul e enuncie *Shantay, you stay!* e/ou *Sashay, away!* para a minha reflexão feita aqui.

## RUFERENCIAS<sup>67</sup>

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words: the William James lectures delivered at Harvard University in 1955*. 2 ed. New York: Oxford University Press, 1962.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *Pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARNEVALE, Ana Maria. *Discurso e sujeito... um movimento de criação*. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari et al. (orgs.). *Discurso, resistência e ...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, p. 67-72.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

67. Como todo o trabalho foi escrito com base nos discursos de RuPaul, faço um trocadilho nesta parte utilizando o nome da *drag queen*.



GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Tradução de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO SOUSA, Lucília Maria. A manualização do saber linguístico e a constituição de uma linguagem não sexista. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 17, 2016, p. 86-106.

GARVIN, Jeff. *Todos, nenhum: simplesmente humano*. Traduzido por Guilherme Miranda. São Paulo: Plataforma 21, 2017.

LAU, Héilton Diego. *Pelo direito e orgulho de ser heterossexual no terceiro domingo de dezembro*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... primado prático discursivo! In: SOARES, Alexandre S. Ferrari *et al.* (orgs.). *Discurso, resistência e ...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, p. 159-169.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *Imprensa de 1930 e memória histórica: uma questão para a análise do discurso*. 287 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1988.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1996.

MELLO, Renato de. O silêncio faz sentido. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (orgs.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 2588-2594.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Tradução de Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed. Campinas: Pontes, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das Letras*. Campinas: Pontes, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.



PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014a, p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

SALTZBURG, Susan; DAVIS, Tamara S. Co-authoring gender queer youth identities: Discursive Telling and Retellings. *Journal of Ethnic and Cultural Diversity in Social Work*, London, v. 19, n. 2, p. 87-108, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/yQP5v>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SOARES, Alexandre S. Ferrari et al. Resistência(s), sujeito, sentidos: a propósito de uma apresentação. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari et al. (orgs.). *Discurso, resistência e ...* Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, p. 9-14.



# 11

Alexandre José Cadilhe  
Tales Augusto Felipe  
Álvaro Grossi Albuquerque Moreira

**Análise da  
fala-em-interação,  
masculinidades e saúde:**  
reflexões a partir  
de uma consulta clínica



## INTRODUÇÃO

Que performances identitárias estão sendo localmente construídas nas práticas situadas, por meio de indexicalizações (por meio de escolhas lexicais, gramaticais, fonológicas, entonacionais, qualidade da voz, alinhamentos, intertextos, etc., ou seja, escolhas linguísticas, paralinguísticas, discursivas) que estilizam o significado no mundo social com efeitos de sentidos variados? (MOITA LOPES, 2013, p. 113)

A epígrafe que trazemos para este texto – uma questão provocadora proposta pelo linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes – constitui, também, um posicionamento acerca de um papel a ser desempenhado pelos estudos do discurso, no qual diferentes pesquisadores podem engajar-se na produção de diversificadas perspectivas de respostas. As escolhas conceituais e instrumentais podem ser inúmeras para tal empreitada. Poderíamos elencar aqui as abordagens da Pragmática, da Sociolinguística Interacional, da Análise da Conversa, da Análise Crítica do Discurso, dentre outras. Na pesquisa ora apresentada, temos a expectativa não de responder diretamente a esta questão provocadora, mas de pensar possíveis caminhos analíticos quando o objeto de análise é constituído pelo discurso oral, que denominaremos fala-em-interação.

A análise da fala-em-interação, enquanto uma modalidade de análise do discurso (SCHIFFRIN, TANNEN & HAMILTON, 2015<sup>68</sup>), por sua vez, não se situa como uma prática fechada em si mesma, com propósitos exclusivamente descritivos sobre a língua(gem): é, também, um modo de construir inteligibilidade sobre o mundo social. Toda análise potencialmente volta-se a um empreendimento inter/transdisciplinar, com orientações éticas

68. Em 2015, as referidas linguistas publicaram a segunda edição da obra *The Handbook of Discourse Analysis*, parte da tradicional coleção de *handbooks* da Wiley Blackwell (Reino Unido). A sessão de “abordagens e métodos” é composta por capítulos que incluem temas como Análise Crítica do Discurso (por van Dijk), Multimodalidade (por van Leeuwen), Sociolinguística Interacional (por Gumperz), e um capítulo dedicado ao tema de análise da interação por meio da fala (por Schegloff). A publicação, por si, indicia um modo de compreender a análise do discurso na tradição anglo-saxã, enquanto perspectiva que se propõe a reunir abordagens mais do que apontar suas diferenças, não havendo uma tradição “exclusiva” de análise do discurso – talvez um pouco diferente do que acontece politicamente neste campo, no Brasil. Na terceira sessão, voltaremos a abordar essa questão.



explícitas, e que possibilita uma compreensão sobre identidades sociais que se produzem nas diferentes relações sociais. No caso do estudo que ora apresentamos, nosso empreendimento articulou os temas linguagem, masculinidades e práticas de saúde, com o propósito de pensar, a partir de ferramentas analíticas específicas, como performances de masculinidades são produzidas interacionalmente por homens durante uma consulta clínica. Para isso, nos próximos parágrafos, apresentamos o contexto macropolítico que motivou nossa investigação.

Este estudo insere-se no contexto do desenvolvimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (doravante PNAISH), lançada em 2008, pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde. Trata-se de um documento que formaliza diretrizes, objetivos e responsabilidades para a atenção à saúde do homem, tendo como argumento dados epidemiológicos sobre os principais agravos aos membros do sexo masculino. A despeito das críticas atribuídas a tal Política (CARRARA, RUSSO & FARO, 2009), compreendemos como um importante movimento de olhar com maior atenção o que vem sendo negligenciado pelos próprios homens – a sua saúde: são recorrentes as considerações sobre o fato de homens utilizarem menos os serviços públicos de saúde que as mulheres, o que pode trazer prejuízos para a cura de doenças, que, se diagnosticadas a tempo, podem ser tratadas e controladas (BRASIL, 2008, p. 51).

Soma-se a isso os dados estatísticos que evidenciam que homens vivem menos do que as mulheres, acometidos em maior número por agravos de causas externas (acidentes, ações de violência), além das práticas de alcoolismo e tabagismo, como apontado nos dados do PNAISH.

Dentre alguns dos fatores que são relacionados a estes dados, há os modelos de masculinidades, aqui compreendido como “configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188). Gomes aponta que, em algumas sociedades,



sucesso, força e poder costumam ser tidos como características específicas da masculinidade. Quando homens tentam seguir esse modelo masculino, acabam se comportando de forma inexpressiva e competitiva, o que compromete suas necessidades psicológicas básicas (GOMES, 2008, p. 50).

Em outros termos, trata-se de uma compreensão de que parte dos agravos da saúde do homem apresenta relação com a própria conduta do “ser homem” no momento contemporâneo.

O que é preciso salientar, por outro lado, é que a própria conduta masculina não é única: há modelos hegemônicos, mas há também formas múltiplas do exercício das identidades de gênero e sexualidade masculina – ou, como o próprio PNAISH indica, há uma “heterogeneidade das possibilidades de ser homem” (BRASIL, 2008, p. 6). Ainda para Gomes, “condutas masculinas podem trazer comprometimentos não só para a saúde do homem como também para a saúde de seus familiares” (GOMES, 2008, p. 51). A falta da pró-atividade em buscar um serviço de saúde por associá-lo a crianças, mulheres ou idosos, no âmbito de um modelo de masculinidade pautada no “homem provedor”, pode ser um efeito negativo de tal modelo para o cuidado da saúde.

Assim, torna-se necessário uma maior atenção e compreensão acerca de como as relações de gênero e sexualidade são instituídas nos cenários de práticas de saúde, tal como propomos neste estudo. Um olhar sensível, através da linguagem, a fatores sociais, históricos e culturais da produção de masculinidades tem como efeito uma atenção à saúde mais humanizada e atenta às necessidades dos homens, seja para a produção de programas de prevenção e promoção através de material educativo, seja através da capacitação profissional para um olhar mais humanizado no atendimento ao homem. No âmbito dos estudos linguísticos, já existem abordagens que sugerem que “as pessoas são o que são (entre outras coisas) pela forma como falam” (CAMERON, 2010, p. 132). Neste estudo, propomos trazer uma reflexão sobre “como as pessoas usam recursos linguísticos para produzir a diferença de gênero” (CAMERON, 2010, p. 132).



## LINGUAGEM, SAÚDE E GÊNERO

Já há no Brasil considerável produção acerca do papel desempenhado pela linguagem em práticas de saúde (OSTERMANN & MENEGHEL, 2012, entre outros), além das experiências internacionais (MISHLER, 1984; SARANGI, 2004; MAYNARD & HERITAGE, 2005, entre outros). Trata-se de estudos que, produtivamente, analisam a interação e o discurso de profissionais da saúde e pacientes, de modo a problematizar e construir reflexões sobre as práticas de saúde instituídas nestas interações, bem como a relação com a política de saúde vigente ou a compreensão do processo saúde/doença adotado a partir da análise de práticas discursivas.

Nesta pesquisa, buscamos apresentar contribuições para uma perspectiva negligenciada nos estudos contemporâneos na interface linguagem/práticas de saúde: a emergência das identidades de gênero e sexualidade nos serviços de saúde prestados aos homens – no sentido *generificado* deste termo, por assim dizer. Tal negligência, talvez, seja compreensível pela recente atenção que tem sido voltada ao tema, principalmente com a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (BRASIL, 2008).

Selecionar as categorias analíticas de gênero e sexualidade para construir uma reflexão sobre as práticas de saúde dos homens significa trazer à baila o caráter histórico e social da posição de masculinidade, em uma noção de gênero e sexualidade tal qual preconizado pelos estudos de Butler (2013). Gênero, neste estudo, é compreendido como “uma construção cultural sobre a organização social das relações entre sexos, traduzida por dispositivos e ações materiais e simbólicos, físicos e mentais” (GOMES, 2008, p. 64). Em outros termos, significa compreender que “as identidades de gênero são construídas socialmente, elas estão sempre referidas às representações que um dado grupo faz de feminino ou de masculino” (LOURO, 2012, p. 95). A categoria de sexualidade, por outro lado, aponta para as formas de exercer experiências corporais:



as identidades sexuais também se produzem socialmente, por meio das distintas formas de experimentar prazeres e desejos corporais, de por em ação a sexualidade. Homens e mulheres podem exercer sua sexualidade com parceiros do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros. Suas identidades de gênero (as formas como vivem sua masculinidade ou feminilidade) articulam-se às suas identidades sexuais (à sua homossexualidade, à sua heterossexualidade, à sua bissexualidade, etc.) (LOURO, 2012, p. 95).

No âmbito dos estudos da linguagem, as relações de gênero e sexualidade já também apresentam uma tradição de abordagens e pesquisas, assim como os estudos na interface linguagem / práticas de saúde. Como indicado por Ostermann (2006), até os anos 1990, três perspectivas teóricas sobre as relações entre linguagem e gênero foram desenvolvidas: *déficit*, *dominância* e *diferença*. Geralmente numa perspectiva relacional entre formas de feminilidade e masculinidade, a primeira perspectiva, *déficit*, levanta as diferenças entre o estilo conversacional de mulheres e homens pela ótica da inferioridade e superioridade. A segunda, *dominância*, em decorrência do primeiro, aponta a superioridade do estilo masculino como um reflexo da sua relação social de poder sobre as mulheres. A última, *diferença*, levanta que os estilos feminino e masculino são diferentes por consideração às suas formas de socialização ainda na infância.

Contemporaneamente, contudo, outras perspectivas sobre a relação entre práticas de linguagem e performances de gêneros têm sido enfatizadas, principalmente com a operação do conceito de “comunidade de prática”. Com origem na área de educação profissional, define-se como:

um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum. Modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo, práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno de um empreendimento (ECKERT & MCCONNELL-GINET, 2010, p. 102).

Nesta esfera, as identidades de gênero são compreendidas como categorias emergentes e constantemente negociadas no interior de comunidades de prática, ocasionando inclusive diferenças *intragênero* (OSTERMANN, 2006). Ao pesquisador, incumbe-se o papel de analisar



como tais relações de gênero são estabelecidas a partir dos engajamentos de sujeitos em comunidades de práticas, através da observação, da participação, do registro de suas falas e interações. Instaure-se, assim, um diferente lócus para a relação entre linguagem e relações de gênero, que se alinha à perspectiva de construção e negociação das identidades de gênero e sexualidade a partir da interação e do discurso.

Ao investigar as relações entre gênero, sexualidade e práticas de saúde engendradas na linguagem, o objeto selecionado para tal investigação é a fala produzida em contexto interacional – denominada nos estudos da linguagem de fala-em-interação, enquanto uma modalidade de produção do discurso.

## A FALA-EM-INTERAÇÃO: FERRAMENTAS DA ANÁLISE

O discurso oral que se produz em interação como objeto de análise já apresenta uma certa tradição no campo da análise do discurso, sobretudo nos estudos da Pragmática, da Sociolinguística Interacional e da Análise da Conversa. Neste contexto, reafirmamos tais abordagens como diferentes perspectivas dos estudos do discurso, sobretudo na tradição anglo-saxã. Schiffrin, Tannen & Hamilton, na obra *The Handbook of Discourse Analysis* (2015), estabelecem uma compreensão da análise do discurso em dois âmbitos: (a) a partir de uma análise de trabalhos anteriores, categorizam como análise do discurso (i) aqueles que lidam com unidades de análise para além da sentença; (ii) como estudos da linguagem em uso; (iii) como um amplo campo de análise de práticas sociais que incluem aspectos linguísticos e não-linguísticos; (b) a partir da compreensão do caráter plurissignificativo da linguagem, entendem como análise do discurso estudos que estabelecem mecanismos que possibilitam decidir, de maneira justificável, que sentidos podem ser atribuídos a sentenças. Assim, diferentes perspectivas podem assumir tal empreitada, ainda que fazendo uso de ferramentas analíticas distintas. Este é o caso da análise da fala-em-interação, sobretudo da Análise da Conversa, que compõe um dos capítulos do referido *handbook* de análise do discurso.



Ainda que cientes de aproximações e diferenças entre diferentes abordagens da análise da fala-em-iteração no âmbito dos estudos discursivos, elegemos, para nossas reflexões, algumas orientações da Análise da Conversa para pensar possibilidades de análise daquele discurso que se produz em interação social. A Análise da Conversa<sup>69</sup> é marcada pelas contribuições de Emanuel Schegloff, Gail Jefferson e Harvey Sacks (doravante, SSJ [1974] 2003), os quais a caracterizam como “uma tradição de pesquisa de origem anglo-norte-americana, de extração eminentemente sociológica, voltada para o estudo da ação social humana situada no espaço e no decorrer do tempo real” (GARCEZ, 2008, p.17).

Ainda em sua proposta, a Análise da Conversa organiza dados orais através de transcrições ordenadas em turnos de fala – “produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio, que é significativo e notado” (MARCUSCHI, 2006, p. 89).

Os turnos conversacionais são alocados ou tomados segundo diversas estratégias, cuja sequencialidade constrói a interação:

há fortes evidências nos dados de interação conversacional de que os participantes se orientam para sequencias de ações, apresentando os turnos de fala, por isso, um caráter de atividade desenvolvida *sequencialmente*: um turno corrente projeta uma próxima ação, cuja execução torna-se relevante no próximo turno. Exemplos disso encontramos nos chamados pares adjacentes, que projetam ações específicas em resposta: uma pergunta, por exemplo, projeta em resposta uma resposta; um pedido, uma aceitação ou recusa; uma saudação, outra saudação, etc. (GAGO, 2002, p. 93, grifo do autor).

As transcrições de turnos são produzidas através de sinais que compõem normas de transcrições, que por sua vez constituem possibilidades de registros de sinais entonacionais. Analistas deste campo

69. É válido salientar aqui a distinção proposta por Garcez (2008) acerca da Análise da Conversa – de tradição sociológica e ocupada com ações sociais realizadas por meio da linguagem – e a Análise da Conversação – uma produtiva abordagem desenvolvida no Brasil a partir da Linguística do Texto, cujos propósitos ocupar-se-iam da descrição do “texto falado”. Considerando esta distinção, o estudo aqui apresentado alinha-se à primeira abordagem, ainda que também compreendamos que ambas não se opõem, e que poderiam inclusive complementarem-se dados os avanços de cada uma no Brasil, nos campos da Linguística Aplicada (Análise da Conversa) e Linguística do Texto (Análise da Conversação).



apontam a relevância do cuidado na transcrição, pois este será um dado de pesquisa, e que exige um processo de seleção e reflexão por base do pesquisador na seleção e detalhamento do que será transcrito, sendo válida a máxima da economia no uso de símbolos, sob o efeito de não dificultar a leitura por aqueles que tiverem acesso à transcrição. Neste sentido, a própria transcrição constitui-se como um trabalho analítico (OCHS, 1979; GAGO, 2002, GARCEZ, 2008).

No que tange à análise da fala-em-interação em contextos institucionais, na tradição da Análise da Conversa, compreende-se que tal contexto é projetado e produzido pelas ações dos participantes, em uma situação onde convergem as seguintes características: (a) ao menos um dos participantes é orientado por objetivos ou metas ou tarefas específicos, emergindo neste contexto determinadas identidades sociais – exemplos: professor, estudante, médico, paciente; (b) envolve determinados constrangimentos do que é mais adequado ou admissível ao que está sendo tratado na agenda do encontro; (c) associa-se a uma estrutura inferencial acerca dos procedimentos específicos peculiares à interação (HERITAGE, 1997).

A Análise da Conversa Institucional propõe diversas ferramentas analíticas que permitem uma maior compreensão do uso da linguagem em foco. Para análise da fala em contexto institucional, Heritage (1997) aponta seis básicos elementos que, quando analisados, colaboram para uma maior inteligibilidade sobre o que há de institucionalizado numa interação. São eles:

(a) A organização do turno de fala: relaciona-se ao modo como os sujeitos participam da interação no que concerne à oportunidade de ação através da fala. A tomada de um turno de fala, em determinadas situações, aponta para que tipo de relação é estabelecida entre os participantes de uma interação.

(b) A estrutura organizacional da interação: refere-se ao todo, a um “mapa” interacional subdividido em fases ou sessões. O modo mais amplo de analisar tal tópico é apontando como um determinado encontro é iniciado, como se desenvolve e como é finalizado pelos participantes.



(c) A organização da sequência: neste tópico, a ênfase recai sobre as ações específicas iniciadas, desenvolvidas e concluídas por cada participante, ou como cada um gerencia a sua fala, de modo a construir uma sequência de participação na agenda interacional.

(d) O “design” do turno: refere-se a que performances são construídas na fala e que efeitos de sentido apresentam na interação.

(e) A escolha lexical: relaciona-se a que elementos de uma língua são selecionados em termos descritivos.

(f) As assimetrias interacionais: este último aspecto, segundo Heritage (1997), é um indicador fundamental em se tratando de interação em contexto institucional. Envolve o tipo de relação estabelecida entre os participantes, o tipo de relação estabelecida entre a instituição e o outro (por exemplo, diferenças entre atendimentos em instituições públicas ou privadas, de venda ou de prestação de serviços, etc.), e a “cautela epistemológica” estabelecida entre sujeitos com diferentes tipos ou níveis de conhecimento, como ocorre em cortes jurídicas, hospitais, escolas, etc., onde algumas relações assimétricas são estabelecidas pela relação de poder-saber.

À luz deste referencial, esta pesquisa foi desenvolvida a partir da gravação em áudio de 30 consultas com pacientes homens, principalmente nas especialidades de clínica médica, urologia, proctologia e cardiologia, pela possibilidade maior de incidência de público masculino, considerando os dados epidemiológicos do PNAISH. É válido salientar que os participantes, profissionais da saúde e pacientes, foram convidados a participar da pesquisa, através do esclarecimento prestado pelos pesquisadores oralmente e por escrito, em termo a ser apresentado, explicado e, com a anuência, assinado pelas partes envolvidas (“Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, a partir de projeto aprovado pelo Comitê de ética em pesquisa com humanos).



## ANÁLISE DOS DADOS

Foi selecionado, para este trabalho, excertos de transcrição de uma consulta de um paciente do sexo masculino a um coloproctologista, no retorno ao médico após uma cirurgia de fístula. O primeiro excerto constitui o início da consulta, marcada pela agenda interacional médica clássica, composta pelo *par adjacente pergunta-resposta*:

### Excerto 1:

7 Márcio: como é que o senhor vem passando?  
 8 José: nã.  
 9 (1.5)  
 10 Márcio: por quê?  
 11 José: nervo::so porque: (-) passou os remédio, é como é::  
 12 (1.0) tsc (1.5) é::: antibiótico, essas coisas,  
 13 Márcio: perfeito  
 14 José: mas eu imaginei que o: senhor passaria alguma::  
 15 Márcio: ahã  
 16 José: alguma pomada, alguma ["coisa"]?  
 17 Márcio: [ca pomada não é- não é no  
 18 primeiro momento não  
 19 José: ah, é?  
 20 Márcio: o primeiro momento=  
 21 José: -esses, essas,  
 22 (.)  
 23 Márcio: fez tudo direitinho?  
 24 José: fiz  
 25 Márcio: tá, olha só, (.) inclusive o antibiótico?  
 26 José: inclusive o antibiótico (.) ["durante sete dias"  
 27 Márcio: ["perfeito", deixa eu só eu  
 28 explicar o seguinte. é: a fístula do senhor nós abrimos  
 29 uma ferida, tá? e: a cicatrização ela acontece com  
 30 segunda intenção >ok, isso é de dentro para fora< e a  
 31 gente não dá ponto (-) tá? o pós operatório no começo  
 32 ele é muito doloroso, ele pode sangrar, ele pode arder,  
 33 ter secreção, e isso o senhor vai ter até a  
 34 cicatrização completa. óbvio que. hoje dói menos que  
 35 antes,  
 36 José: não, tudo bem  
 37 Márcio: a pomada até o momento não era pra ser feita mesmo  
 38 [porque o=  
 39 José: [ah tá  
 40 -segredo da cicatrização é a ferida estar limpa e seca.  
 41 porque:: eu tenho comigo eh:: por exemplo qualquer  
 42 corte que eu tenha=  
 43 Márcio: -não=  
 44 José: -rapidinho[ele cicatriza  
 45 Márcio: [não, não é, até- talvez a gente começa a



47 usar a pomada hoje, mas até hoje (.) não era pra ter  
 48 feito pomada nenhuma, [você fez?  
 49 José: [“eu não” não, não. não usei.  
 50 Márcio: porque o que ajuda a cicatrizar a ferida, >volto a  
 51 dizer< é a ferida estar limpa e seca. esse era o segredo  
 52 até o momento

Neste segmento, o paciente José engaja-se numa série de queixas a respeito de seu estado e sua expectativa. Seus turnos são marcados por ênfase (linha 8), hesitações e interrupções (linhas 11-12), prolongamentos de som (linha 12), que indexicalizam tratar-se de um assunto delicado e incômodo. A delicadeza encontra-se também marcada no tópico: uma ferida no ânus que não cicatrizou, ao contrário da expectativa do paciente. Toda a queixa do paciente, outro lado, é *despreferida* pelo médico: Márcio engaja-se também em *explicações* e *justificativas* de que, na situação do paciente, a cicatrização efetivamente demora. Os turnos do médico são marcados pelo encaixe e sobreposição de fala, recursos que, neste contexto, funcionam como gerenciadores da interação, estabelecendo uma relação de poder a partir de um saber legitimado.

Uma vez apresentada a queixa, a qual fora argumentada pelo médico como algo que é esperado para a situação, o paciente volta a explicar-se sobre sua expectativa de restabelecimento de saúde física não-atendida, conforme veremos na figura 2, contendo a continuação da interação:

#### Excerto 2:

53 José: porque o que ele pediu pra mim fazer de fazer, de: da-  
 54 botar o bumbum [no banho maria na bacia-  
 55 Márcio: [isso  
 56 José: -lá com água quente eu fazia duas vezes por dia  
 57 Márcio [isso]  
 58 Márcio eram quatro (1.5) [quatro vezes  
 59 Sebastião [“quatro”?  
 60 Márcio “é”  
 61 Márcio @@@  
 62 Márcio aqui oh, tá aqui tá aqui tá aqui. tá escrito aqui atrás  
 63 oh, quatro vezes ao dia  
 64 Sebastião “ah, tá vendo... eu entendi duas”  
 65 Márcio: -mas <o que que:: o que que o senhor está ruim? o que  
 66 o senhor tá sen[tindo?  
 67 José: [não, o que aconteceu é o seguinte,  
 68 que de uns cinco dias pra cá, é:: (.) começou a: coçar  
 69 né [e::]



62 Márcio: [shã]  
 63 José: e arder um pouco na hora- acho que a mão fica um pouco  
 64 mais pesada na maneira que vai cicatrizando, acho que  
 65 a mão vai ficando mais pesada pra limpar {.) e eu to  
 66 usando um modes e um: GAze assim porque tá dando uma  
 67 secreção  
 68 Márcio: secreção vai ter. tá? ste o fechamento completo vai  
 69 ter uma secreção que vai deixar o- >por isso importante  
 70 você usar<  
 71 José: ah, o: meu nervosismo é por causa [diasso  
 72 Márcio: [nã:o, não  
 73 José: porque qualquer corte que eu tinha (no corpo)[em] dois  
 74 três dias etc,  
 75 Márcio: [nã]o  
 76 mas essa ferida ai essa ferida demora até quarenta e  
 77 cinco dias para fechar.  
 78 José: é?  
 79 Márcio: isso é outra coisa. a cirurgia que o senhor fez não é  
 80 qualquer cirurgia não. é isso mesmo, tá tudo dentro do  
 81 esperado. agora, o senhor fuma?  
 82 {.)  
 83 José: fumo  
 84 Márcio: isso vai retardar um pouquinho a cicatrização. fuma e  
 85 bebe né?  
 86 José: não, até que agora eu to fumando três cigarros por dia  
 87 que é um desecerto danado=  
 88 Márcio: -Mas a dor tá melhor né?  
 89 José: não, dor não::-  
 90 Márcio: =>não tem mais dor?<  
 91 José: não, dor não.

Na continuidade da consulta, e médico *reformula* sua pergunta a respeito do estado do paciente (linhas 57/58). O paciente realiza uma justificativa detalhada, a respeito de seu incômodo no local da cirurgia. Trata-se de um incômodo que não é marcado pela dor, como indicado na linha 91, e sim pela situação, detalhada entre as linhas 63 e 66. O médico novamente argumenta que tal demora na cicatrização é algo esperado.

Os segmentos 1 e 2 trazem indícios de uma queixa que tem como base uma preocupação do paciente sobre seu estado físico, continuamente *despreferido* pelo médico como algo relevante, num embate entre o que conta como saúde para o médico *versus* para paciente. Apesar de tudo seguir como o médico espera, estar como uma cicatrização lenta em uma ferida no ânus, ainda que indolor, é um transtorno ao paciente. O excerto 3, a seguir, é acompanhando por outras pistas desta questão:

**Excerto 3:**

94 Márcio: só a secreção, sem dor ou sangramento permanecendo só  
 95 com secreção anal né?  
 96 José: é (.) e:: uma coisa, eu tenho um churrasco amanhã, com:  
 97 com cerveja de montão, e aí o que é que eu faço?  
 98  
 99 Márcio: o senhor quem sabe.  
 102 (1.0)  
 103 José: tá liberado pra uma birita?=  
 104 Márcio: =não, não tá. porque álcool irrita a mucosa. não tá  
 105 não.  
 106 José: "é?"  
 107 "é. não tá não".  
 108 José: <"poxa vida">

Neste excerto, o paciente realizar uma *ação de pergunta* fundamental: a possibilidade de participar de um churrasco. O médico responde, num primeiro momento, de forma lacônica, gerando uma *reformulação* da pergunta do Márcio, na linha 99, após uma pequena pausa. Novamente, a resposta é *despreferida* pelo médico, no sentido de não liberar para o uso de álcool. É mantida aqui uma *assimetria interacional*, presente nas constantes recusas do médico acerca das explicações ou solicitações do paciente.

A sequencialidade da consulta segue com a manutenção da recomendação de não beber:

**Excerto 4:**

167 Márcio: só incomoda né? seu Sebastião o senhor está ótimo, vou  
 168 deixar a gazezinha aqui (3.5) tá muito boa a sua  
 169 ferida, tá em ótimo aspecto(.)"pode colocar"  
 170  
 171 José: só não tá bom a liberação pra mim tomar uma cerveja  
 172 né?  
 173 Márcio: olha, tudo posso, mas nem tudo me convém, não é isso?  
 174  
 175 José: "é" @@@  
 176 Márcio: tudo você pode, mas nem tudo vai convir ao senhor.  
 177 então, CE QUER TOMAR? [tudo bem hhh.  
 178 José: [não, eu quero é ficar  
 179 livre disso=  
 180 Márcio: =eu não proíbo ninguém a fazer nada.  
 181 José: não, o médico não proíbe, o médico só avisa não é=  
 182  
 183 Márcio: =exatamente, não é recomendado não tá? porque irrita  
 184



185 "vai passar pomada pra ele?"  
 186 um [ ](3.0) mas a ferida tá de ótimo aspecto  
 187 José: eu imaginava:: esse negócio de pomada, ( )  
 188 Márcio não, mas até o momento não era pra fazer nada ta? (.)  
 189 tanto é que sua ferida parece que tem ate mais tempo  
 190 de operada que:  
 191 (4.0)  
 192 José: e olha que "(eu acho que)" eu abusei hein  
 193 Márcio e olha que o senhor é: tabagista ainda  
 194 José: pois é, isso que eu to falando, eu abusei, só "não  
 195 bebi, né?"  
 196 Interna "por que o senhor não aproveita para já parar de fumar"  
 197 e de beber?  
 198 "e de beber"  
 199 José: não, beber, beber é:: só:: com esse calor uma  
 200 cervejinha. sábado então eu tive que: me trancar no  
 201 quarto porque o pessoal chegou lá pra me buscar pra-  
 202 pra comer um churrasco e beber cerveja eu falei não  
 203

Neste último excerto selecionado, José e Márcio mantém uma interação marcada pelas orientações do médico de não beber, com aconselhamentos em tom de brincadeira e ameaça de não ficar melhor caso seja consumida a bebida alcoólica. José, ao final desta sequência, relata que permaneceu em casa, "trancado", pela impossibilidade de socializar em um churrasco sem beber.

Nos excertos selecionados, a *sequencialidade* é caracterizada pela constante tensão entre a agenda médica e a agenda do paciente, a respeito daquilo que conta com justificava para a consulta, em tensão com a vida social do José. A não-participação em eventos como churrasco, consumo de bebidas e uso de cigarro, tal como requerida pelo paciente, são justificativas para o nervosismo e a busca pela consulta. O que isso nos indicia a respeito das masculinidades?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes excertos, observamos que a análise da fala-em-interação, a partir de conceitos da Análise da Conversa Institucional, constitui um instrumental produtivo para o entendimento das interações médico-paciente e a compreensão de como os interagentes instituem



o ambiente clínico. Analisar os fenômenos da fala-em-interação contribui para as reflexões sobre o discurso que se produz interação em contexto institucional, as relações assimétricas e, ainda que indiretamente, a respeito do que conta como saúde para um paciente do sexo masculino.

Pelos caminhos da fala-em-interação, compreendemos que por mais que exista uma promoção da saúde tal como proposta pelo PNAISH no Brasil, orientada pela humanização das ações dos agentes de saúde (profissionais da saúde) na sua relação com os indivíduos (pacientes), é justamente analisando estas interações que poderemos ter uma leitura situada de como as políticas são implantadas. Em outros termos, como médicos lidam com as demandas trazidas por homens aos seus consultórios, e como podem promover uma saúde que não seja reforçada por uma masculinidade tóxica? Temos a expectativa que outras pesquisas e análises possibilitem uma maior reflexão sobre esta questão.

As estratégias interacionais utilizadas pelos médico e paciente, no decorrer da consulta, são fatores de interesse para analistas do discurso que se ocupam da fala-em-interação. As produções das performances que indicam identidades de masculinidades afetam os procedimentos orientados pelo médico, e estes também são marcados pelas informações prestadas durante a consulta. Neste sentido, entendemos a relevância de mais estudos que articulem o conhecimento sobre interação, discurso, masculinidades, linguagem e saúde, temas tão caros a aspectos interdisciplinares das ciências humanas e sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem*. Brasília, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMERON, Deborah. *Desempenhando identidade de gênero: conversa entre*



rapazes e construção de masculinidade heterossexual. In: OSTERMAN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 129-149.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 19[3], 2009.

CONNELL, Robert. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*. Rio de Janeiro, 20[2], 1995.

ECKERT, Penelope; McCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMAN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 93-107.

ERLICH, Suzan; MEYERHOFF, Miriam; HOLMES, Janet (orgs.). *The Handbook of Language, Gender and Sexuality*. West Sussex, UK: Blackweel Publishing, 2014.

GAGO, Paulo. Questões de transcrição em análise da conversa. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos da UFJF*. Juiz de Fora, v. 6 n. 2, 2002.

GARCEZ, Pedro. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L.L.; JUNG, N.M. *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

GOMES, Romeu. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

HELLER, Mônica. Análise do Discurso Interacional. *Trab. de Ling. Aplic.* Campinas, n. 31, p. 21-33, jan-jul. 1998.

HERITAGE, John. Conversation Analysis and Institucional Talk: analyzing data. In: SILVERMAN, David (org.). *Qualitative Research: theory, method and practice*. London: Sage Publications, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar E. et alii (orgs.). *Saúde, sexualidade e gênero na Educação de Jovens*. Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 93-102.

MARCUSCHI, Luis Antônio. *Análise da Conversação*. 5.ed. São Paulo: Ática, [1986] 2006.

MAYNARD, Douglas & HERITAGE, John. Conversation Analysis, Doctor-Patient Interaction and Medical Communication. *Medical Education*, n. 39, 2005.



MISHLER, Elliot. *The discourse of medicine: the dialectics of medical interviews*. USA: Ablex, 1984.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Como e por que teorizar o Português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: \_\_\_\_\_ (org.). *O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.

OCHS, Elinor. Transcription as theory. In: OCHS, Elinor; SCHIEFFELIN, Bambi B. (orgs.). *Developmental Pragmatics*. New York: Academic Press, 1979.

OSTERMANN, Ana; FONTANA, Beatriz (orgs.). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editoria, 2010.

OSTERMANN, Ana; MENEGHEL, Stela. *Humanização. Gênero. Poder. Contribuições dos estudos da fala-em-interação para a atenção à saúde*. Campinas: Mercado de Letras; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

OSTERMANN, Ana. Cristina. Comunidades de prática: gênero, trabalho e face. In: HERBLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana. Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. *Linguagem e Gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: EdUFCS, 2006.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel; JEFFERSON, Gail. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v. 7, n. 1-2, p. 11-73, jan./dez. 2003.

SARANGI, Sirikant. Towards a communicative mentality in medical and healthcare practice. *Communication & Medicine*, n. 1(10), 2004.

SCHIFFRIN, Deborah; TANNEM, Deborah; HAMILTON, Heidi. Introduction to the first edition. In: TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E.; SCHIFFRIN, Deborah (org.). *The Handbook of Discourse Analysis*. 2 ed. London: John Wiley & Sons, 2015.

## ANEXO: CONVENÇÕES UTILIZADAS NAS TRANSCRIÇÕES:

.	(ponto final)	entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente
,	(vírgula)	entonação de continuidade



↑	(seta para cima)	mais agudo
↓	(seta para baixo)	mais grave
Palav-	(hífen)	marca de corte abrupto
pala::vra	(dois pontos)	prolongamento do som (maior duração)
pal <u>av</u> ra	(sublinhado)	sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA	(maiúsculas)	Intensidade maior ("volume" alto)
°palavra°	(sinais de graus)	intensidade menor ("volume" baixo)
>palavra<	(sinais de maior do que e menor do que)	fala acelerada
<palavra>	(sinais de menor do que e maior do que)	fala desacelerada
hh	(serie de h's)	aspiração ou riso
.h	(h's precedidos de ponto)	inspiração audível
=	(sinais de igual)	elocuições contíguas, sem intervalo
[ ]	(colchetes)	início e fim de falas simultâneas/ sobrepostas
(2,4)	(números entre parênteses)	medida de silencio (em segundos e decimos de segundos)
(.)	(ponto entre parênteses)	micropausa de ate 2/10 de segundo
( )	(parênteses vazios)	fala que não pode ser transcrita
(palavra	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((xxx))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não-vocalt



# 12

Márcio Evaristo Beltrão  
Solange Maria de Barros

**Análise de conjuntura  
de políticas educacionais  
para LGBTQ+ em nível  
nacional e em  
Mato Grosso:**  
avanços, limitações  
e retrocessos



Se é da escola que nasce o espaço público que queremos, é indispensável que se fale de igualdade de gênero sim! Que se fale de sexualidade, de respeito, de laicidade, de racismo, de LGBTfobia, de machismo. Pois falar sobre estes temas é se comprometer com a vida, em suas múltiplas manifestações. É se comprometer com o combate à violência e a desigualdade! Falar de igualdade de gênero é defender a vida!

*Marielle Franco, vereadora negra e lésbica do Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018<sup>70</sup>.*

## INTRODUÇÃO

Para Gouveia (2013), a Análise Crítica do Discurso faircloughiana (ACD) é simultaneamente um método, uma abordagem, uma teoria e uma metodologia, dependendo da perspectiva de olhar que for adotada. O autor, apoiado em Fairclough (2003), afirma que ela é fundamentalmente uma metodologia de investigação social de base linguística, ou seja, um aparato teórico-metodológico que estuda a semiose em suas várias modalidades (verbais, visuais, entre outras), no âmbito de análises mais gerais do processo social.

O foco principal da ACD faircloughiana é a mudança social a partir da discursiva, com base na ideia de que ambas se implicam mutuamente. Além disso, propõe-se a discutir e problematizar os aspectos do discurso considerados opacos quanto às desigualdades sociais, o que destaca seu caráter emancipador. Nesse processo de desvelamento dos discursos presentes em textos/enunciados que remetem às injustiças, Fairclough (2003) salienta que é necessário, primeiramente, compreender por uma perspectiva crítica a conjuntura em que esses discursos foram construídos e fortificados.

Para Fairclough (2003), as conjunturas reúnem pessoas, tecnologias e práticas em torno de projetos sociais específicos. Além disso, o nível conjuntural de um problema social pode envolver diferentes instituições.

70. Citação retirada do discurso que Marielle Franco preparava para ser lido na votação do Plano Municipal de Educação, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, duas semanas antes de ser assassinada. A equipe de mandato de Marielle disponibilizou o texto e o parlamentar Tarcísio Motta (PSOL-RJ) fez a leitura do discurso no dia 27 de março de 2018. O discurso completo está disponível em: <<https://goo.gl/EQS32h>>.



Como primeiro passo analítico em uma pesquisa que visa a superação de um problema social, Fairclough (2003) argumenta que é preciso observar a configuração social das práticas em que o discurso em foco se situa. Deste modo, a análise de conjuntura se volta para compreender como se configuram as práticas sociais em que o discurso analisado se localiza, verificando sua relação com os processos de produção e consumo.

A análise de conjuntura é mais ampla do que a textual propriamente. Por isso, é preciso considerar uma série de conjuntos que estão conjunturalmente relacionados na sustentação de determinado discurso, como pessoas, materiais e tecnologias (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Ao analisar as contradições e incompletudes da conjuntura que cercam o problema identificado, pode ser possível traçar possibilidades de superá-lo. Em relação a este trabalho, como forma de contribuir com as pesquisas que objetivam a análise discursiva de práticas sociais relacionadas às políticas educacionais para questões de gênero e sexualidade, verifica-se a importância de se realizar um percurso histórico das conjunturas que levaram à produção de tais documentos.

Desta forma, neste capítulo, serão contextualizadas as principais políticas educacionais para LGBTQ+<sup>71</sup> na educação básica em âmbito nacional e no Estado de Mato Grosso. Em busca da conquista de direitos, a jornada da comunidade LGBTQ+, trilhada há décadas, tem sido de luta, enfrentamento e constantes (re)posicionamentos políticos. Entretanto, apesar de todo o esforço exercido por movimentos ativistas e sociais, ainda são poucas as políticas governamentais voltadas à segurança, saúde e educação daqueles/as que escapam da matriz heteronormativa de gênero e sexualidade.

71. LGBTQ+ é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, pessoas trans e todas as demais que não se reconhecem como heterossexuais. Inicialmente, o termo mais comum era GLS; porém, com o crescimento do movimento contra a LGBTQfobia e o estímulo à livre expressão sexual, a sigla foi alterada para GLBT e, posteriormente, para LGBT. Recentemente, a sigla recebeu a letra Q — que pode significar “questionando” para alguns/mas autores/as e “*queer*” para outros/as — e o sinal “+”, que denota todo o espectro do gênero e sexualidade que as letras não descrevem (GOLD, 2018).



## MOVIMENTO LGBTQ+ NO BRASIL

Os primeiros grandes movimentos que questionavam o modelo hegemônico de gênero e sexualidade iniciaram-se no Brasil no final dos anos 60 e início da década de 70, como apontam Green (2000), Simões & Facchini (2009). Entre as principais iniciativas, os autores destacam a criação de um movimento organizado denominado Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), fundado em São Paulo no ano de 1978. Vale ressaltar que, apesar da expansão de jornais alternativos que criticavam o movimento militar, a repressão imposta por esse sistema político abafou possíveis êxitos dessas iniciativas sobre a homossexualidade (GREEN, 2000).

Para Facchini (2009), o movimento LGBTQ+ é marcado por três importantes momentos históricos no Brasil. O primeiro ocorreu nos anos 70, quando a criação de grupos como o SOMOS serviu para a politização da homossexualidade. Por sua vez, na década de 80, ocorreu um processo de institucionalização do movimento homossexual por meio de ações de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O terceiro momento ocorreu na década de 90, época em que aumentou consideravelmente o número de organizações dos movimentos homossexuais<sup>72</sup>.

Em relação à área da Educação, observa-se que a criação de políticas públicas para diversidade de gênero e sexualidade no Brasil ocorre historicamente em uma arena política de disputa social acirrada. De um lado, governos municipais, estaduais e federal estabelecem metas e diretrizes por meio das quais canalizam os interesses políticos dos grupos sociais que os levaram ao poder. Do outro lado, movimentos sociais buscam representatividade na administração pública e pressionam pela criação de novas políticas por intermédio das quais visibilizam as várias formas de desigualdade. Vianna

72. O termo GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) é adotado nesta época para se referir às pessoas que possuem identidades de gênero e sexuais divergentes das heteronormativas. Todavia, o termo é alterado durante a I Conferência GLBT, ocorrida em Brasília no período de 5 a 8 de junho de 2008, com a mudança de posição da letra "L", passando, então, a ser LGBT, como uma forma de proporcionar visibilidade política às mulheres homossexuais (FACCHINI, 2009).



(2012) destaca que essa relação conflituosa e, muitas vezes, contraditória de ambos os lados é marcada por um tenso processo de negociação, que resulta na supressão e/ou concretização de reformas e projetos.

Apesar de antiga, a inclusão de temas relacionados a questões de gênero e sexualidade em políticas educacionais ocorreu timidamente apenas no final da década de 90, por meio do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1998. Nessas diretrizes, o assunto sexualidade foi elencado como um tema transversal a ser trabalhado nas áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar. No entanto, a abordagem proposta é prescritiva, relacionando o tema sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença (BELTRÃO, 2016). Com isso, reduz a sexualidade à heterossexualidade e silencia a discriminação sofrida pelos grupos de LGBTQ+ (VIANNA, 2012).

Em 2001, é aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), no qual fica estabelecida uma série de metas para a Educação Básica e o Ensino Superior a serem alcançadas no decênio 2001/2011. No que diz respeito às questões sobre sexualidade e relações de gênero nas políticas educacionais brasileiras, esse PNE representou um retrocesso (VIANNA & UNBEHAUM, 2006; LEÃO, 2012). Nele, a questão de gênero em seus objetivos gerais não é sequer mencionada. Em relação à sexualidade, as metas, no documento, restringem-se a cursos de Ensino Superior, não contemplando os demais níveis de ensino, por exemplo, o fundamental.

O tema gênero e sexualidade passa a ser destaque no cenário político administrativo apenas no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), quando diferentes segmentos sociais alcançaram representatividade no governo federal e foram criados grandes programas e secretarias até então inexistentes nos governos anteriores. Entre elas, destacam-se a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad).

No ano de 2004, a atuação da SEDH ensejou um dos maiores avanços históricos nas conquistas LGBTQ+ no Brasil. Com a participação



da comunidade civil e o emprego dos Princípios de Yogyakarta sobre a aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos quanto à orientação sexual e identidade de gênero, foi criado o “Brasil sem Homofobia” – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

Entre as 53 ações que compõem o programa, destaca-se o projeto “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual”. O foco dessa ação é o incentivo a cursos de formação continuada sobre gênero e sexualidade, destinados aos/às docentes. O objetivo desses cursos é fortalecer a perspectiva de direitos sexuais como direitos humanos e contribuir para a construção da compreensão da sexualidade como um dos direitos fundamentais para o livre e pleno exercício da cidadania. Com o apoio do MEC, foram lançados editais para financiar projetos de formação de professores/as de escolas, dos quais 16 foram contemplados em 2005.

A criação de programas centrados no fortalecimento do entendimento da sexualidade como um dos direitos fundamentais é muito importante em um contexto ainda instável quanto à garantia desse direito. Embora não tenha emanado da área educacional, um exemplo que reforça essa necessidade é a Resolução nº 153/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual proíbe a doação de sangue por parte de homossexuais, sob a justificativa de que se trata de um grupo de risco com o agravante do potencial de contaminação pelo HIV. À época, o documento provocou uma mobilização dos movimentos organizados de LGBTQ+. Para Pelúcio (2007), esse documento da Anvisa é um exemplo de mecanismo de regulação e ordenação das sexualidades por vias sanitárias. A autora observa que a publicação dessa resolução ocorre justamente no ano em que o governo federal lança o programa “Brasil sem Homofobia”, evidenciando a dinâmica das políticas governamentais para LGBTQ+ em termos de avanço e recuo.

Em 2011, no início do governo da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (2011-2016), uma das ações do projeto “Brasil sem



Homofobia” com grande repercussão foi a distribuição de um conjunto de materiais denominado “Kit Escola sem Homofobia”. Por meio da supervisão do Ministério da Educação, o material foi desenvolvido por importantes ONGs, como a Comunicação em Sexualidade (ECOS), a Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva (Reprolatina), a Global Alliance for LGBT Education (Gale) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O kit contém um caderno de atividades, destinado à aplicação em sala de aula pelo docente, seis boletins para discussão com os/as estudantes e três audiovisuais, cada um com um guia, um cartaz e cartas de apresentação para gestores/as e professores/as. Além do material impresso e visual, integra o programa a capacitação de educadores/as, técnicos/as da educação e representantes de movimentos LGBTQ+ em todo o país, com vistas à preparação para o uso apropriado do kit. Após duras críticas tanto de políticos/as conservadores/as opositoristas quanto de religiosos/as que integravam o governo, a presidente Dilma Rousseff vetou o material em maio do mesmo ano, alegando a inadequação dele ao ambiente escolar (VIANNA, 2015).

Ao rotulá-lo “kit gay”, os/as políticos/as religiosos/as deturpam os objetivos do material e utilizam a polêmica em torno dele, para promoverem um discurso preconceituoso que inibiu ainda mais a realização de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras, em um movimento contrário ao programa “Brasil sem Homofobia”, proposto pelo governo Lula. Novamente, em uma época de avanços e retrocessos nas políticas públicas para LGBTQ+, o veto a esse material ocorre no mesmo mês em que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união estável para pessoas do mesmo sexo.

Em 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN). O documento estabelece as orientações para o planejamento curricular das escolas da Educação Básica, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação



(CNE). Na perspectiva de um ensino mais igualitário e preocupado com questões que atingem a vida de pessoas que compõem grupos historicamente marginalizados, as DCN prosseguem na direção da inclusão social, iniciada nos projetos e políticas do governo Lula.

Ao longo das DCN, fica estabelecido que todos os indivíduos devem ter a possibilidade de usufruírem de uma educação não discriminatória e democrática, independentemente de seu sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, as DCN destacam a necessidade de proporcionar “uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas”, promovendo a paz e posicionando-se contra qualquer forma de violência (BRASIL, 2013, p. 516).

Em 2015, emerge um dos fenômenos mais preocupantes da história do país, representando uma ameaça às conquistas da comunidade LGBTQ+ no Brasil na área educacional: o movimento Escola sem Partido. Com a falácia de que representa os/as estudantes brasileiros/as contra a “doutrinação ideológica de docentes esquerdistas” nas escolas do país, o movimento impulsionou a criação de leis e projetos em câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional.

O Escola sem Partido possui uma página na internet onde coleta depoimentos de estudantes e membros da sociedade, em geral, que aderem aos seus objetivos. Destaca-se entre esses objetivos a proibição de quaisquer discussões acerca de gênero e sexualidade no ambiente escolar, com previsão de prisão do/a docente que descumprir tal determinação. Para os/as idealizadores/as do movimento, questões relativas a diversidades sexuais e de gênero são tidas como “ideologias” dos/as professores/as, as quais podem incentivar as pessoas a “se tornarem homossexuais” e prejudicar “a manutenção da família brasileira”<sup>73</sup>.

73. Argumentos retirados do site do movimento: <<https://www.programescolasesempartido.org/>>.



Em um levantamento do site G1<sup>74</sup>, feito em julho de 2017, junto a assembleias legislativas e no Congresso Nacional, pelo menos um projeto de lei de teor semelhante ao Escola sem Partido aparece em tramitação em assembleias legislativas de nove estados brasileiros e do Distrito Federal. Além disso, há uma série de projetos com os mesmos objetivos em câmaras de vereadores/as, na Câmara dos Deputados e no Senado. Um exemplo é o projeto 2.731/2015, que altera o PNE, vedando a discussão de gênero nas escolas. De autoria do deputado e cantor gospel Eros Biondini (PTB/MG), o projeto estabelece que o/a docente que desrespeitar essa determinação deve ser preso/a.

O movimento Escola sem Partido existe desde 2004. Entretanto, ganha força no ano de 2015, quando o governo Dilma Rousseff perde aliados/as e a oposição conservadora avança no projeto de tomada de poder por meio de um Golpe Parlamentar. Essa ação consuma-se no ano seguinte, 2016, por meio de uma articulação entre partidos de oposição à presidenta, democraticamente eleita, e setores da mídia nacional e de grupos sociais hegemônicos, compostos majoritariamente por brancos/as, escolarizados/as e pessoas de classe média/alta, como as celebridades Luciano Huck, Angélica e Wanessa Camargo. Com base jurídica apoiada em um suposto crime de irresponsabilidade fiscal, a oposição destitui a presidenta Dilma Rousseff, e o então vice-presidente Michel Temer assume a presidência, formando um ministério composto apenas por homens brancos, religiosos e heterossexuais. Um ano e meio após sua posse, a aprovação de Temer está na margem de 5% do eleitorado brasileiro, com históricos 71% de reprovação popular<sup>75</sup>.

A fragilidade da democracia brasileira, provocada pelo golpe parlamentar, favorece a retirada de direitos sociais. Nesse contexto, o movimento Escola sem Partido, por meio de manobras políticas, avança

74. Reportagem em: <<https://goo.gl/NK8WUn>>. Acesso em 5 jul. 2018.

75. Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha e divulgada em dezembro de 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/EheG7H>>. Acesso em 6 de jul. 2018.



ainda mais no final de 2017. A partir do caos político instaurado com a ascensão de um presidente não eleito pelo voto direto ao maior cargo político da nação, projetos contrários à inserção de temas relativos a gênero e sexualidade na prática educativa começam a ser votados e aprovados nas casas legislativas. A esse respeito, evidências encontram-se no número de aprovações de projetos de lei proibitivos do debate acerca desses temas nas escolas. Somente entre agosto e dezembro de 2017, cinco casas legislativas das cidades de Cabo de Santo Agostinho-PE, Arapongas-PR, Sousa-PB, Petrolina-PE e Jundiáí-SP aprovaram propostas de lei nesse teor.

Ainda em 2017, o Ministério da Educação retirou todas as menções às expressões “identidades de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Curricular<sup>76</sup>. O documento reúne as novas diretrizes para o ensino nas escolas brasileiras. Em uma manobra política, a atuação do MEC no processo de fazer recuar as políticas educacionais para diversidade de gênero e sexualidade não despertou a atenção de muitos. Entretanto, essa alteração do documento não passou despercebida a todos. A ABGLT e relatores/as do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) reagiram a essa alteração.

A justificativa, apresentada pelo MEC, para a alteração no texto do documento evidencia o descompromisso do governo Temer com a luta dos/as LGBTQ+ contra as práticas discriminatórias. Em nota do órgão, a mudança no documento decorre de “ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Todavia, a exclusão no texto final incide somente sobre termos relacionados à sexualidade, preservando, assim, outras formas de diversidades mencionadas anteriormente (origem, etnia, gênero e convicção religiosa). Essa supressão no documento legal cria obstáculos aos/às que lutam contra o preconceito relativo a orientações sexuais divergentes da hegemonia heteronormativa porque, ao retirar essa pauta das diretrizes educacionais, acena para

76. Reportagem completa em: <<https://goo.gl/SQpwXy>>. Acesso em 5 jul. 2018.



a sua irrelevância. Com isso, por meio do documento, há o endosso à manutenção de práticas sociais discriminatórias.

Embora o termo “gênero” permaneça em trechos do documento, expressões como “identidades de gênero” e “orientações sexuais” desaparecem completamente. A ideia de eliminação de redundância evidencia as sutilezas do MEC para ocultar mecanismos de supressão de direitos dos LGBTQ+ nas diretrizes educacionais. A carga semântica do termo “gênero” não abrange necessariamente todas as discussões a respeito de identidades de gênero e orientações sexuais. Por isso, a ausência de referências específicas a esses termos pode induzir ao entendimento equivocado dos/as docentes e coordenadores/as pedagógicos/as de que o trabalho com as questões de gênero restringe-se ao debate sobre a discriminação contra a mulher, por exemplo.

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTQ+ EM MATO GROSSO

Em Cuiabá, o primeiro marco histórico do movimento LGBTQ+ foi a fundação do Grupo Livremente, no ano de 1995, conforme observa Irineu (2008). O grupo organizou a 1ª Parada da Diversidade em Cuiabá, no ano de 2003, a qual reuniu cerca de duas mil pessoas. Segundo Aragusuku e Lopes (2014), no mesmo período, sete ONGs relacionadas ao movimento se destacaram no Estado: LIBLES (Liberdade Lésbica), ASTRAMT (Associação das Travestis de Mato Grosso), Grupo Livremente, GRADELOS (Grupo de Afrodescendentes pela Livre Orientação Sexual), Grupo MESCLA (Várzea Grande), Grupo Voz Ativa (Rondonópolis) e Grupo Novamente (Juína).

Aragusuku e Lopes (2014) afirmam que a Constituição do Estado de Mato Grosso, publicada em 1989, é um dos poucos documentos estaduais que apresenta o compromisso do estado de Mato Grosso em combater a discriminação relativa à orientação sexual. Contudo, a primeira política de combate à LGBTQfobia ocorre no ano de 2007, por meio da criação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia



(CRDH-CH), nas cidades de Rondonópolis e de Cuiabá. Esse projeto integrou o Programa “Brasil Sem Homofobia” e foi consolidado a partir de um edital de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR) (IRINEU, 2008).

As duas edições da Conferência Estadual GLBT, realizadas em 2008 e 2011, foram dois marcos importantes para a criação de políticas LGBTQ+ em Mato Grosso. Nesses eventos, ativistas do movimento, gestores/as públicos/as e pesquisadores/as de todo o Estado se reuniram para debater políticas destinadas àqueles/as que não coadunam com formas de masculinidades e feminilidades hegemônicas. De acordo Aragusuku e Lopes (2014), apesar do público considerável, o resultado das conferências não foi amplamente divulgado, e se encontra indisponível ao público até o momento. A terceira edição da Conferência Estadual LGBTQ+ (sigla adotada a partir desse evento), marcada para 2016, foi cancelada devido a um veto dos deputados estaduais mato-grossenses, em uma declarada ação de combate às conquistas dos movimentos ativistas LGBTQ+ do Estado.

Em decorrência das constantes cobranças por medidas de segurança à população LGBTQ+, de autoria dos movimentos ativistas em Mato Grosso, a Secretaria de Segurança Pública do estado cria em 2016 o grupo de combate a crimes motivados por LGBTQfobia. O objetivo do grupo é auxiliar a Polícia Civil na investigação de atos de violência contra LGBTQ+, além de planejar e fiscalizar a política de enfrentamento e combate a esses tipos de crime. Uma observação importante é que a criação desse grupo ocorreu somente depois da repercussão pela grande mídia nacional dos dados alarmantes e crescentes de número de LGBTQ+ assassinados/as no Estado. Nesses dados, Cuiabá figura por anos seguidos na lista das capitais mais violentas para LGBTQ+ viverem. Outra consideração é o surgimento desse grupo justamente em ano eleitoral.

No campo educacional, o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso quanto ao uso do “nome social” de travestis



e transgêneros nos registros acadêmicos foi considerado um avanço nas políticas para LGBTQ+. No entanto, no registro escolar e no diploma, o “nome social” não deve ser adotado. Além disso, houve a criação da Gerência de Diversidades, da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), que publicou as “Orientações Curriculares para Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual”, em 2012. O principal objetivo desse documento é a reflexão sobre a importância da escola no combate a práticas sexistas e LGBTQófobas. Este documento será melhor explanado nos capítulos referentes à metodologia e análise dos dados desta pesquisa, pois o mesmo integra o corpus deste trabalho.

Ainda no ano de 2012, a SEDUC-MT distribuiu para todas as escolas do Estado a obra “Educação para a Diversidade”, que apresenta conceitos de Diversidade Sexual e atividades sobre como o assunto pode ser tratado em sala de aula. Apesar do seu teor didático, a potencialidade dessa política não foi bem explorada nas escolas mato-grossenses. O envio do material às instituições escolares não contou com ações de divulgação, com isso, muitos/as docentes não sabiam de sua existência. Além disso, poucos livros foram enviados a cada instituição de ensino, o que inviabilizou a proposta de utilização do material pelos próprios/as alunos/as.

Em relação ao movimento Escola sem Partido, Cuiabá foi a primeira grande cidade brasileira a aprovar um projeto de lei que seguisse seus pressupostos. Em junho de 2015, os vereadores cuiabanos votaram unanimemente pelo veto ao item 8 do Plano Municipal de Educação, que incluía questões de gênero e sexualidade no ensino da Educação Básica cuiabana<sup>77</sup>. Desta forma, qualquer menção a tal assunto foi removida do documento. Na ocasião, o deputado petista Allan Kardec — favorável até então às causas dos Direitos Humanos — surpreendeu os presentes votando a favor do veto. No ano seguinte, o deputado foi derrotado nas urnas, não se reelegendo ao cargo de vereador.

Ao excluir temáticas de gênero e sexualidade nesse documento educacional, os vereadores da capital cuiabana outorgam um ensino ainda mais

77. Disponível em: <<https://goo.gl/fdauu9>>. Acesso em 6 de jul. 2018.



ausente de combate às discriminações contra pessoas LGBTQ+. A decisão dos vereadores desconsidera (propositalmente) os dados do ano anterior que apontam Cuiabá como umas das capitais mais violentas para LGBTQ+ viverem (MOTT, 2016). A escusa da inserção do debate sobre discriminação de gênero e sexualidade no currículo escolar favorece a manutenção da cultura do preconceito contra os LGBTQ+. A recusa ao enfrentamento dessa questão no ambiente escolar gera relações entre alunos/as e professores/as ainda mais conflituosas que se manifestam por meio do desrespeito, da segregação, do estupro, da violência e da LGBTQofobia.

Apesar desse recuo na capital quanto à questão de gênero e sexualidade, vale destacar que estão sendo criadas ações de enfrentamentos a projetos que impedem o trabalho com esse tema nas escolas de Mato Grosso. Um exemplo é a ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), que culminou na suspensão da Lei Municipal nº 1.624/2016, de Primavera do Leste, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Essa lei proibia a distribuição e divulgação de material didático com discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas da rede municipal. A lei vedava não só a utilização do material didático, mas também previa a exoneração dos/as docentes que abordassem o tema em sala de aula. Com a declaração da ilegalidade dela, os/as professores/as voltaram a incluir esse tema em suas aulas.

Na atual gestão da Gerência de Diversidades da SEDUC-MT, o trabalho está centrado em caravanas e palestras cuja tônica é o enfrentamento das dificuldades sobre questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Em 2015, a unidade organizou o seminário “Protegendo as Famílias: questão de gênero e sexualidade”. Ao todo, foram ofertadas 500 vagas para professores/as e gestores/as das redes pública e privada de educação, psicólogos/as, assistentes sociais e profissionais afins. Contudo, o evento foi realizado em uma sexta-feira, dia letivo em que os/as docentes não podem faltar ao trabalho sem a devida reposição. Desta forma, apesar do objetivo coerente com a proposta da Gerência em fornecer formação aos/às docentes da rede pública de ensino, não houve



planejamento logístico para que os/as eles/elas participassem dessas formações sem serem penalizados/as.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Casos de assassinatos de pessoas LGBTQ+ não são esporádicos em Mato Grosso. De acordo com o Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH), o número de boletins de ocorrência no Estado motivados por LGBTQfobia aumentou cinco vezes nos últimos seis anos, como noticiado no portal online G1<sup>78</sup>. Em 2011, foram 17 registros; já em 2017 foram 89 apenas de janeiro a agosto. No *ranking* dos Estados com maior número de crimes LGBTQfóbicos em 2017, conforme informações do GECCH, Mato Grosso aparece em terceiro lugar, atrás apenas do Acre e de Alagoas.

Essas estatísticas evidenciam uma questão importante, a saber, a ausência de políticas públicas destinadas à criação de um Estado mais seguro às pessoas LGBTQ+ em Mato Grosso. As questões de gênero e sexualidade ainda são muito negligenciadas em políticas de saúde, segurança, educação e trabalho porque são tratadas, muitas vezes, como tabus. Esse tipo de tratamento só aumenta a vulnerabilidade desse grupo social e está relacionado à predominância das convenções culturais cis-heterossexistas<sup>79</sup> entre os políticos do Estado. Em sua maioria, os representantes políticos possuem uma orientação político-cultural conservadora na perspectiva de que gênero e sexualidade são ideologias que colocam em risco a manutenção da “família tradicional brasileira”.

Esse retrógrado contexto não é restrito ao Estado de Mato Grosso. Em todo o país, políticas direcionadas ao público LGBTQ+ estão sendo extintas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o governador José Ivo Sartori

78. Disponível em <<https://goo.gl/Gcxcrm>>. Acesso em 8 de jul. 2018.

79. No bojo das discussões acerca de identidades de gênero, o termo cis é utilizado para se referir a quem está em confluência com a identidade de gênero estabelecida, exigida e vigiada socialmente para determinada genitália: homem do gênero masculino para quem possui pênis e mulher do gênero feminino para as pessoas que possuem vagina (ARAGUSUKU & LOPES, 2014).



(PMDB) extinguiu o setor da Secretaria de Segurança Pública do Estado que lidava com políticas para pessoas LGBTQ+. Além disso, retirou as linhas de financiamento para movimentos sociais. Célio Golin (2017), coordenador geral da ONG Nuances — Grupo pela Livre Expressão Sexual, salienta que o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff contribuiu para o crescimento de forças conservadoras no país. Para Golin, “os números de assassinatos de travestis e homossexuais têm aumentado. Não é gratuito. É um reflexo do ambiente político”<sup>80</sup>.

Os casos aqui relatados reforçam as evidências de o Brasil vivencia um momento histórico de estagnação quanto aos direitos da comunidade LGBTQ+ e de avanço de políticas conservadoras contrárias aos seus interesses, tidas como retrocessos na luta dessa comunidade. Esse momento inicia-se em 2011, com o veto a materiais do Programa Brasil Sem Homofobia, e fortalece-se em 2015, com a grande difusão do movimento Escola Sem Partido. Nesse cenário de decadência, Mato Grosso ocupa um dos principais lugares.

A atual gestão de diversidades da SEDUC de Mato Grosso prossegue utilizando as “Orientações Curriculares para Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual” de 2012 como principal diretriz educacional para LGBTQ+. No entanto, como já mencionado, ocorreram intensas mudanças conjunturais desde que essa política foi implantada, com o crescimento de movimentos como o “Escola sem Partido” e o aumento significativo de crimes a LGBTQ+ no estado. Deste modo, por meio da análise de conjuntura (FAIRCLOUGH, 2003) apresentada neste capítulo, percebe-se a urgente necessidade de que novas orientações pedagógicas sejam arquitetadas, visando um estado mais seguro para LGBTQ+ viverem.

80. Entrevista completa em: <<https://goo.gl/aYxWoV>>. Acesso em 9 jul. 2018.



## REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, Henrique Araújo; LOPES, Moisés Souza. Políticas Públicas para LGBT em Mato Grosso: levantamento histórico e perspectivas. *Humanidades em contexto: saberes e interpretações*. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – ICHS, 2014.

BELTRÃO, Mário Evaristo. Práticas identitárias e letramentos queer no Ensino Médio: desafios e perspectivas curriculares para o ensino de línguas. *Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, n. 4, v. 1. Universidade Federal da Bahia – UFBA, nov. 2015/abr. 2016.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

FACCHINI, Regina. Entre Compassos e Descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do Movimento LGBT brasileiro. *Revista Bagoas*, n. 4. Natal: UFRN, 2009, p. 131-158.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse*. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York, 2003.

GOLD, Michael. Sigla LGBTQ+ cresce para ecoar amplidão do espectro de gênero e sexo. Folha de S. Paulo. 27 de junho de 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ZZTCDC>>. Acesso em 11 de agosto de 2018.

GOUVEIA, Carlos. A. M. Análise Crítica do Discurso: dimensões teóricas e metodológicas. In: *Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2013.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

IRINEU, Bruna A. *Narrativas da (In)diferença: um estudo sobre as políticas públicas de segurança pública no combate a homofobia em Mato Grosso*. Monografia de especialização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFMT, 2008.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. *A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência*. 259 f. Relatório de Pós-Doutorado



apresentado à Fapesp, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

MOTT, Luiz. *Assassinato de Homossexuais (LGBTQ) no Brasil: Relatório de 2015*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2016.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

VIANNA, Cláudia. *Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica*. Pro-Posições, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, Campinas: maio/ago. 2012.

VIANNA, Cláudia. *O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios*. Educ. Pesqui. São Paulo: Ahead of print, 2015.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero: Gênero E Preconceito*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.



# 13

Anísio Batista Pereira  
Maurício Divino Nascimento Lima

**A cura gay nos discursos  
da mídia digital:**  
das estratégias  
do modo de subjetivação  
à resistência



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na contemporaneidade, vários são os veículos de comunicação/informação de massa<sup>81</sup> que procuram difundir regimes de verdade. A mídia propaga discursos de alcance global, cujas publicações funcionam como mecanismo para os modos de subjetivação e de resistência. Nessa perspectiva, o que está em jogo são as estratégias de poder que perpassam por esses veículos midiáticos digitais, cujos sujeitos buscam por persuasão em relação às verdades que são postadas na rede, estando ao alcance da massa.

Pensando nessas questões, o presente estudo se propõe a analisar, discursivamente, pelo viés foucaultiano, reportagens e figuras relacionadas à cura gay, com o objetivo de refletir sobre esse jogo de verdade que procura estabelecer uma ordem em relação à sexualidade, perpassando pelos campos jurídico, do cristianismo e da psicologia, cujos sujeitos procuram estabelecer verdades por meio desses regimes tidos como incontestáveis, na busca por uma subjetivação dos sujeitos, sobretudo dos gays, em relação à homossexualidade, orientando-os por meio de discursos de uma possível cura. Tendo em vista a extensão deste capítulo e o assunto a ser tratado, o recorte do *corpus* para análises é composto por três reportagens, colhidas de sites diferentes, considerando os mais acessados: da VEJA - São Paulo; Agência Estado; e Estadão, além de “Representações” escolhidas pelo teor de seus discursos de resistência à cura gay, como resposta às reportagens selecionadas.

Nesse contexto, o trabalho se subdivide nas seguintes partes: no primeiro momento, foram considerados pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa, suporte teórico-metodológico adotado para as análises do *corpus*, mais precisamente as formulações de Michel Foucault no que concerne a discurso, sujeito, (regimes de) verdade, modos de subjetivação e resistência; em seguida, aparecem as análises das

81. Referimo-nos à mídia digital, veículo de comunicação/informação de massa bastante difundido na atualidade, pelo advento da internet, fonte de onde foi colhido o *corpus* para análises.



reportagens e das representações, em forma de contraste entre publicação e recepção/reação a esses discursos veiculados na mídia, norteando para as considerações finais.

## (JOGOS DE) VERDADE, MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E RESISTÊNCIA EM MICHEL FOUCAULT

Na complexa sociedade contemporânea, o indivíduo se constitui como sujeito em uma teia de relações complexa, inclusive pelo universo digital, recurso que oferece uma gama de possibilidades de relações de saber e de poder. Essas relações propiciam as propagações de regimes de verdade ligados à historicidade, podendo ser alvo de adesão ou de resistência, pelas relações de poder, aspectos vinculados à teoria foucaultiana que consideramos relevante para a leitura do *corpus* selecionado. “Atualmente, quando se faz história – história das ideias, do conhecimento ou simplesmente história – atemo-nos a esse sujeito de conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível e a verdade aparece” (FOUCAULT, 2002, p. 10).

Nos modos de subjetivação, a verdade é um elemento que vai ao encontro dessa constituição do sujeito. Nessa perspectiva, as formulações de Foucault (2016) podem ser tomadas como ponto de partida para uma problematização sobre o tema, no sentido de explicar sobre a relação verdade e subjetividade. O referido teórico indaga sobre o conhecimento da verdade: “[...] como o conhecimento enquanto experiência própria de um sujeito cognoscente é possível? Ou ainda: de que modo aquele que faz essa experiência pode reconhecer que se trata realmente de conhecimentos verdadeiros?” (FOUCAULT, 2002, p. 11).

Essa verdade com a qual o sujeito se relaciona não se trata de verdade inquestionável, mas regimes de verdade, em que se estabelece uma relação daquilo que é considerado verdadeiro com aquele que a concebe como tal. Trata-se de uma relação com aspectos exteriores, mas consigo mesmo,



pelo processo de se aderir aos regimes de verdade e tomar para si esses modos de subjetivação.

A verdade é antes de tudo um sistema de obrigações. Por consequência, é totalmente indiferente que aquilo que em determinado momento é considerado verdadeiro não o seja mais em [outro]. [...] O importante nessa questão da verdade é que certas coisas passam efetivamente por verdadeiras, e que o sujeito deve produzi-las pessoalmente, ou aceitá-las ou submeter-se a elas. Portanto, o que esteve e estará em questão é a verdade como vínculo, a verdade como obrigação, a verdade também como política, e não a verdade como conteúdo de conhecimento nem como estrutura formal do conhecimento (FOUCAULT, 2016, p. 13-14).

No tocante à verdade propriamente dita, em que Foucault faz um rebuscado da era denominada positivista, período em que ocorre o desenvolvimento das ciências, estas são tomadas como verdades pelo seu rigor científico. No entanto, de acordo com o referido filósofo, as verdades não são fixas e seus conteúdos são mutáveis, característica que ganha sustento pelo momento histórico em que esses regimes funcionam.

Não sendo verdades absolutas em seus aspectos formais, a relação do sujeito com o sistema social direciona tal questão para a problemática do que está em jogo nesse processo. Essas mutações nos levam a questionar quais aspectos influenciam para que determinada verdade não seja mais tida como verdadeira em outro momento histórico. A produção e circulação desses conteúdos perpassam, então, pelo cenário de estratégias que levam o sujeito à subjetivação, de forma muitas vezes persuasiva, nos aspectos político, econômico e cultural, em que essas verdades são produzidas e circuladas. “A subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade” (FOUCAULT, 2016, p. 13).

Elencar fatores que englobam os vários segmentos da vida social envolvendo sujeitos, no que concerne aos regimes de verdade, é acionar o funcionamento das relações de poder nesses jogos de verdade. Frente a esses aspectos de verdade, Foucault (2010, p. 226-227) em *Estratégia, Poder-Saber*, contido no livro *Ditos e Escritos IV*, sublinha essas relações de poder no interior dessas verdades, pelos sujeitos:



Diria que As palavras e as coisas, sob seu aspecto literário, puramente especulativo, é igualmente um pouco isto, o balizamento dos mecanismos de poder no interior dos próprios discursos científicos: a qual regra somos obrigados a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? A que se deve obedecer, a que coação estamos submetidos, como, de um discurso a outro, de um modelo a outro, se produzem efeitos de poder?

O sujeito é subjetivado pelas verdades com as quais se relacionam na sua vida cotidiana, cujos discursos apresentam um teor de verdade. Atentando-se para os discursos científicos, os quais obedecem a certo rigor metodológico, produzidos pelos sujeitos que se enquadram nessas áreas específicas do saber e, pela ordem do discurso, são autorizados a produzir certos saberes, não sofrendo, assim, processos de interdição daquilo que se dizem. Nesse aspecto, a menção ao livro do mesmo filósofo nos guia para as mutações dos próprios campos científicos, das verdades que se apresentam em certos momentos na história e não servem para outros, isto é, os objetos sofrem alterações em relação às suas científicidades que estão vinculadas à história.

Essas mutações nos campos dos discursos científicos nos levam para a primeira fase foucaultiana, tomada como arqueológica, quando explana sobre funcionamentos dos discursos, abordando, inclusive, sobre a descontinuidade. Sujeitos e discursos são descontínuos e sempre em movimento na história, na denominada “Nova História”, como defende Veyne (2008), que contradiz a história tradicional, pois nessa nova concepção os fatos são percebidos a partir das microestruturas. Foucault (2008, p. 83) destaca que “uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais”. No entanto, ainda que não seja contínuo, um discurso está sempre se relacionando com outros discursos, o que “coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais” (FOUCAULT, 2008, p. 83).



O sistema de produção de discursos é pautado por estratégias e regularidades (formação discursiva, ordem etc.) que apontam para o sujeito como pertencente a um lugar social e esse aspecto influencia as suas modalidades enunciativas. Nesse raciocínio e estabelecendo uma consonância entre *A ordem do discurso* e *A arqueologia do saber*, Foucault destaca que

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos (FOUCAULT, 2008, p. 75, grifo do autor).

No processo de circulação de discursos tomados como verdadeiros, a estratégia saber-poder entra em cena como um jogo de poder e não puramente produção de verdades. Essas relações de poder relacionadas às verdades entram no cenário, por exemplo, de interdição de uma verdade para o estabelecimento de outra, questões de poder que Foucault aborda em *Microfísicas do Poder* (1981).

A mutação de uma verdade se dá por meio desse entrelaçamento entre o saber e o poder, cujo sujeito se constitui, isto é, se subjetiva de forma persuasiva por ser levado a acreditar e aderir às verdades que lhe são impostas. Assim,

se todas essas análises se fazem necessariamente através de um material histórico, esse material histórico tem como objetivo mostrar não o quanto a verdade é mutável ou a definição relativa do sujeito, e sim de que modo as subjetividades como experiências de si e dos outros se constituem através das obrigações de verdade, através das ligações do que poderíamos chamar de veridicção. A constituição das experiências de si e dos outros através da história política das veridicções: é isso que tenho tentado fazer até agora (FOUCAULT, 2016, p. 14).

Sabe-se que os processos de identidade, que segundo o próprio filósofo citado a define como resultante dos modos de subjetivação, ainda que possa parecer um aspecto de livre escolha do sujeito, apresenta



suas formas de dominação. Os regimes de verdade produzidos e circulados, sobretudo pela mídia digital, direciona o sujeito a tomá-los como verdadeiros, constituindo esse sujeito que se subjetiva a partir dessas formas estabelecidas. No entanto, de acordo com Foucault (1996, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

O funcionamento discursivo funciona a partir de determinada ordem, cujas verdades estão ligadas aos sujeitos que as produzem. Assim, podem ocorrer interdições, pois nem todo sujeito está autorizado a produzir qualquer discurso, tendo em vista, ainda, o jogo de poder que o determina. Nesse cenário entra, também, a psicanálise<sup>82</sup> como aspecto determinante. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Aliadas às relações de saber, pelas produções de verdade, as relações de poder norteiam a constituição do sujeito. Embora haja processos de dominação e instituições pelas quais o poder possa ser mais concentrado, essas relações funcionam a partir de microforças na vida cotidiana (FOUCAULT, 1981), ligadas não simplesmente a essas verdades científicas, mas em todos os aspectos contidos nos funcionamentos discursivos “e integra um sistema de diferenças, próprio à coexistência dos sujeitos, e, assim como o discurso, funciona por meio de práticas, é exercido” (FERNANDES, 2012, p. 52). Essas relações

são lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (FOUCAULT, 1995, p. 234)

82. Não é nossa intenção aprofundar nos aspectos psicanalíticos, neste trabalho, tendo em vista, dentre outros fatores, que se trata de um elemento de cunho mais pecheutiano.



Embora possa parecer negativo pelo caráter de embates discursivos, isto é, posicionamentos muitas vezes contraditórios, as relações de poder produzem sujeitos, uma vez que os individualizam, pelas subjetividades que daí advém. Nessas circunstâncias, afirma-se que não seja possível a emergência de discursos sem estar no círculo das relações de poder que os sustentam.

Pautadas por formações discursivas distintas que coexistem nos sistemas de dispersão dos discursos, as relações de poder resultam em resistências, sublinhando o pertencimento do sujeito a determinado grupo social, identidades construídas e demarcadas pelas relações discursivas e pelas próprias relações de poder. Embora pertencente a um grupo delimitado, cujas subjetividades o classificam e o encaixam em determinadas identidades, o sujeito apresenta seu aspecto individual, bem como a produção de discursos, a realização da língua se dá de forma individual. Vale destacar que na sociedade atual há grupos bastante demarcados, mas que Foucault (1995) discorda de classificá-los como forma binária, em que um grupo se sobrepõe sobre outros, como as lutas de classes pecheutianas com ideologias dominantes e ideologias dominadas. O primeiro teórico vai na contramão dessa tese e aborda essas relações como microforças, sem levar em consideração as hierarquias como norteadoras desse processo.

Essas relações de microforças entre os sujeitos, tomando-as como poderes no espaço do cotidiano, consideram-se não as sujeições, sistemas de domínios, mas o sujeito enquanto identidade que se revela pelas subjetividades:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

As considerações foucaultianas sobre a noção de sujeito pelo poder retomam as abordagens anteriores no seu cruzamento com as noções de regimes de verdade. O indivíduo se torna sujeito pelo laço social que o sustenta, pelas verdades que produzem suas subjetividades, ligadas



às relações de poder que o constitui. Pela noção de ordem do discurso, interdição, entra em cena a resistência, como abordada há pouco.

Considerando-se o momento histórico-social brasileiro da contemporaneidade<sup>83</sup>, é possível considerá-lo como terreno fértil para problematizar essa noção de resistência abordada por Foucault (1995). Vários segmentos que norteiam as produções de verdades se fazem presentes no cenário, sobretudo político, cujos sujeitos se dividem em posicionamentos contraditórios, pautados pelas resistências. Além disso, discussões como religião, homossexualidade, gêneros e raça se enquadram nesses regimes de verdade, cujas formações discursivas sobre essas temáticas se dão por oposições, os sujeitos se contrastam em seus posicionamentos.

Pensando assim, ao longo dessas discussões, foi elencado o fator histórico como considerável no papel de constituir sujeitos, pautados pelas descontinuidades e irrupção com discursos anteriores, o que Achard (1999) e Navarro (2008) sustentam quando tratam dos efeitos de memória, este último relaciona-os à mídia<sup>84</sup>. Essas descontinuidades reforçam a ideia de que o sujeito nunca está acabado, fixo, pois uma vez mergulhado na dinâmica da história, esta o constitui a cada época conforme as verdades produzidas e os discursos não são lineares, mas estão sempre se relacionando com outros discursos já produzidos.

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (FOUCAULT, 2002, p. 10).

É a partir dessa percepção histórica que o sujeito deve ser considerado, no seu processo de constituição, atravessado pelos regimes de

83. Trata-se da atualidade, em que se percebem a emergência e veiculação de vários discursos polêmicos, nos mais variados campos do saber, e a cura gay se enquadra nessas produções/veiculações discursivas que influenciam nos modos de subjetivação dos sujeitos.

84. Embora pertinente, não é nossa proposta problematizar, aqui, discurso midiático, pela amplitude desta temática, pois nosso foco é apenas analisar os discursos sobre a cura gay.



verdade e relações de poder que se encontram no interior dessa história no qual ele se inscreve. A partir dessa concepção histórica, cujos discursos são circulados o tempo todo e no seu interior o poder, os campos disciplinares ligados à ciência não fogem dessa regra. São discursos que não são produzidos puramente pela propagação do conhecimento e informação puras, mas como estratégias de subjetivação dos sujeitos, que envolvem vários aspectos, como religiosidade, sexualidade, consumismo, fatores determinantes das relações sociais que influenciam diretamente as produções dessas verdades.

O fato de o sujeito não ser fixo e ligado à história, se justifica pela própria dinâmica da sociedade no qual ele se insere, pelo próprio contexto das produções discursivas, pois o que é verdadeiro em determinada época não o é em outra e essas constantes transformações da sociedade influencia na constituição de sujeitos, os quais acabam se subjetivando a partir de parâmetros estabelecidos, muitas vezes para atenderem a demandas estabelecidas pela sociedade. E são essas verdades e subjetividades no seio da vida social que pretendemos abordar, pelas análises do *corpus* relacionado à cura gay, cujas relações de poder resultam em resistências a esses discursos difundidos pela mídia digital.

## AS ESTRATÉGIAS DE SUBJETIVAÇÃO E A RESISTÊNCIA SOBRE A CURA GAY NOS DISCURSOS DA MÍDIA DIGITAL

Os enunciados que compõem o *corpus* desta análise foram coletados da *web*, em três sites distintos (Estadão, Correio Brasiliense e Revista Veja), para uma comparação entre os discursos veiculados em diferentes âmbitos da mídia digital. Os primeiros pertencem ao gênero discursivo reportagem, os seguintes são figuras que respondem diretamente a esses enunciados. Há jogos de verdade que permeiam a materialização desses enunciados, sendo que, as reportagens em questão evidenciam um posicionamento discursivo que é contrário ao discursivo científico que não aborda a homoafetividade como um problema/doença, e para sustentar tal inscrição,



o sujeito discursivo ampara-se no discursivo bíblico, tratando da temática por outro olhar de verdade.

Esse acontecimento proporciona a manifestação de diferentes sujeitos, nesse caso ilustrados aqui aqueles que resistem a esse discurso normatizador da sexualidade. Dessa maneira, a análise está organizada no primeiro tópico o *E1* (Enunciado 1) com a reportagem: “Juiz libera cura gay por psicólogos”<sup>85</sup>, *E2* (Enunciado 2): “‘Cura gay’: psicóloga usou bíblia para defender reversão sexual”<sup>86</sup>, e *E3* (Enunciado 3): “Nos bastidores da cura gay”<sup>87</sup>, ambas veiculadas em mídia digital. No tópico seguinte a série *R1*, *R2* e *R3* correspondem aos enunciados visuais que aparecem como resposta às reportagens. A seguir encontra-se a análise dos regimes de produção de verdades desses discursos.

## OS DISCURSOS MATERIALIZADOS NAS REPORTAGENS DA WEB

A psicóloga Rozângela Alves Justino tinha uma ação movida contra o Conselho Federal de Psicologia, que a censurara por oferecer tratamento de reversão sexual aos seus pacientes. O juiz Waldemar Cláudio de Carvalho concede uma liminar favorável a essa ação, amparado por um discurso legalista de que a proibição “fere a liberdade científica”. Trata-se de lugares de verdade, isto é, poder ligado ao saber (FOUCAULT, 2010) que, pela persuasão, busca abrir uma vertente de possibilidade de subjetivação aos sujeitos leitores da reportagem. Todavia, na ata decisão percebe-se uma regularidade, um posicionamento discursivo muito mais amparado no discurso religioso do que na liberdade científica, como é possível ver no trecho:

*E1* - O perigo da demora também se faz presente, uma vez que, não obstante o ato impugnado datar da década de 90, os autores encontram-se

85. Disponível em: <<https://goo.gl/s7j9BU>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

86. Disponível em: <<https://goo.gl/TgKkb1>>. Acesso em 22 ago. 2018.

87. Disponível em: <<https://goo.gl/ZaYzvs>>. Acesso em: 22 ago. 2018.



impedidos de clinicar ou promover estudos científicos acerca da (re) orientação sexual, o que afeta sobremaneira os eventuais interessados nesse tipo de assistência psicológica.

Segundo o discurso clínico, o que necessita de cuidado psicológico senão uma patologia? A investigação científica, nesse caso, trata justamente daquilo que pertence à ordem da normalização, da medicalização. No entanto, o que a ciência tem reproduzido massivamente nas últimas décadas é justamente que a homoafetividade não consiste em anomalia, é um processo natural em todos os seres vivos. Todavia o local discursivo onde esse discurso de patologização da sexualidade é reproduzido pertence à ordem religiosa.

Nesse contexto, como assevera Foucault (1996), a ordem do discurso determina um jogo de verdades que delimita o que pode e que pode não ser aceito como verdadeiro. Assim sendo, o posicionamento discursivo observado em E1, embora tente se inscrever na ordem científica, tem muito mais coerência com um posicionamento religioso conservador, pois a regularidade de seu discurso foge à dúvida e a investigação que são comuns aos gêneros discursivos. O jogo de verdade que se evidencia nesse enunciado está localizado em uma lógica que já visualiza uma homossexualidade como um problema pré-existente e que carece de tratamento.

A decisão desse juiz ilustra o quanto esse discurso excludente vem ganhando força, e que para tentar abonar o preconceito, usa-se frequentemente de estratégias discursivas que acionem a liberdade de cada indivíduo, seja para se submeter a um tratamento que não é reconhecido pela comunidade científica, seja para convencer esses indivíduos de que precisam desse tratamento. Nesse contexto, há também um regime de verdades que reproduz insistentemente que todas as relações afetivas devem se adequar à heteronormatividade imposta pela religião cristã.

Assim, no E2 é possível notar um atravessamento discursivo religioso no que deveria ser um discurso científico, uma vez que, parte-se do pressuposto de que a psicologia é uma ciência:



E2 - Em meio ao processo, Rozângela afirmou que “independente do que diz ou não certos estudos e pesquisas pessoas tem deixado a homossexualidade há séculos”. Ela ainda argumentou que “as primeiras citações de pessoas que deixaram a homossexualidade encontram-se registradas na bíblia, na Carta do apóstolo Paulo, em Cor 6.9-11: “Ou não sabeis que os injustos não herdaram o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avaros, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus”.

Aqui a verdade religiosa é jogada como um contraponto à verdade científica, sendo que as citações bíblicas inscrevem categoricamente esse sujeito em posicionamento cristão. Uma questão pode ser colocada: se tratar da homoafetividade é uma necessidade de liberdade científica, tal como se pode observar em E1, por que em E2 o sujeito discursivo justifica a decisão do juiz dentro da ordem religiosa? Ora, se não se trata de uma questão científica por que não ampará-la nesse discurso? Porque justamente enunciados que pertençam ao regime de verdades científico não visualiza a homossexualidade como um problema, quem o faz é a religião.

A circulação desses discursos, com o objetivo de se conquistar o público leitor pelas verdades instauradas, entra na relação verdade e subjetividade (FOUCAULT, 2016). Logo, percebe-se que ainda que estratégias discursivas tentem enquadrar o acontecimento discursivo que permeia E1 em uma lógica legalista e científica, esse jogo é desmascarado quando em E2 é povoado por versículos bíblicos. Trata-se, portanto, não de uma verdade clínica, mas de uma verdade preconceituosa e conservadora. Um posicionamento que é muito regular dentro da formação discursiva cristã-neopentecostal, é o que pode ser atestado no recorte do E3:

E3 - Na função de orientar o rebanho, está acostumado a lidar com todo tipo de gente e de angústias. Conta já ter recebido por lá algumas pessoas dispostas a abandonar a homossexualidade. Com base nessa experiência, criou uma teoria a respeito dos gays que querem se tornar héteros. “Irmão, é preciso arrumar uma mulher quanto antes para casar e ter filhos”, costuma aconselhar. “Ela não precisa saber que o senhor tinha essa tendência. Vai ajudar na sua libertação.” [...] Segundo ele, na escala de mafeitorias, um homossexual está na mesma categoria do ladrão, do assassino, do viciado em drogas e do adúltero. Todos são pecadores mortais. “Mas Deus é misericordioso e não discrimina ninguém, desde que a pessoa liberte sua alma do diabo”, ameniza.



Por meio dos posicionamentos ilustrados em E3, é possível compreender qual é o jogo de verdade que move tanto o acontecimento da ação movida pela psicóloga Rozângela Alves Justino, quanto de sua liminar favorável deferida pelo juiz Waldemar Cláudio de Carvalho. O discurso religioso neopentecostal descreve a homossexualidade como um mal a ser evitado e combatido, algo que carece de “libertação”. Nessa conjuntura, os homossexuais são colocados não apenas no lugar de doentes, mas também de criminosos “Segundo ele, na escala de malfetorias, um homossexual está na mesma categoria do ladrão, do assassino, do viciado em drogas e do adúltero. Todos são pecadores mortais”. Grife-se o termo “mortais”, dando uma sentença a quem foge a essa norma imposta.

Além disso, “está acostumado a lidar com todo tipo de gente e de angústias”, esses enunciados permitem perceber mais preconceito do que um propósito de assistência, que é o que propõe o sujeito que ali se manifesta. E é possível também perceber a contradição do discurso cristão “Mas Deus é misericordioso e não discrimina ninguém, desde que a pessoa liberte sua alma do diabo”. Ora quem ou que determina quem vendeu a alma ao diabo senão o líder religioso? Sendo assim, é possível constatar que esse discurso que toma cada vez mais força nas mídias conservadoras não é movido pela ciência, tampouco pelo direito e sim pela verdade religiosa que trata insistentemente a homossexualidade como um mal perverso.

Todavia, estratégias discursivas são acionadas para mascarar o preconceito latente nessas manifestações discursivas. É acionado o direito à liberdade científica, o direito à liberdade de busca de ajuda espiritual, todos ancorados em um lugar discursivo que enxerga a prática discursiva hétero como única aceitável. Nessa conjuntura, lê-se de acordo com Foucault (1981), que se há a existência de um poder, seja ele violento ou sedutor, há também uma resistência. Esses enunciados de preconceito, que ganham força nos veículos de comunicação, promovem também a resistência de outros sujeitos, como consta na análise discursiva dos enunciados nas figuras a seguir.



## A RESISTÊNCIA NAS REPRESENTAÇÕES DISPONÍVEIS NA INTERNET

Para compreender o exercício de um dispositivo é necessário olhar para o sujeito que a ele resiste, é o que afirma Foucault (1995). Nesse sentido, ao olhar para os enunciados materializados em formato visual, é possível compreender um sujeito que resiste a dispositivos normativos em relação à sexualidade.

Representação 1: Discurso sobre a homossexualidade como não sendo uma patologia



Fonte: <<https://goo.gl/ewU2xK>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

No enunciado R1 há uma resposta à rede de enunciados reproduzida em E1, E2 e E3: “Não sou doente!!!... Então não preciso de cura!!!”. Considerando a teoria segundo Michel Foucault (1995), observa-se uma resistência a discurso que tenta qualificar a homossexualidade como patologia, como observado nos primeiros recortes, usando de estratégias discursivas que trafegam pelos campos do Direito, Psicologia e Religião, isto é, lugares de verdade. O que se pode perceber, no entanto, é que muitos sujeitos não se inscrevem nesse regime de verdade, e em resposta a esse discurso que qualifica a relação homoafetiva como patológica, o sujeito discursivo do enunciado R1 descreve o preconceito como a verdadeira patologia. E essa mesma regularidade é perceptível nos enunciados R2



e R3, na qual é evidente um posicionamento discursivo que é resistente ao regime de verdade representado pela psicóloga supracitada, e ao fundamentalismo religioso que está em toda formação responsável de tal rede enunciativa.

*Representações 2 e 3: Resistência a psicólogo e ao fundamentalismo religioso*



Fonte: <<https://goo.gl/RkvS2S>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

Em resposta à E1, E2 e E3, os enunciados R1, R2 e R3 apresentam outro regime de verdade, em que homofobia, preconceito e fundamentalismo religioso é que são tratadas como patologias. As condições de possibilidade desses sujeitos não usam de estratégias que recorrem ao Direito ou à Bíblia, simplesmente resistem àqueles enunciados de ordem excludente. As manifestações e até mesmo suporte usado em R1, R2 e R3 dizem sobre os lugares ocupados por esses sujeitos na sociedade atual. Enquanto os primeiros usam atos performativos, como a liminar do juiz Carvalho, o dispositivo religioso que impera incisivamente sobre a vida de milhares de indivíduos, aos outros o recurso que resta é a resistência pacífica, por meio de cartazes e de práticas discursivas que fogem da normalização.

Nessa direção, trata-se de discursos que coexistem na sociedade, com seus lugares de verdade distintos, levando os sujeitos à resistência, que pode ser percebida nos enunciados materializados nas figuras como resposta aos discursos das reportagens. A homossexualidade é tomada a partir de posições contraditórias, tendo em vista os campos de conhecimento



que servem de alicerce para a instauração de verdades e que, a partir delas, esses sujeitos vinculados a esses saberes procuram criar um efeito de convencimento na sociedade, sobretudo nos homossexuais, a partir de seus lugares de onde falam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, nos enunciados aqui expostos, primeiramente posicionamentos de um sujeito que se ampara em discursos conservadores, por vezes recorrendo à religião como regime de verdade para se qualificar dentro da ordem do discurso como um sujeito autorizado a falar. Em contrapartida, os enunciados visuais evidenciam posicionamentos resistentes àqueles preceitos conservadores.

Tanto um quanto o outro corrobora na produção da subjetividade dos sujeitos inscritos nesse acontecimento. Há regimes de verdades em conflito; há verdade religiosa sendo colocada sob o viés do direito, e uma verdade científica sendo acionada como prática de resistência. Nos últimos anos a discussão política polarizada tomou força em muitos espaços, criando condições de possibilidade favoráveis a discursos conservadores, muitas vezes agressivos em relação à sexualidade homoafetiva.

As redes sociais, as mídias eletrônicas em geral, funcionam como suporte que permite a reprodução massiva desses discursos, tanto os conservadores quanto os resistentes. Esse recurso possibilita que muitos sujeitos antes silenciados pela ordem do politicamente correto agora se manifestem, ora em nome de Deus, ora em nome de “liberdade científica”. Todavia, essa mesma arena também dá suporte para que outros sujeitos resistam, pois nem todos se inscrevem no mesmo regime de verdade. A análise desses enunciados, por sua vez, possibilita compreender de onde fala cada um de seus sujeitos, uma vez que, enquanto um usa da máquina jurídica e das instituições religiosas para se manifestar, o outro lança mão das vias públicas, das redes sociais, para responder a essas investidas.



Pensando pelo viés da ordem discursiva, a sexualidade sempre foi uma prática totalmente aprisionada em dispositivos de verdade controladores, e nesse contexto a prática heterossexual foi historicamente instituída principalmente pela religião cristã como a normal. Fugindo dessa normalidade, esse dispositivo determina que um outro lugar da sexualidade é o anormal, a doença, o problema, o mal, o diabo, a perversidade.

Ao encontro desse discurso vem as manifestações que podem ser observadas na atualidade, que tentam endossar esse posicionamento usando de estratégias como “ajuda psicológica” e “direito à liberdade científica”. É, em outras palavras, um regime de verdades antigo sendo materializado por outros campos, mas que não fogem dessa mesma ideia normativa e excludente.

Na atualidade, o discurso frequentemente acolhido como mais dotado de verdade é o científico, mas nesse contexto no entanto, ele só é acionado em partes para justificar uma prática que nada tem de científica, pois como é possível investigar ou tratar dentro dos moldes da ciência uma patologia que a ciência não atesta como verdadeira? A ciência e o Direito são apenas recursos usados por esse sujeito discursivo enraizado no discurso neopentecostal homofóbico.

Em resposta a essas manifestações, há os sujeitos que veem o preconceito como a real doença a ser combatida. Fato é que, o preconceito pertence a um regime de verdades antigo que já perdura séculos, todavia, ainda que ele persista, também persiste a resistência. Como é possível ler de acordo com Foucault (1981), só não haverá mais resistência, quando não existir o exercício daquele poder e o regime de verdades se tornar outro.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre. Memória e Produção discursiva de sentido. In: \_\_\_\_\_ et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 11-21.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.



FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010, p. 223-240.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-74.

VEYNE, Paul. Tudo é singular na história universal: o “discurso”. In: VEYNE, Paul. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008, p. 11-26.



# 14

Luigi Silvino D'Andrea  
Éderson Luís Silveira  
Anísio Batista Pereira

**O sujeito inconcluso,  
a heterossexualidade  
e as (des)subjetivações  
pornográficas de um  
indivíduo entrevistado  
por um canal LGBT**



## INTRODUZINDO O PERCURSO

Criado há 11 anos, o *PapoMix* é um programa de TV exibido na internet, no site [www.papomix.com.br](http://www.papomix.com.br) cujas entrevistas são mediadas pelo apresentador e jornalista Anderson Azevedo. Está centrado em abordar vários aspectos que envolvem o cotidiano do universo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais). O vídeo selecionado<sup>88</sup> é a quarta parte de uma série em que foi efetuada uma entrevista com o garoto de programa e ator pornô brasileiro André Ferraz. A escolha se deu porque neste vídeo é possível notar (des)velamentos de formas de subjetivação em meio virtual relacionados ao ato de subjetivar-se como sujeito de determinada sexualidade.

O presente trabalho se propõe a analisar uma entrevista transcorrida no programa de TV *PapoMix*, cujo entrevistado é André Ferraz, com o objetivo de refletir sobre a constituição do sujeito tendo por base a sua (heteros)sexualidade. Além disso, alguns elementos entram nesse jogo subjetivo, como a profissão do entrevistado, garoto de programa, e a mídia, veículo de comunicação em massa que acaba por influenciar o caráter de verdade dos discursos veiculados. Trata-se de uma entrevista com um sujeito que possui uma identidade sexual hétero para um público genuinamente gay, por se tratar de um canal destinado a assuntos ligados a sujeitos homossexuais. Como suporte teórico-metodológico, recorreremos à Análise do Discurso francesa, mais precisamente a alguns pressupostos formulados pelo filósofo Michel Foucault, no que concerne à constituição do sujeito, subjetividade, (jogos de) verdade e relações de poder.

Pensando nesse *corpus* adotado para análise, este trabalho objetiva refletir sobre a constituição desse sujeito, concernente à sua sexualidade a partir de suas subjetividades aparentes no seu corpo, ligadas à heterossexualidade. Como suporte teórico-metodológico, foram adotados pressupostos formulados

88. A entrevista completa pode ser visualizada em partes no YouTube. O excerto específico que motivou o presente texto está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ubQbc8lqsVY>>. Acessado em 12 jul. 2018.



pelo filósofo Michel Foucault, por acreditarmos que suas teorias condizem à problemática e servem de base para problematizarmos as subjetividades em questão, no que respeita à sexualidade do sujeito entrevistado.

Como método de organização do artigo, tendo em vista as problematizações elencadas e a sua conseqüente extensão, optamos por dividi-lo em três partes: primeiramente, explanamos sobre a teoria que se vincula à denominada Análise do Discurso francesa, sublinhando os pontos mais relevantes sobre o sujeito, para a análise; em seguida, fizemos a leitura do corpus (entrevista) com foco no sujeito entrevistado, atentando-se para a questão da heterossexualidade, delineando as discussões para as considerações finais.

## ABORDAGEM SOBRE O REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO: MICHEL FOUCAULT E OUTROS TEÓRICOS

O sujeito, na concepção foucaultiana, se constitui na/pela história, fator que o coloca sempre em processo de formação, na ordem do (in) acabado, já que as subjetividades são pautadas pelos regimes de verdade vigentes, os quais não são fixos, possibilitando que o sujeito sofra deslocamentos na sua constituição. Sendo histórico e pela consideração de discurso como acontecimento, bem como se percebe no *corpus* tomado para análises, consideramos que a problematização da história, no contexto da AD francesa, se faz relevante nesse processo.

Na mesma direção de Foucault no que tange à história em análise de discursos, Certeau (2002) e Burke (2011) abordam a denominada “Nova História” que, para uma compreensão mais nítida dessa problemática, convenhamos compará-la com a história tradicional. Na história global, também denominada de convencional, são narrados os grandes acontecimentos, fatos visíveis de uma forma ampla, de modo que obedecem a uma linearidade. Por outro lado, a nova história parte das microestruturas, não lineares, tendo em vista que a produção discursiva faz sempre um retorno, a memória faz



ressurgir discursos já produzidos. Embora Foucault não aborde a questão da memória discursiva propriamente dita, vale destacar que, pela função enunciativa, o elemento campo associado funciona como memória. Além disso, um enunciado é sempre povoado de outros enunciados já produzidos, atribuindo um efeito de recuperação ou apagamento no que concerne ao discurso produzido no momento da enunciação.

A Nova História possibilita afirmarmos que tudo é singular, história que, dentre outros autores, como Veyne (2008), a considera como universal e que os fatos se caracterizam por singularidades e não por formas amplas e globais como a tradicional, assim como é abordada também por Navarro (2008). Nesse contexto, as minorias ganham destaque, pela dispersão dos fatos que se inscrevem no processo histórico, cujo sujeito é atravessado por essa variante que o constitui pelas relações de saber e de poder.

A não linearidade dos acontecimentos da nova história elenca o que Foucault (2008) denomina de irrupção histórica, sobretudo quando esse filósofo aborda sobre o enunciado. Todo enunciado é povoado de outros enunciados, isto é, de um “já-dito”. Assim, o passado e o presente se encontram constantemente nesse processo: ruptura com a linearidade dos fatos e irrupção pelo retorno a discursos já produzidos.

A memória discursiva funciona como elemento relevante no processo de atribuir sentido ao discurso, que corresponde a um exterior, denominado também de interdiscurso. Nesse contexto, memória discursiva e interdiscurso são considerados, sobretudo por Pêcheux (2010), como um mergulho discursivo na história. Esse teórico tece considerações sobre os fenômenos intradiscursivos (elementos linguísticos na produção discursiva) e interdiscursivos (memória), exteriores à língua.

Isto posto, considera-se que todo enunciado é construído a partir de outros enunciados, como discorrido. No entanto, é preciso tomá-lo como uma construção que não se repete, pela historicidade que se faz presente, atribuindo-lhe novo significado. Nesse contexto, o que se tem é um efeito



de memória (SARGENTINI, 2010). Essa memória não é, assim, uma simples retomada do que já foi dito, mas para exercer o papel de atribuidora de sentido ao discurso do presente da enunciação.

Essa não repetibilidade de uma enunciação, ainda que a memória possa lhe atribuir uma forma repetida de um já-dito, é sempre um “jamais-dito” (FOUCAULT, 2008) pelas suas condições de existência que o mantêm em certa singularidade. Chegamos ao ponto que esses teóricos denominam de acontecimento. Quando aborda sobre essa questão, Pêcheux (2008) destaca o caráter estrutural (língua) e o acontecimento (história), cujas condições de produção não se repetem na história, e o sentido depende desses elementos para se efetivar. Essa problemática envolvendo linguagem e história, da ordem do acontecimento discursivo, é abordada também por Gregolin (2006), no sentido de considerar o discurso no contexto de sua singularidade de produção.

A noção de acontecimento discursivo é um ponto relevante para esta pesquisa, tendo em vista os discursos veiculados na mídia digital que comporta esse caráter de singularidade, dadas as suas condições históricas de possibilidade para seu aparecimento. E o sujeito se apresenta por meio de subjetividades que provoca um embate entre a ordem individual que se contrasta com o social, evidenciando todo um histórico na sociedade brasileira no que respeita à sexualidade, cuja memória se faz presente, atribuindo sentido aos discursos.

O acontecimento descrito obedece a uma ordem discursiva, que, no embate com os sujeitos telespectadores, provoca efeitos de interdição e resistência a comportamentos atribuídos à homossexualidade. Essa resistência pode ser tomada como uma espécie de interdição de uma ordem, como Foucault problematiza em *A ordem do discurso*. “Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 9, grifos do autor).



É perceptível na nossa história que certos discursos não circulam com tranquilidade, pois a polemização que os dominam acabam por interditá-los. Nesse contexto de tabus, vale ressaltar que essa não tranquilidade é construída historicamente, cuja produção e circulação discursiva vão ao encontro dos valores morais vigentes da sociedade. Comportamento sexual, por exemplo, objeto deste estudo, sempre foi discurso controlado, interdito em várias situações cotidianas, bem como destaca Foucault:

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 1996, p. 9-10).

Como afirma o teórico citado, ao mesmo tempo em que a sexualidade sofre um processo de interdição, ligado ao poder, o desejo emerge como efeito, pois a própria proibição discursiva provoca o sujeito, colocando-o em situação de desejo de verdade. Além disso, a interdição ligada à sexualidade vem sempre acompanhada de exercício do poder, traduzindo-se em sistemas de dominação, o poder do qual o sujeito quer se apoderar.

Nessa teoria, além de outras, como em *Microfísica do poder* (1981), esse filósofo aponta para as relações de poder que norteiam as interações entre sujeitos nas práticas sociais. A genealogia do poder se constitui em uma fase dos estudos desse filósofo francês, que considera a constituição do sujeito pelas relações de saber e de poder, este funcionando a partir das microforças, no cotidiano.

São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a se voltar para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo (FOUCAULT, 1995, p. 234-235).



Nessa dimensão concernente às relações de poder e resistência, é evidenciado que, embora o sujeito do discurso seja social, não sendo a origem de si, mas efeito da exterioridade, as lutas de resistência colocam-no em determinado status de individualidade, como lugar único por ele ocupado. Embora o caráter de identidade traz uma concepção de grupos, as resistências decorrentes das relações de poder atribuem essa volta para si mesmo como espaço de individualidade, de subjetividades diferenciadas, atribuindo um caráter de existência no mundo.

O sujeito se constitui a partir do fator social e pela historicidade na qual surgem regimes de verdade, como já mencionado. Em *Subjetividade e verdade*, Foucault (2016) destaca essa relação que se dá no seio das interações sociais. As subjetividades, uma vez ligadas às relações de saber e de poder, não são fixas, como já abordado. A historicidade é dinâmica e a cada momento há regimes de verdade distintos, produzindo subjetividades de acordo com cada período.

As relações de poder são marcadas pelo saber, este influenciando na posição de sujeito, nas suas subjetividades. A relação poder-saber se encontra no interior das relações de poder, resultando na denominada terceira fase de Foucault, que está ligada à técnica/estética de si; como o sujeito se relaciona consigo e com o outro.

Quanto às relações de poder, essas não são consideradas um fator negativo, pois produzem sujeitos. No entanto, o que é preciso levar em conta é os efeitos dessas relações que, pelas formações discursivas opostas, surgem as resistências. Nesse contexto, Foucault (1995) destaca o sujeito e sua relação com o poder, de esferas sociais mais ou menos estabilizadas, dualidades que se mantêm em relações de forças, emergindo as resistências. Esse fator ligado às relações de poder pode ser percebido no contexto de funcionamentos discursivos ligados à sexualidade, uma vez que se tratam de discursos polêmicos e os comportamentos nessa vertente se contrastam na esfera social.



Para além dessas relações de poder ligadas às microforças, a mídia se constitui em importante veículo disseminador de discursos e que resulta em resistências e embates entre os sujeitos espectadores, pelas influências, tendo em vista o papel institucional midiático nos regimes de verdade que são propagados. Navarro (2008) aborda sobre a mídia tendo como pano de fundo as formulações foucaultianas, tendo em vista a história e a memória como elementos significativos nesses processos discursivos midiáticos.

Nesse contexto envolvendo a mídia e a história na constituição das subjetividades do sujeito entrevistado, vale destacar, no âmbito de comportamentos de resistência, o corpo diferenciado de uma ordem social. A desidentificação com um corpo modificado, ainda mais em excesso, faz com que este seja situado culturalmente sob a égide da marginalização frente a normalizações impostas e reproduzidas socialmente. No caso do ator pornô mencionado, a produção caseira e hétero deu lugar, com o passar do tempo, à participação também em sites direcionados a um público mais amplo o que motivo alguns sites a afirmarem, inclusive, que ele estaria ficando mais liberal com o passar do tempo e outros sites chegam a insinuar que tal mudança tem a ver com a diminuição de público após as intervenções corporais.

Para Andrieu (2004, 2008) o corpo historicamente foi objeto de cuidado decorrente de uma preocupação estética ligada a uma interioridade moral associada à busca pela beleza e o culto pela higiene, por exemplo. Sérgio Gomes da Silva (2011) situa algumas reflexões a partir da valorização do corpo como objeto:

Talvez não nos seja possível precisar o momento exato em que se deu essa valorização do corpo como um objeto. Em um momento, a valorização da imagem corporal não era sinônima de valor moral – nosso eu, nossa subjetividade e tudo aquilo que nos definia eram sinônimos de valor interior, da ética, da educação, dos bons costumes e, sobretudo, do nosso caráter, ou dito em outras palavras, éramos definidos como sujeitos éticos, e este traço da nossa personalidade era repassado e sustentado através de gerações. No momento seguinte, com o avanço do capitalismo, da sociedade de consumo, do império da moda e da publicidade, da ascensão da cultura da imagem e do espetáculo, do ideal de beleza e bem-estar físico e corporal, a concepção



de sujeito mudou! Passamos a ser definidos pela nossa imagem, por aquilo que apresentamos como valor estético e corporal, ou seja, ressaltamos nossa aparência em detrimento de nossa essência (SILVA, 2011, p. 242).

Quando a aparência passa a prevalecer em detrimento de uma interioridade moral, a moralidade passa a designar historicamente o corpo a partir de identificações e repúdios públicos. Modificar o corpo e, em excesso, mais ainda, passa a ter um valor de desleixo, oposto ao cuidado de si que remonta a um cuidado com o corpo valorizado na sociedade ocidental. Se somarmos ao fato que o sujeito em questão atua em obras de conteúdo pornográfico mais a presença de alterações no corpo, não é difícil perceber como ele pode estar situado em instâncias de desidentificação alteritária, vítima de repúdios externos e marginalizações.

Para além desse aspecto de desidentificação corporal, torna-se possível situar o presente trabalho na explicitação de formas de subjetivação virtual(izadas) e externadas numa entrevista para um canal voltado ao público LGBT. Isso porque a análise de alguns excertos permite vislumbrar a inscrição em práticas e resistências específicas relacionadas a um sujeito, mas que estão associadas a um modo de vida que se estende para além da existência deste sujeito e perpassam o corpo social como um todo em meio à heterocentricidade<sup>89</sup> que o atravessa. A apresentação inicial permite perceber que tal entrevista se exerce no âmbito de práticas consideradas tabu e também em meio a marginalizações e valorações que acentuam o caráter de ocultamento que as constitui.

89. Adrienne Rich (2010) assinala a heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres acusando a existência da heterocentricidade em meio a uma sociedade conservadora como a Ocidental. Articulamo-nos a este pensamento para estender a crítica ao alcance de tal heterocentricidade no âmbito da heterossexualidade masculina e suas múltiplas formas de manifestação, principalmente quando produz o apagamento da existência e a marginalização de sujeitos LGBTs.



## O SUJEITO E SUAS (DES)SUBJETIVAÇÕES PORNOGRÁFICAS – A HETEROSSEXUALIDADE EM JOGO

Eventos nacionais e internacionais relacionados ao uso e a realizações de tatuagens e mudanças corporais costumam reafirmar um tipo de masculinidade geralmente associada à heterossexualidade. Os adeptos de modificações corporais possuem um corpo que se distingue dos padrões da sociedade ocidental, sofrendo, assim, efeitos de tais usos e práticas que permitem apreender consequências disso no meio social. André Ferraz é mineiro, tem inúmeras modificações corporais, incluindo bifurcação na língua, tatuagens pelo rosto e outras perfurações espalhadas pelo corpo. Tal entrevistado é garoto de programa e ator pornô. Cabe situar que a entrevista foi motivada pela participação dele como sujeito de vídeos postados em um canal de vídeos homoeróticos destinados ao público LGBT.

Em relação ao conceito de subjetividade, vale ressaltar que para Ferreira Neto “esse século de mudanças profundas e velozes tornou latente a associação entre experiência social e experiência subjetiva, demonstrando que entre a vida social e a vida subjetiva existe uma relação fundamental” (FERREIRA NETO, 2004, p. 2). Neste âmbito, a produção de subjetividades não está desarticulada do meio social, entendendo-se a subjetividade como algo não acabado, como sendo um processo descontínuo e ininterrupto, pois reflete as mudanças sociais e históricas nas quais os sujeitos são situados. Os sujeitos participam e são atravessados pelo coletivo, por isso falar em formas de subjetivação não requer o apelo a uma interioridade fundante, mas à inscrição do sujeito nas práticas sociais. Vamos ao primeiro excerto:

Repórter: Chicotear. Você já chicoteou alguém? Já foi chicoteado?

Entrevistado André Ferraz: Já chicoteei e até hoje ainda não tive o prazer ou a curiosidade (não sei a palavra certa) de ser chicoteado, não sei se eu teria interesse ou...

R.: Mas já imaginou?

E.: Não, eu prefiro chicotear! Eu, gosto, eu sinto...



R.: Você gosta de dominar!

E.: [...] [inaudível] grito e saber que fui eu que causei, ela olhar pra mim, tipo, dá outro que eu tô gostando, interessante.

R.: Rola uma química legal, né. Pelo que eu vi você gosta de dominar, né?

E.: Sim.

O trecho destacado aponta para o sexo de maneira a interditar a posição de homossexual, sobretudo masculino, ainda que o entrevistado fale de um lugar de profissional do sexo, o referido sujeito traz à tona o termo “dominação” como papel típico do homem másculo na atividade sexual. Trata-se de uma subjetividade dada por uma verdade, indo ao encontro da teoria de Foucault (2016), quando aborda sobre o processo de subjetivação do sujeito. A partir desses pressupostos, afirma-se que essa revelação provoca um efeito de memória no discurso vigente, já que o ativo na relação deve se comportar como dominante e o passivo, dominado.

Tomando as formulações de Foucault (1981), essa subjetividade revelada pelo sujeito entrevistado perpassa pelas relações de poder que na sociedade sempre ganhou hegemonia: homem heterossexual, na condição dominante e mulher, como o sujeito dominado, na relação. Assim, ainda que no campo da atividade profissional essa regra social é passível de ser quebrada, o entrevistado recorre a um discurso para ele conveniente, interdita a possibilidade de ser dominado, passivo, o que, de acordo com a ordem discursiva da sexualidade o considerado normal deve prevalecer. Para tanto, o entrevistado não se permite a quebra dessa norma.

“Chicotear” sobreposto a “ser chicoteado” carrega uma carga semântica de dominação e dominado, estes revelados posteriormente aos primeiros termos, discurso que sugere o papel masculino no sexo. De acordo com a heteronormatividade, ser dominado seria assumir-se homossexual passivo e o entrevistado se cuida para não cogitar essa condição. Mas não revela maiores detalhes, ficando implícito um discurso de intimidade que o mantém em determinado sigilo, uma interdição. Considerando as palavras de Foucault (1996), vale destacar que o sujeito não tem autorização para



dizer tudo e, apesar de lançar mão de uma linguagem bastante aberta, há o risco de revelações do eu que o sujeito opta por deixar em deriva.

Quanto à função enunciativa abordada por Foucault (2008), o trecho destacado pode ser relacionado, dentre outros fatores, com a influência institucional, pois se trata de um discurso veiculado pela mídia, esta dá sentido ao que é dito, para tantos espectadores que consomem essas informações. Nessa direção, a mídia se mostra como um lugar de verdade, que, por esses fatores, o sujeito entrevistado se direciona rumo às subjetividades heterossexuais, se inscreve nessa formação discursiva e toma essas verdades ligadas à condição sexual de um sujeito do sexo oposto.

Embora se trate de um canal de circulação de conteúdos destinados a homossexuais, entende-se que o teor de seus discursos, quanto suas posições sexuais, talvez não correspondam à vontade de verdade da maioria de seu público. Esses telespectadores esperam do entrevistado um comportamento que lhes satisfaçam, ainda que de forma fantasiosa, mas esperam desse profissional do sexo, subjetividades que vão ao encontro da identidade dos gays, o que não acontece. No entanto, gostar da posição de dominar não seria problema para esse público específico, mas se essa dominação ocorre também com homens homossexuais. Seria esse o discurso que corresponderia a esse desejo de verdade esperado pelos gays, tendo em vista o perfil do canal em evidência.

Além dos termos citados, órgãos sexuais também são nomeados, de forma bastante direta e sugestiva, colocando o discurso materializado nos enunciados da entrevista como revelador de subjetividades ligadas à sexualidade do entrevistado. Quanto ao órgão sexual masculino, “piroca” é o termo atribuído ao pênis, que, sendo proferido por um sujeito profissional do sexo, revela um tom libidinoso, embora não original, já que, socialmente, trata-se de uma palavra bastante usada, em situações informais, porém interdita em outras.



R.: [...] qual o nome que você chama seu órgão sexual? Você tem algum nome carinhoso para chamar?

E.: Hmm. Carinhoso, carinhoso, não, chamo por uns nomes mais agressivos, acho.

R.: Certo. Qual que é o nome dele que você mais usa?

E.: Piroca.

R.: Piroca [acenando afirmativamente]

E.: Por que eu gosto de piroca, não que eu goste de piroca, eu gosto de chamar de piroca.

[Ambos riem]

R.: Não, eu tô perguntando o nome, você que interpretou mal.

E.: Sim.

R.: E tem algum nome que as pessoas chamam que te chama atenção, sei lá?

E.: [rindo] Acho que não.

A presença do órgão genital masculino na conversa permite a inscrição do sujeito na heterocentricidade: o órgão masculino é o órgão que ganha destaque no terreno de práticas sexuais LGBTs, sobretudo porque a homossexualidade masculina é aquela para a qual o programa se dirige. Mesmo que se apresente como voltada ao público LGBT, por exemplo, isso se dá a partir de uma normalização e um efeito de apagamento em relação a outras práticas, interiores inclusive ao próprio movimento, como as lesbianidades.

O efeito de masculinidade se acentua no uso de valorações que caracterizam culturalmente o homem heterossexual em detrimento de outros homens: não se chama carinhosamente, mas de forma agressiva: a agressividade é uma característica frequentemente associada a uma matriz heterossexual do homem “macho”. Como tal associação não é fruto da criação individual, a subjetividade é então constituída por meio das relações sociais. A negação que preserva o entrevistado do mal entendido (“não que eu goste de piroca, eu gosto de chamar de piroca”) carrega em si o risco de inscrever-se, através do dito, em práticas não heterossexuais (apesar de ele já ter feito vídeos para canais homoeróticos masculinos).



R.: Conta pra gente: você já realizou todas as suas fantasias?

E.: Hmm, não, porque, digamos que as fantasias que eu ando tendo ultimamente são meio que pesadas e até fico meio sem graça de falar e acho que não vão passar de fantasias, vou deixar aqui quietinho [apontando para a própria cabeça], deixa elas na minha cabeça.

[...]

R.: [...] Mas você tem alguma assim que você pode tá compartilhando com a gente, que você já realizou?

E.: Cara, sexo com parente.

R.: Ah é?!

E.: Sem brincadeira, achei interessante, não posso falar.

R.: Gente, tá cheio de gente que tem maior fantasia com essas coisas.

E.: Sexo com parente eu acho interessante.

R.: Uma coisa que atrai muito.

E.: Sim, tipo não vamos pegar pesado e pegar alguém tipo próximo...

R.: Pega um irmão, não é nada disso.

E.: ähhh hmm, mais ou menos [ficando sem jeito]

R.: Eu ô conseguindo tirar alguma coisa. [Ambos riem]

E.: Eu, tipo assim, não vou querer comer minha vó, porque tipo assim, é pesado, né. Sei lá vamu deixar assim, a pessoa que imagina o que...

R.: Eu nunca imaginei que ia deixar você sem graça.

E.: Pow e conseguiu.

Neste outro excerto, encontramos a questão do tabu do sexo. Historicamente a sexualidade foi domesticada, circunscrita, delimitada e valorada positiva e negativamente no terreno das práticas sociais. Podemos notar como a sociedade se inscreve no dizer do sujeito, pois, mesmo que ele externalize parte de suas fantasias, ele as interdita parcialmente por questões morais, se inscreve como sujeito moral de uma sexualidade que é vigiada pelo outro. Assim, torna-se necessário acentuar que sexo com parente até vá, mas não pode com qualquer parente.

O imaginário construído em relação a indivíduos que atuam no campo da pornografia costuma associá-los a seres desinibidos e sem vergonha



de dizer qualquer coisa. Daí a surpresa do entrevistador quando deixa o entrevistado sem jeito. Como a subjetividade não é acabada e fechada sobre si mesma, o desconhecido pode emergir, como no caso mencionado, que contradiz o imaginário coletivo e acentua um viés subjetivo que faz parte do sujeito entrevistado.

A autovigilância em relação ao que pode ou não ser considerado “monstruoso” ou passível de ser interditado fica ainda mais evidente noutra frase: “as fantasias que eu ando tendo ultimamente são meio que pesadas e até fico meio sem graça de falar e acho que não vão passar de fantasias, vou deixar aqui quietinho”. Tal fala permite notar ao autodisciplinamento de si por meio do qual a disciplina “avalia os indivíduos com a verdade, uma penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimentos dos indivíduos” (FOUCAULT, 2004, p. 162). Como Foucault, não se toma a disciplina como *modus operandi* único, mas como um dos fatores que permite a percepção da arte do governo de si e dos outros através da exposição dos indivíduos que os torna fiscais de si mesmos.

Isso permite pressupor que a subjetividade é alterdirigida por considerar as reações dos outros sobre os modos a partir dos quais ela pode vir a se manifestar no terreno das práticas (SIBILLA, 2008). Isso porque os efeitos do exterior sobre a produção de subjetividades se articulam aos efeitos que podem surtir nos outros sujeitos onde “o que deve ser visto é o que cada um mostra de si” (SIBILLA, 2008, p. 235). O que se torna público, então, é regido por escolhas que se deslocam a partir de moralidades exteriores ao sujeito que vão se introjetando nos modos de olhar e se situar no mundo.

Dessa forma, individual e social se inter-relacionam mutuamente. Daí podermos afirmar que a produção de subjetivações não se dá a partir de uma interioridade soberana fundante, mas na relação com os demais sujeitos e o mundo que nos rodeia. A pornografia não se exime de tal configuração. Apesar de situar-se num determinado campo a partir do engendramento de comportamentos e da reprodução de práticas que se estendem para a vida social, ela se articula como um meio de práticas regidas pela heterocentricidade. Tal heterocentricidade remete a uma valoração da



heterossexualidade como matriz reguladora de ditos e práticas e, mais do que isso, de um tipo de heterossexualidade que marginaliza formas de vida e de experiência que não são padrão, apesar de se alimentar do consumo de sujeitos que se inscrevem em práticas não padronizadas de existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso materializado na entrevista de André Ferraz, na condição de um sujeito que fala do lugar de um profissional do sexo, revela algumas de suas subjetividades no exercício de seu ofício, mostrando, conseqüentemente, algumas características pessoais sobre sua sexualidade. Ao mesmo tempo em que alguns detalhes são revelados, como nome do órgão genital, posição e fantasias sexuais, ele se interdita o tempo todo, provocando uma descontinuidade discursiva em jogo. Dessa forma, esse sujeito, como efeito do discurso vigente, revela-se (in)acabado, tendo em vista a situação midiática que o influencia, o que deveria ou não ser dito naquele momento.

Pela análise dos discursos materializados na entrevista, é possível concluir que o sujeito entrevistado é inconcluso, pois entra no jogo individual *versus* social; se mostra em determinadas práticas heteronormativas, mas se interdita em certas subjetividades pornográficas, já que se inscreve em normas sexuais sociais, naquilo que pode ou não afirmar em público. Além disso, por se tratar de condições discursivas que levam esse discurso para a sociedade, o sujeito procura corresponder aos regimes de verdade sobre a heterossexualidade, constituídos historicamente, pautados por uma memória social que o domina, determinando revelações e, ao mesmo tempo, interdições frente ao público.

## REFERÊNCIAS

ANDRIEU, Bernard. *A nova filosofia do corpo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

ANDRIEU, Bernard. Entrevista. *Iara*: revista de moda, cultura e arte, v. 1, n. 2, p. 126-135, ago./dez. 2008.



BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: EDUNESP, 2011. p. 7-38.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 31-119.

FERREIRA NETO, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 16, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229-249.

FOUCAULT, Michel. *Subjetividade e verdade*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre lingua(gens), identidade e memória*. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 59-74.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5 ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2010, p. 49-57.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010.



SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. As relações entre a Análise do Discurso e a história. In: GASPAR Nádea Regina; MILANEZ, Nilton (orgs.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-102.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Sérgio Gomes da. As modificações corporais na sociedade contemporânea. *Cad. Psicanál.* – CPRJ, v. 33, n. 25, p. 239-257, 2011.

VEYNE, Paul. Tudo é singular na história universal: o “discurso”. In: VEYNE, Paul. *Foucault: o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008, p. 11-26



# 15

Wellton da Silva de Fatima

## **A homossexualidade em tela:**

uma análise do discurso  
de comentários em sites  
de notícias sobre novelas



## PRIMEIRAS PALAVRAS

Em outubro de 2017, a *Rede Globo de Televisão* começava a anunciar a nova produção dramatúrgica que estaria por vir: a novela das vinte e uma horas, como de costume, começava a ser introduzida por meio de *flashes* do que seriam suas principais tramas, por sites e programas de entretenimento, desde aqueles mais alinhados ao jornalismo até aqueles que se identificam por uma conversa mais descontraída.

Tem sido comum, há cerca de uma década, que as novelas abordem temas relacionados à homossexualidade, à bissexualidade, e, de outro modo, à transexualidade, etc. Mais propriamente, é possível dizer que, em algumas novelas, houve personagens assumidamente homossexuais<sup>90</sup>, e que houve também personagens passando pelo processo de redesignação de gênero<sup>91</sup>, além de outras coisas. Isso não revolucionou, no entanto, o modo como são significadas as sexualidades que fogem ao padrão heteronormativo e o gênero que sai ao padrão cisnormativo. Os núcleos familiares, por exemplo, continuaram a ser majoritariamente – e em alguns casos exclusivamente – heterossexuais, a temática da transexualidade sempre introduzida por meio de um certo estranhamento em relação ao que poderia ser lido como normal etc. Desse modo, as questões de gênero e sexualidade, que nessas produções dramatúrgicas foram introduzidas, não necessariamente desestruturaram um certo dispositivo de leitura semanticamente estável e pragmaticamente organizado<sup>92</sup> segundo o que prescreve a ótica heteronormativa.

Algo de minimamente curioso ocorreu, no entanto – do ponto de vista da produção de sentidos – que nos despertou a atenção: muito em

90. Um exemplo é a novela *Amor à vida*, de autoria de Walcyr Carrasco, exibida em 2013-2014 pela *Rede Globo de Televisão*.

91. A novela *A força do querer*, de autoria de Glória Perez, exibida no ano de 2017 pela *Rede Globo de Televisão*.

92. Para fazer menção à consagrada formulação de Pêcheux (1995 [1975])



virtude da introdução dessas temáticas<sup>93</sup>, a emissora em questão passou a ser *acusada* – por um certo segmento ideológico – de aderir àquilo que eles chamaram agenda *gayzista*. Uma determinada fatia reacionária da sociedade brasileira, por considerar essas manifestações de gênero e de sexualidade *outras*<sup>94</sup> uma ameaça, rapidamente começou a fazer circular sua *denúncia* mediante ao *atentado* que se formatava contra o que se convencionou chamar de família tradicional brasileira.

Diante de tais acusações, uma certa tensão se projetou no imaginário<sup>95</sup> brasileiro: a partir dessa formação discursiva que *acusa*, projetou-se sobre a emissora a imagem de defensora uma agenda gayzista; e isso, em uma outra formação discursiva alinhada aos direitos da população LGBT, fez projetar a imagem da emissora como defensora dos direitos LGBT. Ao mesmo tempo, e sub-repticiamente inscrito nesse jogo das formações imaginárias, uma outra imagem se projetava: a de que tematizar tais questões, como fazia a tal emissora, era já uma tomada de partido a favor de tais questões. Essa imagem tomou-se como uma evidência e, como tal, diluiu-se nos efeitos de sentido produzidos acerca das tensões que constituem essas formações discursivas.

Tendo em vista essa questão, e movidos pelo incômodo gerado pela maneira como tal trama discursiva se engendrou, colocamos em análise uma matéria que circulou no portal de notícias *Terra*, em sua subseção *Diversão*, tratando sobre a nova novela “O outro lado do paraíso”. Escolhemos tal notícia, pois, de certa maneira, ela antecipa<sup>96</sup> a “acusação” de adesão à agenda LGBT já no corpo de sua matéria, o que faz circular também a evidência que descrevemos acima, possibilitando o surgimento de um certo conjunto de comentários sobre o assunto em questão. O foco de nossa análise, desse modo, incidirá sobre os comentários e a produção de sentidos sobre o gênero e a sexualidade que neles se materializam.

93. Mas também pelo fato de dessas temáticas serem tratadas em outros espaços da emissora, como programas de entretenimento, de entrevista etc.

94. Utilizaremos a expressão “outras” para designar aquelas sexualidades que por gesto de resistência, de revolta ou de tomada de consciência política não se apresentam como o *mesmo* da cisheteronormatividade.

95. Trata-se aqui do conceito de Formações Imaginárias (PÉCHEUX, 2014 [1969])

96. Falaremos na seção a seguir e retomaremos em análise essas estratégias de antecipação.



Para ancorar teoricamente nossa análise, alinhamo-nos à Análise de Discurso francesa, mais especificamente aquela inscrita nos domínios teóricos inaugurados por Michel Pêcheux (2014 [1969]), na França, e continuada e rediscutida por diversos pesquisadores também no Brasil. É sobre essa teoria que passamos a tratar a seguir.

## A TEORIA QUE NOS ANCORA

Como dissemos, a teoria da qual partimos é a Análise de Discurso de linha francesa. Definiremos, de acordo com Pêcheux, o discurso como “efeitos de sentidos (e não transmissão de informação) entre os interlocutores” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82). Isso, entre outras coisas, quer dizer que consideramos que a produção de sentido não deriva essencialmente de quem diz, mas está intrinsecamente ligada às condições de produção postas pela relação entre a linguagem e a exterioridade.

Isso porque compreendemos que, pelo funcionamento da ideologia, dadas as condições de produção, um determinado referente discursivo pode ser significado de uma maneira e não de outra, a depender da forma como a ideologia funciona a partir da posição desse sujeito que toma a palavra. Para nós

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’ aquele que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160).

Sendo assim, um dispositivo de leitura constituído por meio dessa teoria trará necessariamente uma noção de sentido dividido, já que um determinado referente discursivo pode adquirir outro sentido a partir das diferentes posições que se possa assumir. Há, então, pela maneira mais ou menos organizada pelo qual a ideologia se apresenta, as Formações Ideológicas.



Compreende-se, então por que em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* [...] que, ao mesmo tempo, possuem um caráter 'regional' e comportam posições de classe: os 'objetos' ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a 'maneira de se servir deles' – seu sentido [...] (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 145).

Ao deslocarmos a maneira como observamos a história, tomaremos a produção dos sentidos em sua historicidade (ORLANDI, 2013), isto é, compreendendo que o estágio atual de um processo discursivo é desdobramento da maneira como as relações de força em voga em nossa formação social se tensiona(ra)m. Sendo assim, temos diferentes “maneiras de se servir” de objetos ideológicos diversos, reguladas pelos saberes que intervêm como memória sobre tais objetos, significando-os diferentemente.

Em nosso material de análise, por exemplo, e observando o espectro da sociedade brasileira, é possível delimitar o funcionamento ideológico à medida que percebemos a maneira como as questões de sexualidade são tratadas. Em uma Formação Ideológica, explica-se e entende-se perfeitamente as pautas e reivindicações que derivam da maneira como as sexualidades *outras* são tidas e praticadas; em outra Formação Ideológica, também explica-se e entende-se com maestria os motivos pelos quais atender a essas reivindicações consiste em uma ameaça para as instituições forjadas na/pela heteronormatividade.

É por isso que, para nós, vale a pena tratar de regiões de sentido. Tendo as Formações Ideológicas não como função fechada da ideologia, mas como funcionamento de ideias e práticas mais ou menos coerentes entre si, acenamos para a existência das Formações Discursivas, as quais se formatam pelo modo como a ideologia se materializa na língua, possibilitando arranjos e rearranjos de discursividades também mais ou menos coerentes entre si.

De acordo com Pêcheux: “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo espaço da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160).



Assim, podemos tratar, em nosso material, de uma Formação Discursiva Heteronormativa, em cujo interior não é coerente ler a homossexualidade, por exemplo, com *status* de normalidade, e de uma Formação Discursiva Progressista, em cujo interior a reclamação de que tematizar questões de gênero e sexualidade seja ruim não faz sentido.

Não é, como veremos em análise, tão simples – e, às vezes, não é possível – delimitar as fronteiras dessas formações discursivas que por vezes conversam entre si, inclusive, atravessando uma a outra. Isso se dá pois, ao tratarmos da materialidade do sentido na ordem da língua, consideramos que “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.” (ORLANDI, 2013, p. 43).

Em virtude disso, e compreendendo que o sentido não existe a priori ou essencialmente, mobilizamos o conceito de Formações Imaginárias, tal como propõe Pêcheux (2014 [1969]), para apreender, pelos enunciados que constituem nosso *corpus*, as imagens que são projetadas no momento mesmo em que o sujeito toma a palavra. Essas imagens (se) constituem (n)um jogo de antecipações. De acordo com Orlandi, “Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito)” (ORLANDI, 2013, p. 40).

A partir desse conceito, buscamos descrever e interpretar, a partir dos dizeres formulados, as imagens que são projetadas discursivamente para a sexualidade, para as novelas e para a própria emissora em questão. Isso porque o modo como esses três elementos estão inseridos em nossa formação social atualmente fazem falar. Dito de outro modo, é por esse contexto sócio-histórico – condições de produção do discurso – que tanto a sexualidade, quanto às novelas e a própria emissora são imaginadas pelo sujeito que a respeito delas comenta. Esse modo de imaginar – projetar imagens -, por sua vez, guarda relação com a memória, com o saber



discursivo que sustenta a tomada de palavra, que Orlandi (2013), retomando Pêcheux (1969, 1975), designa como interdiscurso.

Assim, postulamos que é no atravessamento de sentidos que ocorrem na relação entre essas diferentes formações discursivas, em sua relação com a memória e em suas projeções imaginárias, que rearranjos semânticos são feitos de modo a possibilitar que algo *faça sentido*. Por meio desse formulado teórico, então, lançamo-nos ao nosso material para compreender como objetos ideológicos do domínio do gênero e da sexualidade ganham espessura no discurso jornalístico-televisivo. E, mais do que isso, como esse aparelho pelo qual se insere tal discurso nas diferentes formações discursivas intervém no processo de significação e, sendo ele também um objeto ideológico, nas próprias formações discursivas.

## REFLEXÕES ACERCA DO OBJETO

Temos tomado a televisão, aqui, como um acontecimento na sociedade brasileira. A tela da TV, seja pelo jornalismo, seja pelo entretenimento, tem dado, há algumas décadas, a tônica daquilo sobre o que é relevante se falar.

É interessante notar que – diante do modo como a TV se apresenta hoje – por ela são pautados os assuntos que, inclusive, serão seguidos por outros veículos de comunicação. Isso se dá pela instantaneidade característica da TV, que por coadunar grande audiência, configura-se como a forma mais eficiente de viralizar, por exemplo, um fato de importância nacional cuja necessidade de noticiar imediatamente é muito grande<sup>97</sup>.

Interessa-nos, desse modo, perceber que, a partir da TV, sentidos são colocados em circulação de maneira específica, de forma potencializada. Assim, a ordem do dia – aquilo que será comentado, por exemplo, nas redes sociais – constitui-se aí nessa relação.

97. Estamos tratando aqui de entrada como o Plantão da *Rede Globo*, por exemplo. O Plantão entre em caráter de urgência, a qualquer momento, beneficiando-se da audiência das novelas, dos programas da tarde, etc.



A existência da televisão e, posteriormente, o seu desenvolvimento no Brasil participam dos processos de produção de sentidos para a mídia brasileira, não apenas por meio do discurso da própria televisão, posto em circulação desde a sua primeira transmissão na capital paulista, mas também pelo discurso sobre a TV em circulação mesmo antes do momento histórico-jornalístico de sua inauguração (DELA-SILVA, 2008, p. 2).

A forma como os veículos de comunicação são regulamentados no Brasil e o fato de as principais emissoras serem empresas privadas é fator determinante para que a escolha daquilo que se compreende como relevante, aquilo que fará parte da ordem do dia. Estamos tratando, principalmente, do direcionamento político de determinadas emissoras e do modo como tal direcionamento possibilita um maior ou menor alinhamento ao que se tem convencionado chamar leis do mercado.

Isso é importante para compreendermos que o que aparece na tela é já resultado do funcionamento de posições ideológicas e não um suposto reflexo da realidade. Tal constatação, leva-nos diretamente a uma reflexão acerca do nosso objeto: os comentários de notícias sobre novelas em sites, constituídos nas/pelas posições ideológicas assumidas por esse sujeito que comenta.

Tais comentários, mesmo quando observados de maneira superficial, já demonstram a existência de divergências na aceitação daquilo que é tratado na TV e principalmente na aceitação da maneira como a TV aborda determinados assuntos. O assunto aqui em questão é, pelas condições de produção atuais, já polêmico, passível de divisão pelo modo mesmo como a sociedade brasileira hoje se apresenta. A representação das questões de sexualidade são, ao mesmo tempo, objeto de feroz ataque e de também feroz defesa.

Queremos compreender, portanto, nessa disputa de sentidos sobre a sexualidade na tela da TV, como se delineiam duas formações discursivas antagonicamente posicionadas. Além disso, visamos perceber como se constrói a evidência de que *falar sobre* a homossexualidade se traduz como defesa da homossexualidade.



Para isso, selecionamos alguns comentários – aqueles nos quais houve mais interações – feitos a respeito do lançamento da novela *O outro lado do paraíso* de Walcyr Carrasco, constituindo, assim, nosso *corpus*. Tratam-se de comentários contrários e de comentários favoráveis às questões de sexualidade ali tematizadas.

A novela que teve sua estreia em 2017, tematizou a homossexualidade por meio da história de Samuel, que, apesar de sustentar a imagem de heterossexual, acaba se envolvendo com Cido. Além da história do casal, a trama também contou a história de Nick, personagem afeminado assumidamente homossexual.

Os comentários, no entanto, não surgem simplesmente diante de tais histórias, mas de um certo modo da mídia virtual – site de notícias e entretenimento – dizer tais histórias na tensão pela qual se constitui a sociedade brasileira no que tange às questões de orientação sexual.

O título da matéria veiculada pelo portal *Terra* traz os seguintes dizeres: “Novela terá romance gay e homossexual que apanha do namorado”. Chamou-nos atenção, no entanto, o enunciado imediatamente abaixo do título, em que se lê “Escrita por um bissexual, *O outro lado do paraíso* promete incomodar quem não tolera diversidade”. Em um outro enunciado recortado do interior da matéria ainda podemos ler o seguinte: “O folhetim de Walcyr Carrasco vai provocar a fúria de quem acusa a teledramaturgia de promover a homossexualidade”.

Há nos enunciados acima já uma certa tensão projetada imaginariamente para a questão que está sendo tematizada. O leitor/internauta, ao comentar, o faz em relação a esse certo modo de dizer pelo qual se apresenta o portal.

É considerando toda essa trama discursiva, que partimos para a análise de nosso *corpus*.



## NOSSAS ANÁLISES

Sejam, então, as nossas seqüências discursivas<sup>98</sup>:

SD1 Freddie Mercury, Elton Jhon, Cazuza etc, fizeram sucesso sem ficar exaltando opção sexual, somente pelo talento, mas só a Globo fica com esse mimimi “lacrador” aff.

SD2 Quem sou eu na fila do pão, mas já escreveu a novela com a intenção de incomodar? Assistir novela é diversão e não para incomodar, coisa chata isso.

SD3 Tô nem aí!!! Pode botar homem transando com camelo, rinoceronte acariciando homossexual, mulher com rosto de águia, transexual interplanetário....que se exploda! Nem eu nem minha família assistimos a #globolixo!!!!

SD4 Cadê os bolsominions berrando dizendo que a Globo ta ferindo a frágil “sexualidade” deles??... É a mesma turma que promete boicote e faz a novela das 9 bater recordes de audiência ... Se atualizem ou voltem pra Idade Média .... #PorMaisNovelasAssim #CensuraNuncaMais

SD5 Ninguém é obrigado a gostar,mas todos merecem respeito. Mas já acho desnecessário ficar o tempo todo enfatizando isso em novelas,jornais seja lá o que for. O mundo não é mais o mesmo,muita coisa mudou! É muita apelação da Globomerda, ficar o tempo todo fazendo novelas em torno disso. Não é por que não gostamos que não respeitamos,mas assim como o público Lgbt quer respeito,nos héteros TB queremos. E demais você está sentada com o seu filho (a) e começar a passar certas cenas que vc n sabe nem explicar o que é,ou você sentar para ver a novela pq tem algo que você goste mas ela fica mais enfatizando certo assunto do que outra coisa. Isso já é desrespeito demais !!!!!!!

É possível observar, a partir de uma leitura mais geral das SD que o comentador<sup>99</sup> já se inscreve no processo discursivo “motivado” por um incômodo. Tal incômodo está intrinsecamente ligado a determinados dizeres da matéria do site *Terra* que antecipa uma tensão socialmente posta: a de que a TV quer “afrontar”, “incomodar”, “desrespeitar” ou “chatear” a audiência heterossexual tematizando questões de sexualidade.

98. SDs disponíveis em: <<https://goo.gl/yFqMTE>> Último acesso: 21 set. 2018.

99. Chamaremos “comentador” a esse sujeito revestido pelo virtual que deixa um fragmento seu de dizer por meio da função “comentário” do site.



A motivação supracitada não tem fundamentalmente, no nosso modo de ver, relação com dispositivos de regulação do comportamento. Tem, de outro modo, relação íntima com o modo como determinadas memórias retornam sobre o sujeito ao se confrontar com a ordem da língua na maneira como ela ali se apresenta. Dito de outro modo, há uma imagem a respeito da emissora que produz a novela funcionando na formação social, de maneira que esse sujeito que comenta, o faz mediante a projeção de tal imagem.

Desse modo, temos duas imagens se produzem aí nessa tensão: uma sobre a própria sexualidade; outra sobre a emissora que tematiza tais questões. Para descrever e interpretar o modo como se constituem essas duas imagens, passamos a retomar as SD uma a uma e em relação uma a outra.

Em SD1, é possível observar já a maneira como os sentidos para a homossexualidade no entretenimento começam a ganhar espessura. O comentarista percebe a tematização da homossexualidade na novela como “exaltação da opção sexual”. Tal comentário, ignora que, proporcionalmente, a heterossexualidade continua desfrutando da maioria do espaço da trama, ao passo que ignora, também, que os personagens homossexuais viverão tramas mais complexas, como a violência, o relacionamento extraconjugal etc., e não serão apresentados simples e unicamente em função da sua sexualidade.

Ainda em SD1, é possível visualizar duas posições antagônicas. Ao dizer sobre um “mimimi lacrador”, o comentarista acena para a existência de uma militância favorável à tematização da homossexualidade na TV contra a qual, sobretudo pela seleção vocabular, o comentarista se insurge, estando inscrito em sua posição. Tratam-se, desse modo, de duas formações discursivas distintas.

Em SD2, observamos a eficácia da imagem que é projetada pelo jornal ao noticiar a novela vindoura de um certo modo. O sujeito-comentarista, interpelado pela imagem projetada pelo jornalista de que a novela incomodará, questiona a intenção da novela, não percebendo que, na verdade, é o gesto de leitura do jornalista que está em jogo e não



propriamente a novela. Dito de outro modo, a “informação” de que a novela causará incômodo é formulado pelo jornalista, também interpelado pela ideologia, em sua maneira de ler a novela na maneira como ela se inscreverá no momento atual da sociedade brasileira.

Tal eficácia na projeção da imagem tem relação com o modo de dizer no discurso jornalístico, teorizado por Mariani (1996). A autora demonstra que o discurso jornalístico, por nele falar a voz do especialista, caracteriza-se como um discurso autoritário, pelo qual haverá eficácia na direção de sentidos o que, por sua vez, acaba por produzir verdades evidentes. Para o comentarador, é uma evidência que a novela foi feita para incomodar, o que ele classifica como “uma coisa chata”, apagando-se o fato de que o anunciado “incômodo” é já um gesto de leitura de um sujeito – o jornalista – que lê a produção dramaturgica.

Em SD3, presentificando o funcionamento de um processo discursivo mais amplo, intervém na formulação dos sentidos memórias sobre o modo como a homossexualidade se apresenta na sociedade brasileira. O comentarador não fala somente por si, fala também pela família, instituição historicamente forjada na heteronormatividade e convocada de diversas maneiras em tentativas de deslegitimação de conquistas de direitos LGBT.

Outra memória que aí intervém – e que discutimos em nosso trabalho (FATIMA, 2018) – é a zona de fronteira, no modo de significar, que se estabelece entre a homossexualidade e a zoofilia. Para o comentarador “transar com camelo”, entre outras coisas, é da mesma ordem daquilo que está sendo apresentado no texto sobre a novela, de modo que ele encadeira, na formulação de sua sintaxe, tais elementos um após o outro.

O retorno dessas duas memórias supradescritas, que fazem parte, como dissemos, de um processo discursivo mais amplo – é verdade –, constituem uma das formações discursivas que aqui tentamos depreender. Nessa Formação Discursiva Heteronormativa, tanto convocar a família contra a tematização da homossexualidade na novela quanto o rearranjo da



distância semântica entre a homossexualidade e a zoofilia são elementos que fazem sentido, ainda que em outras formações discursivas não o façam.

Em SD4, observamos um comentarador aparentemente posicionado antagonicamente aos comentaradores anteriores. Ao se referir aos “bolsominions”, em um movimento inversamente proporcional, mas simétrico em relação ao comentarador de SD1, o comentarador de SD4 acena para a existência de uma formação discursiva contra a qual há um confronto. O termo destacado faz referência aos seguidores de um deputado e pré-candidato à presidência do Brasil, que é conhecido por posições conservadoras e por se opor à população LGBT, na luta por seus direitos.

O principal elemento para nós, a partir dessa SD, é aquele que permite a compreensão de formações discursivas em tensão. Formações essas que temos tentado descrever à medida que interpretamos os modos pelos quais se atribui sentido para a homossexualidade no entretenimento por meio dos comentários dos sites.

Em SD5, o sujeito-comentador convoca a noção de respeito para se posicionar diante da matéria. O sujeito percebe que tratar da homossexualidade a partir de três personagens caracteriza “apelação” da emissora em “ficar o tempo todo fazendo novela em torno disso”. À maneira como se dá o processo discursivo descrito em SD1, ocorre algo também interessante em SD5: ao desconsiderar que todos os outros personagens são heterossexuais – algo em torno de sessenta personagens na trama –, o sujeito considera que a simples existência da temática homossexual já constitui saturação, excesso. Independentemente da desproporcionalidade na representação de diferentes orientações sexuais na novela, o sujeito posicionado na Formação Discursiva Heteronormativa se vê desrespeitado tão simplesmente pela abordagem do assunto.

Toda essa descrição/interpretação, que temos feito a respeito das SD de nosso corpus, se dá mediante ao fato de que o portal que noticia mantém uma certa imagem projetada sobre aquilo de que ele mesmo trata: trazer histórias de personagens homossexuais é “promessa de incômodo”



e “provocação de fúria”, conforme enunciados da própria matéria. O comentarista, ao ocupar sua posição, o faz enredado por essa imagem que irrompe dos dizeres da matéria, fazendo com que a direção dos sentidos do autoritário discurso jornalístico tenda para a monossímia. Produz-se, assim, a evidência de que tematizar questões dessas sexualidades é pela necessidade de afronta.

Vale ressaltar que a novela, quando foi ao ar, rapidamente bateu recordes de audiência<sup>100</sup>. Isso nos faz supor que, ainda que haja muitos comentários negativos a respeito da novela, os objetivos para que ela fosse vista foram alcançados. A polêmica é aqui um ingrediente fundamental: na dinâmica do funcionamento saturado do entretenimento televisivo, pouco importa se alguém assiste ao programa com o objetivo da crítica ou do elogio, contando que assista.

Quanto maiores os índices de audiência, maior a possibilidade de arrecadação com publicidade, por exemplo, o que acaba por traduzir a polêmica em lucro. É aí que se insere um dos pontos principais por nós trabalhados para esta pesquisa: a imagem da emissora.

Ao ser construída – por si mesma e pelos sites de notícias – pela imagem de que a simples tematização constitui adesão da pauta LGBT, a emissora lucra. A polêmica é lucrativa na medida em que a audiência não é medida pela “qualidade” da crítica feita pelo sujeito-espectador e sim pela sua quantidade. Da mesma maneira, dizendo de certo modo, projetando a antecipação da polêmica, o portal de notícias também se beneficia de tal trama discursiva, recebendo mais cliques e comentários. Isso, dadas as características do discurso jornalístico no modo como se apresenta a sociedade brasileira em sua atualidade.

O problema da tomada das questões de sexualidade pela mídia – e sua necessidade de criar polêmica para sobreviver nas famigeradas leis do

100. Disponível em: <<https://goo.gl/8edSau>>. Último acesso em: 12 ago. 2018.



mercado – consiste no fato de que essas questões foram automaticamente vistas como “afronta” a algo, e não como algo simples e cotidiano – se pensarmos no espectro da sociedade brasileira – que pode e deve ser abordado de múltiplas formas. A própria maneira como as questões são tratadas propiciaram isso. O fazer televisivo e também o fazer dos portais de notícias àquele apenso, confundindo vida real e ficção, produz esse dilema: questões da vida real são tratadas por meio da polêmica, fazendo acirrar determinadas tensões sociais, em busca da audiência que, por sua vez, se traduz em lucro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando um efeito de fechamento para esse texto, retomamos os comentários do portal de notícias para reafirmar nossa percepção de que tais dizeres são formulados consoantes às condições de produção nas quais eles são produzidos, formulados e circulam.

O incômodo pelo qual se apresenta o sujeito-comentador alinhado à Formação Discursiva Heteronormativa motiva a significação da temática homossexual nas novelas, enredando esse sujeito que comenta em uma ilusão produzida pela trama discursiva que em (e pela qual) nosso *corpus* se apresenta. Tal ilusão consiste no apagamento dos gestos de leitura que constituem a produção dramaturgica, e o modo de dizer dos portais de notícias apensos à televisão.

De outro lado, há também um sujeito que comenta por uma Formação Discursiva Progressista, antagonicamente posicionada à heteronormativa, mas igualmente enredada por um certo modo de funcionar da mídia na maneira como ela insurge em nossa formação social. A imagem de que tematizar as questões de homossexualidade constitui uma defesa da pauta LGBT atravessa ambas as formações discursivas, produzindo efeitos. Um desses efeitos, como vimos, é a própria dissimulação de que tratar tais questões como polêmica atua efetivamente no domínio da audiência, o que



demonstra a maneira como um certo *modus operandis* das leis do mercado recobre a noção de ética e moral ao tratar, na ficção, questões da realidade cotidiana de muitos brasileiros e brasileiras.

Essa imagem é um ponto de coerência no funcionamento discursivo dos comentários em sites de novela em notícias sobre questões de homossexualidade. Isso porque tal imagem é constituída como uma verdade evidente que passa despercebida pelas formações discursivas aqui analisadas. A noção de coerência, no entanto, perde espessura na medida em que retomamos as regiões de sentido e percebemos que um mesmo referente discursivo – a homossexualidade na novela – pode ser significar diferentemente a depender da posição. Eis aí o objeto dividido de que trata a teoria de Michel Pêcheux.

Acenamos, portanto, para a necessidade de falar, em termos discursivos, de uma coerência relativa, já que, no espaço contraditório das formações discursivas, o que se pode ter é regiões de sentidos mais ou menos coerentes entre si.

## REFERÊNCIAS

DELA-SILVA, Silmara C. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, SP, 2008.

FATIMA, Wellton da S. *As sexualidades mal ditas no discurso religioso neopentecostal*. Dissertação de mestrado. Niterói, RJ: UFF, 2018.

MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, SP, 1996.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento do discurso*. 6 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.



PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise. e HAK, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1969].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995 [1975].



## AUTORAS E AUTORES

Alexandre José Cadilhe

Doutor em Estudos da Linguagem (Interação e Discurso) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) desde 2015, junto ao Departamento de Educação (área de linguagem e ensino) e ao Programa de pós-graduação em Linguística. Iniciou, em 2014, o projeto de pesquisa *Linguagem, gênero e sexualidade: a construção discursiva de masculinidades na prática clínica*, com apoio da FAPERJ (Processo E-26/111.459/2014). Tem interesse nos temas de interação e discurso em contextos institucionais, sobretudo na educação e na saúde, situados no âmbito da diversidade de gênero e sexualidade. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4582472522277913> E-mail: [alexandre.cadilhe@ufjf.edu.br](mailto:alexandre.cadilhe@ufjf.edu.br)

Álvaro Grossi Albuquerque Moreira

Cursa graduação em Medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente no período de internato. Foi bolsista de iniciação científica do projeto *Masculinidades em performance na fala-em-interação*, com a orientação do Prof. Dr. Alexandre José Cadilhe. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5103683658332443> E-mail: [alvarogrossiam@gmail.com](mailto:alvarogrossiam@gmail.com)

Anísio Batista Pereira

Possui Graduação em Letras (2013) e Mestrado em Estudos da Linguagem (2016) pela UFG/Regional Catalão; Doutorando em Estudos Linguísticos pela UFU, com bolsa da FAPEMIG; também possui Graduação em Licenciatura em Informática pela UEG (2007). Possui experiência como professor de Informática e Letras na Educação Básica e em cursos técnicos. É Membro-Pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq) do Instituto de Letras e Linguística da UFU (ILEEL). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso e Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso político; letra de música e juventude; poesia no Brasil; Arnaldo Antunes e Manoel de Barros; práticas de subjetivação e constituição do sujeito; identidade. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5123270216969087> E-mail: [pereira.anisiobatista@ufu.br](mailto:pereira.anisiobatista@ufu.br)

Bianca Carolline Oconoski Zarpellon

Possui graduação em Psicologia (2018) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO e bolsista SETI no projeto de extensão Núcleo Maria da Penha-NUMAPE. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2519199465834668> E-mail: [bizarpellon@gmail.com](mailto:bizarpellon@gmail.com)



Éderson Luís Silveira

Mestre e Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; Membro e pesquisador do Grupo Formação de Professores de Línguas e Literatura (FORPROLL/CNPq) e do Grupo Michel Foucault e os Estudos Discursivos (UFAM/CNPq). Bolsista CAPES. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9636609353277293> E-mail: [ediliteratus@gmail.com](mailto:ediliteratus@gmail.com)

Francisco Vieira da Silva

Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância (CLEAD) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8730615940772209> E-mail: [francisco.vieiras@ufersa.edu.br](mailto:francisco.vieiras@ufersa.edu.br)

Glênio Rodrigues Ribeiro Neto

Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com período sanduíche na Faculdade de Letras e na Faculdade de Línguas Modernas (FLUC) da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Atualmente, também cursa especialização em mídias na educação pela UERN. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9614507004353786> E-mail: [gleniorodriguesribeiro@gmail.com](mailto:gleniorodriguesribeiro@gmail.com)

Guida Fernanda Proença Bittencourt

Advogada e milita nas áreas do Direito Civil e Direito de Família. Graduada em Direito, com especialização em Direito Tributário pela Universidade Positivo (2007), é também graduada em Letras, pela Universidade Federal do Paraná (2005). É mestra e doutora em Estudos Linguísticos pela UFPR (2011 e 2017) com estágio na Paris-Sorbonne. Atualmente é pós-doutoranda na UFPR. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4589378653283676> E-mail: [guidabittencourt@gmail.com](mailto:guidabittencourt@gmail.com)

Héilton Diego Lau

É graduado em Letras Inglês pela UNICENTRO (2013), especialista em Educação Especial com Ênfase em Libras pelo ISAM (2015) e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade, na área de Linguagem,



Identidade e Subjetividade, seguindo a linha de pesquisa Subjetividade, Texto e Ensino pela UEPG (2016). Atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Linguísticos, seguindo a linha de pesquisa Linguagens e Práticas Sociais pela UFPR e membro do grupo interinstitucional de pesquisas “Estudos do texto e do discurso: entrelaçamentos teóricos e analíticos” (UFPR-UNICENTRO). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, identidade de gênero, estudos culturais e teoria queer. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9091109424675179> E-mail: [heliton.diego@hotmail.com](mailto:heliton.diego@hotmail.com)

Isadora Machado

Graduada (2008) em Letras (Português) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre (2011) e doutora (2015) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é Professora Adjunta no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Interessa-se pelas áreas de História das Ideias Linguísticas, Semântica da Enunciação, Análise do Discurso, Filosofia da Linguagem e Feminismo Interseccional. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3110624682904059> E-mail: [isadoralmac@gmail.com](mailto:isadoralmac@gmail.com)

Jefferson Fernando Voss dos Santos

Graduado (2008) em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Estadual do Paraná. Possui Mestrado em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Estadual de Maringá e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência em estudos da análise de discurso, história das ideias linguísticas e em teorias linguísticas e linguística aplicada em geral. Atualmente, é Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia e tem interesse por pesquisar a aprendizagem e circulação de metalinguagens na constituição e produção dos discursos da esfera acadêmica. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3894857923665807> E-mail: [jeffersonvoss@gmail.com](mailto:jeffersonvoss@gmail.com)

Kátia Alexandra dos Santos

Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em estudos linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, professora adjunta no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Trabalha na articulação entre a Análise do Discurso de vertente pècheuxiana e a Psicanálise lacaniana. Atualmente, é coordenadora do projeto de extensão, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, financiado pela SETI-PR, Núcleo Maria da Penha – NUMAPE. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6545290412067757> E-mail: [kalexandra@yahoo.com.br](mailto:kalexandra@yahoo.com.br)



Larissa da Silva Fontana

Graduanda em Letras (Português/Inglês) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Desenvolve pesquisas na área da Análise de Discurso e interessa-se pelas áreas dos Estudos Decoloniais, Filosofia da Linguagem e Feminismo Interseccional, com o objetivo de analisar, principalmente, discursos de movimentos sociais. Atualmente, é professora de Língua Inglesa no CNA, Unidade de Cascavel, e redatora da Assessoria de Comunicação Social da Unioeste. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6299033405739767>  
E-mail: [larissa\\_svfontana@hotmail.com](mailto:larissa_svfontana@hotmail.com)

Lucas Rodrigues Lopes

É licenciado/bacharel em Letras Português/Inglês pela PUC-CAMPINAS (2007), mestre em Linguística pela UFSCar (2010) e doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP (2018). Atualmente, é professor de nível superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Foi docente B1 da PUC-CAMPINAS. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: autoria, ensino de línguas, discurso, educação, discurso pedagógico e tem adotado o viés dos estudos do discurso, da psicanálise e da desconstrução para estudar políticas de exclusão ou inclusão de moradores de rua; tema central de sua pesquisa no doutorado. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8141687357119122>  
E-mail: [identidadesfragmentadas@gmail.com](mailto:identidadesfragmentadas@gmail.com)

Luigi Silvino D'Andrea

Doutorando em Psicologia pela PUC-Minas; Mestre em Psicologia pela PUC-Minas. Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Gama Filho (1997). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho (2012). Pós-graduação em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (FIOCRUZ/ENSP). Exerceu parte do quadro da Coordenação de Enfermagem da UPA da SES/RJ. Atualmente faz da Área Técnica da Saúde do Homem da SES/RJ desde julho de 2013. Trabalha em seu consultório particular com psicoterapia com uma vertente na esquizoanálise. Foi orientador externo e Professor do Curso lato sensu em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela ENSP-FIOCRUZ. Tem interesse em Psicologia Clínica (Esquizoanálise) e Social, Gênero, Sexualidades Dissidentes e Teoria Queer. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6104676376828929>  
E-mail: [luigiandrea74@gmail.com](mailto:luigiandrea74@gmail.com)

Márcio Evaristo Beltrão

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMT), mestre em Estudos de Linguagem (UFMT), graduado em Letras Língua Portuguesa



e Língua Inglesa (UEG) e em Letras Espanhol (UFMT). Atualmente, é docente de Língua Inglesa da rede estadual de Educação de Mato Grosso e dos cursos de Pedagogia e de Letras da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Jussara. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4946711879533148> E-mail: [marcioevaristobeltrao@hotmail.com](mailto:marcioevaristobeltrao@hotmail.com)

Maria Lígia Freire Guilherme

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de concentração de Linguística Aplicada e linha de pesquisa “Linguagem: discurso, cultura escrita e tecnologia”. É graduada em Letras Português-Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2015), universidade onde realizou o mestrado em Estudos de Linguagens (2017) e também onde atua como Técnica Administrativa em Educação desde 2015. Atualmente desenvolve pesquisas no campo da Análise Dialógica do Discurso (ADD), com aporte epistemológico no Círculo de Bakhtin, com foco em temas relativos a gêneros discursivos, gênero social, identidade de gênero e violência contra a mulher. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1967978424559066> E-mail: [marialigiafreire@gmail.com](mailto:marialigiafreire@gmail.com)

Maurício Divino Nascimento Lima

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2011) e mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás (2018) com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Membro-pesquisador do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão (LEFGO/UFG/CNPq). Atualmente é coordenador pedagógico – Colégio Municipal Santa Terezinha, em Corumbaíba, Goiás. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino de Línguas e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Michel Foucault; Discurso, Sujeito; Humor; Resistência. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8870318785418987> E-mail: [mauriciomdt@gmail.com](mailto:mauriciomdt@gmail.com)

Samuel Barbosa da Silva

Doutorando e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas, Especialista em Gestão Escolar pela FATIN, Especialista em Língua Portuguesa e suas literaturas e Graduado em Letras-Português pela Universidade de Pernambuco, Graduando em Letras-Libras pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do curso de Letras-Português da Universidade Federal de Alagoas campus Delmiro Gouveia e Professor dos cursos de pós-graduação de instituições privadas na cidade de Maceió. Pesquisador do Grupo Discurso e Ontologia Marxiana (GEDOM/CNPq), Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GrAD/CNPq) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (GEPAD/CNPq). Seus trabalhos têm ênfase nos seguintes estudos: discurso, ideologia,



gênero e sexualidades, mídia, religião e política. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0543187841218105> E-mail: [samuca.bs@gmail.com](mailto:samuca.bs@gmail.com)

Solange Maria de Barros

Possui pós-doutorado no Instituto de Educação pela Universidade de Londres, sob a supervisão de Roy Bhaskar. Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC/SP), com estudos doutorais livres na Universidade de Lancaster (Inglaterra), sob a supervisão de Norman Fairclough. Docente aposentada da Universidade do Estado de Mato Grosso e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5747668885058135>  
E-mail: [solbip@yahoo.com.br](mailto:solbip@yahoo.com.br)

Tales Augusto Felipe

É Bacharel em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente cursa licenciatura em Ciências Sociais pela mesma instituição. Foi bolsista de treinamento profissional do projeto *Masculinidades em performance na fala-em-interação*, com a orientação do Prof. Dr. Alexandre José Cadilhe. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1000197566005376>  
E-mail: [talesaugusto1@gmail.com](mailto:talesaugusto1@gmail.com)

Tatiane Valéria Rogério de Carvalho

Doutora e Mestre em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, área de concentração “Linguagem e práticas sociais”. Especialista em Leitura de Múltiplas Linguagens e graduada em Letras Português, ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Professora QPM da Secretaria da Educação do Estado do Paraná (SEED-PR) e Professora Assistente I na Universidade Positivo, onde atua na graduação. Áreas de estudo e de atuação especialmente relacionadas às teorias do discurso e do texto. Possui experiência em revisão textual. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4301232181337536>  
E-mail: [tatianevaleria26@gmail.com](mailto:tatianevaleria26@gmail.com)

Wellton da Silva de Fatima

É mestre em Estudos da Linguagem pela UFF, pós-graduado em Mídias na Educação pela UFSJ e graduado em Letras/Literaturas pela UFRRJ. Atualmente é professor efetivo de Língua Portuguesa em Tanguá/RJ, colaborador do Grupo Somos Educação e do CEDERJ, atuando junto ao curso EAD de Letras da UFF. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6380496064230296>  
E-mail: [malcon.welton1@gmail.com](mailto:malcon.welton1@gmail.com)



Wilder Kleber Fernandes de Santana

Escritor, poeta, e professor universitário. Doutorando e Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (Proling-UFPB, 2018). Mestre e Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Nacional (FTN). Mestrando em Arqueologia Bíblica pela Faculdade Teológica Nacional (2017) e Especialista em Gestão da Educação Municipal (UFPB, 2017). É um dos organizadores do ministério IEB Publicações, ao lado do pastor Francisco de Assis da Silva Lima, na Igreja Evangélica Batista de João Pessoa (IEB João Pessoa). Sua linha de pesquisa e publicações está direcionada para as áreas de Teologia, Discurso e Sociedade, Bíblia e Religião com respaldo em estudos bakhtinianos. É pesquisador no Gplei (Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4768062692409818> E-mail: [wildersantana92@gmail.com](mailto:wildersantana92@gmail.com)



## ÍNDICE REMISSIVO

- A**  
 abolição da escravidão 21, 29, 55  
 africanos 19, 20, 21, 28, 30  
 afrodescendente 12, 18, 19, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33  
 ALGBTQI+ 162, 163, 164, 174, 176  
 análise do discurso 8, 9, 10, 11, 22, 123, 129, 166, 196, 199, 204, 272, 291  
 assédio 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89  
 assédio sexual 77, 78, 80, 81, 84, 86, 88  
 assexuais 162
- B**  
 babilônico 36, 41, 47  
 Bakhtin 9, 37, 42, 43, 47, 48, 52, 53, 165, 166, 169, 170, 172, 175, 177, 293  
 biopoder 147, 148, 149, 150, 151, 154, 158  
 biopolíticas 7, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 157, 158  
 bissexuais 162  
 brancos 20, 25, 30, 55, 57, 65, 66, 68, 69, 225  
 branquitude 13, 55, 56, 65, 66, 68, 69, 70, 71  
 Brasil 10, 12, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 65, 67, 69, 71, 78, 79, 80, 83, 103, 114, 122, 123, 142, 145, 147, 151, 154, 157, 159, 162, 164, 180, 199, 202, 205, 213, 214, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 231, 232, 233, 275, 279, 284, 287, 289
- C**  
 capitalista 57, 71, 110, 112, 114, 116, 118, 122  
 censura 26, 84, 194  
 Champlin 36, 39, 40  
 Charaudeau 9  
 cidadania 46, 171, 176, 222  
 cisnormatividade 58, 174  
 civilização 36, 39  
 classe social 56, 114  
 contexto social 15, 141, 166, 169  
 contradiscursos 66, 98, 163
- corpo 14, 43, 48, 69, 70, 83, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 123, 128, 130, 132, 140, 142, 143, 145, 147, 149, 150, 151, 154, 159, 160, 162, 163, 165, 172, 175, 178, 182, 183, 184, 194, 214, 220, 255, 261, 262, 263, 269, 274  
 corpos 14, 70, 137, 144, 146, 147, 148, 151, 153, 156, 162, 165, 176  
 cotidiano 16, 36, 85, 164, 242, 255, 259, 286  
 crimes digitais 87  
 Cristo 6, 35, 36, 38, 42, 44, 48, 51  
 cultura 7, 14, 36, 38, 72, 75, 124, 125, 128, 130, 133, 137, 138, 139, 141, 156, 229, 261, 269, 293
- D**  
 democracia 30, 55, 69, 141, 225  
 Dilma Rousseff 163, 192, 222, 223, 224, 225, 231  
 disciplina 9, 20, 94, 186, 268  
 discurso psiquiátrico 98  
 docente 125, 137, 222, 224, 292, 293, 294  
 Doenças Sexualmente Transmissíveis 220  
 drag queens 181, 182, 186, 190, 194  
 DST 220
- E**  
 escolas 146, 207, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 230  
 Escola sem Partido 224, 225, 229, 232  
 escravidão 19, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 55  
 esfera acadêmica 57, 291  
 espanhóis 20  
 estrutural-semântica 43  
 Europa 40, 68, 69, 105  
 Evangelho 44, 49  
 exclusão social 26, 158, 162
- F**  
 família 13, 16, 20, 28, 46, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 146, 152, 183, 224, 231, 274, 281, 283  
 família virtual 111, 117, 119



- favelado 29, 32  
 feminismo 55, 57, 58, 90, 110, 123, 178, 187,  
 194, 195, 213  
 feminismo negro 55, 57, 58  
 Foucault 9, 10, 22, 58, 61, 94, 96, 98, 106,  
 107, 126, 127, 128, 138, 147, 148,  
 149, 150, 151, 154, 160, 181, 182,  
 186, 236, 237, 238, 239, 240, 241,  
 242, 243, 246, 248, 249, 252, 253,  
 255, 256, 257, 258, 259, 260, 264,  
 265, 268, 270, 271, 290, 293
- G**
- gay 5, 8, 15, 134, 137, 173, 223, 235, 236,  
 243, 244, 245, 255, 280  
 gays 5, 162, 236, 247, 265  
 genealogia 147, 188, 259  
 genealogia do poder 147, 259  
 gênero 7, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 55, 56, 57,  
 58, 59, 64, 67, 71, 77, 80, 94, 98, 99,  
 101, 105, 115, 120, 124, 125, 126,  
 137, 138, 144, 145, 146, 150, 152,  
 153, 156, 159, 162, 163, 164, 165,  
 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175,  
 176, 177, 178, 182, 183, 184, 185,  
 186, 188, 189, 191, 193, 195, 200,  
 201, 202, 203, 204, 213, 214, 215,  
 217, 219, 220, 221, 223, 224, 225,  
 226, 229, 230, 231, 233, 234, 244,  
 273, 274, 277, 278, 289, 291, 293,  
 294
- H**
- heteronormatividade 58, 71, 144, 181, 246,  
 264, 276, 283  
 hindus 20  
 hipersexualizados 69  
 homem 18, 21, 39, 43, 51, 52, 57, 70, 81, 82,  
 101, 102, 103, 105, 106, 109, 113,  
 125, 126, 130, 134, 143, 145, 152,  
 155, 172, 174, 176, 183, 184, 186,  
 188, 189, 200, 201, 214, 231, 264,  
 266, 281  
 homoafetiva 122, 167, 249, 251  
 hormonioterapia 145
- hunos 20
- I**
- identidade 13, 14, 21, 29, 31, 32, 33, 34, 56,  
 58, 65, 68, 71, 84, 94, 95, 96, 99, 102,  
 103, 105, 133, 135, 136, 142, 144,  
 145, 152, 156, 158, 159, 162, 163,  
 164, 166, 171, 172, 174, 175, 176,  
 177, 178, 184, 185, 186, 188, 189,  
 195, 213, 221, 223, 231, 240, 241,  
 242, 253, 255, 259, 260, 265, 270,  
 289, 291, 293  
 ideológico 24, 38, 110, 115, 167, 168, 171,  
 195, 274, 276, 278  
 igualdade 47, 90, 101, 103, 106, 117, 119,  
 136, 157, 167, 217  
 imaginário 16, 25, 68, 69, 88, 121, 192, 193,  
 196, 267, 268, 274, 287  
 imoralidade 19  
 indivíduos 15, 30, 48, 75, 109, 113, 114, 145,  
 146, 150, 154, 169, 213, 223, 240,  
 241, 242, 246, 250, 259, 267, 268  
 infelicidade 18  
 interdiscurso 18, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 59, 76,  
 88, 257, 278  
 internet 88, 110, 119, 182, 186, 224, 236,  
 249, 255  
 interrelação 43, 44  
 intersexo 162, 184, 185  
 intrafamiliar 79  
 Israel 41, 42, 46
- J**
- Jesus 6, 12, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45,  
 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 162, 163,  
 164, 172  
 judeus 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 49
- K**
- kit gay 223
- L**
- legitimação 55, 66, 151, 188  
 lésbicas 162, 185  
 LGBT 8, 146, 157, 159, 219, 220, 222, 232,  
 233, 254, 255, 262, 263, 266, 274,  
 283, 284, 285, 286



- LGBTQfobia 219, 227, 228, 229, 230
- língua 7, 14, 18, 22, 32, 42, 43, 44, 58, 60, 75, 110, 114, 115, 117, 125, 128, 129, 137, 138, 139, 141, 142, 166, 169, 175, 180, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 199, 207, 242, 257, 258, 263, 276, 277, 282
- linguagem 7, 12, 14, 24, 25, 33, 36, 38, 42, 48, 51, 53, 57, 58, 65, 67, 72, 84, 112, 120, 127, 135, 136, 166, 167, 169, 170, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 213, 214, 258, 265, 270, 275, 289
- M
- mães 13, 109, 139
- Maingueneau 9, 10, 94, 96
- maldito 18
- marginal 29, 32, 101
- masculina 13, 94, 105, 133, 184, 185, 189, 201, 214, 233, 262, 266
- materialidade 75, 80, 84, 99, 105, 109, 110, 115, 117, 122, 126, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 162, 172, 176, 192, 270, 276, 277
- materialidades 14, 60, 67, 75, 128, 142, 148, 151, 158
- maxi challenge 188
- memória 6, 12, 17, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 60, 76, 78, 80, 82, 84, 137, 142, 196, 243, 253, 256, 257, 258, 261, 264, 269, 270, 276, 277, 278, 283
- metodologia 94, 96, 148, 218, 228
- metonimização 69, 70
- microforças 241, 242, 259, 261
- militante/ativista 57
- monogâmica 109, 112, 116, 122, 123
- moralidade 37, 262
- movimento feminista 57, 58, 83, 187, 188
- movimento social 57
- mulher 6, 7, 13, 14, 45, 49, 50, 51, 56, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 138, 139, 143, 145, 152, 172, 174, 176, 183, 184, 185, 188, 189, 192, 193, 222, 226, 231, 247, 264, 281, 293
- N
- não-binária 7, 14, 180, 182, 188
- negritude 29, 55, 66
- negro 5, 6, 12, 18, 19, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 39, 55, 57, 58, 66, 68, 69, 137
- neotestamentárias 36, 46
- nobres 19, 20
- nome social 14, 146, 152, 153, 156, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 228
- notícia 7, 14, 101, 161, 163, 165, 167, 168, 174, 175, 177, 274
- O
- objetividade 121
- online 7, 14, 39, 53, 84, 161, 163, 165, 167, 171, 178, 230
- opressor 28, 65, 100, 101, 102, 105, 106
- órgãos sexuais 163, 265
- orientação sexual 144, 152, 162, 174, 184, 185, 221, 223, 225, 227, 246, 280
- P
- Paulo de Tarso 6, 12, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 46, 51
- Pêcheux 9, 10, 12, 22, 23, 24, 60, 61, 72, 73, 75, 86, 94, 123, 182, 186, 195, 197, 257, 258, 273, 275, 276, 277, 278, 287, 288
- pejorativo 28, 33
- pobre 29, 32
- poder 10, 19, 33, 55, 58, 65, 66, 71, 77, 80, 82, 88, 95, 96, 100, 102, 104, 105, 106, 113, 114, 116, 118, 127, 135, 138, 141, 142, 147, 148, 149, 150,



- 155, 158, 160, 174, 182, 185, 188,  
194, 201, 203, 207, 209, 214, 220,  
224, 236, 237, 238, 239, 240, 241,  
242, 243, 244, 245, 248, 252, 253,  
255, 257, 259, 260, 261, 262, 264,  
270
- política 26, 55, 58, 61, 91, 113, 118, 123, 137,  
141, 163, 164, 165, 167, 186, 188,  
190, 192, 196, 202, 214, 220, 225,  
227, 228, 232, 238, 239, 240, 251,  
259, 262, 274, 294
- político 16, 26, 47, 50, 58, 61, 65, 75, 83, 158,  
168, 171, 188, 193, 219, 221, 225,  
231, 238, 243, 279, 289
- pornografia 267, 268
- portugueses 20, 114
- propaganda 7, 13, 56, 67, 108, 109, 110, 111,  
113, 114, 116, 120, 121, 122, 181,  
182, 186, 190, 191, 193, 194
- psicanálise 91, 96, 126, 127, 130, 131, 136,  
141, 142, 241, 292
- publicidade 108, 110, 111, 121, 123, 261, 285
- Q
- queer 14, 142, 162, 181, 182, 197, 219, 232,  
291
- R
- raça 6, 10, 12, 13, 19, 20, 21, 23, 28, 30, 31,  
32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 51,  
54, 55, 56, 57, 59, 64, 67, 71, 72,  
150, 243
- raça humana 20
- racismo 6, 12, 17, 23, 27, 28, 31, 39, 55, 56,  
66, 71, 98, 150, 217, 223
- razão 20, 98, 120, 128, 133, 135, 203
- reality show 14, 181, 190
- rede social 78, 105, 186
- relações de poder 33, 65, 77, 80, 95, 114, 127,  
135, 141, 155, 203, 237, 238, 240,  
241, 242, 243, 244, 255, 259, 260,  
261, 264
- resistências 55, 106, 242, 243, 244, 260, 261,  
262
- S
- saúde 7, 14, 96, 97, 98, 106, 140, 143, 145,  
146, 147, 148, 150, 151, 152, 153,  
154, 155, 156, 157, 158, 159, 164,  
198, 200, 201, 202, 203, 204, 207,  
209, 210, 213, 214, 215, 219, 220,  
231, 289
- semântica 12, 18, 27, 43, 162, 226, 264, 284
- Semântica 18, 34, 73, 91, 107, 123, 197, 288,  
291
- sentidos 13, 18, 19, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 32,  
34, 43, 60, 84, 87, 91, 98, 104, 112,  
115, 118, 119, 123, 128, 142, 170,  
181, 186, 190, 191, 192, 193, 196,  
197, 199, 204, 273, 274, 275, 276,  
278, 279, 282, 283, 285, 287
- sexualidade 7, 10, 12, 14, 55, 57, 59, 124,  
125, 126, 135, 137, 138, 142, 144,  
150, 151, 153, 159, 162, 163, 165,  
178, 181, 182, 183, 185, 186, 188,  
195, 201, 202, 203, 204, 214, 215,  
217, 219, 220, 221, 222, 223, 224,  
225, 226, 229, 230, 231, 233, 236,  
244, 245, 246, 249, 251, 252, 255,  
256, 258, 259, 260, 264, 265, 267,  
269, 273, 274, 276, 277, 278, 279,  
280, 281, 282, 285, 289
- silêncio 26, 27, 34, 72, 82, 84, 87, 88, 91,  
112, 114, 118, 123, 142, 191, 192,  
196, 205, 287
- sociedade 7, 13, 14, 18, 21, 22, 23, 29, 30, 32,  
33, 36, 38, 39, 53, 83, 85, 86, 93, 94,  
95, 99, 105, 106, 109, 112, 113, 114,  
116, 118, 119, 120, 121, 122, 125,  
126, 128, 132, 134, 138, 139, 141,  
144, 147, 148, 149, 150, 151, 152,  
157, 158, 160, 165, 183, 184, 189,  
224, 237, 242, 244, 250, 251, 258,  
259, 261, 262, 263, 264, 267, 269,  
271, 274, 276, 278, 279, 280, 283,  
285, 286
- subjetivação 6, 8, 15, 16, 54, 56, 59, 65, 67,



- 68, 70, 95, 106, 127, 158, 235, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 245, 255, 262, 263, 264, 270, 289
- subjetividade 58, 121, 127, 130, 131, 136, 189, 193, 237, 238, 247, 251, 255, 261, 263, 264, 266, 268
- sujeito 8, 13, 15, 22, 23, 25, 29, 31, 42, 45, 56, 59, 75, 78, 84, 86, 87, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 121, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 142, 144, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 158, 162, 163, 165, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 277, 279, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 289
- sujeitos 7, 22, 24, 25, 26, 38, 44, 46, 51, 55, 58, 59, 66, 71, 75, 127, 137, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 176, 178, 186, 192, 194, 204, 206, 207, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 269
- superioridade 21, 23, 33, 39, 55, 203
- T
- teórico-metodológico 97, 166, 169, 218, 236, 255, 256
- transexuais 14, 147, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 162, 164, 172, 175, 177, 178
- transexual 58, 144, 148, 152, 157, 159, 171, 172, 175, 281
- transfeminismo 58
- transgenitalização 145, 159
- travesti 14, 58, 143, 144, 147, 148, 171, 172, 175, 184, 233
- travestis 7, 14, 58, 143, 147, 148, 152, 153, 156, 159, 162, 164, 172, 175, 177, 178, 185, 228, 231
- V
- violência 6, 25, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 100, 102, 119, 123, 141, 147, 152, 158, 164, 174, 200, 217, 223, 228, 229, 282, 293
- violência-crime 79

[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

raça, gênero  
e sexualidade  
em perspectivas  
discursivas

